

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Escola de Comunicação

Fernanda Lima Lopes

Auto-referenciação e construção da identidade jornalística

Rio de Janeiro

2007

Fernanda lima Lopes

AUTO-REFERÊNCIA E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE JORNALÍSTICA

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação, apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Área de concentração: ciências sociais aplicadas.

Orientadora: profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro

Rio de Janeiro

2007

Fernanda lima Lopes

AUTO-REFERENCIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE JORNALÍSTICA

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação, apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Área: ciências sociais aplicadas.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2007

Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro (orientadora – UFRJ)

Profa. Dra. Marialva Barbosa (UFF)

Prof. Dr. Paulo Vaz (UFRJ)

Agradeço imensamente

A Deus, por Tudo.

Aos meus pais, pelo apoio, compreensão, carinho, fé, motivação.

*A Ana Paula, por seu brilhante trabalho de orientação,
tão cheio de dedicação, delicadeza, cuidado e paciência.*

*Obrigada, Ana, por ter sido sempre uma Educadora e
ter servido como um grande exemplo de generosidade pedagógica.*

Resumo

Esta obra parte da hipótese de que a auto-referenciação é uma estratégia privilegiada para a construção da identidade jornalística. O jornalismo constitui-se como um dizer social. Os textos que os jornalistas produzem e fazem circular estão presentes na sociedade, são um discurso para o mundo e sobre o mundo. Mas, nas matérias auto-referenciais, os jornalistas falam sobre o próprio universo. O processo de auto-referenciação é entendido como lugar propício para os sujeitos elaborarem uma auto-imagem, reforçarem valores, mobilizarem representações, organizarem sua memória, recuperando lembranças e promovendo esquecimentos, interagirem como outros grupos negociando autoridade; enfim, construir sua identidade. Em relação a esse conceito, parte-se de uma fundamentação teórica capaz de embasar a idéia de que a identidade é uma construção permanente, sendo organizada e reorganizada a partir de práticas, vivências, normas, valores, deontologia, crenças, memórias. Defende-se que a identidade depende, portanto, de diversos fatores e precisa ser analisada considerando-se contextos e processos históricos. Dessa forma, amparado por uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, este trabalho demonstra que muito do que está ligado à imagem do jornalista brasileiro da contemporaneidade é fruto de diversas transformações ocorridas nos anos 1950. Questões ligadas à objetividade e à busca da “verdade dos fatos”, representações do jornalista como vigia ou “cão de guarda”, lutas em defesa da “liberdade de imprensa” e outros fatores são incorporados ao pano de fundo que guia a análise do material empírico desta pesquisa. Para estudar a relação entre auto-referenciação e identidade jornalística, são selecionadas matérias sobre o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), um projeto de lei apresentado ao Congresso Nacional em agosto de 2004 que suscitou debates entre os jornalistas. A análise das mesmas mostra que, ao incorporarem a defesa da liberdade como luz guia de sua atividade, os jornalistas procuram, implicitamente, ganhar simpatia, reconhecimento e autoridade, uma vez que atrelam sua profissão a um valor hegemonicamente aceito como bom e louvável. Além disso, o valor é defendido em nome de algo “maior”: o poder de levar ao leitor “a verdade”. Com isso, os jornalistas constroem a imagem de que são os mediadores desejados entre o público e o que acontece e - mais do que isso - procuram mostrar que o trabalho deles cumpre uma importante função social, pautada pela ética e preocupação com o bem comum.

Abstract

Supported by the premise that journalism is a discourse which takes place in the society and is mainly used to talk about the world, this work try to demonstrate that, when journalists talk about themselves inside journalistic texts, this is a great strategy of identity construction. This process of self-referentiation is understood as a fertile place where the subjects – in this case, the journalists – elaborate their self image. Through the analysis of some self-referential news, is possible to detect moments when the journalists reinforce group values, mobilize representations, organize their memory recuperating reminders and promoting forgettings, interact with other groups negotiating authority. In resume: built identity. Concerned to this concept, the present research goes trough a bibliography which theorizes that identity is a permanent process of construction. Identity is understood as being constantly organized and reorganized meanwhile sharing practices, values, believes, rules, deontology, memories. Therefore, the most appropriated method to analyze it is to pay attention to contexts and historical processes. Regarding this, and also supported by bibliographical research about the issue, this work shows that many aspects of Brazilians journalists' image is a result of several transformations from 1950's years. Questions regarding objectivity and search for truth, representations of the journalist as "watch dogs", fights for the "press freedom" are some of the elements considered along the analysis of the empiric material of this research. To study the relation between auto-referentiation and journalistic identity, there was a selection of news about the *Conselho Federal de Jornalismo*, a law project presented to the Congress on August 2004. This proposal has made appear many discussions about the issue. That debate shows that journalists guide their discourse defending freedom as a requisite for their activity. Because freedom is an hegemonic and well accepted value, this is a strategy by which journalists try to win sympathy, recognition and authority. Moreover, the value is defended in the name of something "bigger": the power of taking "the truth" to the public. By this, journalists construct an image that they are desired mediators between lectors and facts. Besides, they try to show they are professionals with a very important role to play, and they are also illuminated by ethic and concerned about the welfare of the whole society.

Lista de abreviaturas e siglas

ANJ	Associação Nacional de Jornais
CFJ	Conselho Federal de Jornalismo
CFM	Conselho Federal de Medicina
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
JB	Jornal do Brasil
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PL	Partido Liberal

SUMÁRIO

Introdução	08
1 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS JORNALISTAS	17
1.1 Pequeno panorama dos diferentes olhares sobre o conceito de identidade	20
1.2 Identidade: uma construção social	22
1.3 Identidade e memória	24
2 REPRESENTAÇÕES DO JORNALISMO E DOS JORNALISTAS	35
2.1 Aspectos da organização do grupo em torno do conceito de profissional	38
2.2 Notícia e objetividade: a força desses dois elementos na identidade jornalística	45
2.3 Jornalista, o mediador desejado	57
2.4 Jornalista como o intelectual	70
3 CONSELHO FEDERAL DE JORNALISMO E AUTO-REFERENCIAÇÃO	82
3.1 Contextos para o Conselho Federal de Jornalismo	83
3.2 auto-referenciação e construção da identidade	90
Considerações finais	125
Referências	131
Anexos	132

Introdução

Ao terminar a faculdade que me formou uma jornalista, ingressei no mercado de trabalho. Com o diploma na mão, escutava de amigos e parentes brincadeiras dizendo que em breve iriam me ver na televisão! Eu não havia definido exatamente o que iria fazer, mas saí à procura do meu primeiro emprego e de minha autonomia financeira.

A realidade brasileira dos primeiros anos do século XXI deixava transparecer algumas conseqüências negativas da implementação de um modelo econômico neoliberal, como por exemplo a informalidade e as altas taxas de desemprego em vários setores. Especificamente na área de jornalismo, os meios de comunicação tradicionais (principais jornais, rádios e redes de televisão) não pareciam muito interessados em abrir vagas de forma significativa. Ouvia-se dizer de novos campos em mídias menores, como jornais de bairro, rádios comunitárias e outros que, a princípio, ofereciam muitas chances de aplicar os conhecimentos acadêmicos, mas não representavam retornos suficientes para o início de uma vida financeiramente independente. Outros espaços bastante disputados eram as assessorias de imprensa, pouco reconhecidas entre os parentes e amigos da jornalista recém-formada, mas bastante promissoras em termos de emprego.

Outro fator de dificuldade no mercado de trabalho dessa época e que tenderia a ficar ainda mais evidente era a enorme concorrência entre os profissionais. Centenas de novos jornalistas concluíam a graduação a cada semestre no Brasil. As cidades grandes, capitais e regiões metropolitanas estavam ficando abarrotadas de profissionais bem qualificados e cheios de títulos, cursos e aperfeiçoamentos. A busca por um diferencial tornara-se uma exigência implícita.

Em cidades de pequeno e médio porte, poucas organizações possuíam departamentos de comunicação ou algum serviço de assessoria, não oferecendo vagas para jornalistas em seus quadros. A imprensa (se houvesse), quase sempre de um único dono ligado a interesses políticos,

dava emprego a pessoas não formadas, geralmente apenas com o 2º grau, gente “da antiga” ou celebridades regionais, conhecidas apenas em pequenos círculos sociais das redondezas. Em cidades como essas, apenas um ou outro veículo de comunicação começava a contratar jornalistas formados, mantendo, muitas vezes, o salário bastante abaixo do piso da categoria estabelecido pelo sindicato. Quem não quisesse aceitar a remuneração, que fosse embora (como eu fiz na TV Cultura de Ipatinga, MG, que me ofereceu trabalho em troca de “experiência” e nenhum salário). Mesmo diante desse quadro, eu acompanhava a abertura de mais cursos de comunicação em faculdades particulares de cidades médias e pequenas.

Durante dois anos, convenci algumas empresas e organizações de que, como jornalista, poderia ajudar em ações de comunicação, como os sites. Prestei serviços nessa área, elaborei alguns textos para pequenas publicações, fiz trabalhos como *free lancer*, fiz outros bicos como fotógrafa e comecei a trabalhar com carteira assinada apenas nos últimos sete meses antes de iniciar o mestrado.

A situação particular descrita acima retrata a vida de muitos jornalistas contemporâneos a mim, mas também reflete mudanças de âmbito macrosociológico no que diz respeito ao jornalismo, atividade de importância e prestígio na nossa sociedade. Em meio às inquietações pessoais e refletindo também sobre o presente e o futuro do profissional jornalista, comecei a elaborar um projeto de pesquisa que pudesse abordar essas questões. Procurar o mestrado não representou uma fuga do mercado de trabalho. Foi, sim, uma forma de pensar, mais sistematicamente, sobre observações que eu vinha fazendo nos últimos anos. Desde que comecei a frequentar o ambiente acadêmico, nunca me senti confortável com a distância entre teoria e realidade. E pelos textos que li, aprendi que havia muita gente já havia pensado aquilo no que eu acreditava: que é possível engendrar teoria e prática, fazendo-as inter-relacionar e produzir bons frutos tanto para um lado quanto para outro.

O mestrado alargou meus olhares de forma bastante ampla. Duas principais sensações marcaram e têm marcado minha trajetória na pós-graduação: a primeira, de um encantamento e busca profunda por mais conhecimento. Isso foi proporcionado pelas disciplinas que cursei, que me incentivaram a leitura (muita leitura) aprofundada de vários temas e aguçaram meu pensamento para a procura de mais conhecimentos. A segunda sensação foi a de estar procurando uma agulha no palheiro. Minha cabeça borbulhava com a quantidade de conhecimentos que me rodeava e eu não sabia como eu faria para transpor todos eles para minha dissertação. Eu mal dava conta de passear por entre todos os conhecimentos com os quais eu tinha contato e, ao mesmo tempo, queria usá-los todos no meu trabalho, mostrando o quanto eu tinha aprendido.

Eu sabia que eu havia aprendido bastante até o momento, mas tinha cada vez mais certeza de que, ainda assim, todo o conhecimento que eu havia adquirido era ainda tão pouco diante de tantas possibilidades epistemológicas!

Diante do desafio de produzir uma dissertação de mestrado sobre um objeto que eu reconhecia complexo, minha preocupação era dar conta de não ser - nem parecer - reducionista, pesquisando e usando a pluralidade de olhares sobre a vastidão do mundo da experiência.

A mistura dessas duas sensações (desejo por mais conhecimento e vontade de usar tudo o que eu havia aprendido) causou uma certa ansiedade, a qual tive que saber conduzir para fazer dela uma aliada na minha produção acadêmica. Minha admiração pelo vasto mundo da pesquisa e minha vontade de aplicar os conhecimentos adquiridos foram fatores que contribuíram para que, inicialmente, eu tentasse (em vão) abarcar um universo muito grande.

Os conselhos de minha orientadora foram fundamentais para me fazerem enxergar que a definição de um foco não significa negligenciar a complexidade do universo, mas significa construir uma estrada em meio a um grande campo. Em meu trabalho, estou viajando por essa estrada, e é nela que tenho que me concentrar, pois é por ela que vou chegar ao meu destino final.

Mas ao redor da estrada, há um mundo que a rodeia. Por vezes, eu posso até parar e contemplar a paisagem que está ao redor, mas outras vezes tenho que acelerar e me concentrar na própria estrada, prestando atenção às placas, sinalizações, curvas e lombadas, para assim, chegar ao lugar a que me propus.

* * *

O jornalismo, atividade que se delineou principalmente a partir da difusão das técnicas de impressão de Gutemberg, tornou-se uma das atividades mais importantes da sociedade ocidental moderna. Também hoje, no início do século XXI, permanece ocupando um lugar de destaque num mundo globalizado, mundo em que a comunicação e as relações através da mídia têm se tornado cada vez mais relevantes.

As primeiras questões que guiam este trabalho são: Quem são os jornalistas? O que são os jornalistas? Quais as características que compõem a identidade desse grupo? Como podemos identificar um indivíduo como sendo pertencente a esse grupo? Mas antes que se respondam a essas perguntas, o pesquisador que se propõe a investigar a identidade jornalística deve, em primeiro lugar, estabelecer uma delimitação: sobre quais jornalistas estamos falando? Isso é fundamental porque a noção de identidade que está na base do presente trabalho compreende que é impossível descrever uma essência fixa e imutável para esse grupo.

Os jornalistas do início do século XXI não são iguais aos da década de 1950; o jornalismo praticado no Brasil não é o mesmo do da Nigéria ou o da Finlândia. O jornalismo de rádio não é igual ao de TV, que é diferente dos jornais, que se difere do exibido na internet, que, por sua vez, é diferente do das revistas e assim por diante. O profissional que trabalha em assessoria de

imprensa pode ter sido formado em jornalismo, mas até que ponto é jornalista? E um internauta que escreve notícias num blog, pode ser considerado jornalista?

A primeira delimitação proposta nesta dissertação para investigar a identidade jornalística é relativamente simples. Como não é possível, num único trabalho, abranger as práticas jornalísticas do mundo inteiro e nem de todas as épocas, propomos uma delimitação no tempo e no espaço, focalizando a presente pesquisa na identidade do jornalista brasileiro da contemporaneidade. Mas, o jornalista brasileiro da contemporaneidade não é uma delimitação suficiente, podendo ainda ser subdividido levando em conta diferentes aspectos.

No jornalismo praticado em toda extensão do Brasil, podemos encontrar veículos de comunicação chamados “sensacionalistas”, voltados à cobertura de esportes e crime, ou produtos jornalísticos ditos “sérios”, voltados à cultura e à política, ou, ainda, aqueles especificamente direcionados à cobertura econômica. Todos esses integram o jornalismo brasileiro.

Encontramos também a multiplicidade de formas quando comparamos, por exemplo, o jornalismo do eixo Rio-São Paulo com o que é praticado no Nordeste. O primeiro tipo é baseado numa lógica mercadológica de funcionamento e se auto-entitula uma “imprensa nacional” (embora certamente não tenha uma abrangência nacional, seja na circulação, seja na cobertura jornalística). Enquanto isso, os jornais das grandes cidades do Nordeste brasileiro não possuem uma pretensão de abrangência nacional. Além disso, em geral são controlados por famílias tradicionais da região, gente que também tem forte atuação na política, como por exemplo os Sarney, no Maranhão, ou os Magalhães, na Bahia. Essas famílias concentram o poder de acessar e distribuir informações, pois costumam ser donas de estações de rádio e TV e de publicações impressas, fenômeno conhecido como “coronelismo midiático”. Esses e outros fatores conferem ao jornalismo ali praticado contornos diferentes do jornalismo do Sudeste.

Ainda que dentro de um mesmo estado, é impossível encontrar um padrão único para a prática jornalística. A dinâmica dos grandes centros urbanos impõe caracterizações específicas ao jornalismo da capital, diferenciando-o daquilo que normalmente se encontra nas cidades pequenas e médias. Assim, falar de jornalismo brasileiro está longe de indicar homogeneidade.

Nesta pesquisa, o corpus de análise reúne matérias jornalísticas retiradas de dois jornais de São Paulo, dois jornais do Rio de Janeiro, quatro revistas semanais (de circulação nacional, mas produzidas na região Sudeste) e três sites¹. Dessa forma, é preciso manter em mente essa limitação metodológica quando houver, neste trabalho, referência aos “jornalistas brasileiros”. É preciso deixar claro que o termo será usado para indicar aqueles que estão inseridos no contexto de grandes centros urbanos do Sudeste, praticando um jornalismo empresarial, ou seja, mais voltado à lógica de mercado, e que pretende abranger o Brasil, principalmente em relação à política, economia e cultura.

Ainda podemos apontar diferenciações no que diz respeito ao jornalista levando em conta suas diferentes práticas no dia-a-dia de trabalho. Certamente, a rotina e alguns procedimentos são muito peculiares quando comparamos repórteres, editores, fotógrafos, profissionais de rádio, de televisão, de imprensa escrita. Contudo o fato de todos eles trabalharem em veículos de comunicação produzindo notícias é apenas uma das características que nos permite reuni-los num mesmo grupo. Portanto, para efeitos metodológicos, esta pesquisa tem como objeto o estudo da construção da identidade dos jornalistas brasileiros da contemporaneidade que trabalham nas mídias tradicionais. É importante ressaltar que esse será o nosso foco, mas não nos esqueceremos de que há jornalistas ocupando funções de assessores de comunicação de empresas, de organizações e do serviço público. Há ainda pessoas sem diploma de jornalista exercendo

¹ Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Veja, Época, Carta Capital, Istoé, site Observatório da Imprensa, site da Fenaj – Federação Nacional dos Jornalistas, site da ANJ – Associação Nacional de Jornais.

atividades de jornalismo. Há também, com o surgimento das novas tecnologias de comunicação e informação, o desenvolvimento de novos contornos para os produtos tradicionalmente conhecidos como jornalísticos. Esses e outros fenômenos, embora não sejam o foco principal do trabalho, merecem ser considerados, uma vez que são importantes indicações de conflitos no que diz respeito a delimitação de fronteiras da identidade jornalística.

Da mesma forma, constantemente, essa dissertação fará referência a jornalistas de outros países e de outras décadas para entender a identidade do jornalista brasileiro contemporâneo. Uma análise comparativa, como defendem Halling e Mancini (2004), é valiosa nesse tipo de situação, pois promove o contraste, permitindo ver diferenças e similaridades. Os autores alertam que, nesse processo comparativo, é preciso ter cuidado com o tom etnocêntrico de estudos teóricos de países “academicamente mais desenvolvidos” (como EUA, Alemanha ou Inglaterra) que descrevem experiências singulares como se fossem universais. Não se pode simplesmente aplicar à realidade brasileira os conceitos válidos para outros contextos.

Para discutir a identidade do jornalista brasileiro da contemporaneidade, foi consultada uma série de referências bibliográficas abordando o tema da identidade e de outros conceitos conectados ao estudo identitário, sobretudo na época contemporânea. O primeiro capítulo objetiva discutir a complexidade da noção de identidade, mostrando diferentes posicionamentos teóricos encontrados nas referências pesquisadas. Busca também, analisar essas contribuições associando-as à identidade jornalística, procurando perceber que conceitos e noções são mais adequados para o desenvolvimento desta pesquisa, que tem como objetivo investigar a identidade do grupo dos jornalistas.

No segundo capítulo, faremos um esforço para descrever as representações mais significativas – seja na produção acadêmica, seja nos relatos de jornalistas – no âmbito da construção da identidade desse grupo. Para isso, servirão de apoio diversos textos de autores

nacionais e estrangeiros que tratam das práticas, valores, história, teorias e outros aspectos ligados ao jornalismo.

Por fim, tendo perpassado por esse arcabouço teórico, voltaremos nosso olhar para um momento específico da história do jornalismo brasileiro: a discussão sobre a criação de um Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), um projeto de lei apresentado ao Congresso Nacional em agosto de 2004. Entre agosto e dezembro, o projeto tramitou nas casas legislativas, sendo discutido e, finalmente, votado. A decisão final resultou em rejeição da proposta de criação do Conselho. Durante esses cinco meses, foram recolhidas matérias jornalísticas informativas e opinativas que saíram em quatro jornais, quatro revistas e três sites. Esse material foi escolhido para análise por dois principais motivos: primeiro porque a proposta de criação de um Conselho Federal de Jornalismo suscitou um debate digno de atenção entre os membros da categoria. Segundo porque grande parte desse debate se deu através da mídia, lugar que, em geral, o jornalista usa para falar do mundo. Nesse caso, os jornalistas se envolveram num processo aqui chamado de auto-referenciação, em que falaram sobre si próprios, mobilizando representações, atribuindo sentido a si mesmos, argumentando a seu próprio favor e adotando estratégias discursivas que apontaram para o mundo deles (jornalistas).

O debate sobre o CFJ merece atenção porque envolveu a discussão sobre valores e práticas caras ao universo jornalístico, importantes elementos que ajudam traçar algumas linhas da fronteira da identidade jornalística. Além disso, a escolha pelo Conselho Federal de Jornalismo como objeto de análise focaliza o jornalista brasileiro contemporâneo, por ter sido um projeto de lei que atingiria especificamente os jornalistas que atuam no Brasil.

Já a auto-referência foi destacada porque é ela é uma das maneiras pelas quais os jornalistas elaboram uma auto-imagem para ser passada à sociedade. Como se sabe, a identidade depende não só daquilo que somos, mas também daquilo que os outros pensam que somos. Ao se

auto-referenciarem, os jornalistas reforçam valores, constroem sua memória, apresentam-se à sociedade como detentores de um poder de fala, expõem características de seu trabalho que eles acreditam ser importantes, relembram fatos da memória coletiva envolvendo a categoria, colocam-se em oposição a outros grupos... Esse é, portanto, lugar de lutas pelo sentido da profissão, ou seja, local estratégico em que podemos encontrar uma busca por um consenso provisório sobre o que é a identidade jornalística.

O discurso auto-referencial é considerado, aqui neste trabalho, como uma forma de ação jornalística, sendo, portanto, um fazer intencionado (CHAPARRO, 2003), mas não necessariamente consciente em sua plenitude. Entendemos que o que move a construção do texto jornalístico vai além da vontade particular de um agente em produzir um relato verossímil sobre a realidade. Os discursos também devem ser entendidos como resultado de uma série de escolhas influenciadas pelos contextos situacional imediato, institucional e sociocultural mais amplo (PINTO, 2002).

Dessa forma, durante a análise das matérias auto-referenciais sobre o Conselho Federal de Jornalismo, é possível ver mais do que aquilo que eles expõem, mas é possível também procurar o que eles escondem e que não querem mostrar. Todas essas nuances irão conduzir a uma certa compreensão da identidade jornalística.

1 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS JORNALISTAS

Os jornalistas estão presentes na sociedade. Alguns deles, nós até vemos nos meios de comunicação; temos uma certa imagem desses trabalhadores, sabemos reconhecê-los facilmente em algumas situações, damos-lhe (alguma) credibilidade ao mesmo tempo em que esperamos deles certas atitudes. Podemos dizer que essas pessoas formam um grupo. Bastante heterogêneo, é verdade, mas, ainda assim podem ser agrupados sob o rótulo de “jornalistas”. Eles são um determinado conjunto de trabalhadores: ganham salário, têm funções a cumprir, desempenham certas tarefas. Mas a identidade dos mesmos não gira em torno apenas do que eles fazem. Eles também podem ser identificados pelos seus desejos, sonhos, interesses, pelo diploma de graduação que carregam, e também por aquilo que eles defendem como valores, pela memória que constroem, ou pelas suas associações de classe e organizações trabalhistas, ou ainda pelas representações em torno das quais se organizam.

Nesta dissertação é feito um esforço em mapear o conjunto de representações, práticas e valores ao redor dos quais se configura a identidade de um grupo profissional em especial e, para isso, em diversos momentos, far-se-á menção a seu agente específico: o jornalista. Antes de discutir sobre o processo identitário a ele associado, pretende-se, primeiramente, explicitar a maneira pela qual ele está sendo compreendido neste trabalho.

O direcionamento de nosso olhar para a figura desse trabalhador é fornecido pelo conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu (1998). Por ele, alcançamos um equilíbrio na maneira de enxergar o indivíduo: o agente nem é só mero reflexo das estruturas que organizam a sociedade nem é totalmente sujeito da consciência e autônomo no agir. Para o autor, o *habitus*, sendo uma espécie de *modus operandi*, funciona como uma matriz na qual os agentes baseiam suas percepções,

apreciações e ações. Ele é um princípio gerador que tanto reproduz as condições objetivas e regulares quanto permite inovações e ajustes.

Essa noção bourdiesiana de *habitus* é importante porque supera dois diferentes modos de se encarar o “agente”: um primeiro, que enxerga o mesmo como ator sempre consciente de seus atos e, por isso, responsável integralmente pelas suas escolhas e por seu posicionamento no espaço social. E um segundo, que o encara como mero suporte da estrutura social. Essa última é uma tendência de cunho estruturalista cuja crença é a de que as relações sócio-econômicas são capazes de moldar as formas sociais de organização e, conseqüentemente, determinar os agentes sociais. Nessa maneira de pensar, os indivíduos são parte de uma estrutura e estão fortemente ligados a ela, de modo que não há espaço para autonomia individual. Todos estão estruturalmente definidos.

Quem pensa exclusivamente de acordo com o primeiro modo pode argumentar, por exemplo, que o jornalista tem plena liberdade para construir seu texto e que, se ele quiser, pode desenvolver seu trabalho livre da interferência de outras pessoas. Porém, quem dá demasiada ênfase à capacidade individual, acaba deixando de perceber possíveis influências de outros grupos e culturas, ou negligencia a compreensão de que existem relações de poder que podem submeter o jornalismo a determinadas configurações. Outro problema dessa maneira de entender o agente como portador da totalidade da consciência é que ela também esquece a possibilidade descrita por Freud e outros autores da psicanálise, de haver, por trás de ações e escolhas, a força do inconsciente.

Já quem adota a segunda concepção para entender o comportamento dos indivíduos, tende a acreditar que *todas* as ações, valores e crenças do jornalista só existem como uma forma de submissão à estrutura social vigente.

Ora, os dois posicionamentos descritos acima não dão ao agente uma dimensão suficientemente complexa para que ele seja compreendido enquanto indivíduo imerso em relações de poder. É exatamente por essa razão que esta pesquisa incorpora o conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu, para ampliar o entendimento sobre os jornalistas. Esse autor, sabendo que não vai criar uma terminologia nova, toma emprestado da escolástica a palavra *habitus* para remeter-se à idéia de conhecimento adquirido. De um lado, ele quer livrar-se da restrição estruturalista que vê o agente como suporte da estrutura. De outro lado, procura enxergar capacidades criativas, inventivas do agente, mas sem cair na filosofia da consciência.

Nesse sentido, as práticas dos jornalistas não são pura execução. Ao produzir um texto, o profissional, ao mesmo tempo, imprime nele algumas marcas pessoais e reproduz modelos já estruturados pela coletividade. Esse exemplo mostra que os agentes dinamicamente deslocam-se entre as estruturas e as práticas. As pessoas tanto interiorizam a exterioridade quanto exteriorizam a interioridade. (BOURDIEU, 1998). É o *habitus* que faz um elo entre as estruturas externas com as práticas internas a um agente ou grupo. Esse arranjo é que nos permite perceber a configuração de um esquema durável e flexível.

A identidade tem grande aproximação teórica com o esse conceito bourdiesiano que demonstra a concomitante durabilidade e flexibilidade da forma de organização de um grupo. Também ela (identidade) é vista como um arranjo mais ou menos estável, mas que permite constantes reorganizações. Outro ponto de interseção com o *habitus* é que, quando se fala de identidade, não se está se referindo a uma estrutura pronta ou acabada. Tampouco se está entendendo-a como resultado de uma representação que o sujeito faz consciente e autonomamente de si mesmo. Identidade é, sobretudo, um processo de construção de sentidos que são negociados e constantemente revistos no espaço social.

1.1 Pequeno panorama dos diferentes olhares sobre o conceito de identidade

Muito já se produziu no âmbito teórico sobre o tema da identidade. Existe uma vasta bibliografia que procura descrever como ela é, de que maneira é formada, que elementos a constituem. Algumas obras apontam as mudanças na compreensão desse conceito, como por exemplo, *A identidade cultural na pós-modernidade* (2002), livro em que Stuart Hall aponta três períodos históricos com seus respectivos modos de compreender a formação identitária do sujeito. Em resumo, são eles: 1) o sujeito centrado da época iluminista, 2) o sujeito sociológico e, por fim, 3) o sujeito fragmentado, fruto da “crise das identidades”.

Hall explica que o sujeito do iluminismo era percebido como detentor de uma grande estabilidade. Quando se mencionava identidade, isso significava a crença em algo de essencial, fixo e permanente que pudesse identificar uma pessoa – algo que existisse desde o nascimento até a morte do sujeito. O grande foco, nessa época, era na capacidade de auto-determinação do indivíduo, ou seja, a identidade era percebida como uma completude da pessoa: tudo o que ela era dependia apenas dela mesma, como se fosse uma essência.

Mas essa concepção de identidade passou a tomar outros rumos com as contribuições dos conhecimentos do campo da sociologia. A segunda noção – a do sujeito sociológico – entende a identidade a partir inserção do homem na sociedade. De acordo com esse novo viés, o mundo público, a cultura exterior e a relação com as outras pessoas também passam a ser importantes fatores para a formação do mundo interior, ou seja, passam a ser considerados influenciadores da subjetividade do indivíduo.

A terceira e última concepção descrita por Hall é aquela ambientada no período que ele gosta de chamar de pós-modernidade. O cenário em que se localiza a nova noção é o mundo globalizado, com a diluição das fronteiras físicas entre os países, com os meios de comunicação e

transporte “diminuindo” distâncias, com as crises da verdade e da ciência. Nesse contexto, a identidade passa a ser entendida como fragmentada e até contraditória. Hall afirma que quando a fantasia de uma identidade unívoca, segura e coerente começa a dar lugar à possibilidade de identidades múltiplas e cambiantes, isso é o retrato da chamada “crise das identidades” (HALL, 2002).

A identidade propriamente dita nunca foi algo estável e homogêneo; o que existiu outrora foi apenas uma crença na idéia de identidade unificada, mas identidade inteiramente coesa nunca existiu. De qualquer forma, durante muito tempo, a grande crença era a de que os sujeitos e as coisas possuíam uma essência.

As raízes dessa maneira de pensar a identidade como algo estável vem desde a tradição da filosofia grega, que postulou a questão do Ser. Sócrates, Platão, Aristóteles e seus seguidores acreditavam na composição do ser uno, indivisível e imutável. Esse modelo venceu o pré-socrático Heráclito, que afirmava que “tudo flui”. Esse pensador contestava a unidade permanente do ser e dizia que nada permanece o mesmo. Mas, como já dissemos, não foi esse o caminho seguido pelos fundadores do pensamento ocidental. Foi, sim, o enfoque ontológico que guiou a forma de pensar desenvolvida a partir de então.

No Renascimento, a busca ontológica pelo Ser deu lugar a uma preocupação epistemológica com o Conhecer. Com Descartes, a razão passa a ser supervalorizada e o sujeito da razão vem a ser o centro do conhecimento do mundo. Mas ainda assim o indivíduo permanece sendo concebido como proprietário de uma identidade unificada, ou seja, esse sujeito-racional-conhecedor continua a ser entendido como portador de uma certa coerência e unidade.

Mas houve uma mudança nessa forma de entender a identidade, e diversos aspectos conduziram a isso. O advento da História como disciplina, os estudos em psicologia, antropologia, psicanálise e outros passaram a questionar a certeza nas bases fixas do sujeito. Os

pensamentos desta tríade de filósofos – Marx, Nietzsche e Freud – “afastaram o eu do centro do cosmos, atribuindo a esse último dinâmicas de caráter econômico, ontológico ou incôscio, não controláveis pelo homem” (COLOMBO, 1991). A partir de tais paradigmas, passou a ganhar mais força a concepção de que *ser* não pode ser considerado um dado pronto, mas é melhor entendido como sendo resultado de um processo. Diante disso, o conceito de identidade também passa a ser cada vez mais compreendido como fruto de uma construção.

1.2 Identidade: uma construção social

É impossível compreender a identidade de um sujeito fora de sua colocação social (Lévi-Strauss apud COLOMBO, 1991). Para responder à pergunta “quem são os jornalistas?”, é necessário voltar os olhos para aquilo que o grupo organiza interiormente como significativo, e, além disso, é preciso situá-lo num âmbito de sociabilidade, de partilha comum de significados.

A identidade do grupo só consegue manter-se válida se ele conseguir legitimação diante da sociedade. Da mesma forma, a auto-referenciação, embora seja um movimento que aponta para dentro, só efetiva-se realmente quando existe algo de fora capaz de prestar atenção a essa ação, ou seja, a ação de fazer referencia a si mesmo precisa de uma validação social. Portanto, para o estudo identitário, a figura do Outro é imprescindível.

“Tudo o que fazemos, tudo o que somos, como sujeitos e atores no mundo social dependem (sic) de nossa relação com os outros: de como os vemos, os conhecemos, nos relacionamos com eles, nos importamos com eles ou os ignoramos. (...)”

O Outro, no entanto, pode agir como um espelho; e, no reconhecimento da diferença, construímos nossa própria identidade, nosso próprio senso de nós mesmos, no mundo. Se compreendemos essas diferenças, ou se meramente as vemos, então temos de levar o Outro em conta” (SILVERSTONE, 2002, p.249).

A crença de que o ato de perceber o Outro é um requisito imprescindível para criarmos uma imagem de nós mesmos e do mundo está também no pensamento do filósofo Levinas (apud

SILVERSTONE; apud MOSCOVICI, 2005), que ensina que *ser* é ser com os outros, pois é na alteridade que a existência se dá. Mas alerta Moscovici, que a diferença entre eu e o Outro não pode ser tomada como uma relação excludente, isto é:

“quando pensamos na relação entre o Eu e o Outro, este não é concebido como aquele que não é como nós, que é diferente de nós. O outro é, ao mesmo tempo, o que me falta para existir e aquele que afirma de outra maneira a minha existência, minha maneira de ser” (MOSCOVICI, 2005, p.13).

Nesse sentido, não se deve cair na tentação de tomar o Outro como objeto. Ele é também um sujeito com o qual eu me relaciono. É na medida que interajo com outros sujeitos que minha própria subjetividade vai sendo construída. “A resposta à pergunta *quem sou eu?* não é apenas uma questão de semelhança ou de diferença. Trata-se, antes de tudo, de uma questão de interdependência e de interação que nos transforma no campo social.” (MOSCOVICI, 2005, p.12)

Portanto, “a intersubjetividade não deriva da subjetividade, mas o contrário” (GUIDDENS, 2002). Isso quer dizer que o autoconhecer-se só é possível depois que se conhece os Outros. A formação de uma auto-imagem e de uma autoconsciência não provém apenas de uma reflexividade interna, mas deriva de trocas, ou seja, de inter-relações sujeito-sujeito no espaço social.

No caso dos jornalistas, é fácil perceber a importância da interação com o Outro para a existência desse grupo, já que a própria função que esses trabalhadores desempenham na sociedade está intrinsecamente conectada com o ato de falar ao outro. Tal como esclarece Vera França da Veiga, “o jornalismo está enraizado no terreno da palavra humana, (...) instância de pulsão expressiva e socializante do homem” (VEIGA, 1998, p.26); é uma das formas do “dizer” social.

Quando o jornalista atua na sociedade, por meio de seus textos (impressos, radiofônicos, televisivos ou dos mais diversos formatos), age para falar *do* outro e *ao* outro. Em alguns

momentos ele até fala *de*, e/ou *para* si mesmo, numa atitude a qual chamamos auto-referenciação, (por exemplo, nas matérias jornalísticas sobre Conselho Federal de Jornalismo, de 2004), mas isso não significa que nessas ocasiões os jornalistas estão centrados exclusivamente no interior do próprio grupo. Textos jornalísticos auto-referenciais também ancoram sua legitimidade e aceitação por via do reconhecimento pelo Outro. Quando os jornalistas falam de si mesmos, é porque querem ser ouvidos, e, mais do que isso: ao construírem seus discursos e partilhá-los no espaço social, procuram identificar-se em torno da crença de que são mediadores legítimos entre as informações e os outros. Essas e outras representações serão mais detalhadas no capítulo seguinte.

1.3 Identidade e memória

Além de compreendermos a importância do Outro para a elaboração de uma auto-imagem, faz-se necessário explicar, ainda, outros aspectos ligados à construção da identidade. Essa é também entendida como uma operação narrativa (RICOUER apud PAHL, 1997), ou como uma espécie de autobiografia, isto é, um projeto dotado de consciência e reflexividade (GIDDENS, 2002). De acordo com tais concepções, construir identidade é como contar uma história que produza sentido para quem a conta e para quem a escuta. “As pessoas se identificam com aquilo que dizem de si mesmas e que os outros dizem delas” (PAHL, 1997, p.174). Muito do que dizemos de nós mesmos ou do que os outros dizem de nós se constrói a partir de lembranças. Por isso, a memória é considerada um atributo de suma importância para alinhar a organização dessa narrativa refletida. Dizem James Fentress e Chris Whickam que “quando recordamos elaboramos uma representação de nós próprios para nós próprios e para aqueles que nos rodeiam.” (FENTRESS e WHICKAM, 1992, p.20). A memória também estabelece coerência e

sentido à narrativa si mesmo, pois “...saber o que fomos confirma o que somos...” (LOWENTAL, 1989, p.83). A memória é, assim, uma dimensão fundamental dos processos identitários.

Todavia, é preciso tomar cuidado para não enxergar a memória e a identidade como elementos dotados de perfeita estabilidade. Em relação à memória, ressalta-se que ela é sempre constituída pelo par lembrança/esquecimento, motivada por interesses do presente, o que faz com que o grupo esteja constantemente reconfigurando aquilo que ele acha mais importante sustentar como lembrança (COLOMBO, 1991). Em relação à identidade, segundo Roland Barthes, vive-se atualmente um momento de crise da representação e de fragmentação do sujeito, de modo que já não se pode admitir a existência, no sujeito, de um núcleo estável que possa ser representado. Nesse contexto, a identidade caracteriza-se por ser somente uma espécie de amálgama capaz de dar a sensação de unidade, quer dizer, o que existe é apenas uma ficção de identidade que é “*reapresentada*” como unitária. (BARTHES apud COLOMBO, 1991). Além disso, alerta-nos Anthony Giddens que:

“(...) a sensação de auto-identidade é simultaneamente sólida e frágil. Frágil porque a biografia que o indivíduo reflexivamente tem em mente é só uma ‘estória’ entre muitas estórias potenciais que poderiam ser contadas sobre seu desenvolvimento como eu; sólida porque um sentido de auto-identidade muitas vezes é mantido com segurança suficiente para passar ao largo das principais tensões e transições nos ambientes sociais em que a pessoa se move”. (GIDDENS, 2002, p.56)

A narrativa biográfica que um indivíduo ou grupo faz de si mesmo é construída a partir de uma seleção de informações entre tantos dados que fizeram parte da totalidade do real vivido. A memória recolhe fragmentos do passado (LOWENTALL, 1989) e conserva informações que passam por um processo de organização e reconstituição (LE GOFF, 2003). A autonarrativa, e por consequência a identidade, são apoiadas por essas informações e - mais do que isso - pelo uso que o indivíduo ou grupo faz dessa informação. Há valores da tradição ou eventos da história que são aspectos de identificação tão fortes que são capazes de sustentar, por muito tempo, uma certa

auto-imagem daquele indivíduo ou grupo.

Por outro lado, tal como lembra Giddens, existem momentos de tensão e fragilidade ao longo da construção da narrativa de si mesmo. Em muitas ocasiões, fenômenos (que podem ser internos ou externos) desestabilizam a constância desse processo consciente de auto-organização e impulsionam tomadas de posição: ou de manutenção ou de mudança.

No caso dos jornalistas, o período de discussão pelo qual a categoria passou em 2004, durante a tramitação do projeto do CFJ no Congresso, pode ser considerado um momento de tensão. Por isso foi escolhido como objeto de análise desta dissertação, por ser uma oportunidade de se investigar que representações são mantidas em segurança e que fragilidades a identidade jornalística apresentava naquele instante. Essa análise será desenvolvida no último capítulo. Por enquanto, o que se pretende enfatizar é que uma das estratégias mais produtivas para proceder ao estudo da identidade desse grupo é considerar a memória também associada a ele.

Tanto identidade quanto memória são fenômenos estudados a partir de interações sociais e influências coletivas. Mas é bom lembrar que nem sempre foi assim. Tal como descrevemos mais acima, o pensamento sobre identidade passou de um âmbito mais individual e autocentrado para uma abordagem sociocultural mais ampla. Esse mesmo percurso foi traçado pelos estudos sobre memória. Inicialmente, os primeiros autores² a tratar do tema pensaram a memória como um atributo do indivíduo, ou seja, extremamente pessoal. Maurice Halbwachs é o primeiro a discordar disso, publicando, em 1925, o texto *Les cadres sociaux de la mémoire* e, em 1939, *La mémoire collective chez les musiciens*. Essas obras, e posteriormente o livro *A memória coletiva*, só publicado em 1950, marcaram o deslocamento de enfoque do individual para o coletivo. Halbwachs dá aos estudos sobre a memória um viés sociológico, mostrando que mesmo as

² Cf. **BERGSON**, Henri. *Matéria e Memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

lembranças mais íntimas e pessoais não podem ser separadas da máxima durkeimiana de que “o homem é um ser social”.

Posteriormente, outros estudiosos³ aprofundaram a compreensão da memória social, incorporando as contribuições de Halbwachs, mas também sendo capazes de enxergar a existência de aspectos ligados ao âmbito pessoal. De qualquer forma, o pensamento nessa área modificou-se para um entendimento de que a memória – pessoal ou coletiva – está fortemente ligada às relações que se dão no espaço social. A ligação entre memória e formação da identidade também conta com contribuições dos campos da psicologia social, da história, da medicina social, entre outros.

A inter-relação desses conceitos não é difícil de ser percebida. Como diz David Lowental “(a) perda da memória destrói a personalidade e priva a vida de significado” (LOWENTAL, 1989, p.209); ou “(o)s grupos também mobilizam lembranças coletivas para sustentar identidades associativas duradouras” (LOWENTAL, 1989, p.84). Ou como afirma Michael Pollak, “*a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva (...)” (POLLAK, 1992, p.209).

No texto *Memória e Identidade social*, Pollak resume o conceito de identidade à formação de uma “imagem de si, para si e para os outros”. Nesse sentido, afirma que há três elementos importantes na construção da mesma: primeiro - uma fronteira de ordem física (no caso dos grupos, o sentimento de pertencimento); segundo - uma continuidade no tempo (uma permanência física, moral e psicológica pela qual o grupo se faz sensível, visível e perceptível aos outros) e, por fim, um certo sentimento de unidade ou sensação de coerência.

Uma das maneiras de se estabelecer fronteiras é pela delimitação de um “*savior faire*”. Muito do que a sociedade percebe da identidade jornalística está relacionado ao reconhecimento

³ Cf. Lowentall, Pollak, Fentress e Wickham

do tipo de atividade que os jornalistas exercem. Quando vemos um âncora na televisão, ou um repórter com seu gravador diante de um entrevistado, ou um amontoado de fotógrafos ao redor de um político, supomos que ali estão indivíduos pertencentes ao grupo dos jornalistas. Seus modos de trabalhar são fonte de reconhecimento por parte das outras pessoas, o que caracteriza, portanto, uma delimitação da abrangência de ação de um grupo a partir de julgamentos externos.

Internamente, o “*savior faire*” também organiza fronteiras do grupo profissional. Quando os agentes reúnem-se em torno das práticas típicas do jornalismo, estão, assim, partilhando o *habitus*, ou seja, realizando suas ações – individuais ou coletivas – dentro de variadas relações de poder e de estruturas organizantes do espaço que ocupam. O fazer diário da profissão engloba mais que as atividades a serem realizadas cotidianamente, abrangendo também os diversos contextos atrelados a esse fazer. Anthony Giddens destaca a importância dos fazeres na construção de identidades:

“A existência é um modo de estar no mundo no sentido de Kierkegaard. Ao ‘fazer’ a vida cotidiana, todos os seres humanos ‘respondem’ a questão do ser – e o fazem pela natureza das atividades a que se dedicam. (...) tais ‘respostas’ estão fundamentalmente localizadas no nível do comportamento.” (GIDDENS, 2002, p.50)

Gerard Namer explica que a vida cotidiana do indivíduo e sua memória estão profundamente ligadas à profissão que esse ocupa. A esfera do trabalho e da produção técnica é local de construção daquilo que o autor denomina “memória funcional”, a qual é sedimentada a partir de uma prática funcional. Observa-se aí, portanto, a organização de uma memória coletiva em torno das funções desempenhadas por um grupo profissional (NAMER, 1987). Assim, pode-se dizer que os papéis desempenhados pelos jornalistas por meio de suas atividades fornecem elementos para sua autodefinição.

Mas vale lembrar: identidades são mais do que papéis. Enquanto as primeiras organizam

significados, os segundos organizam funções. (CASTELLS, 2000). A identidade do jornalista não pode ser vista restritamente como resultado de uma prática. Sendo “construção de significado”, identidade considera os fazeres, mas também engloba os valores, as crenças, os mitos, os saberes, as representações sociais, a história, a memória, as relações de poder, além de outros elementos que são fonte de fortes ligações para os indivíduos que o compõem um grupo.

Delimitar fronteiras é também um movimento de negociações com outros atores que dividem o mesmo espaço social. A estruturação da identidade é um processo nada estático, em que valores são disputados em conflitos sociais e intergrupais (POLLAK, 1992).

Pelo discurso jornalístico - cujo formato, regras e gêneros também são fruto de ordenamentos e rearranjos – os jornalistas negociam seu poder, sua credibilidade, sua aceitação e a abrangência de sua atuação no espaço social. Esse processo de negociação da autoridade por meio dos textos não está relacionado tanto a *o que* o texto diz, mas *como* e *por quê* diz. Apenas a análise do conteúdo não dá conta de perceber o peso simbólico de um texto enquanto instrumento de negociação do poder de fala. A tradição da Análise de Discurso mostra que é pela consideração dos contextos que se pode entender a complexa rede de significação de um produto cultural produzido, difundido e consumido na sociedade. (PINTO, 2002)

No caso desta dissertação, as matérias auto-referenciais que fazem parte do material empírico escolhido para análise deverão ser entendidas como discursos através dos quais os jornalistas manifestam-se, definindo seu lugar de fala. No caso dos textos auto-referenciais, a elaboração de uma auto-imagem é ainda mais evidente. O discurso voltado para discutir um assunto do interior do próprio grupo revela, em geral com grande transparência, aquilo que os jornalistas procuram valorizar internamente, ainda que isso não esteja obviamente exposto no conteúdo do texto. Vale lembrar que esse discurso ainda é cheio de interstícios, os quais, se

observados mais cautelosamente, são capazes de revelar lutas por definições de sentido num âmbito ideológico e imerso em relações de poder.

Um dos papéis atribuídos ao jornalista da atualidade é o de informar, via meios de comunicação, aquilo que aconteceu no mundo. Pierre Nora (1979) explica que, antes do advento da mídia, eram os historiadores os grandes responsáveis por dar a uma ocorrência o status de acontecimento⁴. Na era dos meios de comunicação, as práticas midiáticas acabaram por impor o imediatamente vivido como história e os jornalistas passaram a disputar com os historiadores a legitimidade de selecionar os fatos dignos de serem comentados e lembrados.

O autor Jay Rosen lembra que vários papéis foram atribuídos aos jornalistas americanos em diferentes momentos da história dos EUA. Na época da independência em relação à Inglaterra, eram vistos como revolucionários; no início da história da república eram identificados como “criaturas” de partidos políticos e que já no meio do século XIX se enquadravam como uma classe de trabalhadores da mídia de massa. (ROSEN, 1999). No Brasil, as representações desses profissionais também são diversificadas e cambiantes (panfletários, políticos, literatos, boêmios, intelectuais, objetivos, isentos, investigadores, denunciastas, sensacionalistas, manipuladores...).

Para entender como se processam essas caracterizações que conferem ao jornalista uma dada posição na sociedade, mais uma vez recorremos aos ensinamentos de Pierre Bourdieu (2003; 2004). Esse teórico descreve que o mundo social organiza-se tanto objetiva quanto subjetivamente. É a lógica da diferenciação que organiza objetivamente o mundo. Estruturas objetivas como as instituições, ou as divisões econômicas, proporcionam um certo consenso das percepções, dos entendimentos e das formas de ação dos grupos. Em outras palavras, “o espaço

⁴ A noção de acontecimento será melhor trabalhada a seguir. Cf. p.58.

social tende a funcionar como um campo simbólico, um espaço de estilos de vida e de grupos de estatuto, caracterizados por diferentes estilos de vida” (BOURDIEU, 2004, p.160). Nesse ambiente, cada grupo destaca-se por seus signos peculiares que, em muitos aspectos, definem a forma como ele vai sendo organizado e entendido dentro de um sistema simbólico. Mas as categorias de percepção e os modos de compreender o mundo também são fruto da subjetividade. Através de lutas simbólicas, é possível transformar e inovar as percepções e categorizações que normalmente são aceitas como consenso.

Falar de aceitação consensual é também falar de poder simbólico. Possuir poder simbólico é ter o reconhecimento por parte daqueles que submetem-se a tal poder. Como diz Bourdieu, “é um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe” (BOURDIEU, 2004, p. 188). Assim, quando se pensa sobre a legitimidade dos jornalistas em funcionarem como porta-vozes das notícias, ou dos fatos do mundo, está-se pensando sobre o crédito que esse profissional possui para desempenhar tal tarefa. Se o papel de informador – ou outro papel, dependendo da época ou do local – é atribuído ao jornalista, isso só ocorre porque a sociedade reconhece e aceita que ele possui capital simbólico para desempenhar aquela função.

Mais uma vez, afirmamos: mesmo quando os jornalistas se auto-referenciam, eles não estão falando exclusivamente ao interior do próprio grupo. A auto-referenciação é, antes de tudo, uma estratégia de negociação de autoridade e uma forma de construção da identidade no âmbito do espaço social partilhado por diversos agentes. Por ela, o grupo reforça seus valores, apresenta-se como detentor de poder de fala, trabalha sua memória e, sobretudo, constrói sua identidade.

Num exemplo que remete à história dos Estados Unidos, Barbie Zelizer (1992) demonstra que a morte do presidente Kennedy representou um momento crucial para que os jornalistas se legitimassem através de suas próprias narrativas sobre o caso. A contação, promoção e recontação das “fábulas” são auto-referenciais. Contando e recontando as histórias do assassinato,

ou seja, elaborando e reelaborando a memória sobre o episódio, os jornalistas construíram, pelo discurso, sua própria celebridade, reafirmando-se como os contadores legítimos daquele fato. A posição dos jornalistas diante do acontecimento singular despertou uma disputa com os historiadores pelo poder de fala sobre o assunto.

O exemplo de Zelizer serve para confirmar que a maneira pela qual o jornalista é aceito e compreendido não é dada desde sempre. Em cada momento, os jornalistas negociaram discursivamente seu lugar de fala e organizaram sua auto-imagem: primeiro, na época em que houve o assassinato propriamente dito; em seguida, nos vários relatos memoráveis sobre o evento: 10 anos depois, 20 anos depois... Ao trabalharem a memória do episódio da morte de Kennedy, os jornalistas também propiciaram mudanças da própria maneira de se verem e de serem vistos pelas pessoas, isto é, estiveram em processo de construção de sua própria identidade.

Como vimos anteriormente, a identidade também se organiza a partir do elemento “permanência no tempo” (POLLAK, 1992). Não há sujeito se não há uma duração. Mas, como alerta Giddens, só a duração não basta, pois é necessário que exista um reconhecimento da mesma:

“Como o eu é um fenômeno um tanto amorfo, a auto-identidade não pode referir-se meramente à sua persistência no tempo à maneira como os filósofos poderiam falar da ‘identidade’ dos objetos e das coisas. A ‘identidade’ do eu, ao contrário do eu como fenômeno genérico, pressupõe uma consciência relativa. É aquilo ‘de que’ o indivíduo está consciente no termo ‘autoconsciência’. A auto-identidade, em outras palavras, não é algo simplesmente apresentado, como resultado das continuidades do sistema de ação do indivíduo, mas algo deve ser criado e sustentado rotineiramente nas atividades reflexivas do indivíduo.” (GIDDENS, 2002, p. 54)

Diante da proposição acima, formulou-se a seguinte pergunta: como funciona aquilo que pode ser considerada a “consciência” de um grupo? Sugere-se que a memória é uma das chaves para essa resposta. Ao mobilizar lembranças e promover esquecimentos, os grupos constroem significado para aquilo que foram no passado e sustentam aquilo que significam no presente

(momento em que elaboram suas memórias). Assim, é pela mobilização de lembranças – e também pela promoção de esquecimentos – que se pode obter uma narrativa coerente do transcorrer da vida e do desenrolar do tempo. A manutenção de uma memória viva indica o desejo do grupo ou do indivíduo por uma ancoragem duradoura (não fixa), ainda que essa possa se deslocar com o tempo.

É interessante notar que as memórias e a narrativa da trajetória do eu são profundamente marcadas por um desejo de ancoragem segura, ou seja, o indivíduo ou grupo constrói sua identidade associando-a a elementos que possam ser reconhecidos dialeticamente por ele mesmo e pelos outros. Uma das mais forte fontes de “ancoragem segura” é conjunto de valores ou crenças hegemonicamente difundidos, no sentido de Gramsci, aos quais o indivíduo ou grupo se agarra para dar sustentação à própria memória.

Muitas vezes os jornalistas cultivam suas memórias ligando-as a posições ideológicas hegemônicas. Podemos verificar essa premissa em entrevistas, artigos, livros de memórias, biografias e também nas matérias auto-referencias que compõem o corpus desta dissertação. No livro *Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo*, por exemplo, o jornalista Pery Cotta (1997) conta sobre a época em que ele trabalhava no jornal *Correio da Manhã*, durante a ditadura militar. Em diversas passagens do texto, o autor procura atrelar o papel de jornalista ao de defensor dos interesses públicos, dos valores de liberdade:

“Os objetivos do velho CM eram as mesmas aspirações coletivas da sociedade brasileira, defendidas por ele com fervor, dentro da linha marcante do interesse nacional e do compromisso direto com os leitores. Suas opiniões coincidentes com o bom senso geral, sempre surgiam de forma natural e afloravam com o costumeiro brilho. Dessa forma, espelhavam força política sempre crescente e, em consequência, ganharam autoridade moral incomparável.” (COTTA, 1997, p. 18)

Também Carlos Eduardo Lins da Silva, ao reeditar, em 2005 o livro *Mil Dias* (1988), trabalho sobre a *Folha de S. Paulo*, originado de uma pesquisa realizada nos anos 1980, associa

sua lembrança a valores tidos como “universais”: “Naquele período da vida nacional, a *Folha* foi uma espécie de porta-voz das ansiedades da sociedade civil que se organizava para restabelecer o Estado de direito e a democracia.” (SILVA, 2005, p.14-15).

Também é comum encontrar relatos desenvolvidos em torno de mitos, como, por exemplo, o da objetividade; ou do mito do herói aventureiro, também conhecido como “complexo de Clark Kent” (VIEIRA, 1991 *apud* OLIVEIRA, 2005). No livro *Repórteres* (1997), onze jornalistas contam suas experiências com reportagem, em textos que transmitem os aspectos aventureiros desse tipo de trabalho. Joel Silveira (*apud* DANTAS, 1997) conta sobre a cobertura da guerra na Itália no inverno de 1944-45, relatando as dificuldades e riscos enfrentados no *front* em busca das informações. “Passar por ali era uma provação diária. E nós, correspondentes vindos de Pistóia, não tínhamos opção: era cruzar a ponte ou ficar do lado de cá. Quer dizer, do lado de cá da guerra.” (DANTAS, 1997, p.97). Outro repórter, Audálio Dantas, que é também organizador do livro acima, delineia as características esperadas de um repórter:

“Coragem para ver é uma das exigências do ofício de repórter. A esta deve-se acrescentar outra, igualmente importante – a coragem de contar o que se vê. Muita gente deve imaginar que os repórteres fazem parte de uma raça especial de homens sem medo, tantas são as situações de perigo em que eles se metem. Na verdade, os repórteres não são mais nem menos corajosos do que outras pessoas. É verdade, também, que nunca se viu um bom repórter que pertença à categoria dos covardes sem remissão. Por isso, deles se exige, pelo menos a coragem de espantar o medo nos momentos em que isso é preciso.” (DANTAS, 1997, p.20)

Ao organizarem sua memória associando seus atos passados a mitos ou posições ideológicas dominantes, os jornalistas reforçam o sentido de sua permanência no tempo, procurando elaborar a imagem de um grupo coerente, sólido e competente e que tem autoridade e poder de fala ao longo da história. Os exemplos procuram mostrar, enfim, que nesses momentos memoráveis, o jornalista negocia os contornos para sua própria identidade.

2 REPRESENTAÇÕES DO JORNALISMO E DOS JORNALISTAS

No mundo da produção teórica, existem vários e divergentes entendimentos sobre questões envolvendo o jornalismo. Algumas correntes defendem que ele constitui um campo (BOURDIEU, 1997, 1998), com autonomia e autoridade bem definida. Outros (KUNCZIK, 2002) argumentam que jornalismo não está sequer num nível de organização suficiente para ser reconhecido como profissão. Essa é apenas uma entre tantas discrepâncias. Conforme a americana Barbie Zelizer já diagnosticou em seu livro *Taking Journalism Seriously* (2004), a academia possui uma enorme quantidade de comunidades interpretativas que já se debruçaram sobre o tema e produziram diversos trabalhos teóricos acerca dele. São pesquisas nas áreas de sociologia, história, estudos da linguagem, ciência política, análise cultural, entre outras. Cada um desses campos oferece uma leitura enfocando determinados aspectos, mas, na opinião da autora, a pesquisa acadêmica ainda está longe de chegar a um consenso sobre qual o melhor jeito de se entender o jornalismo. Para ela, como nenhum deles é capaz de fazer uma conceitualização completa sobre jornalismo, “uma equalização de vozes é uma pré-condição necessária para engajar numa pesquisa renovada sobre jornalismo (...)” (ZELIZER, 2004, p.6)

Para a produção de novos olhares e novas abordagens, faz-se necessário percorrer os saberes vindos de tantos ramos de conhecimento, relevantes metodológica e epistemologicamente, e que oferecem pluralidade de visões, condições necessárias a uma pesquisa que toma o cuidado de não ser estreita nem simplificadora.

Da sociologia, vieram estudos sobre as rotinas de trabalho, as práticas comuns à profissão, os ordenamentos organizacionais, as hierarquizações, as relações com as fontes e o público, enfim, diversas pesquisas que contribuíram para investigar a função dos jornalistas como atores

da realidade social. É dessa aproximação sociológica que surge uma série de teorias do jornalismo, com reflexões voltadas principalmente para o fazer jornalístico.

A essa gama de conhecimentos enraizados na sociologia, os estudos de jornalismo podem ser complexificados pela aproximação com a teoria da história, como defende Marialva Barbosa (2005). Enquanto a sociologia oferece bases para descrever importantes fenômenos, a aproximação com a história instiga a *busca pelos porquês*, ou seja, o interesse pela interpretação das ações sociais. A adoção dessa preocupação pelos estudos de jornalismo conduz ao que Agnes Heller (1993 apud BARBOSA, 2005) chama de “consciência de mundo histórico”, que nada mais é do que a compreensão de que existe muito mais do que um mundinho ao meu redor; existe, sim, uma escala universal da história, uma história do mundo.

Uma outra contribuição que a teoria da história pode dar aos estudos de jornalismo diz respeito à *consciência crítica*, aspecto que move o homem na busca do conhecimento verdadeiro. “É essa visão crítica que transforma a teoria da história numa espécie de medium para lidar com os problemas do passado. A mesma visão crítica se aplicada aos estudos de jornalismo, pode transformar sua teoria numa espécie de medium para lidar com os problemas do presente” (BARBOSA, 2005, p.6).

Há ainda um terceiro paralelo entre história e jornalismo levantado pela autora que merece ser comentado aqui. Ambos trabalham, num certo sentido, com o mesmo produto: a narrativa. Assim como a história, o jornalismo conta histórias. E esse fato, na concepção de Agnes Heller, significa estar no mundo. A maneira como cada um deles conta suas histórias tem características próprias, mas, os dois se utilizam da narrativa para agir significativamente.

A história não é o único campo a valorizar a narrativa. O olhar sobre a construção da narrativa no jornalismo é enriquecido por abordagens teóricas ligadas à análise de discurso e aos estudos da linguagem.

Em relação à análise do discurso, esse é um método analítico que possui especificidades vindas de vertentes francesas e americanas e que, tal como define Milton José Pinto, “procura descrever, explicar e avaliar criticamente os processos de produção, circulação e consumo dos sentidos veiculados àqueles produtos na sociedade” (PINTO, 2002, p.11). Os produtos a que ele se refere são os produtos culturais da comunicação, tais como peças publicitárias, discursos políticos, programas de TV e rádio, e, claro, o discurso jornalístico.

O jornalismo também pode ser visto sob a ótica dos estudos da linguagem. As teorias dessa área também são bastante abrangentes, incluindo estudos provenientes do estruturalismo, que tende a enxergar a língua como um sistema de regras próprias; ou estudos subjetivistas, que tendem a focalizar demasiadamente a importância do indivíduo na configuração da língua. Há ainda, visões que trafegam no equilíbrio entre as duas posições anteriores.

O estruturalismo, posição que, por um lado, ganhou força e influenciou escolas através de seu principal representante, o lingüista Ferdinand Saussure, é, por outro lado, severamente criticado por alguns outros teóricos. Mikhail Bakhtin, pensador russo, faz uma dura crítica à visão objetivista abstrata do estruturalismo. No entanto, ele não adota plenamente o subjetivismo individualista. Ele concorda com o fato de que a língua é dinâmica e aceita a tese de que a fala é fundamental para a constituição da língua. Mas rejeita a hipótese de que o indivíduo é o responsável pela constituição lingüística. “O centro organizador e formador dos fatos lingüísticos não se situa jamais no interior do indivíduo, ele lhe é sempre exterior, situa-se completamente no território do social.” (RIBEIRO, 2003). A principal contribuição de Bakhtin para o avanço teórico em relação ao estruturalismo reside na ênfase dada às relações sociais. Para o autor, é no espaço da sociedade, pelo **diálogo** entre os atores, que os sentidos vão sendo partilhados e os significados vão sendo negociados nessas interações. Conforme ele mesmo afirma em *Marxismo*

e Filosofia da Linguagem, “a consciência individual é um fato sócio-ideológico” (BAKHTIN, 2002, p.35).

Embora não imediatamente ligado à análise de produtos culturais do jornalismo, os conceitos de Bakhtin, por destacarem o caráter social da língua, fornecem idéias pertinentes a serem aplicadas em análise de textos jornalísticos. A atividade jornalística possui uma evidente ancoragem na vida social. É justamente *na, para e sobre* a sociedade que o jornalismo produz e difunde suas narrativas, ou seja, elabora seu discurso.

Sociologia, história e estudos da linguagem: os parágrafos anteriores delinearam, ainda que de maneira abreviada, alguns importantes ramos que precisam ser lembrados nas pesquisas que têm como objeto o jornalismo. Enfim, é como o mesmo intuito de Barbie Zelizer - de levar o jornalismo a sério - que vamos, na presente dissertação, conduzir os estudos sobre jornalismo, e, por consequência, sobre o jornalista.

2.1 Aspectos da organização do grupo em torno do conceito de profissional

No início deste capítulo, foram apresentados dois pontos de vista divergentes sobre o status do jornalismo: Pierre Bourdieu acredita na autonomia relativa do campo jornalístico, enquanto Michel Kunczik não dá ao jornalismo nem mesmo o estatuto de profissão. A seguir, essas posições serão detalhadas e novamente confrontadas. Com isso, pretende-se mostrar que não existe um consenso a respeito da identidade jornalística. E é exatamente dentro dessa falta de um discurso comum que a presente dissertação se ambienta. Vejamos:

Bourdieu (1998) desenvolve a noção de campo para tratar sociologicamente de temas como a religião, a vida intelectual e a vida artística. O termo *campo* é usado para designar uma espécie de universo autônomo em relação a outras instâncias sociais (tipo a economia ou o poder

político). No livro *A economia das trocas simbólicas*, ele explica que à medida que um campo vai ganhando autonomia vai também formando um campo de agentes especializados. Assim, no campo intelectual, os agentes seriam a *intelligentsia*; no jornalístico, os jornalistas.

É possível compreender o processo de formação do campo a partir da análise de Bourdieu sobre a arte. O autor relembra que, na Idade Média, a produção artística possuía fortes vinculações com o terreno religioso, mas, com o passar do tempo, ocorrem mudanças gerais na estrutura e na função dos sistemas de produção dos bens simbólicos, fator que permitiu que o campo artístico se tornasse menos dependente e mais livre da influência da Igreja. As obras de arte e os critérios de apreciação deixavam de estar submetidos à lógica eclesial e começavam a ser pensados a partir dos artistas. À medida que tal campo conquistou seu espaço na estrutura social, foi também se estruturando internamente, criando seus próprios parâmetros, seus modos particulares de organização, enfim, foi afirmando uma legitimidade propriamente artística. Em relação ao jornalismo, Bourdieu elabora a seguinte proposição:

“O mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos. Dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos.” (BOURDIEU, 1997, p.55)

É preciso ressaltar que autonomia não significa independência absoluta. Um campo precisa dos outros campos, não pode se isolar. Bourdieu afirma que quando os campos se fecham demais às referências externas e obedecem demais a regras próprias correm o risco de não alcançarem recepção no seu exterior. Nesse caso, a produção simbólica desse campo ficaria restrita aos seus agentes; os membros do grupo falariam apenas a seus pares. Tal atitude de isolamento pode ser prejudicial ao campo, afinal, deixar de ter um interlocutor fora do grupo pode ocasionar enfraquecimento do discurso e perda de poder de fala no ambiente social.

Pensando essa questão em relação ao jornalista, podemos argumentar que, muitas vezes, o jornalista escreve ou fala pensando em atingir o interior do próprio grupo, entretanto, a função social que o jornalismo adota é a de, prioritariamente, falar ao público. Sua autoridade de fala é constituída no interior do próprio campo, mas também prescinde de referências nos campos exteriores. A auto-referência é um movimento “para dentro” e “para fora”. Os jornalistas têm interesse em falar aos seus pares, mas também procuram construir sua autoridade nos contatos exteriores. É na sociedade que o jornalista precisa se fazer entender, afinal, ele constitui-se, necessariamente, pela sua capacidade e função de falar para os outros. Dessa maneira, a autonomia do campo jornalístico está ligada a seu poder de fala e à sua autoridade conquistados tanto interna quanto externamente.

Tendo apresentado os argumentos de Pierre Bourdieu defendendo o jornalismo enquanto campo, passamos à análise das considerações elaboradas por Michael Kunczik (2002), pensador alemão que vislumbra comparativamente as aproximações do jornalismo dos eixos Norte e Sul, e para quem o jornalismo sequer é uma profissão. Para ele, o termo (profissão) implica na:

“posse de um monopólio sobre uma área de conhecimento, que é relativamente inacessível aos leigos; uma imagem pública positiva, segundo a qual a motivação dos profissionais é predominantemente altruísta; e a suposição de que as profissões têm autoridade para fixar seus próprios regulamentos (...)” (HAUG, 1973 apud KUNCZIK, 2002, p. 35)

Em relação ao monopólio de conhecimentos, o fato de ter um diploma significa que o bacharel possui um estudo especializado e direcionado para atuar em uma determinada área. Médicos têm que ficar seis anos na universidade; advogados, cinco. Para os jornalistas brasileiros, a obrigatoriedade do diploma tem uma trajetória de idas e vindas. Em 1938, Getúlio Vargas pelo decreto-lei 910, tornou obrigatório o registro dos jornalistas profissionais no Ministério do Trabalho, mas não havia ainda escolas de ensino superior. O primeiro curso regular

de jornalismo foi criado em 1947 pela Fundação Casper Líbero, em São Paulo, mas só em 1969, com o decreto-lei 972, que o diploma se tornou condição necessária para exercer a atividade (RIBEIRO, 2000). Antes disso, era comum encontrar nas redações jornalistas vindos de outras formações acadêmicas e, até mesmo, pessoas sem formação superior, mas que conseguiam traçar uma trajetória na empresa de comunicação que as levasse ao exercício prático da profissão.

Até 2001, a questão sobre a exigência do diploma para exercer a função de jornalista parecia estável, até que uma liminar de uma juíza substituta do estado de São Paulo suspendeu a obrigatoriedade. Quatro anos depois, em outubro de 2005, o Tribunal Regional Federal da Terceira Região cassou a decisão da juíza, retornando com a norma que obriga o jornalista a ser bacharel nessa área. Tal inconstância nos faz deixar em aberto a possibilidade de que novas leis ou determinações apareçam até mesmo antes do término da redação desta dissertação.

Esses fatos envolvendo a questão do diploma (que é apenas um entre tantos fatores que representam a construção de um saber específico para a categoria dos jornalistas) demonstram que existe pouco consenso acerca das especificidades cognitivas desses trabalhadores.⁵ Relacionando esse raciocínio à investigação da identidade jornalística, é possível afirmar que as fronteiras que delimitam as capacidades exclusivas desse profissional são bastante tênues. É basicamente com essa linha de pensamento que Michel Kunczik afirma que jornalismo não é profissão.

O outro argumento apontado pelo autor que enfraquece a sedimentação profissional pousa sobre o quesito “autoridade para fixar seus próprios regulamentos”. No Brasil, os advogados e médicos possuem organizações legítimas e fortes para estabelecer e fiscalizar regras para essas

⁵ A questão do diploma para jornalistas no Brasil é bastante complexa e envolve mais do que a discussão acerca da gama de conhecimentos restritos ao campo de saber dos jornalistas. Podem ser envolvidos nessa discussão diversos outros aspectos, tais como interesses políticos e patronais, modelo educacional adotado no país, entre outros.

duas profissões. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ou o Conselho Federal de Medicina (CFM) são autarquias que possuem credibilidade e respeito frente aos advogados e aos médicos. Eles apóiam-se nessas organizações profissionais e, através dela, controlam aspectos de seu trabalho. Diante dessas duas instâncias, a questão do diploma de curso superior torna-se um aspecto menor na definição da autonomia de saberes. Para a OAB e para o CFM, só podem receber o registro profissional aqueles bacharéis capazes de passar em testes por eles elaborados.

O projeto do Conselho Federal de Jornalismo previa a criação de uma autarquia, nos moldes do CFM, que serviria como o órgão legítimo para “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Jornalista”⁶. Após cinco meses de tramitação nas instâncias legislativas, o projeto não foi aprovado. Michel Kunczik poderia argumentar que isso seria um exemplo de autoridade incompleta por parte dos jornalistas. Entretanto a situação é mais complexa. Conforme veremos em capítulos posteriores, apesar de o projeto de um conselho para os jornalistas ter sido elaborado por uma instituição representante dos mesmos (Fenaj), a categoria não o reconheceu como sendo porta-voz dos interesses do grupo.⁷

Embora insista que o termo “profissão” só serviria para designar profissões tradicionais com a dos médicos ou advogados, por exemplo, Kunczik é capaz de admitir que os jornalistas são dotados de uma relevante ocupação social e que, “devido ao grande impacto dos meios de comunicação, (...) têm uma responsabilidade profissional para com o público que estão servindo” (KUNCZIK, 2002, p.37).

Interessante notar que, não raro, alguns autores que estudam a identidade dos jornalistas acabam comparando-os, em algum sentido, com os médicos. Para a antropóloga Isabel

⁶ Ante-projeto de lei do Conselho Federal de Jornalismo, título II, capítulo I, artigo 39

⁷ A discussão envolvendo fronteiras identitárias e regulamentação será retomada mais à frente, principalmente no capítulo que trata especificamente sobre o projeto do Conselho Federal de Jornalismo.

Travancas, ambos estabelecem uma relação passional com a profissão que exercem; a escolha dessas duas carreiras implica numa “adesão” tão forte que o exercício de seu trabalho chega a comprometer outros setores da vida. “(...) É como se a profissão, no caso do jornalismo, já se tornasse uma característica própria e, portanto, inseparável do seu ‘eu’”. (TRAVANCAS, 1990, p.71). Tudo isso ela afirma, tendo convicção de que o jornalismo é, definitivamente, uma categoria profissional. Diferentemente de Kunczik, ao compará-los com os médicos, ela os posiciona dentro de uma mesma classificação: a de categoria profissional.

Em seu livro *O mundo dos jornalistas*, ela chega até a procurar elementos que classifiquem o grupo como uma classe, contudo, tendo entrevistado jornalistas antigos e novatos, com diferentes condições financeiras, ela conclui que não é possível sistematizar a categoria dos jornalistas numa “posição definitiva e imutável na estrutura social”. Dessa forma, ela julga melhor usar o termo “categoria” em vez de “classe” para remeter-se a eles.

Ao estudar o universo de trabalho dos jornalistas, a antropóloga vai até a redações de veículos de comunicação de grandes centros urbanos do sudeste brasileiro e, inserida nesses locais, passa a acompanhar as rotinas de produção e o convívio entre os membros da categoria. Imersa numa rede de relações que se estabelecem nos espaços das redações e das “ruas” (o exterior das redações, onde os jornalistas efetivamente irão cobrir os fatos, entrevistar pessoas, presenciar eventos etc), o trabalho da autora torna-se fortemente marcado pela análise da instituição jornalística. A antropóloga enxerga o jornalista como um profissional que tem uma carreira a seguir dentro de uma empresa. Esse é o seu universo de trabalho e análise. E a partir dessa concepção, não só ela, mas também outros autores, como Gaye Tuchman e Warren Breed, descrevem traços importantes para a construção da identidade jornalística ao observarem as dinâmicas e rotinas dentro do funcionamento das redações.

Para Travancas, “(a) experiência em redação, assim como a vivência como jornalista,

possibilitou a esse grupo criar uma identidade comum” (TRAVANCAS, 1990, p.84). Já Breed (1955) desenvolve seus estudos sobre o grupo, procurando entender algumas formas do trabalho desses profissionais através do enfoque nos chamados constrangimentos organizacionais. Ao inserir o jornalista no seu contexto mais imediato, que é a empresa onde ele trabalha, o autor aponta que muitos traços característicos dos jornalistas são resultado de uma incorporação daquilo que é reproduzido no interior das empresas jornalísticas. Trabalhos como o de Breed caracterizam-se por dar enfoque às organizações, entendendo-as como importantes elementos na conformação dos atores e das ações. Segundo Nelson Traquina, “(...) na teoria organizacional, a ênfase está num processo de socialização organizacional em que é sublinhada a importância duma *cultura organizacional*, e não uma *cultura profissional*.” (TRAQUINA, 2003, p.72).

Diante do exposto, faz-se necessário dizer que adotamos, nesta dissertação, a mesma posição de Travancas, no sentido de enxergar os jornalistas como uma categoria profissional. Acrescentamos, no entanto, que o estudo da identidade jornalística não pode se restringir ao estudo das teorias organizacionais. Sabe-se que muito do que envolve a maneira de ser dos jornalistas está extremamente ligado ao que ele vivencia e partilha dentro das organizações empresariais jornalísticas, contudo, é tomando a noção de *habitus* de Bourdieu que seremos capazes de enxergar mais do que reproduções de práticas institucionais, contextualizando o fazer jornalístico juntamente com sua importância simbólica no amplo espaço das interações sociais.

As práticas, os valores, os ordenamentos que serão delineados a seguir certamente são parte da identidade e do *habitus* jornalístico, mas, de maneira alguma, podem ser vistos como definições estáticas.

Da mesma forma que Bourdieu acredita que “... as ações coletivas de um grupo ou de uma classe aparecem como produto de uma conjuntura” (BOURDIEU, 1998, p.XLIII), assim pesquisaremos a identidade jornalística: procurando explicações conjunturais capazes de dar

sentido a formas identitárias específicas. É justamente por isso que, sempre que possível, a preocupação histórica vai servir de suporte para amparar discussões acerca das mudanças culturais, sociais e políticas. Para além da análise sociológica, outras formas de pensamento e outros conceitos precisam ser acrescentados a esta dissertação para que possamos avançar para além da simples constatação de fatos, mas possamos ainda investigar as causas e os porquês.

2.2 Notícia e objetividade: a força desses dois elementos na identidade jornalística

Durante a exploração da bibliografia que compõe este trabalho, foi possível notar que muitos textos tendem a tratar do jornalismo exclusivamente como produção de notícia. Nelson Traquina, em *Teorias do Jornalismo Volume 2: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa* (2005) procura conhecer a cultura jornalística a partir de uma compreensão das notícias. Michael Schudson, no livro *Discovering the News* (1978) relata mudanças nos contornos da atividade jornalística, surgidas a partir de 1830, nos Estados Unidos levando em conta, principalmente, a unidade informativa conhecida como notícia. Isso é sintomático. A notícia tem um peso simbólico maior que os outros elementos do discurso jornalístico. Provavelmente os autores não desconsideram a existência de outras formas discursivas que também são produtos jornalísticos, mas enfatizam a notícia por ela ser um dos produtos mais recorrentes do trabalho do jornalista. Ela sintetiza o produto típico do jornalismo, tal como acontece com o repórter, personagem-símbolo da profissão.

Esta pesquisa toma o cuidado de não reduzir o jornalismo à produção noticiosa, pois entende que há ainda outras formas do fazer jornalístico, o que está representado no corpus de análise, que engloba, além das notícias, artigos, editoriais e até charges. Por extensão, o jornalista

não é apenas o produtor de notícias, mas também o fotógrafo, o repórter, o produtor de pauta, o diagramador, o editor, o cinegrafista, para citar algumas funções. A notícia é apenas parte do que o jornalista pode fazer no seu complexo cotidiano. Fotografar, realizar uma enquête na rua, conversar com suas fontes e receber informações em *off*, carregar o equipamento e montá-lo num lugar privilegiado para captar as melhores imagens numa coletiva, partilhar com os colegas de profissão as impressões sobre um evento que estão cobrindo, cumprir ordens da chefia, planejar a montagem das cenas em conexão com o texto, consultar um arquivo e apurar dados para constituir uma reportagem investigativa são alguns outros exemplos do que um jornalista pode realizar. Certamente algumas das atividades acima estão ligadas à dinâmica da produção noticiosa, mas não são, em si mesmas, a construção da notícia. Ser jornalista é muito mais que fabricar um produto, envolvendo também fazer parte de um grupo que tem uma memória, que segue normas, partilha certos valores, defende uma deontologia, convive numa determinada rede de relações.

De qualquer forma, a notícia é um conceito imprescindível para o estudo do jornalismo. É a partir dela que muitas contribuições surgiram na pesquisa acadêmica acerca das teorias do jornalismo. Realmente ela é o elemento de mais fácil reconhecimento quando entramos em contato com o jornalismo, seja assistindo a um telejornal, escutando o noticiário (olha o nome notícia embutido aí!) do rádio, lendo um portal informativo na internet, folheando um jornal. Sua evidência é tão grande que chega a denominar qualquer atividade de jornalismo no senso comum. É comum ouvir um leitor de revista (que em geral tem mais reportagens do que notícias propriamente ditas) dizer que leu uma notícia sobre a corrupção no governo.

Entretanto, o conceito de notícia não pode ser tomado como algo conectado ao trabalho do jornalista desde sempre. Aquilo que existia nos primeiros panfletos europeus surgidos a partir da prensa de Gutenberg, ou aquilo que João do Rio praticava nas páginas dos jornais do início do

século XX no Brasil, está muito longe das características que parecem tão naturalizadas nas notícias de hoje. Antes do advento da objetividade, os textos jornalísticos e a própria atividade de jornalismo eram rigorosamente diferentes do que encontramos nos meios de comunicação atualmente.

Assim como *notícia*, outro conceito é constantemente associado à prática jornalística. Impossível deixar de falar de *objetividade*. Ela é um valor que pode ser considerada marca divisória no jornalismo em grande parte do mundo e também no Brasil. É possível até mesmo fazer uma separação: jornalismo A.O. (antes do ideal da objetividade) e jornalismo D. O. (depois do ideal da objetividade).

O primeiro lugar de onde se ouviu falar em objetividade na imprensa foi nos Estados Unidos, no início do século XIX. De lá, essa concepção passou para a Europa e também chegou ao Brasil. Mas esse não foi um processo simples, nem aconteceu pelas mesmas razões em cada lugar.

Até 1830, nos Estados Unidos, os jornais que ali circulavam eram propriedade de alguns homens, os *printers* (ou impressores), donos dos aparatos de impressão e patrocinadores de todo o processo de produção do jornal. Era a voz deles que valia, e seus interesses eram claramente identificados nos textos jornalísticos. Embora fossem eles que bancassem diretamente seu negócio, a manutenção da verba só era possível por causa de colaborações provenientes do mundo político. Quase sempre, o jornal era vinculado a algum tipo de atividade política, servindo como porta-voz de grupos, partidos políticos e associações. (SCHUDSON, 1978).

Mas por volta de 1830, a imprensa ganhou novos contornos. Com a entrada da publicidade e de anúncios, os periódicos afastaram-se da política tanto financeira quanto ideologicamente. É nessa época que surge a *penny press*, jornais comercializados a um preço irrisório e que, por esse motivo, eram bastante vendidos. O *New York Sun*, primeiro jornal da

penny press, em poucos meses alcançou uma circulação superior a qualquer outro jornal da cidade. Em dois meses passou de 5 mil cópias a 15 mil vendidas num dia. (SCHUDSON, 1978) Não só as tiragens, mas também o número de novas publicações aumentou.

Diferentemente da imprensa partidária, os jornais da *penny press* alegavam ser independentes da política e, privilegiando uma cobertura mais voltada à vida social, aproximavam-se da classe média urbana, ao mesmo tempo em que se afirmavam refletores da realidade do mundo (SCHUDSON, 1978). Nesse momento, é possível vislumbrar na imprensa uma clara separação entre opinião e notícia. Nos textos opinativos, era de se esperar certa carga de subjetividade. Nas notícias sobre os crimes, a vida das pessoas, os eventos da cidade, enfim, sobre o cotidiano, o texto adquiria outras características, aproximando-se de relatos mais objetivos.

A adoção da norma da objetividade não foi uma consequência automática da entrada da publicidade na imprensa. Segundo Michael Schudson, há ainda uma série de fatores morais, econômicos, tecnológicos, legais, culturais, políticos e sociais que contribuíram para que a imprensa americana incorporasse tal valor em sua rotina, fazendo dele um discurso para legitimar a profissão.

Entre as mudanças de ordem tecnológica, o autor aponta os avanços nas técnicas de impressão, razão que permitiu o aumento das tiragens e o barateamento de alguns processos. O país apresentava evoluções em relação ao sistema de transporte; as malhas viária e ferroviária também passavam por melhorias e ampliações. Isso ajudou a distribuição e a circulação dos jornais pelas regiões do país. O telégrafo foi um aparato que impôs à comunicação certos procedimentos objetivos, como a abreviação de palavras, redução de adjetivos e o tratamento mais direto possível. As informações que vinham de outros lugares através de agências de notícias via telégrafo eram breves e iam direto ao assunto.

Outro argumento de Schudson tem a ver com a queda no índice de analfabetismo nos Estados Unidos, o que significou um aumento no número de leitores e incentivou o surgimento e crescimento de jornais.

Todos esses fatores, ele diz, dão conta de algumas condições para o surgimento da imprensa de baixo custo e de alta circulação, contudo não explicam como ela pôde se desenvolver e ganhar força. Para ampliar o entendimento desse contexto, o autor fala da atmosfera política e econômica sentida pela sociedade americana de então. A chamada “era jacksoniana” representou a passagem de um modelo de república mercantilista liberal para uma “democracia igualitária de mercado”, período em que se cultivava a crença na igualdade política e de oportunidade econômica. Esse senso de democratização da vida econômica revela a ascensão de uma classe média urbana e ajuda a compreender o tipo de imprensa surgida para se dirigir a ela.

Todas essas mudanças e constatações estão relacionadas ao contexto histórico que levou a transformações na imprensa americana desde o início do século XIX, entretanto, Schudson defende que foi apenas no século XX, depois da I Guerra Mundial, que a objetividade se firmou como norma e ideologia no jornalismo americano, numa reação ao ceticismo em relação aos eventos. O pensamento científico da época aliado às sensações populares posteriores à guerra geraram uma descrença de que os fatos poderiam falar por si mesmos. A nova mentalidade compreendia que é impossível narrar os acontecimentos exatamente da forma como aconteceram, afinal, toda representação descarta a possibilidade de se alcançar o real em sua totalidade. Ser objetivo, então, para os jornalistas, foi um artifício de proteção ou uma tentativa de contornar o problema da subjetividade em relação ao mundo da realidade. Sendo assim, ser objetivo não foi uma tentativa de ser imparcial, mas foi uma decisão tomada pelos jornalistas da imprensa da era comercial (e não mais política) em consequência de seu ceticismo em relação aos fatos.

Gaye Tuchman partilha com Schudson essa noção de objetividade como mecanismo de proteção. Para ela, “os jornalistas invocam sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos” (TUCHMAN, 1993). O valor entraria na dinâmica de trabalho como uma espécie de ritual a ser seguido sempre, por todas as instâncias na redação, desde o repórter ao editor. O seguimento metódico do ritual da objetividade teria a função de neutralizar potenciais ameaças ao trabalho jornalístico, tais como o cumprimento dos prazos, as críticas, as reprimendas dos superiores e os processos de difamação.

Os argumentos e as razões acima descritos dão conta de explicar porque o conceito de objetividade surgiu nos EUA e se fortaleceu a partir da I Guerra Mundial, e porque ele tornou-se tão forte referência no trabalho jornalístico naquele país. Os mesmos motivos, no entanto, não servem para elucidar o processo de adaptação da objetividade no jornalismo brasileiro. Embora no Brasil a objetividade também seja um ideal balizador da profissão, o contexto de chegada da norma na imprensa brasileira apresenta diversas peculiaridades e divergências significativas em relação à história americana. Em primeiro lugar, enquanto o ideal objetivo nos EUA tem suas raízes e lampejos desde o século XIX (embora só tenha adquirido status de norma no início do XX), no Brasil ele ganhou força nas redações por volta da década de 1950.

É importante destacar que, embora reconhecida como um valor importado da imprensa americana, a objetividade e as outras técnicas trazidas dos Estados Unidos só puderam ser aplicadas nos jornais brasileiros porque houve todo um contexto propício para tal. As reformas jornalísticas dos anos 1950, embora pareçam resultado do trabalho individual de alguns veículos e de poucos homens, só ganharam tamanha dimensão já que, concomitantemente, existiam razões de ordem econômica, mudanças na mentalidade, entre outros fatores, que serviram de apoio à chegada das novas técnicas.

A objetividade no Brasil é retratada pela adoção de novas práticas que foram enfraquecendo a maneira tradicional de se fazer jornalismo. O “nariz de cera”, típico dos jornais antigos, era uma forma de introduzir a notícia de forma prolixa, sem tratar diretamente do fato, havendo espaço para divagações. A técnica americana do lead propunha a construção de um primeiro parágrafo sintético, capaz de responder, objetivamente, às perguntas – Quem? Fez o que? Quando? Onde? Por que? E Como?

Outra técnica - a da pirâmide invertida - consistia em narrar os fatos a partir dos mais importantes para os menos significativos. Assim, até mesmo por uma questão de facilitar a edição, os editores poderiam, se precisassem, cortar o último parágrafo sem mesmo lê-los, sem que isso fosse inteiramente prejudicial à compreensão do texto, uma vez que as informações mais relevantes estariam no início.

Até a década de 1950, é possível considerar que o jornalismo não possuía uma técnica própria. Os jornais de prestígio entre as elites⁸ possuíam um caráter mais político, privilegiando opinião em vez de informação. Também era marcante a aproximação com a literatura: até determinada época, eram nomes como Machado de Assis e José de Alencar que compunham o ideal de bom jornalismo no Brasil. Outra marca dos textos antes das reformas dos anos 50, era a ausência das técnicas da objetividade refletida pela presença de textos longos, cheios de juízo de valor, além do uso comum de uma terminologia rebuscada e próxima à linguagem jurídica.

Mudanças de ordem gráfica, tais como padronização nos títulos, uso de boxes e distribuição mais hierarquizada dos assuntos pelas páginas também foram adotadas, dando aos jornais uma nova “cara”.

⁸ Não podemos esquecer que a imprensa brasileira não era composta apenas de jornais direcionados à elite. Havia também uma imprensa mais popular, não necessariamente política ou literária. Mas também essa, antes dos anos 50, não havia adotado os parâmetros da objetividade.

Conforme demonstra Ana Paula Goulart Ribeiro, em sua tese sobre as reformas no jornalismo carioca na década de 1950, essas mudanças gráficas, textuais e de estilo refletem que os órgãos de comunicação da época passavam por uma transformação de valores. Novas preocupações, novos critérios e uma nova mentalidade justificavam as modernizações propostas. Isso é demonstrado por diversas citações ao longo do trabalho da pesquisadora. Do *Anuário Brasileiro de Imprensa*, ela transcreve:

“O jornal, não fugindo embora às leis da gramática, não pode transformar-se em boletim clássico da língua ou em intocável esmerada antologia. Seria inadmissível e monótono, senão mesmo absurdo, porque o jornal não se destina, está claro, a um ente, e sim às massas que para ler e compreender reclamam a simplicidade, o estilo singelo como água cristalina dos regatos.” (AnBI, 1956:57 apud RIBEIRO. A, 2003:209)

Uma outra referência, retirada do *Anuário de Imprensa, Radio e Televisão*, defende a modernização do padrão gráfico e diagramático do jornal, utilizando um argumento de ordem econômica para justificar a importância das reformas.

“O arranjo do jornal moderno deve ser funcional. Primeiramente porque existe muita concorrência para atrair a atenção do leitor (...). Além disso, com os custos de produção aumentando mais e mais a cada dia, não é conveniente para os editores empregarem tempo e dinheiro produzindo elementos tipográficos desnecessários” (AnIRTV, 1959:48 apud Ribeiro, 2003, p.34).

É importante ressaltar, como Ribeiro, que a história do jornalismo no Brasil é composta tanto por rupturas quanto por continuidades. Embora as reformas da década de 1950 sejam vistas como um momento “chave, revolucionário, fundador” para o jornalismo brasileiro, isso não quer dizer que a adoção de novos valores e práticas tenha acontecido de um dia para o outro. Os ideais de “objetividade, neutralidade e imparcialidade” não eram novidades. Eles não só já eram conhecidos, como também já vinham ficando mais fortes ao longo dos anos. O que aconteceu foi que, a partir da década de 1950, o antigo modo de se fazer jornalismo perdeu, efetivamente, sua força. Ainda assim, esse enfraquecimento não pode ser considerado uma ruptura com o estilo político-jurídico-literário. Como afirma Ribeiro (2003), os jornais “apesar das profundas

transformações por que passaram, não deixaram de ser políticos (até porque, no limite, tudo é político), mas passaram a atuar na arena política de outra forma” (RIBEIRO, 2003, p.23).

De qualquer maneira, foi apenas depois dos anos 50 que a objetividade tornou-se pilar fundamental para construção de toda uma deontologia. Daí constituem-se os primeiros manuais de redação, formam-se cursos nas redações para ensinar as técnicas de lead e pirâmide invertida tornando-as, assim, um padrão nos textos informativos.

Uma observação importante a ser comentada é o fato de as reformas terem partido dos jornais impressos. Nos Estados Unidos, a objetividade é uma norma surgida rigorosamente com os meios de comunicação impressos, já que rádio popular e televisão eram realidades ainda distantes no início do século XIX. No Brasil, o valor foi sedimentado pelos diários impressos, mas acabou contaminando quase imediatamente o jornalismo praticado em outros veículos de comunicação. O rádio já se configurava como veículo de massa na década de 1950, e a televisão, que era recém-chegada ao país, não demoraria a tornar-se um meio de difusão massiva de informação e notícia nos padrões objetivos.

Ao compararmos os Estados Unidos dos anos 1830 e o Brasil de 1930, podemos encontrar algumas semelhanças que proporcionaram um contexto parecido para a modernização da imprensa. Sobre os EUA, Schudson mostra os benefícios da urbanização e das melhorias econômicas internas para impulsionar a imprensa americana. No Brasil, Ribeiro relata que os anos 30 também foram caracterizados pelo crescimento do setor industrial urbano e pela tendência de equilíbrio da economia interna, fatores positivos para a imprensa começar a se modernizar. Mesmo que os jornais ainda não pudessem ser considerados verdadeiras empresas jornalísticas, a formação do jornal-empresa já representava um afastamento, ainda que pequeno, do modelo de folhetim literário-político.

O crescimento da publicidade é também outro motivo colaborador para a entrada da objetividade tanto na imprensa americana quanto na brasileira. **Teoricamente**, à medida que a verba arrecadada com propaganda passa a ser mais significativa no orçamento da empresa jornalística, diminui-se a dependência de grupos políticos patrocinadores. Como consequência, é possível não tomar partido e buscar imparcialidade. Nos EUA, Schudson afirma que a publicidade foi suficiente para financiar os jornais americanos a ponto de baratear custos, aumentar a tiragem e deixar a dependência dos grupos políticos. Já em relação à imprensa brasileira, Ana Paula Ribeiro afirma:

“(...) o aspecto político jamais desapareceu totalmente, exercendo um papel fundamental – estrutural – na dinâmica das empresas jornalísticas. Apesar de terem se afirmados imperativos na gestão e na administração, estes ainda não eram suficientes para garantir a autonomia das empresas. Por isso, os jornais jamais deixaram de cumprir um papel nitidamente político. O apoio a determinados grupos que estavam no poder ou na oposição (dependendo da conjuntura) era essencial para garantir a sobrevivência de algumas empresas, fosse através de créditos, incentivos ou mesmo publicidade” (RIBEIRO, 2003, p.40)

Em grande parte, a verba de publicidade para as empresas jornalísticas vinha de órgãos governamentais (assim como vemos acontecer ainda hoje). Indiretamente, grupos políticos continuavam a financiar, em parte, os jornais. Mas, além disso, pode-se observar um aumento da importância da publicidade no Brasil a partir de 1930. Tabelas da tese de Ana Paula Goulart Ribeiro demonstram o crescimento do número de agências e dos investimentos dos anunciantes (grupos empresariais tais como a *Lever*, a *Nestlé*, a *Esso*, a *Ford* e outros).

Ainda tratando das razões contextuais que explicam o surgimento da objetividade do Brasil, Ribeiro aponta um argumento simbólico capaz de promover novas interpretações na mentalidade geral da década de 1950. Num clima de “efervescência cultural”, a Bossa Nova, a popularização do teatro, o período áureo da Vera Cruz na produção cinematográfica, o início do Cinema Novo, as influências do nascimento da arte concreta (Portinari, Ivan Serpa), enfim, todos

esses processos culturais que valorizavam o nacional repercutiram na imprensa daqueles anos. Nesse mesmo raciocínio, a pesquisadora também aponta a influência do estilo de vida e dos ideais americanos na mentalidade brasileira. O Brasil importava ideais de modernidade e progresso (Brasília, “50 anos em 5”), importava padrões de consumo, moda, cinema de Hollywood, *rock’n roll*, entre outras influências.

Todas as razões expostas acima esclarecem porque a objetividade, embora um conceito importado dos Estados Unidos, ganhou força nas práticas jornalísticas dos meios de comunicação brasileiros. A inserção dessas mudanças, entretanto, não ocorre sem conflitos. No meio jornalístico, muitos se rebelaram contra as novas normas e argumentavam contra a adoção de certas práticas. Um grande exemplo dessa oposição foi Nelson Rodrigues, que cunhou o termo “os idiotas da objetividade” para se referir ao grupo de jornalistas que implantou, no Brasil, as técnicas importadas dos jornais americanos.

Apesar da sistematização do uso imposta aos jornalistas através de manuais de redação ou sanções da empresa, a adoção da norma da objetividade foi contestada, questionada e, nem sempre aceita completamente. De acordo com Albuquerque e Soares, em comparação com alguns ramos de conhecimento da ciência ou com outras profissões como direito e medicina, a objetividade para os jornalistas não se constitui como um estandarte, sendo apenas um conjunto de saberes e procedimentos relativamente frouxos. Mesmo considerando a relativa flexibilidade no uso estratégico do valor objetividade, não podemos descartar a grande importância que essa norma alcançou no ideário do jornalismo, seja na imprensa americana, na brasileira ou nos outros países que a adotaram. Entre idas e vindas, a objetividade e outros valores a ela ligados acabaram conquistando bastante espaço e aceitação entre os jornalistas brasileiros dos anos 50. Ainda hoje, o ideal permanece na memória do grupo como um **mito** ligado à idéia de verdade e honestidade.

No Brasil, ser acusado de faltar com a objetividade é considerado deslize, falta de ética ou descompromisso profissional.

Percebemos que alguns valores e práticas se destacam em relação a outros na história do jornalismo. Ainda que se elaborem contrapontos e contra-argumentos sobre eles, alguns deles passam por um processo de mistificação, tornando-se símbolos para a identidade jornalística. Fora do ambiente acadêmico e das discussões mais aprofundadas, o mito continua vivo no cotidiano do trabalho jornalístico, no senso comum, na percepção que a sociedade tem do jornalista e na auto-imagem que o jornalista sustenta perante seus pares e perante a sociedade.

Valores e práticas que se tornam mitos são, na verdade, simplificações, ou seja, compreensões pouco profundas. Esse é o caso de uma das primeiras teorias sobre o jornalismo: a teoria do espelho, que supõe que as notícias são reflexo da realidade e que os jornalistas são porta-vozes da verdade, interessados somente em informar. Essa visão simplista “é uma explicação pobre e insuficiente, que tem sido posta em causa repetidamente em inúmeros estudos sobre o jornalismo (...)” (TRAQUINA, 2003, p.68). Assim, hoje já não serve como embasamento teórico nem na academia e também já perdeu a força entre os profissionais da mídia. O jornalista sabe que não consegue alcançar a isenção total ao reportar um fato, seja ele qual for. Impossível manter-se neutro, ou impossível captar a totalidade da experiência e coloca-la no papel ou no vídeo. A construção do texto, a escolha das palavras, o ordenamento dos parágrafos são aspectos de um processo de mediação que não dá conta de refletir a realidade tal qual ela é.

Ainda que os jornalistas reconheçam as simplificações da teoria do espelho, persiste a analogia mítica do jornalista como observador neutro e relator objetivo dos fatos do mundo.

2.3 Jornalista, o mediador desejado

Como as pessoas vão saber do que está acontecendo no mundo senão pelo intermédio desse grupo de profissionais que traz ao conhecimento do público os bastidores do governo? Ou que contam sobre catástrofes e guerras do outro lado do mundo? Ou que traduzem os eventos do universo científico para a linguagem cotidiana? Que seria do “mundo dos esportes” se não houvesse repórteres, câmeras, transmissões e comentários radiofônicos? Ou como os eleitores conheceriam seus candidatos se não houvesse profissionais atentos a relatar os acontecimentos da vida política? Ou como um habitante do interior do país ficaria sabendo do tsunami que devastou a costa de um país no oceano pacífico? Ou ainda, como os consumidores aprenderiam sobre seus direitos se os programas jornalísticos não debatessem sobre o assunto?

Todas essas perguntas querem demonstrar que muito do que constitui a identidade jornalística está associado a uma certa imagem de que os jornalistas seriam os responsáveis pela mediação entre o público e aquilo que acontece. Ao jornalista é atribuído o dever quase missionário de levar a informação àqueles que não têm acesso direto aos fatos.

Mas falar de *fatos* não é tão simples quanto parece. Todos os dias, em todos os momentos e lugares, há milhares de ocorrências sucedendo-se no mundo, entretanto, apenas alguns são, efetivamente, matéria-prima para o jornalista. Alguns estudiosos sobre jornalismo problematizam a noção de **acontecimento** e procuram discutir que elementos estão envolvidos nesse processo mediador do qual o jornalista participa.

Em primeiro lugar, recordamos os estudos que apontam que o tempo e o espaço são limitadores do trabalho jornalístico. Não dá tempo e não há espaço para falar de tudo o que acontece no mundo. Certamente as discussões sobre a temática temporal e espacial são mais

complexas, mas essa simples constatação já é argumento suficiente para desestabilizar a simplicidade inicial da idéia de jornalista porta-voz de todos os fatos do mundo.

Em segundo lugar, lembramos os teóricos que, de uma forma ou de outra, demonstram que notícia é fruto de uma construção. Uns têm o foco sob o discurso, observando a construção da narrativa. Outros pesquisam critérios norteadores da produção noticiosa, outros ainda abordam como se constrói a notícia levando em conta a dinâmica de funcionamento do trabalho jornalístico nos meios de comunicação.

Autores como GANS, 1979; GOLDING-ELLIOTT, 1979 *apud* WOLF, 2001; HALL et al *apud* TRAQUINA, 2003, tentam entender quais os critérios envolvidos na atividade de produção noticiosa. Suas discussões estão em torno daquilo que é conhecido no jornalismo como “valores-notícia”. Os valores atualidade, periodicidade, universalidade e difusão, descritos por Otto Groth, são bastante conhecidos e são, inclusive, lecionados logo nos primeiros períodos dos cursos superiores de jornalismo no Brasil. Eles são exemplos dos critérios utilizados para ajudar os jornalistas a escolherem, entre as diversas ocorrências do mundo, aquelas que efetivamente possam ser consideradas notícias.

Da filosofia nos vem a noção de que o *logos* (palavra) é o responsável por pôr ordem ao *caos*, donde se desenvolve a afirmação de que a linguagem é a principal maneira que o homem tem de representar o mundo. É essa base que sustenta o abandono da teoria do espelho (que tende a ver as notícias como reflexo da realidade). É também ela que permite encarar o jornalismo como construção, na medida em que tal profissão trabalha com a produção de textos que precisam fazer sentido no espaço social.

Eliseo Verón (1981) alerta para a importância da linguagem na produção de sentido para um determinado fato. Partindo de análises feitas em um trabalho sobre os meios de comunicação e o acidente de *Three Mile Island*, uma usina nuclear americana, o autor demonstra que a mídia

constrói discursos em torno do acontecimento, e com isso vai modelando-o, transformando-o e construindo-o. Segundo Verón, o acontecimento-em-si-mesmo é uma variável desconhecida. Aquilo que ele denomina *acontecimento* é o que vai sendo moldado pelos meios de comunicação. O que chega ao conhecimento dos espectadores é fruto da mediação dos jornalistas. E cada palavra, cada jeito de anunciar, cada escolha tipográfica, cada entonação de voz são responsáveis por construir o acontecimento de uma dada maneira. Até a ordem das frases e a sucessão de informações que chegam das agências de notícias aos meios de comunicação são fatores que contribuem para uma certa organização do discurso que irá construir o acontecimento.

Verón exemplifica, com fragmentos das notícias recolhidas em sua pesquisa com meios de comunicação franceses, algumas contradições e ambigüidades surgidas durante a cobertura jornalística do acidente na usina *Theree Mile Island*, principalmente quando as primeiras informações começaram a chegar das agências americanas aos mídia franceses. O autor também aponta estratégias discursivas de auto-proteção que o jornalista adota quando produz um discurso informativo. Os modos verbais usados nos textos jornalísticos procuram dar a entender para o leitor/ouvinte/espectador que aquilo que o tempo de enunciação está distante do tempo do acontecido. Com isso, se eximem da responsabilidade de estarem dando informações imprecisas caso algo destoante tenha acontecido no meio tempo entre acontecimento e noticiamento do mesmo. Verón também menciona outro tipo de construção narrativa comum no jornalismo, a qual ele denomina “discurso didático”. Produtos jornalísticos desse tipo em geral dedicam espaço para explicações dadas um especialista sobre o assunto, o que é entendido por Verón como uma das formas de legitimação do discurso.

Para pesquisar sobre o caráter de construção dos acontecimentos, o autor trabalha com três tipos de mídia: TV, rádio e impressos. Ele ressalta que as particularidades de cada um também são fatores que influenciam no modo de construção do acontecimento. Entre esses

fatores estão a estrutura temporal de difusão de cada mídia e as características tecnológicas das mesmas. O funcionamento temporal de um meio de comunicação é dado pela quantidade de vezes que ele normalmente consegue noticiar o fato. É essa configuração que lhe confere o ritmo. A televisão, por exemplo, tem a oportunidade de mostrar o discurso jornalístico a seu público três a quatro vezes por dia, durante seus três ou quatro programas jornalísticos. Um jornal diário, no entanto, terá, no máximo duas edições diárias; às vezes apenas uma. Já o rádio, pode veicular breves noticiários a cada hora, se quiser. Com relação às especificidades tecnológicas, Verón afirma que os constrangimentos de produção não são apenas como definidores de técnicas, mas também de ideologia e de normas sociais de funcionamento.

Outros autores, como Lester e Molotch (1993), demonstram que a realidade representada pelos produtos jornalísticos é resultado de uma complexa rede de relações entre agentes sociais. Eles acreditam que, por trás da dinâmica de construção de notícias, há o envolvimento de basicamente três agentes: 1) os grupos ordinariamente fonte de notícias (governos, políticos, instituições, organizações etc), 2) os chamados *promoters* e 3) os *news assemblers*. *Promotores de notícia* são “aqueles indivíduos e os seus associados (...) que identificam (...) uma ocorrência como especial com base em algo, por alguma razão, para os outros”. O grupo dos *news assemblers* são os jornalistas, editores, e outros profissionais da mídia que “trabalhando a partir dos materiais fornecidos pelos promotores, transformam um perceptível conjunto finito de ocorrências promovidas em acontecimentos públicos através de publicação e radiodifusão” (LESTER E MOLOTCH, 1993, p.38). Os promotores de notícia são ainda, aqueles agentes que sabendo dos interesses e da forma de ação dos jornalistas jornalísticos, atuam de forma a fabricar acontecimentos para que eles sejam alvo da cobertura jornalística. São eles que organizam os horários dos eventos prestando atenção ao horário do telejornal, são eles que destacam os fatos

que teriam chances de aparecerem no jornal, enfim, eles procuram seguir uma certa lógica que guia o trabalho dos *news assemblers* (jornalistas).

A descrição desse comportamento, por Lester e Molotch, não soa como uma crítica negativa, mas tem mais um sentido de constatação. Já para Sylvia Moretzsohn, em algumas situações a fabricação de notícias acaba tomando um ar pejorativo, como por exemplo, no caso dos “famosos factóides da recente política brasileira -, feitos apenas para serem cobertos (...)” (MORETZSOHN, 2002, p.75). A autora menciona o exemplo para confirmar que o jornalista não só escreve sobre eventos ocorridos espontaneamente, mas também fabrica notícias mesmo a partir de situações forçadas e não acontecidas naturalmente.

Ao explicar o que o jornalista faz ao produzir uma informação para o jornal, Maurice Mouillaud (2002) explica que o profissional constrói uma espécie de moldura para abrigar o fragmento recolhido da experiência do mundo. É essa moldura, diz o teórico, que permite conservar e transportar a informação. É claro que, quando emoldurado, o acontecimento ganha um enquadramento, um foco, uma nova identidade, mas é essa estratégia de fragmentação que permite que a totalidade da experiência (impossível de ser capturada tal como é) possa ser organizada de maneira a produzir sentidos para os leitores (MOUILLAUD, 2002).

Nesse sentido, fabricar notícias é uma expressão que não precisa, necessariamente, adotar uma posição que denote negatividade, ou que remeta à manipulação maliciosa. Quando lembramos da proposta do jornalismo cívico ou comunitário, por exemplo, também estamos nos referindo a uma construção simbólica com um certo objetivo, e também vemos o jornalista assumindo um papel de mediador desejado entre o público e algo que ele deva saber.

Surgido nos EUA nos fins dos anos 80, o jornalismo cívico é descrito por Traquina como um movimento que tem a intenção de “contribuir para dinamizar a participação dos cidadãos na vida pública” (TRAQUINA, 2003, p.176). Defensor da idéia, Davis Merritt propõe uma mudança

radical no jornalismo, de modo que os jornalistas assumam “um papel para além de dar as notícias”. (MERRITT, 1995 apud TRAQUINA, 2003). O envolvimento com a comunidade, a preocupação com a solução dos problemas locais e o engajamento em questões comunitárias são ideais desse movimento que vê no jornalista o papel de estimulador, colaborador e encorajador dos cidadãos. Em tudo isso, está imbuída a idéia do jornalista como um ator que tem um papel político importante para garantir a democracia. Os idealistas desse novo jornalismo almejam novas posturas e novas formas de ação, e, muito do que eles defendem realmente demonstra uma quebra com as correntes práticas de jornalismo objetivo e distanciado. Contudo, muito do que constitui o ideário do jornalismo cívico não é necessariamente revolucionário; contém fortes traços de continuidade do discurso (não tão novo) de que o jornalista está a serviço do interesse público.

O livro *Sobre ética e imprensa*, do jornalista e professor de jornalismo Eugênio Bucci (2000), a todo momento reforça a idéia de que o jornalista, por seu caráter mediador, é um prestador de serviços à sociedade.

“Jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão dedicados ao jornalismo, assim como os sites informativos na internet, nada disso deve existir com a simples finalidade de gerar empregos, fortunas e erguer impérios da mídia; deve existir porque os cidadãos têm o direito à informação (...)” (BUCCI, 2000, p.33)

“Como é sabido, cabe à imprensa o dever de formar, de esclarecer e de abrir para o público o acesso não apenas à informação, mas do mesmo modo à educação e aos caminhos do conhecimento (...)” (BUCCI, 2000, p. 49)

“Ninguém precisa ter freqüentado uma faculdade de comunicação social para intuir que ao jornalismo cabe perseguir a verdade dos fatos para bem informar o público (...)” (BUCCI, 2000, p.30)

É importante lembrar que, embora o autor acima escreva sobre esses papéis do jornalismo como se eles fossem óbvios, tais representações nem sempre foram tão naturais assim. A maneira como o profissional é visto pela sociedade é fruto de uma construção. A imagem do jornalista como agente de formação educacional, por exemplo, pode ser discutida e aprofundada. Será que

o caráter formador do jornalismo pode ser comparado à função pedagógica da Escola? Ou ainda um outro exemplo: será que a idéia de jornalista como verdadeiro informador dos cidadãos sempre foi uma característica da atividade? Na época em que a principal função dos periódicos era ser porta-voz de partidos ou de grupos que defendiam alguma posição política, a maior preocupação não era produzir informação para atender interesses públicos. Os grupos que controlavam as publicações certamente não ignoravam o público, mas ao produzirem seus impressos, estavam mais defendendo publicamente um ideal político do que pensando no direito público à informação, propriamente dito.

Desde que o discurso opinativo movido por interesses da política deixou de ser a principal força motriz da atividade, a preocupação com o interesse público passou a adquirir status de justificativa ideológica para a atuação do jornalismo. A essa forma de pensar estiveram (e estão) associadas diversas representações: jornalismo investigativo, jornalismo como quarto poder, jornalismo e seu caráter pedagógico, além de um símbolo que atravessa outras representações: o jornalista compromissado com a verdade.

Para o jurista e jornalista Ruy Barbosa (1849-1923), “a imprensa é a vista da nação”.

“Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que sonegam ou roubam, percebe onde lhe alvejam ou nodoam, mede o que lhe cerceiam ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acaltela do que a ameaça” (BARBOSA apud COTTA, 1997, p.12).

Embora trazida de longa data (final do século XIX), a afirmação de Barbosa mostra que é antiga a representação do jornalista como mediador desejado entre o público e os fatos. Tal concepção coincide, ainda, com a representação do jornalista como “cão de guarda”. (GLASSER e ETTEMA, 1991). Muito do que se entende por jornalismo investigativo está ancorado sobre a idéia de que o jornalista presta um serviço de vigia à sociedade: essa seria sua missão. Seu dever seria funcionar como um sentinela, atento os deslizes dos poderosos e denunciando-os à

sociedade. Conforme Bucci, “(a)tualmente, (...), falar em jornalismo é falar em vigilância do poder e, ao mesmo tempo, em prestação de informações relevantes para o público, segundo os direitos e necessidades do público (não do governo).” (BUCCI, 2000, p.18)

Mas nem todos os autores dão o mesmo crédito àquilo que atualmente é conhecido como jornalismo investigativo. Para Alzira Alves de Abreu (2002), o que existe hoje é, em geral, um jornalismo denunciata, enquanto a boa investigação jornalística foi característica dos tempos em que havia censura no Brasil. Ela avalia que, no passado, houve um momento em que os jornalistas ingressavam na profissão como forma de engajamento político. Muitas vezes, a escolha pela atividade era motivada pela possibilidade política de tomar defesa da democracia, principalmente numa época de poucas liberdades. No período atual, em que o país já superou a ditadura, essa atitude combativa dos jornalistas em relação ao sistema totalitário deslocou-se para a produção de denúncias (nem sempre bem investigadas, podendo ser sensacionalistas, ou conhecidas como “jornalismo dinamite”) (ABREU, 2002). A autora explica que o jornalismo caracterizado pela figura de vigia social checa cuidadosamente as informações antes de transformá-las em produtos de conhecimento do público. Enquanto isso, o que age de maneira denunciata, apenas bombardeia a mídia de denúncias sem verificar a veracidade delas.

Para não estender, aqui, a discussão sobre a boa ou má qualidade do jornalismo praticado nos dias atuais, mudaremos nosso enfoque para a questão do peso simbólico que o jornalismo investigativo exerce sobre a configuração da identidade jornalística.

A representação do jornalista como cão de guarda da sociedade tende a afirmar que o jornalista é aquele profissional cuja missão é descobrir “a verdade”, seguir pistas para desvendar algo encoberto, ou vai averiguar se outros agentes sociais (um político ou uma instituição, por exemplo) estão agindo corretamente.

O episódio Watergate – caso em que Carl Bernstein e Bob Woodward, repórteres do *Washington Post*, produziram uma série de reportagens investigativas sobre corrupção na casa Branca na década de 1970 – serve como exemplo de uma situação que acabou se tornando referência não só para os jornalistas americanos, ocupando também a memória dos jornalistas brasileiros⁹. Segundo o jornalista Luiz Nassif, na época das denúncias envolvendo o ex-presidente Fernando Collor “os ecos de Watergate estavam vivos na cabeça de cada jovem jornalista brasileiro” (NASSIF, 2003. p.17).

A memória de episódios como esse são momentos em que os jornalistas se auto-referenciam. Através disso, disseminam uma noção que imprime ao jornalista e ao jornalismo um papel político. Sabe-se que **o político** não é uma definição que envolve apenas as esferas relativas ao poder e ao governo. O político está em qualquer relação em que se possam definir os lados “amigos” e “inimigos” (para usar um conceito clássico de Carl Schmitt (1992)). De qualquer modo, são nessas instâncias que o âmbito político necessariamente aparece. Portanto, quando pensamos o jornalismo desempenhando um papel político, freqüentemente o associamos a uma espécie de ligação entre imprensa e poder.

Assim, sempre que se considerar o jornalista um vigia do poder, a serviço da sociedade, ou sempre que a identidade jornalística for reforçada em torno da importância desse grupo que “desmascara as mazelas do mundo”, mais força ganha a construção identitária que outorga ao jornalista o título de mediador desejado entre público e mundo dos fatos. E mais do que isso. A representação dos jornalistas como vigias pode levar a uma ampliação da compreensão da

⁹ O episódio faz parte da memória dos jornalistas brasileiros principalmente no que se refere à percepção do jornalista com o dever de ser um “vigia social”. Há, no entanto, no caso Watergate, outros valores caros ao jornalista americano, mas que não possuem tanta importância entre os brasileiros. O profissionalismo de Bernstein e Woodward frente a seus colegas e à sociedade americana é expresso pelo cuidado em manter o sigilo da fonte. O funcionário do governo que forneceu as informações mais importantes para a investigação dos repórteres permaneceu um segredo que só veio a ser revelado em 2005, ou seja, cerca de três décadas depois. Já no Brasil, o sigilo da fonte de informação não corresponde a uma tradição forte.

imagem desse grupo. O contato entre esses profissionais e o mundo político, além da força da imprensa em investigar e denunciar, faz com que o jornalismo seja identificado como “o quarto poder”. Essa idéia é reforçada quando, por exemplo, os jornalistas rememoram e divulgam momentos mostrando que seu trabalho foi capaz de derrubar poderosos corruptos. Ao recontar a história do *impeachment* do Collor, ou ao expor documentos e gravações comprobatórias do “mensalão”¹⁰, implicitamente o grupo dos jornalistas está apresentando-se como mediador desejado entre governo e governados, entre massa e poder.

Com relação à representação de jornalismo como quarto poder, o pesquisador brasileiro Afonso de Albuquerque (2005) mostra que ela não é tão simples como parece. Ele argumenta que, nos EUA, a noção tem mais a ver com o fato de a mídia “partilhar” o poder com os governantes, tendo o papel de promover a comunicação entre governo e público. Nesse sentido, haveria mais cooperação do que disputa entre eles. Enquanto isso, no Brasil, o autor defende que a imprensa seria uma espécie de poder moderador (parecido com o poder moderador do tempo do Império, implantado por Pedro II em 1824), funcionando como um árbitro entre os outros poderes.

Independentemente de qual for a particularidade que essa noção adote, o que vale ressaltar é que, sendo identificado como um “poder”, os jornalistas procuram legitimar-se como um grupo com autoridade suficiente de julgar e apontar as falhas dos outros. Seja como cães de guarda seja como quarto poder, nessas representações está implícita a idéia de que o jornalista tem a prerrogativa de julgar, afinal, para vigiar/investigar/denunciar alguém, ou para arbitrar entre dois lados, nessas duas situações é necessário que se faça um juízo de valor.

¹⁰ Aqui, referência às denúncias de corrupção em 2005, durante o mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Notícias, reportagens, artigos, charges e toda sorte de produtos jornalísticos mencionaram o mensalão, nome dado a um dinheiro extra que integrantes do poder legislativo estariam recebendo para votar matérias de interesse do governo.

O papel de julgar, contudo, parece confrontar com a descrição do jornalista movido pela objetividade, tal como mostrado no início deste capítulo. Discutimos, inicialmente, a representação identitária do jornalista como observador e relator objetivo dos fatos. Quando dizemos, por outro lado, que ele é movido por julgamentos que o fazem agir como um vigia, parece que, neste momento, encontramos uma contradição: como ser objetivo e ao mesmo tempo ter que fazer um juízo de valor? Como podem fazer parte da identidade jornalística duas posições aparentemente tão antagônicas? Como ter lado a lado a defesa do valor objetividade e a propriedade de funcionar como um quarto poder?

Algumas considerações são necessárias para dissipar, efusivamente, tal dúvida. Primeiramente, faz-se necessário dizer que, por mais contraditórias que essas noções possam parecer, ambas são importantes elementos constitutivos da identidade jornalística e convivem em conjunto, aparecendo até mesmo juntas na dinâmica do trabalho jornalístico. Em diversos momentos, ao produzirem conteúdo jornalístico que - explícita ou implicitamente - contém juízo de valor e escolhas interessadas, os jornalistas não deixam de usar técnicas do modelo objetivo, tais como dar os dois ou mais lados da história, usar o lead, pirâmide invertida... Como já foi inúmeras vezes demonstrado, a objetividade nunca foi sinônimo de neutralidade. De qualquer jeito, ao escolherem a norma como valor a ser seguido, os jornalistas adotam-no como um mecanismo de proteção (TUCHMAN, 1993) sobre o qual se apóiam para não serem identificados como defensores de seus próprios (ou de restritos) interesses.

Quando o grupo apresenta-se como vigilantes, sentinelas, cães da guarda da sociedade, na verdade eles não querem ser percebidos como partidários. Ao contrário, ao cultivarem a memória de momentos como o caso Watergate, eles prezam por uma imagem que os identifique com defensores do “interesse público”. É justamente aí que reside o poder de mediação que o jornalista tenta associar à sua identidade. Herbert Gans (1980) afirma que os jornalistas julgam,

não com valores próprios ou internos do grupo, mas de acordo com valores mais ou menos dominantes no espaço social. Eles trabalham dentro daquilo que é moralmente consensual. Portanto, pretensamente, os jornalistas dão ao público aquilo que a sociedade aclama como os valores universais. Portanto, uma vez que se defende algo que está situado acima de interesses particulares, a objetividade do jornalista continua a sustentar uma certa imagem positiva e confiável desses profissionais, além de reforçar a crença de que, por vocação,

“(s)eu objeto primordial não é difundir aquilo que governos, igrejas, grupos econômicos ou políticos desejam contar ao público, (...), mas aquilo que o cidadão quer, precisa e tem o direito de saber, o que não necessariamente coincide com o que os outros querem contar.” (BUCCI, 2000, p.42)

Os jornalistas procuram sustentar a imagem de uma isenção política quando se dizem defendendo os interesses dos cidadãos. Um exemplo dessa postura no universo jornalístico pode ser encontrado nos documentos de elaboração do *Projeto Folha*, um plano de reformas e diretrizes que o jornal *Folha de S. Paulo* encampou nos anos 1980. Por ser um instrumento de reforma organizacional, esperava-se que o Projeto tratasse de aspectos específicos do jornal, entretanto, tal como mostra Carlos Eduardo Lins da Silva (2005), muitos textos daqueles documentos acabavam sendo destinados a fundamentar a ação jornalística com base na defesa dos chamados “interesses públicos”. Relata Silva:

[mencionando o documento de 1978] - “O que mais chama a atenção nesse ‘Levantamento’ é que ele praticamente não se refere ao jornal. Poderia ser um programa de ação para um partido político, uma plataforma de ação para um candidato a cargo público.” (...) “Já o documento de 1981, (...), não faz qualquer referência ao jornal especificamente. Trata-se da análise de uma conjuntura seguida de um enunciado de intenções. Da análise da conjuntura vale destacar o pressuposto básico que encorajava o jornal a prosseguir na proposta que fazia já havia quatro anos na abertura política: ‘o regime autoritário, expressão política do capitalismo concentracionista, deixa de atender aos interesses objetivos das camadas cada vez mais significativas da população; torna-se obsoleto’.” (SILVA, 2005, p.99)

Fundado sobre valores tidos como universais, o jornalista reforça sua credibilidade para fazer críticas contra outros agentes sociais. Mas freqüentemente a crítica deixa de ser feita. Nem sempre os jornalistas exercessem um papel de vigia do poder público. Diversos exemplos mostram que a proximidade entre jornalismo e poder político estende-se também à cooperação. De qualquer forma, em todas essas representações – seja vigiando os atores políticos, seja posicionando-se ao lado deles – o jornalista procuram demonstrar que possuem o papel de defender o interesse público. Em depoimento ao CPDOC (2003), o jornalista Augusto Nunes, diretor de redação que comandou reformas no jornal *O Estado de S. Paulo* na virada dos anos 1980 para 90, expressa essa crença:

“(...) acho que devemos tratar de política, para que o povo brasileiro seja menos despolitizado. Há coisas que a imprensa deve considerar uma missão a cumprir; em relação às quais ela deve tratar de fazer a cabeça das pessoas. (...) Se for o caso, um jornal deve contrariar a maioria. Não pesquisei o assunto, mas imagino que algum jornal tenha feito campanha em favor da vacinação obrigatória quando a maioria absoluta não aceitava aquilo.” (ABREU et.al., 2003)

Mais do que um prestador de serviços de informação sobre os fatos do mundo, o jornalista exalta o caráter pedagógico do seu trabalho. Aliada a essa representação, também se constrói uma imagem de um profissional consciente de sua função social de formador, que luta heróica e sacrificadamente para cumpri-la. Os dizeres do jornalista Ricardo Kotscho são um exemplo dessa maneira de pensar:

“Costumo dizer que, mais do que uma opção profissional, ser repórter é uma opção de vida – não dá tempo para fazer mais nada, preocupar-se com outra coisa. Não faz bem à saúde nem para os cabelos, a família e os amigos reclamam da falta de atenção, tem essas coisas todas, mas ainda não inventaram profissão melhor para quem não se conforma com a realidade em que vive e quer fazer do seu ofício um instrumento de mudança.” (KOTSCHO, apud DANTAS, 1997, p.188)

A antropóloga Isabel Travancas (1992) reitera a afirmação de Kotscho ao descrever algumas experiências vividas durante uma pesquisa em que ela conviveu com jornalistas de três

diferente meios de comunicação (rádio, TV e jornal). A autora relata que o jornalismo exige uma forte adesão à carreira que é marcada por altas cargas horárias de trabalho, pressões da chefia, instabilidades de folga em relação a fins de semana e feriados. Em compensação a essas exigências, aponta que há vantagens – ou motivos – que levam as pessoas a escolherem essa profissão. Prestígio e poder são algumas delas. Travancas infere que o jornalista, ao escolher esse trabalho, está querendo alcançar um certo poder, o qual ela entende como “capacidade de se impor e de influenciar a sociedade” (TRAVANCAS, 1990, p.72). O poder a que a autora se refere não quer dizer uma forma impositiva ou coercitiva sobre os outros, mas adota mais um caráter de missão educadora e modificadora do mundo.

Ao papel de mediador que forma e educa está associada “a suposição de que os jornalistas detêm mais informações e são mais capazes que as outras pessoas de chegar a percepções politicamente racionais. Essa suposição é inevitável, porque o exercício de uma função educativa pressupõe uma vantagem educacional.” (DONSBACH, 1982, p.59 *apud* KUNCZIK, 2002, p.101). Nesse sentido, encontramos aqui mais uma importante representação em torno da qual o jornalista constrói sua identidade: a de intelectual.

2.4 Representações do jornalista como o intelectual

Diz Gramsci: “O tipo tradicional e vulgarizado do intelectual é fornecido pelo literato, pelo filósofo, pelo artista. Por isso, os jornalistas - que crêem ser literatos, filósofos e artistas – crêem também ser os ‘verdadeiros’ intelectuais” (GRAMSCI, 1988, p.8).

Que habilidades, que qualidades, que características são necessárias para considerar alguém um intelectual? Comumente, estão associadas a essa palavra idéias de inteligência, sabedoria, letramento, estudo, pensamento, conhecimento entre outras nesse sentido. E é em

torno dessas representações que encontramos traços da identidade jornalística em várias épocas da história do Brasil. Mas, sabemos ainda, que a noção de intelectual pode ir além desses sentidos corriqueiros acima delineados.

O pensador Antonio Gramsci explora o termo fazendo uma diferenciação entre duas espécies de intelectuais: os orgânicos e os tradicionais. Sabendo disso e acreditando no potencial contributivo das noções gramscianas para o presente trabalho, adotaremos a seguinte metodologia: inicialmente, mostraremos que em vários períodos da história do jornalismo a característica da intelectualidade – tomada no sentido mais ordinário do termo - foi associada a esse grupo. Um segundo momento vai explorar as discussões teóricas de Gramsci que sistematizam os dois tipos de intelectual. Por fim, tentaremos posicionar a discussão sobre a identidade do jornalista mediante as duas abordagens.

Em relação ao senso mais comum do termo **intelectuais**, que incorpora as noções de inteligência, conhecimento superior ao da média, letramento etc, podemos dizer que o simples fato de escreverem textos era suficiente para que os primeiros homens de imprensa no Brasil fossem identificados como intelectuais. Nos primórdios da imprensa no país, saber ler era privilégio de poucos, portanto, ter habilidade de leitura e escrita já marcava um certo grau de intelectualidade e diferenciação.

Quando o Brasil ainda era colônia de Portugal, toda atividade de imprensa era proibida, embora a partir de 1808 o jornal de Hipólito da Costa, *Correio Brasiliense*, publicado em Londres chegasse ao país e circulasse clandestinamente. Com a chegada da família real em 1808, passou a ser permitida a publicação de impressos no país, desde que se passasse pela censura do governo monarquista. Assim, a imprensa da época caracterizava-se principalmente pela presença de jornais oficiais, subordinados ao regente, e jornais clandestinos.

Por volta do ano 1821, no contexto de lutas pela independência do Brasil, os jornais eram usados como instrumento panfletário; os primeiros jornalistas não eram identificados como uma categoria profissional propriamente dita, podendo, na verdade, ser melhor caracterizados como homens engajados politicamente que usavam das páginas da imprensa como arena de batalha para defender idéias e interesses. Conforme Barros e Morel:

“A imprensa de opinião entre meados do século XVIII e começo do XIX faz entrar em cena esta figura de homem público, até então inexistente no território da América Portuguesa: o jornalista ou panfletário, chamado de redator ou gazeteiro. (...) Ao contrário do que possa parecer, tais letrados não tinham exatamente o mesmo perfil dos filósofos iluministas ou dos sábios enciclopedistas do século XVIII, embora aludissem a estes com frequência. Foi a partir de processos históricos como a independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e os movimentos liberais ibéricos, por exemplo, que surgiu esse intelectual tão característico dos inícios da Era Contemporânea (...)” (BARROS e MOREL, 2003, p.15)

Tal como já foi dito, a caracterização de intelectuais valia para os primeiros jornalistas do Brasil pela mera habilidade de leitura mediante a uma grande população analfabeta. Ademais, os homens letrados da imprensa – mostram os autores acima citados – eram cultos o bastante, a ponto de referenciar os filósofos e enciclopedistas. E mais do que isso: se os jornalistas brasileiros eram fruto da Revolução Francesa e da Independência dos Estados Unidos, disso decorre que esses trabalhadores tinham, no mínimo, algum conhecimento acerca desses processos históricos.

A intelectualidade dos jornalistas do período estava associada não tanto à atividade prática ou técnica que eles desenvolviam, mas às capacidades cognitivas que se exigiam de uma pessoa para que ela ingressasse na profissão: o requisito mínimo e primordial era que o indivíduo fosse alfabetizado. Em segundo lugar, para se trabalhar na imprensa de opinião, era preciso conhecimento suficiente para formular debates, críticas e opiniões, seja nos veículos de ideais republicanos, seja nos de cunho monarquista. O jornalismo de então exigia posicionamento político, o que, naturalmente, não se faz sem um certo grau de intelectualidade.

Barros e Morel demonstram que, embora parte de uma elite letrada, os jornalistas não se dirigiam apenas a um pequeno grupo social. Em seu livro, os autores transcrevem exemplos tirados de jornais (tanto liberais quanto conservadores) que intencionavam falar às camadas marginalizadas da sociedade. “O que se formulava na perspectiva desses homens de letras era, sobretudo, a crença de que estariam imbuídos de uma missão pedagógica, esclarecedora, civilizadora.” ((BARROS e MOREL, 2005, p.41).

Uma parte significativa dos debates políticos nos primórdios da imprensa no Brasil girava em torno da luta pela independência. Quando ela foi proclamada, muito dessas discussões deixaram de ocupar espaço nas páginas dos jornais. Esse e uma série de outros fatores contribuíram para que a imprensa no Brasil fosse desenvolvendo-se e transformando-se.

No período posterior à independência do Brasil, é interessante notar que grande parte do “ar” de intelectualidade que envolveu o jornalismo era proveniente da literatura. Escritores como Machado de Assis, José de Alencar, Gonçalves Dias, Eça de Queiroz, além de escritores, eram também homens de imprensa e trabalhavam como os jornalistas de então. Não é difícil encontrar estudos acadêmicos sobre linguagem e narrativa jornalística, referências a uma época em que literatura e jornalismo misturavam-se nos folhetins. Menciona-se tanto a presença de textos fictícios e literários quanto à influência do estilo literário nos outros textos dos jornais.

A proximidade do jornalismo com a literatura vai além das influências de estilo e das marcas lingüísticas. Em relação a valor simbólico e questões de ordem prática, é possível dizer que tanto o jornalismo apoiou-se na autoridade literária quanto a literatura aproveitou-se da mobilidade jornalística para ser mais difundida. Os próprios escritores usavam os jornais com maneiras de ter seus trabalhos publicados. O romance “O Guarani”, de José de Alencar, foi editado pelo *Diário do Rio de Janeiro*, em 1857. *Memória de um sargento de milícias*, de

Joaquim Manuel de Macedo, foi publicado no *Jornal do Commercio*, em 1852. De fato, ambas atividades complementavam-se e ajudavam-se mutuamente no seu desenvolvimento.

Além dos escritores e poetas, também trabalhavam em jornais outros agentes da sociedade, tais como médicos, padres, advogados... Quase sempre, os que trabalhavam em jornais exerciam também outra atividade. Não havia escolas de jornalismo, aprendia-se o ofício exclusivamente na lida diária e na experiência adquirida com o tempo e o convívio nos locais de trabalho. Nesse período, não existe uma definição clara do jornalismo como categoria profissional. Não se pode dizer que os homens de imprensa daquela época constituíam um ethos próprio; não havia uma deontologia, não havia nada de muito significativo e diferenciador em termo de valores, práticas e interesses em torno dos quais esses jornalistas se organizassem. Não se podia reconhecer algo estável e duradouro capaz de dar àqueles sujeitos sociais uma identidade profissional específica. Dessa forma, as características dos jornalistas do século XIX e início do XX não eram suficientes para classificá-los como um grupo, bem como não existiam regras próprias e limites bem definidos capazes de dar ao jornalismo o estatuto de campo (no sentido de Bourdieu).

Como já comentado, a profissionalização do jornalismo tem seu momento chave durante a década de 1950. Como explica Ana Paula Goulart Ribeiro:

“A criação da identidade desse grupo profissional nos parece ter girado em torno de algumas questões fundamentais, todas associadas a um processo de valorização da profissão: a salarial (aumento dos rendimentos), educacional (criação de escolas de jornalismo), a jurídica (regulamentação da profissão), a sindical e associativa (construção de espaços de resitência, negociação e sociabilidade), a ética (criação de uma nova deontologia baseada no compromisso com a objetividade e a responsabilidade social) e a liberdade de imprensa.” (RIBEIRO, 2000, p.308)

Em virtude desses importantes fatores para a delimitação de fronteiras, em alguns aspectos, houve significativos afastamentos entre o jornalismo e os campos da literatura e da

política. A profissionalização do jornalismo tornou-o mais autônomo de outros campos, mas é importante lembrar que o afastamento não foi completo. Muitas influências e pressões de ordem política continuaram a existir, bem como continuou havendo espaço para os contatos com a literatura. O que mudou foi que jornalismo não mais se confundia aos outros campos. Os textos literários ganharam espaços específicos, como os suplementos. E a opinião política, além de outras opiniões, passaram a ser valorizadas nos espaços das colunas assinadas, das charges e dos artigos.

Em relação à literatura, Alzira Alves de Abreu (1996) mostra, num trabalho sobre suplementos literários dos anos 1950, que as páginas da imprensa continuavam sendo um importante espaço para a manifestação da literatura. A autora cita vários nomes como Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Otto Lara Resende, Fernando Sabino, Ferreira Gullar, Paulo Mendes Campos, Oswald de Andrade, Saldanha Coelho, colaboradores dos suplementos literários da década de 50, que eram vários e diversificados. “(...) Segundo Rachel de Queiroz, os grupos comportavam desde trotskistas, como ela, Barreto Leite Filho e Mário Pedrosa a escritores de direita, como Adonias Filho” (ABREU, 1996, p.24).

“Os suplementos literários formaram redes de sociabilidade para muitos intelectuais da década de 50, e juntamente com os cafés, os salões, as revistas literárias e as editoras, permitiam a estruturação do campo intelectual. Aí se encontravam grupos de amigos, muitos originários de uma mesma região da cidade; aí se exerciam influências, se manifestavam antagonismos, rivalidades e ocorriam cisões.” (ABREU, 1996, p.23)

Quando a autora se refere à categoria dos intelectuais, ela usa a definição de Seymour Lipset: “Aquele que cria, distribui e faz cultura”. Lipset ainda subdivide os intelectuais entre os criadores de cultura (que estariam num patamar mais elevado) e os distribuidores de cultura (que seriam de um segundo nível). Conforme Abreu, grande parte dos colaboradores dos suplementos

literários da década de 50 eram intelectuais em primeiro grau, enquanto a grande maioria de jornalistas se enquadraria no segundo tipo.

De qualquer forma, a intelectualidade por via da literatura continuava a ter seu peso simbólico mesmo quando o estilo de redação jornalístico procurava se autonomizar. Ainda na década de 1950, as páginas dos impressos eram o principal local de manifestação do jornalismo. A televisão, que veio a se tornar o principal canal de visibilidade jornalística, ainda era iniciante nesse momento. Portanto, a grande ancoragem da intelectualidade provinha do suporte impresso. A possibilidade de ter palavras publicadas era privilégio de poucos, entre eles os literários e os jornalistas.

Durante os anos 60 e 70, os escritores de literatura deixaram de ser o principal símbolo associado à intelectualidade dos jornalistas. A profissão, com novos valores e vivendo dentro de uma conjuntura específica, foi desenvolvendo-se rumo a uma autonomização do campo, mas continuou preservando associações com a idéia de um trabalhador que possui conhecimentos acima da média.

O repórter Marcos Faerman, num capítulo de um livro de memórias sobre jornalistas e suas reportagens¹¹, escreve: “Todos os repórteres que conheci (...) eram ratos de biblioteca ou caçadores de tesouros perdidos em sebos labirínticos (...)”. Em *Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo* (1997), livro em que o jornalista Pery Cotta relembra seus momentos no jornal *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro) durante a ditadura militar que começou em 1964 no Brasil, a seguinte descrição ilustra esse tipo de referência:

“Em Redação de jornal, na época anterior ao diploma universitário, o que não faltava era médico, engenheiro, advogado e outros profissionais para dar toda e qualquer orientação. A maioria tinha um ou mais cursos superiores. Se o repórter saía para cobrir um julgamento, um acidente em viaduto ou a hospitalização de uma personagem, sabia exatamente o que perguntar. E, mais

¹¹ FAERMAN, Marcos. “A longa aventura da reportagem”. In DANTAS, Audálio. (org.). *Repórteres*. São Paulo: Senac, 1997.

do que isto, usava a terminologia própria do entrevistado e parecia senhor absoluto da questão. Um *banho* de competência...” (COTTA, 1997, p.28)

A intelectualidade do jornalista não é tanto medida pelos conhecimentos que ele tem de sua própria técnica. Valoriza-se a quantidade de conhecimentos que ele tem em outras áreas, ou seja, a habilidade que esse profissional tem de poder falar com propriedade de qualquer assunto. Mesmo quando o diploma e o curso superior em jornalismo passam a ser exigências para o desempenho da atividade, o caráter intelectual do jornalista não é enfatizado pela sua competência em bem redigir um editorial, ou fazer uma boa diagramação, ou fazer uma bela tomada de câmera. Ele é elevado à categoria de intelectual por ser associado – como definiu Lipset – à sua capacidade de produzir e difundir cultura. E, para isso, um conhecimento amplo e diversificado é esperado. Tal como pensa Bohère:

“O leitor médio, cujo nível de conhecimentos tem crescido e cuja sede de saber tem se aguçado, exige de um jornal que o informe sobre todos os aspectos da atividade humana (...)

Esse é o motivo pelo qual a formação do jornalista consiste primeiramente em adquirir uma sólida cultura geral, completada, na maioria dos casos, com uma especialização numa esfera particular.” (BOHÈRE, 1994, p.35)

Se por um lado, a definição de intelectual está associada à capacidade cultural, à inteligência e acúmulo de saberes, é possível, por outro lado, complexificar um pouco mais a discussão acerca da categoria de intelectual, inserindo, neste momento, as contribuições de Antonio Gramsci. Em primeiro lugar, o pensador italiano propõe a seguinte questão: cada grupo tem seus intelectuais ou eles formam um grupo social? A partir dessa pergunta, o autor procura entender quem são os intelectuais de diferentes épocas históricas e, com isso, entender de que forma a intelectualidade opera na sociedade.

Delineando o processo histórico de formação dos intelectuais, Gramsci mostra que existem duas maneiras de caracterizá-los: tradicionais e orgânicos. Os tradicionais seriam aqueles existentes principalmente antes do capitalismo, que se consideram autônomos e independentes

dos grupos dominantes. Nessa classificação estariam os eclesiásticos ou os médicos, por exemplo. Eles não são a classe dominante; têm sua própria maneira de organização, desenvolvem suas qualificações e agrupam-se em torno de suas competências. Segundo o autor, essa categoria tem origens remotas: na Roma antiga, por exemplo, o governador César concedeu cidadania romana a médicos e mestres das artes liberais, numa atitude de reconhecimento de suas capacidades (GRAMSCI, 1988).

Já os intelectuais orgânicos seriam aqueles que, a serviço de algum grupo ou classe, exerceriam atividades capazes de organizar a sociedade em geral, criando condições favoráveis para o crescimento desse grupo ou classe. Tal como explica Gramsci, a formação industrial proporcionou o surgimento desses intelectuais, principalmente no que diz respeito ao aparecimento de intelectuais orgânicos das classes hegemônicas, que seriam como “‘comissários’ do grupo dominante para o exercício de funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (GRAMSCI, 1988, p.11). No mundo urbano e industrial formam-se também especializações em torno de atividade de grupos/classes. Aí, os intelectuais orgânicos seriam as categorias especializadas, conhecedoras das técnicas, mas também disciplinadoras e orientadoras das funções no mundo da produção.

A grande contribuição de Gramsci para ampliar aqui, nesta pesquisa, a compreensão da noção de intelectual é ênfase que o autor dá à capacidade do intelectual orgânico em funcionar como um agente organizador da cultura. O intelectual, portanto, não é ele mesmo o poder dominante, nem sequer pode ser visto como simples representante ou porta-voz de uma classe ou grupo. Ele é aquele que – por meio de suas funções realizadas no contexto das relações sociais que se dão na sociedade civil – promove condições para a construção da hegemonia de um grupo ou classe.

Dessa maneira, ao pensarmos sobre a representação do jornalista como intelectual orgânico, é fundamental entender que relações que ele estabelece com os grupos dominantes e que papéis desempenha junto à sociedade civil. As autoras Sônia Regina Mendonça e Marialva Barbosa comentam no artigo “Estado e Comunicação no Brasil: em torno do pensamento de Gramsci” que os jornalistas desempenharam papéis significativos em diversos momentos da história do Brasil. Dizem elas que “na passagem da Monarquia para a República, a ação da imprensa e dos jornalistas foi fundamental no Rio de Janeiro para construir a idéia desse progresso, como passagem do atraso para a civilização”; no Estado Novo, a imprensa ajudou a difundir e consolidar a construção ideológica do regime estadonovista.

“Também em outro período de exceção na história mais recente do país – os governos ditatoriais militares – a ação dos meios de comunicação é fundamental para construir um outro ideal de modernidade e possibilitar o que Gramsci chama a prática do transformismo. O Estado substitui os grupos sociais na função de dirigir uma luta de renovação. E a imprensa, como parte integrante desse estado e como partido dos grupos dominantes e hegemônicos, difundirá mais uma vez a mítica da modernidade como indispensável para a construção de uma nova face para o país, inserido numa fase do capitalismo mundial.” (MENDONÇA e BARBOSA, 2006).

Sobre o período de ditadura militar pós-1964, grande parte do que os jornalistas mobilizam como lembrança acerca das relações entre jornalismo e grupo dirigente está relacionada com as memórias sobre censura e repressão à liberdade de imprensa. Entretanto, se por um lado os jornalistas eram interditos de publicar certas informações do mundo da política, no âmbito da economia, o jornalismo voltado a esse tipo de cobertura desenvolveu-se muito, especializou-se, as editorias de economia dos grandes veículos consolidaram-se nos anos 1970 e jornais como *Gazeta Mercantil* (fundado em 1920, mas reformulado na década de 70) ganharam terreno entre os impressos existentes. (ABREU et.al, 2003)

A ditadura que se implantou no Brasil com o discurso de não deixar que o comunismo ou socialismo se implantassem no país foi, em diversos momentos, duramente criticada pelos

jornalistas na imprensa de resistência, nos jornais clandestinos e até nos grandes veículos jornalísticos (por exemplo, por meio de subterfúgios como receitas de bolo ou espaços em branco indicando que houve censura da publicação). Mas essa resistência do jornalismo dessa época não pode ser comparada ao uso ideológico que se fazia dos jornais da época da imprensa panfletária no Brasil. Mesmo como todas as críticas, a imprensa não se firmou como real espaço para o embate ideológico, tendo se constituído muito mais como reprodutora da ideologia capitalista e do ideal mítico de modernidade, tal como afirmaram Mendonça e Barbosa.

A função do jornalista como intelectual orgânico da classe dominante exerce-se nos meios de comunicação também no Brasil da contemporaneidade.

No momento atual, quando se observa uma das mais contundentes crises hegemônicas da história do país, também os meios de comunicação desempenham papel fundamental: ampliando e tornando visível a crise de hegemonia se constroem mais uma vez como porta-vozes legítimos da sociedade, ampliando o seu poder real e simbólico.” (MENDONÇA e BARBOSA, 2006).

Em entrevista ao historiador Fernando Lattman-Weltman, o jornalista Mino Carta se auto-entitula “intelectual orgânico”. A pergunta “Você é um intelectual?” vem seguida da resposta “Sim, claro, eu mexo com idéias. Sou um intelectual orgânico” (ABREU et.al., 2003, p. 211). A resposta pouco aprofundada do entrevistado não consegue esclarecer a que tipo de interesses esse intelectual orgânico serviria tampouco explica com que tipo de idéias lida e de que forma faz isso. De qualquer forma, ela ilustra uma certa auto-imagem elaborada por um representante da categoria dos jornalistas.

Se com Gramsci entendemos sobre a capacidade dos intelectuais orgânicos em operar como organizadores da cultura, a serviço de algum grupo ou classe, associamos a isso o atributo de “mexer com idéias” como de suma importância no que se refere ao trabalho jornalístico junto à sociedade. Com seu discurso propagado através da mídia, os jornalistas funcionam como um

dos agentes sociais capazes de contribuir para a formação de mentalidades. Com seu trabalho, têm a propriedade de escolher os assuntos mostrados bem como delinear formas específicas para conduzir a um certo modo de pensar sobre eles. Segundo teóricos da teoria da *agenda setting*, “(t)anto a seleção de objetos que despertam a atenção, quando como a seleção de enquadramentos para pensar esses objetos são poderosos papéis do agendamento” (McCOMBS e SHAWS, 1993 apud TRAQUINA, 2003, p.33).

Como veremos mais cuidadosamente no último capítulo, as matérias auto-referenciais sobre o Conselho de Jornalismo servem como exemplo de como os jornalistas são capazes de agendar um debate específico do grupo e conduzir a uma determinada maneira de pensar sobre ele. Veremos também que, embora muitas vezes seja possível encontrar nos textos analisados diversas críticas e reclamações contra o governo, as matérias são incapazes de derrubar o estatuto dominante. Os pontos abordados pela oposição são apenas superficiais e não há uma quebra daquilo que pode ser chamado de significação dominante. Os jornalistas fazem suas críticas e propostas, tecem argumentos, mas sem abalar os significados hegemônicos sustentados pelo poder dominante da ideologia burguesa capitalista. Não há vontade de mudança; há, sim, manutenção e reprodução de uma cultura preexistente, ou seja, os jornalistas se firmam como intelectuais orgânicos e reforçam a representação de que são os mais importantes mediadores entre os fatos e o público.

3 CONSELHO FEDERAL DE JORNALISMO e AUTO-REFERENCIAÇÃO

Ao longo dos capítulos anteriores, procuramos demonstrar que a identidade do jornalista não é um atributo imutável que ele possui, mas é uma espécie de consenso provisório que esse profissional constrói e reconstrói continuamente. À medida que vive o cotidiano de seu trabalho, esse grupo profissional organiza uma série de representações individuais e coletivas, ao mesmo tempo em que as negocia com outros grupos e agentes no espaço social. Nesse complexo processo de elaboração de uma auto-imagem, é comum e freqüente o ato de fazer referência a si mesmo. A auto-referênciação aparece na relação do eu com o outro, na produção da memória, nas disputas de poder, nas lutas por reconhecimento etc.

Ao falar de auto-referênciação, vale lembrar que ela não é apenas um olhar autocentrado e independente, mas constitui-se como um movimento para dentro e para fora, quer dizer: o olhar para si mesmo também supõe um olhar para o outro e um esperar ser olhado pelo outro.

Assim, neste capítulo, quando recolhemos matérias jornalísticas em que os jornalistas falam do próprio mundo, procuraremos analisar de que maneira esse discurso auto-referencial é um elemento importante no processo de construção da identidade desses profissionais. O discurso auto-referencial em questão são as matérias jornalísticas produzidas sobre o anteprojeto de lei que propôs, em 2004, criar um Conselho Federal de Jornalismo. Durante cinco meses, a proposta de lei tramitou pelo Congresso Nacional e, nesse período, a mídia publicou muitos textos envolvendo o assunto. Espera-se, pela leitura desses textos, encontrar as representações que foram – conscientemente ou não – mais mobilizadas e mais valorizadas pelos jornalistas. É importante ressaltar que nossa análise tenta ir para além do conteúdo dos textos, procurando,

principalmente, identificar os modos de dizer, os modos de mostrar, enfim, as estratégias discursivas presentes nas matérias jornalísticas sobre o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ).

Antes de passar à análise das matérias propriamente ditas e relacioná-las a algumas dimensões do processo identitário do grupo dos jornalistas, é necessário considerar um importante aspecto quando pretendemos empreender uma análise do discurso: o contexto. Quando recuperamos parte da história que precede as discussões sobre o CFJ de 2004 e quando conhecemos parte das situações que as cercaram, isso nos fornece mais subsídios para entender os discursos produzidos pela mídia no período em questão. Quanto mais conseguimos contextualizar nosso objeto de estudo, mais chances temos de entender as razões de algumas opções discursivas, melhor conseguimos enxergar os traços ideológicos e as relações de poder que um texto reproduz. Por isso, a seguir estão descritos alguns dados que envolvem a questão da criação de um organismo para regular a atividade dos jornalistas.

3.1 Contextos para o Conselho Federal de Jornalismo

Em agosto de 2004, o Congresso Nacional recebeu um projeto de lei com a seguinte ementa: “cria o Conselho Federal de Jornalismo-CFJ, institui o Código de Ética e altera a legislação sobre o exercício da profissão de jornalista” (PL-3985/2004). A proposta, que chegou ao legislativo pelas mãos do então ministro do trabalho, Ricardo Berzoini, foi originalmente elaborada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Entre as várias disposições da lei, foi o artigo 39 o que mais chamou a atenção dos meios de comunicação:

Art. 39. Ficam criados o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e os Conselhos Regionais de Jornalismo (CRJs), dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo, em seu conjunto, uma autarquia, destinados a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da

profissão de Jornalista, e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe.

Pelo corpus de análise recolhido, é possível perceber que a discussão prolongou-se durante os cinco meses em que o projeto esteve no congresso. Essa, entretanto, não foi a primeira vez que se ouviu falar, na Câmara dos Deputados, sobre a criação de um conselho para jornalistas. Quando o PL-3.985/2004 ali chegou, já havia em tramitação o PL-6.817/2002, um projeto apresentado pelo deputado federal Celso Russomanno (PP/SP), que propunha a criação da Ordem dos Jornalistas do Brasil-OJB, a ser composto por um conselho federal, conselhos regionais e conselhos estaduais.

Durante dezessete meses, a proposta de Russomanno circulou por diversas instâncias: foi encaminhada para comissões de trabalho, passou por estudos e apreciações, foi arquivada (31/01/2003) e depois desarquivada (18/03/2003), mas não chegou a ser votada. Em 10/08/2004, três dias depois que o projeto do CFJ deu entrada na Casa, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados determinou que ela fosse apensada ao recém-chegado projeto.

Em relação ao projeto elaborado pela Fenaj, ele teve a particularidade de ter sido apresentado por um órgão ligado à presidência já que, segundo uma interpretação do Superior Tribunal de Justiça-STJ do artigo 58 da lei 9.649, a proposta de criação de autarquias (como é o caso dos conselhos profissionais) é de competência exclusiva do Executivo. A Fenaj, então, encaminhou ao presidente, por meio da Casa Civil, a proposta de criação do CFJ. De posse do texto, esta fez nele algumas modificações e, no dia 05 de agosto de 2004, encaminhou-o, em nome do presidente e via ministro do trabalho, ao Congresso Nacional.

A votação final no Congresso ocorreu em 16 de dezembro de 2004, data em que os deputados definiram pela rejeição da proposta. Mas antes disso, em 09 de dezembro, a Fenaj propôs alterações no texto original do projeto. O Conselho deixou de ser "de Jornalismo" e

passou a ser "dos Jornalistas". E a redação do artigo 39, onde se lia "orientar, disciplinar e fiscalizar" a profissão e a atividade jornalística deu lugar à "habilitação, representação e defesa" do jornalista e à "normatização ética" e disciplina do exercício profissional. Mesmo com as modificações, não houve aprovação da proposta.

Como vimos, o debate sobre o Conselho Federal de Jornalismo é anterior ao projeto de 2004, tendo sido organizado sob a forma de lei também em 2002. Mas, além disso, é possível contextualizá-lo levando em conta discussões que ganharam força desde a década de 1980. Nessa época, a Fenaj, juntamente com seus sindicatos nos estados, engajou-se na elaboração de um código de ética unificado para os jornalistas. Assim como o CFJ, o código também possui características normativas na definição de uma dada prática profissional considerada correta.

Até a implementação do código, votado e aprovado durante o *Congresso Nacional de Jornalistas* de 1985, promovido pela Fenaj, esse assunto também foi discutido pelos membros dessa categoria, e muita polêmica foi suscitada nas entidades de classe e órgãos de representação dessa profissão. Um exemplo de parte desse debate pode ser encontrado na matéria "*A ética jornalista vista de seis ângulos*", do boletim da Associação Brasileira de Imprensa – ABI, de março de 1980. Nela, seis entrevistados (Roberto Marinho, Alberto Dines, Otto Lara Resende, D. Paulo Evaristo Arns, Raimundo Faoro e Serrano Neves) respondem a quatro perguntas:

1) Você considera haver chegado o momento da instituição de um código de ética para o jornalismo?; 2) Considera possível a instituição de um tal código sem que isso implique em restrições a liberdade de imprensa?; 3) Quem deve formular tal código: O Estado, os proprietários dos meios de comunicação social, os jornalistas ou o público?; 4) Estabelecidos os preceitos éticos, como regular e assegurar sua aplicação?

(*Boletim ABI*, Ano XXIX - fevereiro/março de 1980, p.4-5)

Os dois últimos entrevistados (Neves e Faoro, ambos ligados ao ramo do direito), apresentaram em suas respostas uma tendência em concordar com a criação de um mecanismo

legal para regulamentar o exercício profissional do jornalismo, mas Roberto Marinho discorda da possibilidade, o que é demonstrado pela fala:

"Creio ser bastante difícil resolver o dilema entre o risco de produzir-se um vago apanhado de boas intenções e a ameaça de estabelecer-se um sistema casuístico, no qual possam germinar restrições à liberdade de imprensa". (Roberto Marinho, in *Boletim ABI*, Ano XXIX - fevereiro/março, 1980, p.4-5)

Em relação à quarta pergunta, o jornalista responde propondo o seguinte questionamento:

Podem e devem jornalistas aplicar sanções a outros jornalistas, deles cobrando o procedimento que uma maioria, a certa altura de um processo em permanente mutação, considerou desejável e certo? (Roberto Marinho, in *Boletim ABI*, Ano XXIX - fevereiro/março, 1980, p.4-5)

Certamente esse é um debate residual em meio a toda experiência discursiva em torno do tema na época, mas serve para apontar algumas questões que foram pensadas diante da possibilidade de se criar um conjunto de normas e padrões de conduta. Uma delas diz respeito aos mecanismos de punição daqueles que se desviassem das regras estabelecidas. Em 1985, na XV Conferência Nacional dos Jornalistas, ficou definido que os responsáveis pela aplicação do código de ética seriam as entidades de classe, que elegeriam, em assembléia, uma comissão de ética com aval para estabelecer sanções aos jornalistas sindicalizados (observação, advertência e expulsão dos quadros do sindicato) e não sindicalizados (advertência pública, impedimento temporário ou definitivo de poder fazer parte do quadro de associados do sindicato)¹².

A resposta de Roberto Marinho acima indica a preocupação com esse aspecto, ao questionar a legitimidade de um jornalista funcionar como juiz de seus pares. Dídimo de Paiva, jornalista que foi membro da comissão especial da Fenaj encarregada de redigir o projeto do

¹² O código de ética dos jornalistas está nos anexos deste trabalho. Está previsto para 2007, uma revisão no código que existe atualmente. "A revisão é promovida pelas principais entidades representativas da classe, entre elas a Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) e a ABI (Associação Brasileira de Imprensa). O Congresso Nacional Extraordinário, convocado para agosto de 2007, em Vitória, no Espírito Santo, tem como objetivo decidir as alterações, além de fixar as normas que deverão ditar a conduta do profissional de imprensa em suas relações com a comunidade, com as fontes de informação e com os colegas." (Matéria "Revisão do Código de Ética dos Jornalistas está agendada para 2007" do dia 13 de novembro de 2006, retirada do site <http://www.coletiva.net/noticiasDetalhe.php?idNoticia=17865> – consultado dia 15 de novembro de 2006, às 19h32.

código, também manifesta suas dúvidas em relação aos mecanismos punitivos. O jornal *Nº UM*, órgão de comunicação impressa oficial da Fenaj, traz a seguinte afirmação de Paiva: "Com a criação do código de ética corremos o risco de transformar os nossos sindicatos em tribunais de inquisição enquanto os empresários continuariam impunes na prática de distorções no processo informativo". (Dídimo de Paiva in *Nº UM, Jornal dos Jornalistas*, nº 6, setembro de 1985, p.15).

Uma terceira questão a ser observada e que também ajuda a relacionar as discussões dos anos 1980 com os debates do início do século XX sobre o CFJ são as preocupações em relação ao mercado de trabalho para os jornalistas. Vinte e cinco anos antes, os profissionais dessa categoria viviam numa década posterior ao fim da ditadura militar, da repressão e da censura à imprensa. Nesse momento, os sindicatos e outras entidades representativas passaram a crescer e ganhar mais força junto à categoria. Não só os sindicatos dos jornalistas cresciam em representatividade, mas, como relata Marco Roxo (2003), todo o movimento sindical no Brasil fortaleceu-se na década de 80. É contemporâneo a esse período o nascimento do Partido dos Trabalhadores – PT, do qual faziam parte dezenas de sindicalistas, entre eles Luiz Inácio Lula da Silva, que veio a tornar-se presidente do Brasil e que, em 2004, apresentou o projeto de criação do CFJ.

A defesa de interesses classistas reuniu os jornalistas em lutas discursivas e até corporais em busca de fronteiras e direitos para esses profissionais, principalmente em São Paulo, num momento chave de negociação entre trabalhadores e empresas jornalísticas: a greve de 1979 (ROXO, 2003). As questões da falta de emprego e das pressões empresariais impulsionavam os movimentos e discussões nos âmbitos das entidades.

As preocupações com emprego e espaço de trabalho no mercado jornalístico também estão presentes na atualidade, no contexto de apresentação do projeto de criação do CFJ em 2004. É certo que há muitas diferenças contextuais entre o início do século XXI e a década de 1980,

mas é possível dizer que a defesa por um certo lugar no mercado de trabalho é um traço de continuidade no que diz respeito a lutas por definição de fronteiras profissionais.

Atualmente, concorrência é uma palavra-chave para definir as relações de trabalho do mundo contemporâneo. Há muitas escolas de nível superior formando jornalistas, numa frequência tal que as tradicionais empresas jornalísticas não dão conta de absorver e empregar tamanha mão-de-obra. Além disso, há empresas jornalísticas que empregam profissionais que não possuem graduação em jornalismo. Essa realidade demonstra que o diploma não funciona como um mecanismo forte de definição de fronteiras para os jornalistas. Já com o CFJ, caso tivesse sido aprovado, o exercício profissional estaria condicionado a um registro na autarquia, e esse registro estaria de acordo com o artigo 8º do projeto de lei enviado ao congresso em 2004:

Art. 8º. Para inscrição como jornalista junto ao Conselho Regional é necessário:
I - capacidade civil
II - diploma de curso de graduação em jornalismo ou de comunicação social, habilitação jornalismo, fornecido por Instituição de Ensino Superior reconhecida na forma da lei;
III - ter sido aprovado em procedimento instituído pelo CFJ que confira a sua capacidade técnica profissional;
(Projeto de Lei 3.985/2004)

A problemática do diploma também apareceu nos debates sobre o código de ética durante a década de 80, e ela demonstra continuidade de algumas lutas pelo estabelecimento de um consenso. Além dessa, ainda há questões que não existiam vinte e cinco anos atrás, como por exemplo, a produção de material informativo para Internet. Com a incorporação dessa nova tecnologia, a produção de conteúdo informativo ficou mais acessível a qualquer pessoa que pudesse estar conectada à rede mundial de computadores. O novo meio inaugura novos formatos, dispõe novos recursos e, com isso, estremece mais uma vez a definição estática do que é um produto jornalístico.

Sem estender aqui a discussão sobre possibilidades narrativas e discursivas das novas tecnologias de comunicação e informação, o que se pretende questionar é: O que pode e o que não pode ser enquadrado como jornalismo dentro de um meio de veiculação de informações tão vasto como a internet?

De acordo com o projeto de lei do CFJ:

Art. 16. Consideram-se empresas jornalísticas aquelas que têm a seu cargo a edição de jornais, boletins, revistas e periódicos ou a distribuição de noticiários, e, ainda, a radiodifusão (rádio e TV), os meios eletrônicos (internet) em suas seções ou departamentos de radiojornalismo e telejornalismo e as agências de notícias ou de imagem, assessorias de imprensa e comunicação ou qualquer outra instituição responsável pela criação e/ou pela difusão de material de conteúdo jornalístico.

§ 1º - Para poderem exercer atividades jornalísticas as empresas referidas neste artigo terão que obter o registro no Conselho Regional em cuja base territorial tiver sua sede.

§ 2º - Não serão admitidos os registros, nem poderão funcionar, as empresas jornalísticas, ou a que elas se equipararem, que não tiverem jornalistas responsáveis.

§ 3º - As empresas jornalísticas ou a elas assemelhadas terão prazo de 180 dias após a regulamentação desta Lei para se registrarem no respectivo Conselho Regional.

§ 4º - O registro de empresa jornalística junto ao conselho competente poderá ser provisoriamente suspenso ou definitivamente cancelado na hipótese de se constatar o emprego de mão-de-obra não habilitada para o exercício profissional do jornalismo.

(Projeto de Lei 3.985/2004)

Nesse sentido, uma escolinha de educação infantil que publicasse em seu site as fotos e comentários de eventos internos realizados entre professores e crianças estaria produzindo material jornalístico? E um *blog* de um adolescente que se pusesse a acompanhar o time de futebol de sua cidade, postando no espaço virtual as informações sobre jogos, contratações, escolhas do técnico etc, seria considerado jornalístico?

Enfim, o que se pretende mostrar é que o CFJ foi elaborado com a proposta de estabelecer alguns parâmetros para a atividade jornalística, foi debatido no Congresso Nacional, foi tema de diversas matérias jornalísticas na mídia brasileira e, por fim, foi votado e rejeitado pelos deputados. Não só a rejeição da proposta, mas todo o processo acima descrito são sintomas da

falta de uma identidade coesa do grupo dos jornalistas. O CFJ é um dos momentos ilustrativos da contínua construção da auto-imagem desses profissionais.

3.2 Auto-referenciação e construção da identidade

Para compor o corpus a ser analisado nesta dissertação, foram recolhidas matérias jornalísticas publicadas no período de agosto de 2004 a dezembro de 2004, época que coincide com o tempo de tramitação no Congresso da proposta de criação do CFJ. No total, são onze fontes, dentre elas quatro jornais diários, quatro revistas e três sites, a saber: os quatro jornais diários *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, as quatro revistas semanais *Veja*, *Istoé*, *Carta Capital* e *Época* e os sites da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) (<http://www.fenaj.org.br>), da Associação Nacional de Jornais (ANJ) (<http://www.anj.org.br>) e do *Observatório da Imprensa* (<http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/>).

Os jornais e as revistas citados acima são considerados produtos jornalísticos de abrangência nacional. Ao estudar as matérias produzidas por jornalistas que trabalham nesses locais, pretendeu-se compreender a identidade do jornalista brasileiro. Sabe-se, contudo, que não é adequado falar da existência de um “jornalismo brasileiro” como se esse fosse uma realidade homogênea, como já dito no capítulo 1. O jornalismo que se pratica nos grandes centros urbanos, como Rio e São Paulo, não é o mesmo do existente em cidades pequenas e médias, tampouco é igual ao jornalismo no Maranhão, ou na cidade de Porto Alegre. Há peculiaridades locais significantes que não nos autorizam a denominar um único modelo como “jornalismo brasileiro”. Da mesma forma, também não se pode procurar encontrar padrões muito rígidos para o

“jornalista brasileiro”. É certo que todos esses trabalhadores vivem no mesmo país, sob as mesmas leis federais, com uma certa orientação proveniente do mundo acadêmico, partilhando uma história do jornalismo com suas influências e fatos marcantes em nível nacional. Mas tudo isso não é suficiente para anular particularidades de uma região, de um estado. De qualquer maneira, ao selecionar para esta pesquisa veículos que se mostram pretensamente como de abrangência nacional, tanto no que diz respeito à cobertura quanto à circulação, estamos lidando com projetos modalizantes, quer dizer: são empresas cujas intenções são de serem nacionalmente aceitas como significantes.

O fato de esses jornais e revistas localizarem-se no Rio e em São Paulo já tem um peso simbólico na definição de uma certa hegemonia para eles. No Brasil, o sudeste possui um certo poder, é uma referência para o resto do país no que diz respeito a concentração de poder econômico, valor histórico e hegemonia cultural. Muito do poder simbólico atribuído à região é, ainda, reforçado pela mídia. A televisão – *Rede Globo*, principalmente, mas também *SBT*, *Band*, a antiga *TV Manchete* e outras – reproduzem um certo culto ao Rio de Janeiro. Isso pode ser visto pelas novelas, por exemplo. Apenas observando o tempo dedicado aos assuntos, pode-se dizer que o jornalismo também tende a privilegiar a cobertura de matérias provenientes desses locais.

Em resumo, o que se quer argumentar aqui é que, por serem classificados como de abrangência nacional e por estarem num local que hegemonicamente os permite legitimarem-se segundo essa classificação, os veículos *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Veja*, *Istoé*, *Carta Capital* e *Época* podem ser agrupados para que possamos investigar um certo modelo de jornalista brasileiro.

Outro aspecto sob o qual eles podem ser reunidos é o fato de que esses são veículos de comunicação não-específicos, quer dizer, não são destinados a uma segmentação particular de público, nem são especializados no tratamento de uma única área de conhecimento. Eles trazem

assuntos variados, englobando política, economia, esportes, cultura, notícias internacionais, polícia, cidades, enfim, dando espaço para a diversidade de temas. Além desse aspecto, os quatro jornais e as quatro revistas baseiam-se num padrão parecido de produção empresarial. O modelo de jornalismo praticado em empresas como *O Globo*, *a Folha* e *a Veja* serve de exemplo a outros jornais e revistas de menor porte. Muito do que constitui a identidade jornalística está baseado nos arquétipos de profissionais que trabalham na chamada “grande imprensa”, ou seja, nas redações dos maiores veículos de comunicação do país. As rotinas, as pressões, as formas de trabalho, enfim, o *habitus*, estão ligados ao ambiente simbólico de relações que se dão em empresas de grandes editoras, como *Abril* e *Globo*, por exemplo. Muitas representações, valores, práticas e crenças ali encontradas deixam transparecer traços das relações do mercado de trabalho jornalístico brasileiro da atualidade. Obviamente *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Veja*, *Istoé*, *Carta Capital* e *Época* não são o reflexo da totalidade da mídia, mas certamente são significativos quando pensamos em termos de poder simbólico que eles representam.

Em relação aos sites, dois deles são de associações de classe que polarizaram a discussão sobre o conselho. A Fenaj foi a autora do projeto e tomou, explicitamente, a defesa do mesmo; a ANJ posicionou-se contra, tendo combatido publicamente a proposta durante todo o tempo de tramitação da mesma nas casas legislativas.

Por fim, também recolhemos matérias do site de crítica de mídia *Observatório da Imprensa*, por entender que esse, embora não seja caracterizado como mídia de massa, é um importante lugar de auto-referencialidade explícita, já que muitos membros da categoria debatem ali sobre diversos assuntos envolvendo o universo jornalístico.

O espaço é coordenado por um jornalista (Alberto Dines); é usado por jornalistas, mas também está aberto à participação de outros agentes sociais que se proponham a escrever crítica

de mídia. Conforme o artigo *Media Criticism no Brasil: o Observatório da Imprensa*, dos autores Afonso de Albuquerque, Marco Roxo e João Ladeira:

“o *Observatório da Imprensa* é entendido não somente como um espaço no qual os jornalistas se engajam na construção de uma identidade comum, mas também como uma *arena*, na qual os jornalistas disputam entre si e com outros agentes sociais os termos da definição dessa identidade” (ALBUQUERQUE et al, 2002, p. 167)

Os autores ainda elencam outras justificativas para considerar o *Observatório* como espaço privilegiado sobre o jornalista brasileiro. Em primeiro lugar, apontam que há uma crítica acadêmica direcionada àqueles trabalhos que pretendem falar do jornalismo no país utilizando veículos impressos de circulação quase sempre restrita ao seu local de publicação (isso é dito mesmo para os jornais e revistas considerados “nacionais”). Com o formato virtual, essa limitação regional perde força e o espaço de discussão amplia-se para todo o Brasil. Uma outra vantagem da Internet sobre os impressos está relacionada ao tamanho e volume do material publicado. Dizem os autores que o site permite a publicação de textos mais longos e em maior quantidade, podendo, por isso, oferecer mais recursos para a construção de uma análise.

A seleção das matérias seguiu o seguinte critério: qualquer gênero de texto, em qualquer caderno ou editoria, desde que se referisse ao Conselho Federal de Jornalismo, faria parte do nosso corpus. Assim, foram recolhidas matérias informativas de vários gêneros (notícias, notas, reportagens) e matérias opinativas também de diferentes formatos, tais como editoriais, artigos, crônicas, nota em coluna assinada e até charges.

Antes de passar à descrição individual de cada veículo, é interessante pontuar que, em termos gerais, agosto foi o mês de maior concentração dos textos sobre o CFJ. Nos meses de setembro, outubro e novembro, o número de textos publicados caiu gradativamente; durante semanas, alguns veículos de comunicação sequer mencionaram o assunto. Em dezembro, quando a Câmara de Deputados votou pela rejeição do projeto, o tema retornou às páginas da imprensa,

mas também sem muito alarde. A maior concentração dos discursos acontece no momento posterior ao que o projeto do Conselho entrou na pauta do Congresso. A rarefação das matérias ao longo do tempo era um fenômeno esperado, já que a tendência do jornalismo é tratar com ênfase a novidade e ir, aos poucos, diminuindo a cobertura sobre ela.

Esse fato pôde ser observado em quase todos os veículos que compõem o corpus de análise desta dissertação, com exceção do site da Fenaj. A entidade mantém uma certa constância de publicações, da seguinte forma: 24 matérias em agosto, 25 em setembro, 31 em outubro, 17 em novembro e 4 em dezembro. A Fenaj também se difere dos outros por ter sido a única, entre eles, a apoiar a proposta, afinal, foi ela mesma quem elaborou o projeto. A insistência de se continuar publicando textos mesmo quando já não havia tanta publicização do assunto na mídia indica uma estratégia de persistência na luta por reconhecimento, uma demonstração de contínua batalha argumentativa.

* * *

Folha de S. Paulo - Das 83 matérias jornalísticas recolhidas na *Folha* no período de agosto a dezembro de 2004, 56 são classificadas como informativas. Usando o critério de separação por local de produção do texto, elas dividem-se basicamente em duas categorias: 30 provenientes da sucursal de Brasília e 17 escritas a partir da redação local (São Paulo).

As matérias opinativas representam 30,12% do total, sendo que quatro dos textos são editoriais: dois em agosto e dois em setembro. Pela leitura dos mesmos, pode-se afirmar que o jornal *Folha* é contrário à proposta de criação do CFJ.

Entre os veículos de comunicação selecionados para esta dissertação, este é o único que possui a figura do ombudsman. Esse profissional, responsável por escrever uma crítica interna

avaliando publicamente o jornal em que trabalha, também elaborou um texto mencionando a questão do conselho. Seu texto é de 15 de agosto, mês em que se concentra a grande maioria das matérias (48 de 83). Sua avaliação feita nove dias após a publicação da primeira matéria subsequente à apresentação do projeto na Câmara dos Deputados localiza-se no momento auge da discussão.

Jornal do Brasil - Este jornal publicou 29 textos e uma charge sobre o conselho entre agosto e dezembro de 2004. Diferentemente dos outros diários, os textos opinativos são a maioria (21 contra oito informativos). A distribuição das matérias de acordo com os meses aconteceu da seguinte forma: charge e mais 18 textos em agosto, cinco em setembro, um em outubro, quatro em novembro e um em dezembro.

O Estado de S. Paulo - Ao todo, foram 128 matérias fazendo referência ao CFJ, havendo nas edições dos meses de agosto e setembro mais de uma matéria por dia. Somente em agosto, foram 86 textos, o que corresponde a 67,18% do total. Em setembro, foram 30 matérias, outubro quatro, novembro três e dezembro cinco. Os 40 textos considerados de opinião correspondem a 31,25% do total de matérias. A maioria deles (19) concentra-se na seção “Espaço Aberto”, tradicionalmente ocupada por articulistas que comentam sobre variados assuntos. Uma outra grande parcela das matérias opinativas é composta pelos 14 editoriais publicados ao longo dos cinco meses. Ao lê-los, percebe-se claramente que a posição do jornal é de ser contra a instalação do Conselho. Notou-se, ainda, que a maioria deles foi publicado em agosto, mas percebe-se a preocupação do jornal em manter um editorial pelo menos uma vez a cada mês. Considerando a quantidade de editoriais publicados, percebe-se que *O Estado de S. Paulo* foi, entre os jornais diário escolhidos para esta pesquisa, aquele que mais opinou abertamente sobre a questão.

O Globo - Ao longo desses cinco meses, *O Globo* publicou 35 textos, incluindo opinativos e informativos. Desse total, 27 concentram-se no mês de agosto, aparecendo em 20 edições do mês, o que significa que, algumas vezes, o jornal trouxe mais de um texto sobre o assunto no mesmo dia. O tema ocupou a capa em cinco edições: três delas em agosto, uma em setembro e uma vez em dezembro. Curiosamente, em outubro e novembro não houve sequer uma nota. O primeiro texto, publicado em 6 de agosto, é uma notícia, essencialmente informativa, com poucas fontes, isenta de entrevistas e que, basicamente, apenas apresenta o fato. Os textos que se seguem começam a suscitar um debate, revelando a formação de dois pólos – o dos que são contra o Conselho e dos que se mostram a favor.

Do total de textos, 28,57% são opinativos, dentre os quais três são editoriais. O jornal *O Globo*, nesses cinco meses, só deu espaço para dois textos declaradamente a favor do Conselho Federal de Jornalismo. Os editoriais são todos radicalmente contra a criação da autarquia. Os outros artigos também tendem à rejeição da proposta, embora alguns autores até defendam que o jornalismo precisa ser fiscalizado. Contudo, eles não reconhecem o Conselho nos moldes em que foi proposto como uma boa alternativa para realizar essa fiscalização.

Revista Carta Capital - Veículo com o menor número de matérias publicadas, a revista apresentou um único, mas relevante, texto informativo. A matéria do dia 18 de agosto foi capa da revista. Os outros dois textos são opinativos, e o autor deles é o dono da revista, Mino Carta. No espaço “Carta do editor” das edições de 25 de agosto e de 08 de setembro, ele manifesta-se contra a criação do Conselho. Não foram encontrados textos além desses três.

Revista Época - Das seis matérias publicadas entre agosto e dezembro, quatro estão no primeiro mês. Há um texto em novembro e outro em dezembro. Um dado interessante a ressaltar sobre essa revista é que todos os textos foram de teor opinativo, não havendo matérias do tipo

notícia, reportagem ou nota. Cinco são “Carta do Editor” e um artigo assinado por Leandro Loyola. Todos se posicionam contra a criação do Conselho.

Revista Istoé – Apesar de só terem sido encontrados textos informativos - três de agosto, um de outubro e um de novembro – a opinião da revista pode ser apreendida pela leitura dos mesmos: ela também é contra a proposta do CFJ.

Outro dado percebido foi o fato de o Conselho não ser o foco principal em nenhuma das matérias. O assunto é mencionado em outros contextos, como por exemplo, na matéria “Massacrado”¹³, capa da edição do dia 18/08.

Revista Veja - Foi a revista que mais apresentou texto durante o período de tramitação do projeto do CFJ no Congresso: seis em agosto, cinco em setembro e dois em dezembro. No dia 18 de agosto, a menção à proposta de criação do Conselho aparece na capa, em matéria que chama a atenção pelo tamanho: 12 páginas. Esse foi o maior texto encontrado entre o material empírico impresso selecionado.

Site da Fenaj - A entidade que formulou a proposta de criação do CFJ trouxe em seu site 91 matérias jornalísticas sobre o conselho entre os meses de agosto e dezembro de 2004. As 19 matérias opinativas representam 20,88% do total. Todas elas mostram-se favoráveis à criação da autarquia relativa ao exercício fiscalizador do jornalismo.

Em relação às 72 matérias informativas, é possível classificá-las, pelo menos em sua maioria, como notícias ou notas favoráveis ao CFJ, por reportarem, privilegiadamente, os debates, as falas, os eventos e as declarações que não se posicionam contrariamente a ele. A partir do mês de setembro, isso pode ser melhor exemplificado pela adoção da expressão “apoio”, usada como versal e colocada acima de alguns textos que informam sobre manifestações

¹³ A capa traz outras chamadas para a mesma matéria: “Como o mau jornalismo transformou R\$ 1 mil em R\$ 1 milhão e levou à cassação de um forte candidato a presidente do Brasil” ; “Ibsen Pinheiro – ex-presidente da Câmara dos deputados” ; “Apesar de tudo, a vítima preserva a sensatez: ‘o denunciismo tem cura, mas na imprensa censurada o denunciismo é eterno’”. (Revista Istoé dia 18/08/2004)

solidárias de outras entidades, pessoas públicas e outros agentes de relevância social. Ao todo, 12 textos estão assinalados com a versal “apoio” e um com a “moção de apoio”.

Site da ANJ - Cinco matérias aparecem no site da Associação Nacional de Jornais, sendo três delas de agosto e duas de dezembro de 2004. Em agosto, houve um texto informativo e dois opinativos sobre o assunto. Em novembro, um informativo e outro opinativo. Foram escritos dois editoriais – um em cada mês - ambos reafirmando a posição que a ANJ deixara clara à sociedade desde a época da apresentação do anteprojeto de lei do conselho no congresso nacional: a de ser abertamente contra a criação do CFJ.

Site do Observatório da Imprensa - Por ser um site dedicado à crítica de mídia e expressão de pontos de vista, já se esperava que a maioria das matérias sobre o CFJ recolhidas entre agosto e dezembro de 2004 fosse opinativa. Confirmando a suposição, 76,9% (60 matérias) expressavam a opinião de seus autores, enquanto 17 adotaram o formato informativo.

O total de textos foi de 78, mas um deles é uma enquete, que não foi classificada nem como opinativa nem como informativa. A grande concentração de textos acontece em agosto, mês em que foram publicadas 57 matérias. Em setembro, foram recolhidas onze; em outubro, sete. Novembro foi o mês de menor presença desse tema no site, apresentando três textos; e em dezembro houve oito matérias.

Em relação às opiniões, elas dividem-se da seguinte maneira: 40 contra o CFJ e 28 a favor. Um dado importante a ressaltar é que o responsável pela página na Internet, o jornalista Alberto Dines, menciona em um texto seu publicado no próprio site que ele discorda da proposta de criação do CFJ.

Em linhas gerais, observa-se uma tendência de concentração de textos nas três primeiras semanas subseqüentes à apresentação do projeto de lei no Congresso. A primeira notícia foi de 06 de agosto e a partir daí, até o fim do mês, os jornais diários passaram a publicar um considerável número de matérias relativas ao tema. Em relação às revistas, o período auge de presença de textos sobre o CFJ ocorreu na segunda quinzena de agosto. Coincidentemente, nas edições do dia 18 de agosto três das revistas do corpus de análise - *Veja*, *Istoé* e *Carta Capital* - trouxeram nas respectivas capas matérias que, de alguma forma, abordaram o tema do Conselho.

Em *Veja*, a manchete “A tentação autoritária” vem seguida dos dizeres: “As investidas do PT para vigiar e controlar a imprensa, a televisão e a cultura”. Tais palavras apontam para um interpretante de repulsa e crítica ao governo e suas ações. Essa interpretação é ainda complementada pela combinação de outros signos, como a cor vermelha e o desenho de uma estrela, que reforçam a associação simbólica com o PT. O ícone do olho localizado no centro da estrela faz lembrar uma fechadura por onde se espia sem ser chamado. Ainda nessa foto, a sobrancelha para baixo e as pálpebras semicerradas são indícios de que a pessoa que vigia não está com cara de “bons amigos”.

Como a capa é o espaço com o qual o leitor tem seu primeiro contato, ainda que não se tenha mencionado nominalmente o Conselho Federal de Jornalismo, todo o conjunto significativo de textos e imagens é suficiente para estabelecer um direcionamento primário para a interpretação que o leitor deverá ter ao ler o texto do interior da revista.

Na capa da edição de 18 de agosto da *Carta Capital*, há menção explícita ao CFJ no texto que acompanha a manchete: "Conselho de Jornalismo, agência audiovisual, lei da mordaca, sigilos quebrados: os mandachuvas dizem-se acuados pelo governo".



Figura 1 – Capa de *Veja* – 18 de agosto de 2004



Figura 2 – Capa de Carta Capital – 18 de agosto de 2004

O fundo em branco tem a propriedade de dar destaque às figuras de uma coroa e de uma televisão, que ilustram de maneira bastante óbvia as palavras “poder” e “mídia” respectivamente. Entretanto, não se pode dizer que há uma única interpretação para o conjunto de elementos (verbais e não-verbais) encontrados na capa da revista. A posição da coroa em cima da TV pode levar a pensar sobre o poder simbólico e sobre o lugar privilegiado de fala que a mídia – e, em especial, a televisão – possui. Mas considerando o texto “O poder e a mídia”, a conjunção “e” supõe a existência de uma pluralidade (há um *e* outro). O fato de serem dois, portanto, – a mídia e o poder – também pode remeter à idéia de que a mídia é coroada por tal poder. Vale acrescentar que, por causa do texto “Conselho de Jornalismo, agência audiovisual, lei da mordada, sigilos quebrados: os mandachuvas dizem-se acuados pelo governo”, a palavra “poder” tem grandes chances de conduzir a uma interpretação de que poder é igual a poder governamental.

Em *Istoé*, o Conselho também não aparece explicitamente. O foco da matéria é uma crítica à revista *Veja*, que publicara, anos antes, uma matéria acusando Ibsen Pinheiro de corrupção, o que desencadeou a cassação do deputado na época. A matéria lembra que *Veja* errou ao prestar uma informação numérica, ampliando em cem vezes o valor do que teria sido desviado.

A capa traz a foto do rosto do ex-deputado e os textos localizados à esquerda e à direita da fotografia identificam-no como vítima dos abusos da imprensa. No texto à esquerda (“Como o mau jornalismo transformou US\$ 1 mil em US\$ 1 milhão e levou à cassação de um forte candidato à presidente do Brasil”), *Istoé* direciona seu ponto de vista ao leitor ao caracterizar, logo na capa, o que ela julga ser “mau jornalismo”. No texto à direita (“Apesar de tudo, a vítima preserva a sensatez: ‘O denunciismo tem cura, mas na imprensa censurada, o denunciismo é eterno’”), a escolha de reproduzir a frase de Ibsen dá pistas sobre o posicionamento da revista em relação ao CFJ. Para corroborar a atitude de rejeição à proposta, a revista chama de sensata uma

Figura 3 – Capa de *Istoé* – 18 de agosto de 2004

pessoa que teria razões para defender um mecanismo de controle para a imprensa, mas que sinaliza que censurada a imprensa seria ainda pior.

Para os jornalistas, a liberdade de imprensa é um baluarte em sua atividade. Entre os jornais, revistas e sites em que foram recolhidas as matérias sobre o CFJ, pôde-se perceber que tanto os que são a favor da proposta como os que são contra apóiam-se sobre tal valor para buscar nele força argumentativa e persuasiva. Seja na posição de pró-conselho ou contra-conselho, quando os jornalistas se auto-referenciam atrelando sua imagem como defensores da liberdade de imprensa, estão galgando uma certa autoridade para si mesmos. Eles autodenominam-se portadores dessa bandeira e isso reflete uma estratégia de defesa: por trás do muro da liberdade de imprensa, qualquer um que ataque a categoria dos jornalistas está igualmente atacando um patrimônio maior, pertencente a toda a sociedade.

Como se sabe, a liberdade de expressão não é algo de domínio exclusivo do campo jornalístico. Pelo contrário, os jornalistas apropriam-se desse valor difundido em toda sociedade ocidental (presente, por exemplo, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, ou no artigo 5º da Constituição Federal Brasileira, de 1988) e introduzem-no no próprio campo, adotando-o como requisito para o bom desempenho de sua prática profissional.

Conforme vimos, a maioria dos textos adotou uma posição contrária ao Conselho Federal de Jornalismo e um dos principais argumentos para a rejeição da proposta apoiou-se no fato de que o CFJ ameaça a liberdade de expressão e o livre trabalho do jornalista. Diante de tão ampla aceitação de tal valor pela sociedade, falar de liberdade é automaticamente fator de empatia com os interlocutores.

Quase a totalidade das matérias atacou o projeto do Conselho. Os que são contra comparam a criação da autarquia com a volta da censura do período militar. Os textos fizeram

alusão a características antidemocráticas¹⁴ e usaram, freqüentemente, termos como “autoritário” e “autoritarismo”. Vários deles remeteram-se ao tempo da ditadura, trazendo à memória as lutas e dificuldades dos jornalistas de outrora.

Por exemplo, no artigo “Desprezo pela democracia” publicado dia 11 de agosto na editoria “Espaço aberto”, do *Estadão*, o autor José Nêumanne escreve:

“O Conselho Nacional de Jornalismo é uma idéia de matar Hitler, Stalin, Mussolini, Getúlio Vargas, Perón e outros tiranos de inveja. Em vez de censurar, em vez de prender, em vez de calar os críticos recalcitrantes dessa marcha para o socialismo pelas brechas da democracia, o governo do PT encontrou um meio suave (mas definitivo) de puni-los: cassar-lhes o registro profissional no Ministério do Trabalho e negar-lhes o direito de exercer a profissão. (*O Estado de S. Paulo* – editoria “Espaço aberto”, 11/08/2004)

No site da Associação Nacional dos Jornais também é possível encontrar uma referência explícita ao modelo ditatorial de governo no editorial “Liberdade em perigo”:

“Os meios de comunicação brasileiros lutaram duramente para conquistar a liberdade de expressão, após sucessivos períodos de autoritarismo. (...) Trata-se de uma conquista que não pertence apenas aos jornais, às emissoras, às revistas, aos veículos de comunicação em geral e aos profissionais que deles participam. É uma conquista de toda a sociedade brasileira. O direito à liberdade de expressão, sempre vale lembrar, é um direito dos cidadãos, decorrente de sua condição humana, como consta, a propósito, da Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas. Mesmo assim, persistem pressões, ameaças e violências contra jornais e jornalistas. A Associação Nacional de Jornais, sempre vigilante na defesa da liberdade, vem denunciando essas ameaças, surgidas de várias origens, mesmo após a promulgação da Constituição, há 16 anos.” (*Site da ANJ* – agosto de 2004)

A “Carta do Editor” da revista *Época* do dia 30 de agosto, embora não se remeta diretamente ao período da ditadura militar, também apresenta um texto capaz de promover associações com um governo autoritário à medida que usa o valor liberdade como suporte de sua argumentação: “A simples existência do CFJ, nos termos que constam do projeto atual, é uma

¹⁴ Dois exemplos: Matéria informativa, publicada no caderno O país, na página 12, no dia 15 de setembro tem como título “Lula, na ANJ, diz que censura não voltará”. O texto é assinado pela repórter Soraya Aggege, de São Paulo. / Matéria opinativa, publicada na página 7, de Opinião, no dia 24 de agosto. Seu autor Luiz Garcia faz uma crítica ao presidente Lula que manifesta apoio ao Conselho e que fez uma vista ao Gabão, país cujo governante está há 37 anos no poder e que tem “pouca intimidade com a democracia”

espada colocada sobre a liberdade de imprensa. (...) É isto que desejamos para o Brasil? Com toda a certeza, não.” (*Época*, “Carta do Editor”- 30/08/2004 p.16)

Como vimos no capítulo 1, a construção da memória é desenvolvida a partir do presente, local de onde se olha para o passado de modo a selecionar o que interessa ser lembrado e o que deve ser esquecido. Na atualidade, cerca de duas décadas depois do fim da ditadura, a memória que se faz sobre os anos sob o governo militar estão sob a hegemonia do discurso que exalta a democracia, lamenta os fatos de violência e repressão passados e sustenta uma ideologia de superação de tal modelo. Os jornalistas, ao se auto-referenciarem, no presente, em textos que evocam a memória de um momento passado marcante para a sociedade brasileira, estão, assim, provocando associações mentais entre o referido momento histórico e a discussão do presente.

Do outro lado do debate sobre o Conselho Federal de Jornalismo, os que se posicionaram a favor da criação da autarquia também não se consideram favoráveis nem à censura nem ao autoritarismo. A Fenaj, *entidade que elaborou a proposta do CFJ, procurou transparecer*, a todo tempo, *que defendia o direito à informação da sociedade aliado ao papel do jornalista que inclui seu dever ético de informar. No site dessa associação, o texto “Conselho de Jornalismo vem em defesa da liberdade de expressão e de imprensa” procurar mobilizar essas e outras representações:*

“As entidades **que verdadeiramente representam os jornalistas brasileiros** propuseram a criação do CFJ por defenderem a **informação como um bem público a qual todos têm direito** e por acreditarem que o Conselho vai contribuir para o aprimoramento do jornalismo, tornando-o mais **ético**, democrático, plural e comprometido com a constituição da cidadania e com a promoção do bem comum. Essa é a nossa utopia.

Maria José Braga - Tesoureira da Fenaj e presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás (artigo publicado no Jornal do Brasil em 12/08).”

(Site da Fenaj, “Opinião”, 14/08/2004, grifos meus)

Algumas observações podem ser feitas acerca dessa citação e dos trechos intencionalmente grifados. O fragmento destacado da primeira frase (**que verdadeiramente**

representam os jornalistas brasileiros”) reflete um momento chave de lutas e negociação de autoridade por parte das entidades de representação dos jornalistas brasileiros envolvidas na discussão sobre o Conselho. A disputa pela mobilização interna do apoio dos integrantes do grupo dos jornalistas é polarizada por duas organizações em especial. Em oposição principalmente à ANJ, a Fenaj procura mostrar-se como legítima representante da categoria, construindo, assim, a idéia de que o Conselho atende aos anseios do próprio grupo.

As estratégias usadas pela Fenaj para se apresentar como entidade mais representativa da categoria podem ser percebidas pelas matérias publicadas em seu site contando sobre os seminários e debates promovidos por ela em universidades, sindicatos e espaços públicos por todo o país. Sucessivos textos de pequeno tamanho (um ou dois parágrafos, geralmente) aparecem nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro, contendo títulos do tipo “*FENAJ e ABI discutem criação do Conselho em Porto Alegre*” (27/08/2004); “*Sindicato de Rondônia discute criação do CFJ*” (03/09/2004); “*Presidente da FENAJ explica em São Leopoldo (RS) que o Conselho defende os jornalistas*” (10/09/2004); “*Rádio Roraima transmite debate sobre Conselho*” (10/09/2004); “*Sindicato do Sergipe debate CFJ no plenário da Assembléia*” (18/10/2004); “*Deputados de Tocantins debatem CFJ*” (03/11/2004) etc.

As estratégias discursivas da Fenaj visam a mobilizar os próprios jornalistas para ganhar apoio à proposta do CFJ, mas também direcionam-se no sentido de alcançar credibilidade junto a outros atores sociais. Outro trecho que foi destacado da citação acima (“informação como um bem público a qual todos têm direito”) procura elaborar a imagem do jornalista como profissional comprometido com a responsabilidade social. Em outra matéria, publicada no site da Fenaj, argumenta-se que:

O Conselho terá como atribuição precípua a normatização e o disciplinamento do exercício do jornalismo no Brasil, o que não significa qualquer tipo de cerceamento à liberdade de imprensa e de expressão e, sim, a instituição de um

órgão que vai zelar pela qualidade da informação e pelo exercício ético do jornalismo. Por isso, o CFJ é também uma conquista de toda a sociedade. (Site da Fenaj, 06/08/2004, grifo meu)

A expressão “ético” - grifada na citação acima e também destacada no texto mais acima, escrito pela tesoureira da Fenaj e sobre o qual estamos comentando nesses últimos parágrafos - também se revela como um signo de lutas e negociações de sentido para a aceitação do Conselho Federal de Jornalismo. A aclamação do valor hegemonicamente bem aceito da **ética** procura dar aos argumentos que defendem o CFJ um peso de seriedade e preocupação com a verdade, honestidade e compromisso com os leitores e fontes.

As matérias da Fenaj frequentemente evocam princípios éticos e manifestam preocupação com a qualidade do jornalismo. Isso leva-nos a interpretar que, nas entrelinhas, os textos insinuam que na ausência de fiscalização o jornalismo corre o risco de ser antiético, ferindo, portanto, o bem comum e o direito da sociedade à informação de qualidade. Quando a Fenaj insiste em elaborar um discurso de defesa da ética no jornalismo ao mesmo tempo em que apóia a criação de um mecanismo de controle do trabalho jornalístico, isso nos dá a entender que a entidade sustenta seu ponto de vista e tenta ganhar aceitação a partir de demonstrações públicas de preocupação com a qualidade de informações que o jornalista presta à sociedade. Ao referenciar a si mesma como um agente social preocupado com o bem comum, pretende dissipar quaisquer associações negativas que tendam a atrelar a proposta do Conselho com autoritarismo.

Por fim, para concluir a análise acerca da citação retirada do texto de Maria José Braga publicado pela página da Fenaj na internet, é curioso ressaltar que o site faz questão de indicar com a frase “artigo publicado no Jornal do Brasil em 12/08” que o texto veiculado por eles foi também publicado no *JB*, um jornal contra a criação do CFJ. Ao fazer isso, a Fenaj tem a intenção de mostrar que a voz da entidade não está restrita apenas ao seu próprio site, mas também ocupa outros lugares de fala do jornalismo brasileiro.

Como pudemos perceber, tanto as matérias que são contra quanto as que são a favor do Conselho tecem seus argumentos em torno do signo da “liberdade de imprensa”. Por ser um valor de amplo peso simbólico na sociedade ocidental, de grande aceitação nas sociedades democráticas e, principalmente, por ter um valor quase mitológico para a profissão de jornalista, a liberdade de imprensa pode ser identificada como uma das mais efervescentes arenas em que se negociam os sentidos para a identidade jornalística no contexto das discussões sobre a criação ou não do CFJ.

Enquanto os defensores do Conselho pensam que a existência de um órgão para “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício do jornalismo” não fere a liberdade desses trabalhadores, os que são contra a proposta rejeitam principalmente o fato de serem controlados por um mecanismo governamental. Na verdade, não é a existência de fiscalização e disciplina o grande incômodo causado pelo projeto de lei. A matéria “Jobim defende tribunal de ética para jornalistas”, do jornal *O Globo* do dia 17/08/2004, por exemplo, publica a opinião de uma fonte governamental que sugere uma auto-regulamentação do jornalismo. O subtítulo, abaixo do título, traz os seguintes dizeres: “Presidente do STF sai em defesa da liberdade de imprensa e diz que a própria categoria deveria criar mecanismo”. Se os jornalistas rejeitassem o CFJ apenas pelo fato de não quererem ser fiscalizados, isso poderia soar como uma espécie de auto-suficiência arrogante, mas com construções discursivas como essa, os jornalistas constroem uma aura de “humildade” e reconhecimento de que podem errar, mas reforçam a negação de que o controle seja feito por parte do estado.

Pela leitura das matérias dos jornais e revistas, principalmente, percebemos que muitas críticas ao CFJ dirigem-se ao fato de ele sugerir a criação de um **órgão do estado** para esse fim. É interessante relembrar, aqui, a discussão do capítulo 2 que trata das representações do jornalista como quarto poder, vigia social, sentinela da consciência e cão de guarda. Muitas tarefas

desempenhadas por esse profissional e muito da sua identidade estão ligadas ao papel de tornar públicas informações do mundo político a que os cidadãos comuns não teriam acesso sem o papel mediador dos jornalistas. Identificados como vigilantes atentos aos desvios do poder público, os jornalistas não viram com bons olhos a possibilidade de serem controlados justamente pelos alvos de suas atenções. Assim, é a partir de críticas, oposições e denúncias direcionadas ao governo que grande parte das matérias jornalísticas constrói a argumentação para enfraquecer o projeto do CFJ.

O fio condutor da discussão sobre o Conselho, como já dissemos, está sob o signo da liberdade de expressão. As matérias contra a proposta atacam o governo, tentando mostrar que tal lei se equipararia a uma atitude autoritária e censora. Na verdade, o projeto prevê a criação de uma autarquia (que é um órgão ligado à administração pública), entretanto, sua composição se organizaria com membros da categoria dos jornalistas. O trabalho de controle, fiscalização, julgamento e punição seria desempenhado por representantes dos jornalistas. Ainda assim, os contrários à proposta não reconhecem essa representatividade e nem aceitam que ela seja entendida como uma ação jornalística.

Muito do que aparece nos textos está relacionado às idéias de repressão à liberdade, censura e autoritarismo por parte do governo. Para construir o discurso em torno dessas idéias, algumas matérias evocam o passado, ou seja trabalham a memória. É interessante lembrar que a memória dos jornalistas sobre o período militar pós-1964 é profundamente marcada pela construção de uma imagem de que os jornalistas foram porta-vozes da sociedade e que lutaram contra o poder governamental para continuarem a desempenhar sua missão informativa, formativa e denunciativa. A oposição jornalismo *versus* poder é tomada como um dos pontos a partir do qual a memória sobre essa época se organiza.

Contudo, existem alguns pontos particulares a serem comentados em relação às matérias que direcionam críticas ao governo. Em primeiro lugar, pode-se perguntar: esses textos podem ser considerados auto-referenciais, já que tratam do governo? Questiona-se também: ora, se os jornalistas dirigem tantas críticas ao governo, por que dão tanto espaço a ele nas matérias sobre o CFJ? A priori, o principal grupo interessado no debate seria o dos próprios jornalistas, mas o que se percebe é que muitas vozes que aparecem nos textos jornalísticos nem sempre estão diretamente envolvidas na discussão; nem sempre possuem uma ligação específica com o debate da categoria. Enquanto de um lado os jornalistas se auto-referenciam a partir da memória de um passado de lutas contra o poder do estado ditador, por outro lado, as matérias jornalísticas freqüentemente se distanciam da auto-referência e se pautam por um tratamento “oficialesco” em relação ao tema.

Em 11 de agosto, numa matéria que ocupou toda a página 8 do caderno “O país” do jornal *O Globo*, um box traz um texto cuja principal fonte é o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Edson Vidigal. O entrevistado discorre sobre liberdade de imprensa, sobre o direito que a sociedade têm à informação, mas ao final, surpreendentemente, o presidente do STJ afirma: “Não li o projeto, mas o que está escrito na Constituição é o que vale, é o que se impõe”. Isso nos faz pensar: se ele sequer leu o projeto, por que deveria estar opinando sobre ele?

Conforme Foucault (1993) em nossa sociedade, não há espaço para se dizer tudo; os discursos sofrem vários tipos de coerções. Algumas vezes, as restrições referem-se aos locais de aparição, outras vezes, relacionam-se aos sujeitos que o pronunciam. O autor atenta para o fato de que existem procedimentos capazes de classificar os discursos como mais “importantes”, como o dos médicos, ou “insignificantes”, como o dos loucos, por exemplo. A declaração do presidente do STJ tem um peso simbólico atrelado ao lugar de fala que esse agente ocupa, mas é por uma escolha jornalística que aquela fala ocupou o espaço das páginas de jornais.

O jornalista possui também um lugar de fala. Seu ambiente de trabalho – a mídia – é exatamente o lugar que ele ocupa e é onde ele exerce suas funções de falar para e da sociedade. Mas a profissão de jornalista não pode se restringir a “um trabalhador da mídia”. No seu fazer diário, um fazer essencialmente discursivo, o jornalista convive com vários outros agentes e partilha o mesmo espaço social. É nesse meio que ele procura, com atitudes, gestos, palavras, imagens, mostrar-se como profissional gabaritado para desempenhar a função que exerce.

“(…) trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; **ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo**” (FOULCAUL, 1993, p.37 grifo meu).

A autoridade que o jornalista tem diante da sociedade não é automática. Para entrar na ordem do discurso e para mostrar à sociedade que é qualificado, o jornalista envolve-se numa luta por sentidos sobre sua própria identidade. O local simbólico dessa luta é justamente o discurso. Numa relação dialética, ao mesmo tempo em que se espera conquistar um certo espaço na ordem discursiva, o próprio âmbito do discurso é a arena por onde travam-se as disputas para galgar esse reconhecimento.

Aquilo que a sociedade entende como função do jornalismo no mundo contemporâneo é resultado de um processo constante de construção de identidade; um processo que envolve imersão numa estrutura de poder, relações com outros grupos, negociação de autoridade, aprimoramento de capacidades técnicas, concepção de uma ética própria, enfim, estabelecimento de fronteiras.

No início do capítulo 2, vimos que Bourdieu classifica o jornalismo como um campo relativamente autônomo para organizar seu próprio funcionamento. No texto *Political, social science and journalistic fields* (2005), o autor afirma que é pequena a autonomia desse campo,

apesar de o jornalismo ser reconhecido como detentor de um certo poder simbólico. Sua autonomia em relação a outros campos é bastante relativa, ele é, em muitos sentidos, dependente dos poderes do estado, do poder político e do econômico. E, não raro, o discurso jornalístico deixa transparecer reflexos dessa interdependência com outros agentes sociais. Nas matérias sobre o CFJ, a freqüente ênfase na cobertura do mundo político exemplifica essa afirmação. Há, contudo, diversos modos em que se dá essa interseção e diferentes maneiras de aparição das vozes proveniente de atores ligados ao campo político.

Milton José Pinto diz que, para a análise de discurso, todo texto é heterogêneo. Sendo o jornalismo uma forma discursiva, podemos inferir que ele também se mostra híbrido em muitos aspectos. Ao reproduzir falas de outros agentes sociais – algumas vezes sob a forma de discurso indireto, outras vezes por aspas, outras vezes discretamente nos interstícios – apresenta assim uma heterogeneidade (PINTO, 2003). Nas matérias sobre o Conselho, o jornalista escreve sobre o próprio universo, contudo, essa auto-referencia não deve ser tomada como sinônimo de homogeneidade; o texto está sempre marcado pela manifestação, ainda que indireta, de outras vozes.

Como já dissemos, é possível perceber que o enfoque dos textos sobre o CFJ é dado principalmente em relações a fontes governamentais. A seguir, estão listados alguns exemplos retirados do jornal *O Globo*. Foram fontes oficiais citadas nas matérias o presidente da república Lula (dias 18/08/04, 15/09/04, 16/06/04), o vice-presidente José de Alencar (22/08/04), o presidente do STF Nelson Jobim (17/08/04), o ministro do trabalho Ricardo Berzoini (07/08/04, 21/08/04), o chefe da Casa Civil José Dirceu (10/09/04), o ministro da Justiça Márcio Thomas Bastos (capa em 10/08/04), além de outros integrantes do poder público.

No dia 10 de agosto, o entrevistado principal é o ministro da justiça, numa matéria que é manchete de capa.



Figura 4 – Capa de O Globo 10/08/2004

A participação de fontes tais como associações ou entidades jornalísticas é visivelmente menor. Quase nunca estão em títulos ou fotos. A organização que mais aparece é a Fenaj (pelo fato de ter sido ela a elaborar a proposta e entregá-la ao governo) e a Associação Nacional de Jornais – ANJ (por tomar frente na posição contrária), mas também aparecem, em menor intensidade, entidades como Repórteres sem Fronteiras, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - Abert, Associação Brasileira de Imprensa – ABI, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo - Abraji. Essa proporção mostra que os jornalistas tiveram uma forte tendência em valorizar grupos detentores do poder estabelecido, em detrimento de posicionar a discussão do Conselho sob o foco de seus principais afetados (eles mesmos). Porém, esse comportamento não significa que um enfraquecimento do poder simbólico dos jornalistas. Pelo contrário, a busca por falas, declarações e manifestações fora do próprio campo de forças é uma estratégia de legitimação do próprio discurso (BOURDIEU, 2005); é maneira de reforçar a autoridade jornalística.

Além de podermos encontrar no discurso jornalístico os indícios de uma busca por legitimação fora do campo, salientamos que há ainda outro motivo para explicar a intensa presença das vozes do campo político no espaço do texto jornalístico. Conforme Bakhtin aponta em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2004), as formas hierarquizadas da sociedade influenciam as formas de enunciação e os principais modos de comportamento. Assim, a manifestação do pensamento, a formulação de conceitos e pré-conceitos, os julgamentos são organizados dentro de um grande repertório e os significados atribuídos a alguma coisa estão profundamente marcados pela significação hegemônica que vigora no espaço social¹⁵.

¹⁵ Bakhtin aponta, no entanto, que um signo pode adquirir novo significado, o significado hegemônico pode ser questionado. Tudo isso depende dos agentes do espaço social que, pelo caráter de suas interações, podem ser capazes de negociarem novos significados. A transformação dos sentidos dos signos deriva das interações sociais. É pelas trocas simbólicas realizadas no espaço social que as pessoas organizam os conteúdos semióticos de um signo, ou seja, conferem-lhe seu aspecto ideológico. Ora, quando ocorrem reorganizações do espaço social, quando há mudanças nas condições em que as interações acontecem, isso representa uma abertura para a possibilidade de

É verdade que grande parte dos textos possui um teor de crítica aguçada contra o governo; alguns artigos e editoriais atacam pessoalmente a figura do presidente, ou indicam discordância com a criação do Conselho Federal de Jornalismo. Contudo, esse posicionamento contrário adotado pela maioria dos meios de comunicação não significou quebra de padrões hegemônicos de significação. Ao contrário, tal como demonstra Bourdieu (2005), a construção do poder de fala do jornalista e a legitimação do campo jornalístico muitas vezes ficam dependentes do poder de outras áreas; sua autonomia sofre restrições frente a outros campos de força que partilham o espaço social. Dessa forma, grande parte da legitimidade do dizer jornalístico está ancorada sob a “oposição” e a “pressão” dos jornalistas frente ao campo político, mas sem que isso signifique o ingresso em uma luta por profundas transformações do discurso hegemônico. Observa-se que não há uma vontade de mudança ideológica; grande parte do esforço vai na direção de reforçar a importância social e a autoridade do jornalista como portador inquestionável da verdade.

A seguir, ilustraremos com citações dos objetos empíricos desta pesquisa um dos momentos em que o jornalista negociou sentidos sobre si mesmo com o poder político. No dia 16 de agosto, enquanto estava em viagem para a República Dominicana, o presidente Lula chamou os jornalistas de covarde. Esse episódio serviu para aguçar ainda mais o debate sobre o CFJ nas páginas da imprensa. A *Folha* faz o seguinte relato na matéria de título “Para Lula, jornalista que não defende conselho é ‘covarde’” publicado na editoria “Brasil”:

No momento em que deixava o local para ir a um jantar oferecido pelo novo presidente do país, Leonel Antonio Fernandez Reyna, Lula foi em direção a cerca de dez jornalistas brasileiros, que aguardavam sua saída do hotel. Nem chegou a ser questionado, indo direto ao assunto. Primeiro, chamou todos de "covardes". Em seguida, questionado por uma repórter se os jornalistas teriam de defender o projeto, Lula afirmou: "É lógico. Cadê a posição classista de vocês ? (...) Não é uma coisa boa pra vocês? Não é

uma reivindicação histórica de vocês? Vocês não eram nem nascidos e já se reivindicava isso". (*Folha de S. Paulo* – 17/08/2004)

Todos os jornais impressos repercutiram o fato e todas as revistas, com exceção de *Istoé* fizeram, pelo menos uma menção a ele em seus textos. Tendo sido atacados, os membros dessa categoria profissional passaram a ocupar lugar de vítima, espaço privilegiado para se ganhar simpatia e apoio em muitos aspectos.¹⁶

Trechos como os abaixo demonstram que a fala do presidente Lula foi uma excelente matéria-prima para o desenvolvimento de argumentos e estratégias discursivas em defesa e fortalecimento do grupo dos jornalistas. Em *Veja*, o texto de uma matéria diz o seguinte:

“(...) Também não é engraçado que (Lula) tenha chamado jornalistas de ‘bando de covardes’. Primeiro porque sem os ‘covardes’ ele jamais teria sido eleito. Segundo porque o presidente sabia que seus interlocutores não poderiam responder na mesma altura sem turvar o ambiente” (VEJA - 25/08/2004)

No *Estadão*, Dora Kramer escreve assim em sua coluna:

“O presidente dá-se à informalidade de considerar "um bando de covardes" os jornalistas que não defendem o Conselho Federal de Jornalismo, numa confusão de conceitos que inverte gestos e intenções. Coragem é preciso para discordar de governos, criticá-los e viver ao largo de suas concessões de poder, dinheiro ou informação. Para aceitar a tutela do Estado, reivindicar dele a segurança do controle de normas para suprir a carência do prestígio não obtido na profissão, a covardia basta. (O Estado de S. Paulo – Opinião - Dora Kramer – 18/08/2004)

O trecho a seguir não pertence a um jornalista, mas foi retirado da seção *Fórum dos Leitores do JB*:

“Se o presidente define como covarde uma classe de formadores de opinião que o tratou com isenção e respeito durante sua campanha presidencial, (...) como estará qualificando o povo que o elegeu? (Jornal do Brasil – Fórum dos leitores – 22/08/2004)

¹⁶ O lugar da vítima é o daquele que sofre, e sofrimento e dor são experiências mediadas pela cultura. (AMATO, 1990). Algumas formas de sofrimento despertam passividade, outras piedade, compadecimento ou indignação ou podem até mobilizar atitudes de combate às suas causas. Diz Luc Boltanski que ao se imputar uma denúncia sobre alguém, constitui-se, assim, uma vítima. Na lógica da “metafísica da justiça” (BOLTANSKI, 1999, p.67), busca-se o responsável pelo sofrimento do outro quando se está diante da categoria de sofrimentos evitáveis. “A denúncia é reconhecida como um compromisso genuíno e, portanto, uma respeitável atitude moral” (BOLTANSKI, 1999, p.71).

Essa última citação pode ser analisada sob dois aspectos. Primeiramente, faz-se necessário esclarecer que, embora escrito por um leitor, esse é um texto auto-referencial, uma vez que sem a mediação de um jornalista – no mínimo um editor, sem contar o diagramador, ou um eventual revisor – tal texto não estaria ali. Além disso, foi necessária uma ação jornalística para torná-lo disponível naquele local e daquela forma. Em segundo lugar, vale lembrar que a referência a vozes externas ao campo é uma estratégia de legitimação do próprio discurso. Recorda-se, aqui, que o jornalista busca sua autoridade em torno da representação de ser um mediador desejado entre o público e os fatos.

A recorrência a outras vozes associa-se, ainda, um outro aspecto relacionado ao jornalismo: a objetividade. No capítulo 2, ressaltamos como o respeito a ela é motivo forte para produzir a imagem definidora do “bom profissional”. Também mostramos que o formato informativo fez-se principal ninho para aconchegar a objetividade. Não é à toa que os gêneros notícia e reportagem tenham sido os mais comuns entre os jornais e revistas (com exceção de *Época* e *Carta Capital*) recolhidos nesta pesquisa. No site da *Fenaj* também se observou a presença de uma maioria de textos informativos (52 contra 20). No site do *Observatório*, um espaço especialmente dedicado à emissão de opinião, crítica e juízo de valor, foram exibidos 17 textos informativos e 68 opinativos. No site da *ANJ*, nesses cinco meses foram dispostos apenas cinco textos, entre os quais dois são informativos e três opinativos. Como se pôde notar, houve valorização do formato da informação e essa característica pode ser interpretada como sintoma de uma busca por ancorar tal discurso à marca da objetividade.

De acordo com os manuais de redação e as orientações embasadas nesse valor, o jornalista não deve emitir opinião própria em textos informativos. Ele deve relatar um fato mostrando todos os lados da questão, entrevistando as fontes envolvidas e reproduzindo suas

falas com discurso indireto ou com discurso direto (usando aspas), evitar o uso do modo subjuntivo nos verbos, entre outras orientações. (LAGE, 1999). O propósito disso é evitar ao máximo a parcialidade, construindo um texto mais perto possível da neutralidade e que deixe margem à livre e total interpretação do leitor.

Sabe-se que a imparcialidade não existe, e não é isso que está em discussão neste momento. A real face da adoção do discurso objetivo é a propriedade que esse possui de promover um certo disfarce para o autor do texto, ou, tal como explica Monique Rangel (2006), produzir anonimato, torná-lo invisível. Segundo a autora, a incorporação da objetividade na imprensa brasileira consiste num momento chave para a profissionalização da categoria dos jornalistas, além de, pela via da produção do anonimato, sustentar a identidade desse grupo como produtor de um discurso a ser consumido como verdade.

É sempre importante reafirmar que objetividade não é sinônimo de neutralidade. Um autor consegue passar seu ponto de vista sobre um assunto a partir das escolhas e da organização das frases. Ao selecionar trechos de falas de seus entrevistados deixa de expressar diretamente sua opinião, mas não deixa de torná-la exposta de uma outra forma. Um exemplo disso pode ser visto na matéria “Até líder do PT condena Lula por chamar de covarde jornalista que não apóia CF”, do jornal *O Globo*, do dia 18 de agosto de 2004.

“ BRASÍLIA. Ao chamar de covardes os jornalistas que não apóiam a criação do Conselho Federal de Jornalismo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acabou reacendendo a polêmica sobre o tema no Congresso Nacional. O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM) não perdoou o deslize:

- O presidente parecia estar atacado por algum Exu ao chamar os jornalistas que são contra o Conselho Federal de Jornalismo de covardes.

O líder do PFL, senador Agripino Maia também condenou as declarações de Lula:

- Acho que o presidente está sob o efeito Chavez (presidente da Venezuela Hugo Chaves).

(...)

Sem argumentos para defender o presidente, a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), limitou-se a lamentar o episódio.

- Achei lamentável a generalização. (...) pelo que conheço do presidente Lula, estou convencida de que ele vai se corrigir – disse Ideli.” (*O Globo*, “O país” -18/08/2004, p.15)

Nesse trecho, podemos destacar dois aspectos: a presença das técnicas da objetividade no uso do discurso indireto e o uso estratégico da heterogeneidade mostrada (PINTO, 2002) trazendo vozes de diferentes pólos políticos.

Em relação à objetividade, vale lembrar o que já foi discutido no segundo capítulo. Como vimos, ela consolidou-se a partir de um processo histórico específico e ainda hoje possui grande importância tanto para o grupo dos jornalistas quanto para a sociedade a que os jornalistas se dirigem. Diversas representações ligadas à credibilidade, competência e seriedade do jornalista ficaram atreladas à obediência desse profissional aos padrões objetivos adotados pela imprensa. Isso quer dizer que um dos traços de mais durabilidade que vem sustentando a construção da identidade jornalística nos últimos 50 a 60 anos continua a ser a busca pelo ideal objetivo.

Retomando a análise da citação acima, percebe-se um jogo discursivo estratégico em que o jornalista usa de técnicas da objetividade ao mesmo tempo em que constrói para si próprio uma imagem de “vítima”. No trecho acima, o autor parece preocupado com a objetividade na medida em que, através do confronto de entrevistas de senadores do PFL e PSDB com a da senadora do PT, tenta demonstrar que dá lugar a vários “lados” da questão. Contudo, com uma leitura um pouco mais minuciosa, é fácil perceber que todas as falas corroboram uma crítica a Lula, inclusive, a da senadora do PT, mesmo partido do presidente. Assim, quando os jornalistas expõem essa concordância de opiniões proveniente dos pólos políticos antagônicos, reiteram a idéia que eles foram “vítima” do “ataque” do presidente. Usando o discurso objetivo organizado dessa maneira, os jornalistas fazem com que o poder simbólico do campo político some-se como sinal de apoio ao campo jornalístico.

Como afirmado acima, o formato informativo foi o mais usado nos textos recolhidos para este trabalho. O lugar destinado às matérias informativas é significativo para o entendimento do sentido que se quis dar a elas no contexto de cada veículo de comunicação. No jornal *O Estado de S. Paulo*, fica evidente a principal forma adotada pelo veículo para abordar o assunto do Conselho quando constatamos que 65 das 87 matérias informativas estão posicionadas na editoria “Nacional”. Na *Folha*, quase a totalidade dos 56 textos informativos foram alocados na editoria “Folha Brasil”, divididos segundo dois principais tipos de localização: 30 textos são provenientes de Brasília e 17 da reportagem local. No jornal *O Globo*, as matérias informativas estão localizadas principalmente na editoria “O País” e, no *JB*, o local privilegiado para o texto informativo sobre o CFJ é a editoria “Brasil”. Essas escolhas dos jornais demonstram a opção por dar um enfoque nacional ao debate. Ao ampliarem esse debate a todo o país os jornalistas estão definindo um lugar para si mesmos no espaço social. Ocupar um lugar em tese destinado a tratar assuntos de interesse de todo o país é afirmar-se como grupo socialmente relevante. É fazer uma afirmação sobre si mesmos e, ao mesmo tempo, mostrá-la publicamente.

Quanto aos textos opinativos, esses também são um importante espaço de auto-referenciação. Eles foram parte ativa no debate ao expressarem abertamente o posicionamento sobre o CFJ. Constituíram-se também como espécie de eco dos assuntos noticiados, exercendo a função de reforçar ou refutar algumas tendências traçadas pelos textos informativos. Quando os veículos noticiaram que Lula chamara os jornalistas de covarde, artigos e editoriais foram escritos para comentar o fato.

Os textos opinativos caracterizaram-se pela evidência e transparência na construção da memória. Diferentemente dos textos informativos, cuja lógica está extremamente ligada ao valor-notícia atualidade, os opinativos promovem lembrança explícita do passado. Os primeiros também são lugar de memória, e isso é percebido quando, por exemplo, fazem alguma referência

à censura e ao controle pelo poder estatal, mas é no espaço da opinião que o passado é evocado mais explicitamente. No trecho a seguir, a época em questão é a ditadura militar:

“Independência e autonomia diante do Estado eram as principais bandeiras dos sindicatos dos jornalistas brasileiros, que chegaram a abortar, durante o governo do general João Figueiredo, o envio ao Congresso Nacional de um projeto de lei criando o Conselho Federal dos Jornalistas (CFJ). Na ocasião, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) lutava por eleições diretas para o país e para ela mesma.” (Chico Sant’ana, *Observatório da Imprensa*, 17/08/04)

Outros momentos passados também são mencionados:

“O que de mais parecido ocorreu no país foi o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, da era Vargas, que controlava com mão de ferro a produção audiovisual, os jornais e os jornalistas. Curiosamente, o PT andou propondo a mudança do nome da ala Felinto Müller, do Senado, com a justificativa de que o ex-senador chefio a polícia da ditadura do Estado Novo. Se vingar a proposta de ressurreição do DIP, na pele do Conselho de Jornalismo, talvez o novo nome da ala Felinto Müller, para fazer jus ao atual patrono, devesse ser Luiz Inácio Lula da Silva, ou ainda, quem sabe, ministro José Dirceu. Afinal, em Brasília muita gente recita o refrão “Stálin não morreu, encarnou no Zé Dirceu”. (José Carlos Aleluia¹⁷, *Folha de S. Paulo*, 19/08/04 – “Folha Opinião)

Ou ainda:

“O Estado Novo não corou as bochechas no vexame da ditadura ostensiva: oficializou a censura, criando o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) (...). Fardada e cínica, a ditadura militar não suportou a liberdade vigiada da imprensa por muito tempo, mergulhando de cabeça na censura que rimava com tortura, na dupla que calava os gritos dos submetidos ao tratamento do DOI-Codi. (Villas Boas, *Jornal do Brasil*, “Outras opiniões”, 11/08/04)

A promoção da lembrança de momentos relacionados a regimes ditatoriais reforça o que já foi dito anteriormente sobre levantar a bandeira da liberdade de expressão como estratégia de ganhar autoridade e construir uma imagem de defensores de interesses coletivos. A defesa desse valor também se fez presente, de alguma forma, nas notícias e reportagens.

Na verdade, não há muita diferença no teor dos textos de opinião e de informação. A opção metodológica de tratá-los separadamente aqui nesta análise serve apenas para sinalizar

¹⁷ O autor do texto não é jornalista, e sim deputado federal pelo PFL-BA, líder do partido na Câmara na época em que escreveu o artigo. Mas reafirmamos aqui que mesmo os textos desse tipo foram considerados auto-referenciais porque foi necessária uma AÇÃO JORNALÍSTICA para que ele ocupasse tal lugar no jornal.

uma tendência a priorizar o formato informativo, ao qual é atribuído o modelo objetivo. Mas vale ressaltar que os jornalistas também usam recursos da objetividade na construção dos textos opinativos. As “Carta ao leitor” da revista *Época* sempre assinadas pelo diretor de redação Aluizio Falcão Filho, apresentaram frases, dados, formas descritivas, expressões do tipo “segundo o ministro” e outros elementos promotores de objetividade nos textos. Em alguns parágrafos dessas cartas, o autor parece desaparecer, o texto apresenta as palavras como se elas fossem as únicas a retratar a “realidade dos fatos”. Nessa revista, em especial, percebeu-se pouco espaço para a emissão de uma opinião mais contundente, a subjetividade escondeu-se atrás de formas discursivas que se pretendem neutras.

Há, nos outros veículos de comunicação, diversos exemplos de textos cujos autores escrevem na primeira pessoa, ou usam excesso de adjetivos, tornando, assim, suas opiniões bastante evidentes e mostrando claramente a posição tomada diante da proposta de criação de um Conselho Federal de Jornalismo. Os jornais e revistas foram todos contra o Conselho (o que pôde ser constatado pela leitura de seus respectivos editoriais) e destinaram pouco espaço para a publicação de textos favoráveis à proposta. Nas revistas, nenhuma brecha foi dada ao pólo oposto, e nos diários os raros textos que se manifestam a favor do CFJ ou da Fenaj estão nas seções de opinião.

Vale destacar, contudo, que nem todos os textos opinativos necessariamente adotam um dos pólos da debate. Nos jornais, os textos tendem a demonstrar o antagonismo – ou se cria, ou não se cria o Conselho -, no site da *Fenaj*, naturalmente, só foram encontradas opiniões a favor do Conselho; no da *ANJ*, apenas opiniões contrárias. Mas na página do *Observatório da Imprensa*, essa dualidade foi quebrada, pois alguns poucos textos publicados ali conseguiram ir além da discussão dicotômica sobre o Conselho. O site destinado à crítica de mídia deu lugar a alguns textos que analisaram a superficialidade dos meios de comunicação no tratamento da

questão, por exemplo, “O ‘aconselhamento’ da mídia”, de Ângelo Sastre, ou “Condenação do conselho não absolve a mídia”, de Luiz Weis, ambos de 10/08/04. Outros artigos procuraram, ainda, fazer um exame mais cuidadoso da proposta de lei, tecendo argumentos que apresentaram os prós e contras de algumas sugestões, como, por exemplo, o texto “Propostas para evitar um risco”, do advogado Victor Gabriel Rodríguez, de 24/08/04. De qualquer forma, também foi possível observar a formação de pólos entre as matérias recolhidas no site do *Observatório*. Tal como afirma o professor Luiz Gonzaga Motta, no texto “As cores do maniqueísmo”, publicado no próprio *Observatório da Imprensa*

“O debate sobre a criação do Conselho Federal de Jornalismo coloriu-se, infelizmente, das cores do maniqueísmo: o preto ou branco. Ou se é contra, ou se é a favor. Como se a verdade só pudesse estar nos dois extremos. Virou plebiscito. Até o *Observatório da Imprensa*, uma tribuna tantas vezes pluralista, em enquête, reduziu a questão a uma única pergunta: é uma proposta autoritária x ou é o seu contrário? O que poderia ser um democrático debate sobre os erros e acertos do jornalismo brasileiro transformou-se em uma discussão estéril e dogmática.” (Luiz Gonzaga Motta, *observatório da Imprensa*, 17/08/04)

A afirmação do professor constata a falta de produtividade do debate que surgiu a partir da proposta de criação do CFJ em agosto de 2004. Certamente a discussão sobre o trabalho e a ética do jornalista não foi bem explorada abafada pelas discussões sobre censura versus liberdade de expressão. Todavia, não se pode afirmar que os discursos auto-referenciais publicados nos cinco meses de tramitação do projeto de lei no Congresso tenham sido estéreis do ponto de vista da construção da identidade. Pela análise desses textos, conseguiu-se entender a força de alguns valores, crenças, normas, práticas na constituição do campo jornalístico e na formação da imagem desses profissionais diante da sociedade para quem eles se dirigem.

Considerações finais

Na sociedade brasileira da atualidade, o jornalismo se firma como um campo relativamente autônomo (BOURDIEU, 1998), possuindo suas regras e especificidades que o tornam, em muitos aspectos, independente de outros campos. Mas nem sempre foi assim. Houve um tempo da história humana em que o jornalismo sequer existia. Demorou muito tempo até que ele pudesse ser reconhecido como profissão. Isso só foi possível depois de um processo (sempre em construção e reconstrução, vale lembrar) de especializações de saberes, reprodução de fazeres, hierarquizações, partilha de valores, crenças, enfim, de constituição de um *habitus*.

Os jornalistas, agentes desse campo, também só passaram a ser reconhecidos enquanto categoria profissional a partir de especificidades espaciais e temporais. Em cada tempo e em cada lugar é possível encontrar diferentes representações e contextos para identificar o jornalista. Momentos importantes como a década de 1950 no Brasil, bem como valores, técnicas, mudanças de ordem legais, econômicas, de formação escolar e empresariais, além de outros fatores dos contextos da época foram cruciais para a profissionalização da atividade (RIBEIRO, 2000) no Brasil. Muito do que hoje está ligado à imagem do jornalista brasileiro da contemporaneidade é fruto das transformações dos anos 1950. Mas é necessário dizer que sua identidade continua em construção e permanece sendo organizada a partir da partilha de práticas, vivências, normas, valores, deontologia, crenças, memórias.

É interessante destacar ainda alguns outros momentos que nos levam a concluir que a identidade jornalística é fruto de um processo constante. Ao recuperar parte da história do jornalismo, vimos que a necessidade do diploma para o exercício da atividade é uma questão ainda bastante polêmica da categoria, por isso, o simples fato de se ter um diploma de jornalismo não é suficiente para caracterizar um indivíduo como pertencente a esse grupo. Até 1969, não era

preciso ter diploma para exercer a profissão, mas mesmo depois da lei 972/1969 continuou havendo fotógrafos, cinegrafistas e até redatores que nunca passaram pela formação acadêmica específica. Há, ainda hoje, muita gente trabalhando em jornais, revistas, emissoras de rádio e TV que não possui graduação nessa área. Mas é certo que os diplomas foram ficando mais valorizados à medida que os cursos de graduação foram sendo implantados em universidades do país. Em contrapartida, com a explosão do ensino superior como exigência de formação mínima na sociedade brasileira, juntamente com a multiplicação de instituições de ensino de 3º grau privadas, o Brasil passou a ter um excesso de jornalistas formados sem que as tradicionais empresas de comunicação pudessem absorver tamanha mão-de-obra. Assim, apenas ter diploma não é um dado tão significativo na identificação do jornalista. Ou, melhor dizendo, é apenas um dos dados que compõem a vastidão de elementos em conflito quando tratamos da configuração da identidade do jornalista brasileiro do início do século XXI.

Os mecanismos de representação profissional e órgãos de auto-regulamentação também oferecem pistas sobre a identidade dos jornalistas. Durante a década de 1980, um código de ética foi elaborado por diversas organizações sindicais, por meio da Fenaj. Embora sem peso de lei, as definições desse código continuam a ter, ainda hoje, um valor simbólico de seriedade e respeito para os profissionais jornalistas. Entretanto, na atualidade percebe-se um enfraquecimento do poder representacional da Fenaj junto aos membros da categoria. Em 2004, quando a entidade Fenaj enviou ao governo um projeto de lei para a criação de um Conselho Federal de Jornalismo, tal proposta não foi aceita pela mídia, tendo sido amplamente criticada por diversos jornalistas.

Como vimos, o campo não é uma formação totalmente isolada e independente. Por isso, a construção da identidade dos agentes desse campo também é influenciada por fatores externos, como as regulamentações legais, as representações sociais e a convivência com outros grupos e agentes no espaço social. Aliás, é justamente no contato com o Outro que a identidade se

constitui. No capítulo 1, vimos que a alteridade é requisito imprescindível até mesmo para a existência do Eu. A formação da subjetividade não é algo interno e particular ao sujeito, mas está condicionada às interações sujeito-sujeito no espaço social (MOSCOVICI, 2005). Inclusive o estar-no-mundo e o conhecer-o-mundo supõem que os sujeitos se interajam nesse mundo que eles partilham. No caso dos jornalistas, a própria profissão caracteriza-se por um contato com o Outro. Ela constitui-se como um dizer social, está presente na sociedade falando dela e para ela (VEIGA, 1998).

O espaço do discurso oferece importantes pistas para o estudo da identidade dos jornalistas, particularmente se observarmos o discurso auto-referencial, exemplificado aqui neste trabalho pelos textos jornalísticos sobre a proposta de criação de um Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), apresentada ao Congresso Nacional em 2004.

Dois aspectos foram cruciais na escolha do objeto empírico: a auto-referenciação e o assunto CFJ. Em relação à auto-referenciação, ela foi destacada porque o espaço discursivo geralmente usado para informar ou comentar sobre os fatos do mundo foi usado pelos jornalistas para abrigar um assunto do próprio mundo. A auto-referência, no entanto, não se constitui como um movimento exclusivamente interno ao grupo. Falar sobre si mesmo é também expor aos outros aquilo que se organiza internamente como válido para ser mostrado. Vale acrescentar que a organização interna de uma imagem não depende exclusivamente dos valores, normas, hierarquias, saberes, práticas, procedimentos e representações internos. Tudo isso está em contato, de alguma forma, com o mundo social que cerca o grupo. Lembrando os teóricos da identidade, a autoconsciência, a auto-organização depende da interação entre os sujeitos que partilham o mesmo espaço social. É nesse lugar, pois, que se localizam as lutas, que se negociam sentidos, que se estabelecem relações de poder. O processo de auto-referenciação é, portanto, lugar em que os sujeitos elaboram uma auto-imagem, mobilizam representações, reforçam

valores, interagem como outros grupos negociando autoridade; organizam sua memória, recuperando lembranças e promovendo esquecimentos, enfim, constroem sua identidade.

Quanto ao assunto das matérias referenciais, o Conselho Federal de Jornalismo chamou nossa atenção porque a proposta de criação de uma autarquia nos moldes do Conselho Federal de Medicina ou da Ordem dos Advogados do Brasil para a categoria dos jornalistas desencadeou um intenso debate na mídia sobre o tema. Esse foi, portanto, um momento chave no que se refere a aparecimento de conflitos, lutas e negociações de sentido para a própria profissão.

Pela leitura das matérias, percebemos que a principal maneira pela qual o jornalista deseja ser reconhecido é como o agente social responsável por levar informações em benefício do bem comum. Muitas vezes, o jornalista apresenta-se de forma altruísta, manifestando que sua principal preocupação é com o leitor. É a partir disso que os jornalistas - tanto que são contra quanto os que são a favor da criação do conselho - procuram tecer seus argumentos e negociar apoio a seu ponto de vista em relação ao debate.

A discussão do assunto é conduzida por um viés principal: o da liberdade. Vários textos evocam a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão, tentando construir a idéia de que o CFJ seria uma ameaça a elas. A defesa da liberdade também foi articulada de uma maneira especial em textos que trabalharam a **memória** do grupo dos jornalistas. Várias matérias informativas, mas principalmente textos opinativos citam momentos do passado (como a época da ditadura militar, por exemplo) de modo a promover associações com as lutas debate sobre o CFJ.

Ao incorporarem de modo explícito nos textos a defesa da liberdade como luz guia de sua atividade os jornalistas, procuram, implicitamente, ganhar simpatia, reconhecimento e autoridade, uma vez que atrelam sua profissão a um valor hegemonicamente aceito como bom e louvável. Além disso, o valor é defendido em nome de algo “maior”: o poder de levar ao leitor a verdade

dos fatos. A crença nessa responsabilidade social de levar o público ao conhecimento daquilo que acontece é reforçada nas auto-representações do jornalista, que busca ser visto como o agente social a serviço do bem comum.

Liberdade, portanto, é a palavra-chave da construção da auto-referenciação jornalística, porque funciona como um pilar de sustentação da identidade desse profissional. É ela que garante seu poder de fala, porque é ela quem sustenta outros elementos de referência e de reconhecimento profissional (como a objetividade, ou a representação de jornalista como cão de guarda).

A análise das matérias auto-referencias sobre o CFJ também mostrou que o valor objetividade continua a ter bastante peso simbólico na construção de uma imagem de jornalista ético e isento. Tentando parecer objetivos (com técnicas do tipo: reprodução de frases em aspas, fornecimento de dados numéricos ou históricos, frases desprovidas de adjetivação etc) os jornalistas construíram textos mostrando exatamente o seu próprio ponto de vista sobre o CFJ, mas “escondendo” que o texto tivesse sido escrito com o propósito de corroborar uma angulação já pronta antes da escrita do mesmo.

Constatamos ainda que os textos auto-referenciais sobre o CFJ trataram de um assunto interno ao grupo, mas também operaram, em diversos e significativos momentos, com uma lógica de distanciamento da referência a si mesmos através da ancoragem em outros agentes e grupos. O diálogo (não no sentido de compreender o outro, mas mais no sentido de interação unilateral ou polêmica) com o campo político pôde ser constatado num grande número de matérias. A recorrência a vozes a representantes dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) serviu como estratégia para ajuntar forças à argumentação dos jornalistas contrários à aprovação da proposta de criação do Conselho. Em vários momentos os jornalistas lançaram mão de críticas aos políticos que porventura defendessem o projeto, identificando-os como censores e autoritários.

Por fim, queremos ressaltar que a ênfase dada pelos jornalistas às matérias sobre o CFJ deve ser entendida como um reflexo de um dado poder que o jornalista já possuiu em ocupar um certo lugar de fala. Nas matérias, ele procura reforçar o seu poder, e efetivamente entra em disputas argumentativas que, ao final, representam a imagem de que o jornalista é um profissional importante e respeitado cuja responsabilidade e cuja competência o encarrega de ser um mediador desejado, pronto para relatar os fatos da maneira mais verdadeira possível. E, como afirma Renato Ortiz, “as representações só adquirem significado quando encarnadas no cotidiano dos atores” (1994, p.133). A partir disso, podemos concluir que a derrota da proposta do CFJ na câmara confirma a consagração, ainda que momentânea, de uma certa identidade para o jornalista: a do profissional que se diz responsável pelo exercício social de vigiar, denunciar, formar e dar informações verdadeiras, tudo isso em benefício do bem comum. Em nome disso é que ele defende a liberdade como pilar de sustentação de sua atividade, convoca a ética como balizador da profissão e considera-se auto-suficiente no sentido de se auto-regulamentar, auto-vigiar, não aceitando, assim, controles externos, principalmente aqueles que sejam, de alguma forma, atrelados ao poder político (como seria o caso do CFJ).

Referências

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. (org.) *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ABREU, Alzira Alves de., LATTMAN-WELLMAN, Fernando, ROCHA, Dora (orgs). *Eles mudaram a imprensa. Depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2003.

ALBUQUERQUE, A. “Another fourth branch: press and political culture in Brazil” (2005) SAGE Publications (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi) Vol. 6(4): 486–504

_____. “Um outro quarto poder: imprensa e compromisso político no Brasil”, in: *Contracampo*, nº 4, 2000, pp.23-57

ALBUQUERQUE, A.; LADEIRA, J.D.; SILVA, M. A. “Media criticism no Brasil: o Observatório da Imprensa” in: *Revista Brasileira de Ciências de Comunicação*, 25 (2), 2002, pp. 166-192.

AMATO, Joseph A. *Victims and Values*. A history and a theory of suffering. New York, Praeger Publishers: 1990.

ARBEX JR., José. *O jornalismo canalha: a promíscua relação entre a mídia e o poder*. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. Trad. Paulo Bezerra.

BARBOSA, Marialva. *O que a história pode legar aos estudos de jornalismo*. Comunicação apresentada no II Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos na Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal, 2005.

BILL, Kovach e ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

BOHÈRE, G. *Profissão: jornalista: um estudo dos jornalistas como trabalhadores*. São Paulo: Ltr; Brasília: OIT, 1994.

BOLTANSKI, Luc. *Morality, Media and Politics*. Cobridge University Press, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. "The political field, the social science field and the journalistic field". In: BENSON, R. e NEVEU, E. *Bourdieu and the journalistic field*. Cambridge, UK: Polity Press, 2005, p.29-46.

BREED, Warren. *Social Control in the Newsroom*. Social Forces 33, no. 4 (1955): 326-335. 1955.

BUCCI, Eugenio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Cia das letras, 2000.

CAMPBELL, Richard. *60 Minutes and the News: a Mythology for Middle America*. Urbana and Chicago: University of Chicago Press, 1991.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000

CHAPARRO, Carlos Manuel. *Pragmática do Jornalismo, buscas Práticas para uma Teoria da Ação Jornalística*. Summus Editorial, São Paulo, 1993

CHARAUDEAU, Patrick. “Para uma nova análise do discurso”. In: CARNEIRO, Agostinho Dias (org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996.

COLOMBO, Fausto. *Os arquivos imperfeitos*. São Paulo: Perspectiva, 1991

COTTA, Pery. *Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DANTAS, Audálio (org.). *Repórteres*. São Paulo: senac, 1997.

DELEUZE e FOUCAULT. “Os intelectuais e o poder” In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000 (1972). P. 69-78.

DIMENSTEIN, Gilberto. *As armadilhas do poder. Os bastidores da imprensa*. São Paulo: Summus, 1990

DINES, Alberto. *O papel do jornal*. Artenova, 1997.

ENNE, Ana Lúcia. *Lugar, meu amigo, é minha Baixada: memória, identidade e representação social*. Tese de Doutorado em Comunicação. UFRJ, Brasil: 2003.

FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. *Memória Social*. Lisboa: Teorema, 1992.

FORD, Aníbal. *Navegações: comunicação, cultura e crise*. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANÇA, Vera Veiga. “Pré-texto teórico”. In *Jornalismo e Vida Social: a história de um jornal mineiro*. Belo Horizonte: editora UFMG, 1998.

GANS, Herbert. *Deciding what's news*. New York: Vintage Books. 1980

GLASSER, Theodore L. & ETTEMA, James S. “Investigative journalism and the moral order”. In: *Critical perspectives on media and society*, ed. by Robert K. Avery and David Eason. New

York & London: The Guilford Press [c1991]. 417 p. cap. 9, p. 203-225. Trad. para o português por MTGF de Albuquerque. Rev. técn. de A. de Albuquerque

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice, 1990

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

HALLIN, Daniel. MANCINI, Paolo. *Comparing Media System*. London: Cambridge University Press, 2004.

HELLER, Agnes. “Princípios organizadores em historiografia”. In: *Uma teoria da História. Civilização Brasileira: 1993. pp.181-190*.

HUYSEN, Andréa. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano. Universidade Candido Mendes, Museu de Arte Moderna – RJ, 2000.

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo*. São Paulo: Edusp, 2002. p.151 a 183.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática: 1985

LESTER, Marlyn e MOLOTCH, Harvey. “As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos.” In: TRAQUINA, Nelson (org) *Jornalismo: questões, teoria e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LOWENTHAL, David. *Past is a foreign country*. New York, Cambridge University Press, 1989

MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hackers, 2000.

MARTIN-BARBERO, Jésus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

MENDONÇA, Sonia Regina e BARBOSA, Marialva. *Estado e comunicação no brasil: Em torno do pensamento de Antonio Gramsci*. Artigo apresentado ao 4º Encontro de História da Mídia da Rede Alfredo de Carvalho. São Luis, 2006.

MOILLAUD, Murice e PORTO, Sérgio Dayrell. (orgs.) *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: editora UNB, 2002.

MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. “Sobre a subjetividade social”. In: SÁ, Celso Pereira de (org.). *Memória, imaginário e representações sociais*. Rio de Janeiro: Editora Museu da república, 2005.p.11-62.

NAMER, Gerard. *Memoire et société*. Paris: Meridien Klinksiec, 1987.

NORA, Pierre. “O retorno do fato”. In : LE GOFF, Jacques. & NORA, P. (org). *História: novos problemas*. F. Alves, 1979.

OLIVEIRA, Michele Roxo de. *Profissão jornalista: um estudo sobre representações sociais, identidade profissional e as condições sociais de produção da notícia*. Dissertação de Mestrado. Bauru: FAAC/Universidade Estadual Paulista, 2005.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAHL, Ray. *Depois do sucesso – ansiedade e identidade fin-de-siècle*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

PINTO, Milton José. *Comunicação e Discurso*. São Paulo: Hackers, 2002.

POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". In: *Estudos Históricos*, 5 (10) Rio de Janeiro, 1992

RANGEL, Monique Benati. *Profissionalização jornalística: identidade, anonimato e autoridade*. Artigo apresentado ao Intercom. Brasília, 2006.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre Alerta: Condições e Contradições do trabalho jornalístico*. São Paulo: Brasiliense, 1994

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *A História do Seu Tempo: A imprensa e a produção do sentido histórico*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, ECO/UFRJ, dez. 1995.

_____. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, ECO/UFRJ, set. 2000

_____. *Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50*. Texto apresentado no GT Estudos de Jornalismo no XI Encontro da COMPOS, UFRJ, 2002.

ROSEN, Jay. *What are journalists for?* New Haven: Yale University Press, 1999.

ROXO, M. *Companheiros em luta: a greve dos jornalistas em 1979*. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2003

SCHUDSON, Michael. *Discovering the news: a social history of American newspapers*. New York: Basic Books, 1978

SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Petrópolis: Vozes, 1992.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Mil dias: seis mil dias depois*. São Paulo: Publifolha, 2005.

SILVERSTONE. Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola, 2002.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SOLOSKI, John. “O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico” In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: veja, 1993, p. 61-73.

TRAQUINA, Nelson . *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

_____. *Teorias do jornalismo. Vol II. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1992. 3 ed.

TUCHMAN, Gaye. “A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas” In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: veja, 1993, p. 61-73.

VERÓN, Eliseo. *Construire l’évenement: les médias et l’accident de Three Mile Island*. Paris: Les Editions de Minuit, 1981.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 2001.

ZELIZER, Barbie. *Covering the body: the kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory*. Chicago: university Press, 1992.

_____. *Taking Journalism Seriously: news and the academy*. Sage Publications, 2004.

<http://www.coletiva.net/noticiasDetalhe.php?idNoticia=17865> consultado dia 15/11/06, às 19h32

Nº UM, Jornal dos Jornalistas, nº 6, setembro de 1985, p.15)

Boletim ABI, Ano XXIX - Fevereiro/Março de 1980, pp- 4-5)

Fontes Primárias

Jornal do Brasil

Período de 06/08/2004 – 20/12/2004

Jornal Folha de S. Paulo

Período de 06/08/2004 – 20/12/2004

Jornal O Globo

Período de 06/08/2004 – 20/12/2004

Jornal O Estado de S. Paulo

Período de 06/08/2004 – 20/12/2004

Revista Carta Capital

Edições 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 316, 317, 318, 319

Revista Época

Edições 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346

Revista Istoé

Edições 1817, 1818, 1819, 1820, 1821, 1822, 1823, 1824, 1825, 1826, 1827, 1828, 1829, 1830, 1831, 1832

Revista Veja

Edições 1865, 1866, 1867, 1868, 1869, 1870, 1871, 1872, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883

www.fenaj.org.br

www.observatoriodaimprensa.com.br

www.anj.org.br

Anexo 1

Íntegra do Anteprojeto de Lei do Conselho Federal de Jornalismo

TÍTULO I - DO JORNALISMO

CAPÍTULO I - DO EXERCÍCIO DO JORNALISMO - Arts. 1º ao 6º

CAPÍTULO II - DOS DIREITOS DO JORNALISTA - Art. 7º

CAPÍTULO III - DA INSCRIÇÃO - Arts. 8º ao 14

CAPÍTULO IV - DAS EMPRESAS JORNALÍSTICAS E SOCIEDADE DE JORNALISTAS - Arts. 15 ao 18

CAPÍTULO V - DO JORNALISTA EMPREGADO - Arts. 19 ao 22

CAPÍTULO VI - DOS JORNALISTAS AUTÔNOMOS - Arts. 23 e 24

CAPÍTULO VII - DAS INCOMPATIBILIDADES - Art. 25

CAPÍTULO VIII - DA ÉTICA DO JORNALISTA - Arts. 26 a 28

CAPÍTULO IX - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES - Arts. 29 a 38

TÍTULO II - DO CONSELHO FEDERAL DE JORNALISMO

CAPÍTULO I - DOS FINS E DA ORGANIZAÇÃO - Arts. 39 a 42

CAPÍTULO II - DO CONSELHO FEDERAL - Arts. 43 a 46

CAPÍTULO III - DOS CONSELHOS REGIONAIS - Arts. 47 a 49

CAPÍTULO IV - DAS SEÇÕES - Art. 50

CAPÍTULO V - DOS TRIBUNAIS DE ÉTICA E DISCIPLINA - Art. 51

CAPÍTULO VI - DAS ELEIÇÕES E DOS MANDATOS - Arts. 52 a 54

TÍTULO III - DO PROCESSO NO CFJ

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS - Arts. 55 e 56

CAPÍTULO II - DO PROCESSO DISCIPLINAR - Arts. 57 a 61

CAPÍTULO III - DOS RECURSOS - Arts. 62 a 64

TÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS - Arts. 65 a 73

ANEXO ÚNICO

CÓDIGO DE ÉTICA DO JORNALISTA

I - DO DIREITO À INFORMAÇÃO - Arts. 1º ao 5º

II - DA CONDUTA PROFISSIONAL DO JORNALISTA - Arts. 6º ao 10

III - DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL DO JORNALISTA - Arts. 11 a 17.

ANTEPROJETO DE LEI

Ementa: Cria o Conselho Federal de Jornalismo-CFJ, institui o Código de Ética e altera a legislação sobre o exercício da profissão de jornalista.

TÍTULO I

DO JORNALISMO

CAPÍTULO I

DO EXERCÍCIO DO JORNALISMO

Art. 1º. A profissão de jornalista é de natureza social e finalidade pública.

Art. 2º. O jornalista é indispensável à livre circulação de informações na sociedade e suas fontes de informação, bem como seus arquivos e local de trabalho, são invioláveis no exercício da

profissão, nos limites desta Lei.

Art. 3º. O exercício da atividade jornalística no território brasileiro e a denominação jornalista são privativos dos inscritos nos Conselhos Regionais de Jornalismo (CRJs):

§ 1º - Exercem atividade jornalística para todos os efeitos legais, os assessores de imprensa, bem como os ocupantes de cargos cujas funções sejam privativas de jornalistas, na administração pública ou na iniciativa privada, independentemente da denominação pela qual foram contratados ou nomeados.

§ 2º - O estagiário de jornalismo deve se inscrever no CRJ, de acordo com o disposto no art. 9º.

§ 3º - São também privativas da profissão de jornalista as novas funções, criadas sob outras denominações, em novos meios de comunicação de conteúdo jornalístico que exerçam quaisquer das atividades previstas no art. 4º, ou em virtude de promoção por mérito em funções existentes.

§ 4º - O Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), em conjunto com os CRJs e os Sindicatos da categoria, decidirá sobre toda e qualquer dúvida relativa à nomenclatura de funções e atividades relacionadas aos jornalistas em qualquer meio de comunicação.

Art. 4º - São atividades privativas de jornalista em qualquer meio de comunicação, independente da natureza da empresa, órgão, veículo ou meio utilizado para a elaboração ou a divulgação de conteúdo jornalístico:

I - direção, coordenação e edição de material de conteúdo jornalístico;

II - comentário, narração, análise ou crônica;

III - redação, condensação, titulação, interpretação, correção ou coordenação de texto a ser divulgado, que contenha ou não comentário;

IV - entrevista, investigação jornalística, reportagem, comentário ou columnismo;

V - planejamento, organização, direção e eventual execução de serviços técnicos de jornalismo, incluindo os de arquivo, pesquisa, ilustração ou distribuição gráfica de texto a ser divulgado;

VI - administração, consultoria e planejamento em assessoria de imprensa na administração pública ou na iniciativa privada, incluindo as entidades do denominado terceiro setor;

VII - ensino, em qualquer nível, de disciplinas teóricas ou práticas de jornalismo;

VIII - revisão de originais de matéria jornalística com vista à correção redacional e à adequação da linguagem jornalística, destinados à divulgação;

IX - organização e conservação de arquivo jornalístico e pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias, comentários ou documentários;

X - execução de distribuição gráfica e processamento de textos, edição de imagem, fotografias ou ilustrações de caráter jornalístico;

XI - execução de desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico;

XII - coleta de notícias, informações jornalísticas ou imagens e seu preparo para divulgação;

XIII - elaboração de texto informativo ou noticioso para transmissão;

XIV - assessoramento e/ ou consultoria na área de jornalismo;

Parágrafo único. Não constitui atividade jornalística a colaboração para quaisquer meios de comunicação que, mediante remuneração ou não, e sem relação de emprego, produza trabalho de opinião ou de natureza técnica, científica ou cultural, relacionado a uma especialização profissional, o qual será divulgado, obrigatoriamente, com o nome e qualificação do autor.

Art. 5º - As funções desempenhadas pelos jornalistas serão assim classificadas:

I - Editor Geral, Editor-Chefe ou Editor-Executivo: o responsável pela edição de jornais, revistas, periódicos de qualquer natureza, por agências de notícias e serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas em empresas de radiodifusão e outras onde sejam exercidas atividades jornalísticas;

II - Editor de Jornalismo ou Secretário de Redação: o jornalista incumbido de coordenar e

eventualmente executar, de forma geral, os serviços de redação e os de natureza técnica;

III - Subeditor de Jornalismo, Editor-assistente, Editor-adjunto ou Subsecretário de Redação: o jornalista incumbido de auxiliar, eventualmente executar ou substituir o Editor de Jornalismo;

IV - Coordenador de Reportagem: o jornalista incumbido de coordenar os serviços externos de reportagem;

V - Coordenador de Pauta: o jornalista incumbido da coordenação geral do serviço de pauta;

VI - Pauteiro: o jornalista encarregado de elaborar e organizar, junto com a coordenação de reportagem, a pauta de orientação dos repórteres, realizando os contatos auxiliares à execução da tarefa;

VII - Produtor Jornalístico: o que apura as notícias, agenda entrevistas e elabora textos jornalísticos de apoio ao trabalho da reportagem;

VIII - Coordenador de Revisão: o jornalista incumbido da coordenação geral dos serviços de revisão, eventualmente desempenhando também a tarefa do revisor;

IX - Coordenador de Imagens: o jornalista incumbido de coordenar os serviços relacionados com imagem fotográfica, cinematográfica, videográfica, gráfica e o planejamento gráfico, inclusive pelo processo informatizado ou assemelhado;

X - Editor: o jornalista incumbido de coordenar e eventualmente executar a edição de matéria ou programa jornalístico, e também o responsável por setores ou seções específicas de edição de texto, arte, fotos, tapes, filmes ou programas jornalísticos;

XI - Coordenador de Pesquisa: o encarregado de coordenar a organização da matéria jornalística, sustentada por bancos de dados ou de arquivos de texto e imagens;

XII - Redator: aquele que tem a incumbência de redigir texto de caráter informativo e de redigir editoriais, colunas, notas opinativas, crônicas ou comentários;

XIII - Repórter: o que cumpre a determinação de colher notícias ou informações, preparando-as para divulgação, e ao qual cabe a narração ou difusão de acontecimentos ou entrevistas por rádio, televisão, internet ou quaisquer outras mídias, no instante ou no local em que ocorram, ou executam a mesma atribuição para posterior edição e divulgação;

XIV - Comentarista: o que realiza avaliação, comentário ou crônica dentro de sua especialidade em qualquer meio de comunicação;

XV - Editor de Opinião: aquele que formula, organiza, edita ou executa texto ou desenho opinativo (charge) destinado à divulgação jornalística;

XVI - Arquivista-pesquisador: o jornalista incumbido da organização técnica da memória jornalística, banco de dados ou arquivo redatorial, fotográfico, de som e de imagens, em quaisquer mídias, realizando a pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias, memórias ou programas jornalísticos;

XVII - Revisor: o jornalista incumbido da revisão, por meio de processos tradicionais ou eletrônicos de matéria jornalística, tendo em vista a correção redacional e adequação à linguagem jornalística;

XVIII - Repórter-fotográfico: aquele a quem cabe registrar ou documentar fotograficamente quaisquer fatos ou assuntos de interesse jornalístico;

XIX - Repórter-cinematográfico: aquele a quem cabe registrar ou documentar, por quaisquer meio audiovisuais, fatos ou assuntos de interesse jornalístico;

XX - Diagramador: o encarregado do planejamento e execução gráfica, por meio de processos tradicionais, eletrônicos ou informatizados, de matérias ou textos, fotografias ou ilustrações de caráter jornalístico, para fins de publicação;

XXI - Processador de Texto: o encarregado da elaboração de texto ou informação jornalística por meios eletrônicos de impressão, ou assemelhados, e por mídias informatizadas, quer para

pesquisa em arquivos eletrônicos, quer para a divulgação por quaisquer meios;

XXII - Assessor de Imprensa: o encarregado do planejamento estratégico de ações de comunicação, da redação ou divulgação de informações destinadas à publicação jornalística e que presta assessoria ou consultoria técnica na área jornalística e de comunicação a pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, incluindo a preparação de textos de apoio, sinopses, súmulas, fornecimento de dados e informações destinadas a veículos de comunicação, edição de periódicos internos e externos e de outros produtos jornalísticos;

XXIII - Professor de Jornalismo: o jornalista incumbido de lecionar em curso de nível superior as disciplinas de jornalismo;

XXIV - Ilustrador: o encarregado de criar ou executar desenhos técnicos, infográficos, charges ou ilustrações de qualquer natureza para matéria ou programa jornalístico;

XXV - Editor de Conteúdo: o encarregado de coordenar e eventualmente editar informações destinadas a publicação por meios eletrônicos, impressos ou assemelhados e por mídias informatizadas quer para pesquisa a arquivos eletrônicos, quer na divulgação por qualquer meio de comunicação, difusão ou divulgação.

Parágrafo único. As funções de confiança tais como coordenador, chefe, gerente ou denominações equivalentes e desde que pertinentes às atividades descritas neste artigo também são privativas de jornalista.

Art. 6º. É vedada a prestação de serviço profissional gratuito, ou sob pagamento simbólico, a pretexto de bolsa de estudo, complementação salarial, colaboração ou qualquer outra modalidade, em desrespeito ao que fixa esta Lei e seu regulamento.

Parágrafo único. É lícita a prestação de serviço voluntário em instituições sem fins lucrativos e de caráter comunitário, desde que comunicado pelo jornalista ao Conselho Regional.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS DO JORNALISTA

Art. 7º. São direitos do jornalista:

I - exercer livremente a sua profissão em todo o território nacional;

II- recusar-se a realizar trabalho que afronte a lei, a ética profissional ou as suas convicções pessoais;

III - o livre acesso e a obtenção de informações junto a repartições públicas, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, podendo examinar, requerer cópias ou tomar apontamentos sobre documentos e autos de processos judiciais, findos ou em curso, desde que não estejam sob regime de segredo de justiça, e de processos administrativos findos ou em curso.

IV - examinar em qualquer repartição policial autos de prisão em flagrante, de inquérito, diligência ou sindicância, findos ou em andamento, podendo obter cópias ou tomar apontamentos;

V - ingressar livremente, para colher informações, em qualquer recinto ou edifício em que funcione repartição pública, inclusive autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista e em sala de sessões públicas dos três Poderes da República;

VI - permanecer ou retirar-se, independentemente de licença prévia, de quaisquer dos locais mencionados nos incisos anteriores;

VII - dirigir-se às autoridades públicas em suas salas ou gabinetes de trabalho, independentemente de horário ou audiência previamente marcados, observada a ordem de chegada, podendo ser atendido em grupo de jornalistas, simultaneamente;

VIII - ser tratado com dignidade por autoridades e servidores da administração pública de

qualquer dos poderes e unidades da Federação;

IX - a inviolabilidade do escritório ou local de trabalho e de seus arquivos de dados, em nome da liberdade de informação e do sigilo profissional;

X- se preso em flagrante no exercício da atividade profissional, ter o acompanhamento de representante do respectivo Conselho Regional na lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade;

XI - somente ser preso em flagrante, por motivo do exercício da profissão, em caso de crime inafiançável, respeitado o item anterior;

XII - ser publicamente desagradado pelo Conselho Regional competente quando ofendido no exercício da profissão, ou em razão dela, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil em que incorrer o infrator;

XIII - adotar os símbolos privativos da profissão de jornalista;

XIV - recusar-se a depor, como testemunha, sobre fato que constitua sigilo profissional.

CAPÍTULO III DA INSCRIÇÃO

Art. 8º. Para inscrição como jornalista junto ao Conselho Regional é necessário:

I - capacidade civil

II - diploma de curso de graduação em jornalismo ou de comunicação social, habilitação jornalismo, fornecido por Instituição de Ensino Superior reconhecida na forma da lei;

III - ter sido aprovado em procedimento instituído pelo CFJ que ateste a sua capacidade técnica profissional;

IV - idoneidade moral;

V - não exercer atividade que, nos termos desta Lei, seja incompatível com o exercício do jornalismo;

VI - prestar compromisso e juramento ético, perante o respectivo Conselho Regional.

§ 1º - O estrangeiro ou brasileiro, quando não graduado no Brasil em jornalismo ou comunicação social, habilitação jornalismo, deve fazer prova do título de graduação, obtido em instituição estrangeira, devidamente revalidado, além de atender aos demais requisitos previstos neste artigo.

§ 2º - A inidoneidade moral, suscitada por qualquer pessoa, será declarada mediante decisão que obtenha dois terços dos membros do Conselho Regional competente, em procedimento que siga os termos do processo disciplinar.

§ 3º - Não atende ao requisito de idoneidade moral aquele que tiver sido condenado por crime infamante, salvo reabilitação judicial.

Art. 9º. Para inscrição como estagiário é necessário ter sido admitido em estágio acadêmico de jornalismo:

§ 1º - O estágio de jornalismo é facultado exclusivamente a alunos do curso de jornalismo ou de comunicação social, habilitação jornalismo, que tenha conhecimento desta Lei e do Código de Ética e Disciplina do Jornalista;

§ 2º - O estágio será concedido por órgão de imprensa, empresa jornalística ou instituição credenciada pelo Conselho Regional;

§ 3º - O estágio será efetivado mediante assinatura de convênio específico firmado entre a Instituição de Ensino Superior onde o aluno esteja regularmente matriculado, a empresa jornalística onde exercerá a atividade e o Conselho Regional com jurisdição na área onde será realizado.

§ 4º - A inscrição de estagiário será feita no Conselho Regional em cujo território se localize o seu curso de jornalismo.

Art. 10. A inscrição do jornalista deve ser feita no Conselho Regional com jurisdição na área na qual pretende estabelecer seu domicílio profissional, na forma desta Lei e do Regulamento Geral.
§ 1º - No caso de mudança de domicílio profissional, o jornalista deve requerer a transferência de sua inscrição para o Conselho Regional correspondente, sob pena de incorrer em infração disciplinar.

§ 2º - No caso de atuação profissional simultânea em mais de uma jurisdição, o profissional deverá solicitar inscrição secundária no Conselho Regional correspondente, mantendo vínculo e obrigações pecuniárias com o Conselho Regional originário.

§ 3º - O Conselho competente deve indeferir o pedido de transferência ao verificar a existência de vício na inscrição originária, representando o fato ao Conselho Federal.

§ 4º - Presume-se como domicílio profissional o da pessoa física do jornalista.

Art. 11. Cancela-se a inscrição do jornalista que:

I - assim o requerer;

II - sofrer penalidade de exclusão;

III - falecer;

IV - passar a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com o exercício do jornalismo;

V - perder qualquer dos requisitos necessários à inscrição profissional.

§ 1º Ocorrendo uma das hipóteses dos incisos II, III e IV, o cancelamento deve ser promovido de ofício, pelo Conselho competente ou em virtude de comunicação de qualquer pessoa.

§ 2º Na hipótese de novo pedido de inscrição - que não restaura o número de inscrição anterior - deve o interessado fazer prova dos requisitos dos incisos I, IV, V e VI do art. 8º.

§ 3º - Na hipótese do inciso II deste artigo, o novo pedido de inscrição também deve ser acompanhado de provas de reabilitação.

Art. 12. Licencia-se o profissional que:

I - assim o requerer, por motivo justificado;

II - passar a exercer, em caráter temporário, atividade incompatível com o exercício do jornalismo.

Art. 13. O documento de identidade profissional, na forma prevista no Regulamento Geral, é de uso obrigatório para o jornalista, e constitui prova de identidade civil para todos os fins de direito.

Art. 14. É obrigatória a indicação do jornalista responsável pelo material de conteúdo jornalístico publicado ou veiculado em qualquer meio de comunicação.

Parágrafo único. É vedado anunciar ou divulgar qualquer atividade relacionada ao exercício do jornalismo sem indicação expressa do nome e do número de inscrição dos jornalistas que integram a entidade, ou o número de registro da sociedade de jornalistas ou empresa jornalística junto ao Conselho Regional.

CAPÍTULO IV

DAS EMPRESAS JORNALÍSTICAS E SOCIEDADE DE JORNALISTAS

Art. 15. Os jornalistas podem reunir-se em sociedade de trabalho, na forma disciplinada nesta Lei e no seu Regulamento Geral.

§ 1º - As sociedades de jornalistas adquirem personalidade jurídica com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Regional em cuja base territorial tiver sede.

§ 2º - As sociedades previstas neste artigo cujo faturamento se enquadrarem nas definições de micro, pequenas e médias empresas poderão fazer jus aos benefícios legais criados para estas pessoas jurídicas.

Art. 16. Consideram-se empresas jornalísticas aquelas que têm a seu cargo a edição de jornais,

boletins, revistas e periódicos ou a distribuição de noticiários, e, ainda, a radiodifusão (rádio e TV), os meios eletrônicos (internet) em suas seções ou departamentos de radiojornalismo e telejornalismo e as agências de notícias ou de imagem, assessorias de imprensa e comunicação ou qualquer outra instituição responsável pela criação e/ou pela difusão de material de conteúdo jornalístico.

§ 1º - Para poderem exercer atividades jornalísticas as empresas referidas neste artigo terão que obter o registro no Conselho Regional em cuja base territorial tiver sua sede.

§ 2º - Não serão admitidas a registro, nem poderão funcionar, as empresas jornalísticas, ou a que elas se equipararem, que não tiverem jornalistas responsáveis.

§ 3º - As empresas jornalísticas ou a elas assemelhadas terão prazo de 180 dias após a regulamentação desta Lei para se registrarem no respectivo Conselho Regional.

§ 4º - O registro de empresa jornalística junto ao conselho competente poderá ser provisoriamente suspenso ou definitivamente cancelado na hipótese de se constatar o emprego de mão-de-obra não habilitada para o exercício profissional do jornalismo.

§ 5º - A pessoa jurídica, pública ou privada, que utilizar mão-de-obra não habilitada em funções jornalísticas será passível de notificação, autuação e multa e, permanecendo ou reincidindo a conduta, de interdição da produção e distribuição do material jornalístico que estiver sendo elaborado.

Art. 17. Aplica-se, no que couber, o Código de Ética e Disciplina às empresas jornalísticas ou a quem a elas se equipararem bem como às sociedades de jornalistas.

Art. 18. Além da sociedade, o sócio responde subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados ao público, por ação ou omissão no exercício do jornalismo, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer.

CAPÍTULO V

DO JORNALISTA EMPREGADO

Art. 19. A relação de emprego público ou privado, na qualidade de jornalista, não retira nem reduz a independência e a isenção técnica e profissional inerente ao jornalismo.

Art. 20. O salário normativo do jornalista empregado será fixado mediante lei ou sentença normativa, salvo se ajustado em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Art. 21. As relações de trabalho para o jornalista empregado, contratado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, serão as mesmas fixadas em sentença normativa ou convenções em acordo ou convenção coletiva.

Art. 22. As empresas ou quem a elas se equipararem e as sociedades de jornalistas que possuírem casos comprovados de exercício ilegal da profissão de jornalismo deverão ser interditadas até a necessária regularização, mediante comprovação junto ao Conselho Regional responsável pela jurisdição territorial onde estejam localizadas as suas sedes.

CAPÍTULO VI

DOS JORNALISTAS AUTÔNOMOS

Art. 23. Exerce o jornalismo autônomo o jornalista devidamente registrado no Conselho Regional de sua base territorial, que trabalhe sem relação de emprego, e que desempenhe em caráter não eventual, as atividades descritas no art. 4º.

Art. 24. O jornalista autônomo tem direito aos honorários convencionados, que não poderão ser inferiores aos do referencial de honorários jornalísticos organizados pelo Conselho Regional em

conjunto com os Sindicatos de Jornalistas existentes na jurisdição do respectivo Conselho Regional.

CAPÍTULO VII DAS INCOMPATIBILIDADES

Art. 25. O exercício do Jornalismo é incompatível com as seguintes atividades:

- I - chefe de Poder Executivo e membros de Mesa Diretora de Poder Legislativo e seus substitutos legais;
- II - membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais e Conselhos de Contas, da Justiça de Paz, bem como todos que exerçam função de julgamento em órgãos da Administração Pública direta ou indireta;
- III - ocupantes de cargos ou funções que tenham competência de lançamento, arrecadação ou fiscalização de tributos e contribuições fiscais ou parafiscais;
- IV - delegado, escrivão e agente de polícia.

CAPÍTULO VIII DA ÉTICA DO JORNALISTA

Art. 26. O jornalista deve proceder de forma ética que o torne merecedor de respeito e que contribua para o prestígio da classe e do jornalismo:

§ 1º - O jornalista, no exercício da profissão, deve manter independência em qualquer circunstância;

§ 2º - Nenhum receio de desagradar a quem quer que seja deve inibir o jornalista no exercício da sua profissão.

Art. 27. O jornalista é responsável pelos atos que, no exercício profissional, pratique com dolo ou culpa.

Art. 28. O jornalista obriga-se a cumprir, rigorosamente, os deveres consignados no Código de Ética e Disciplina.

Parágrafo único. O Código de Ética e Disciplina regula os deveres do jornalista para com a comunidade, o direito à informação, a relação com outro profissional e, ainda, o dever geral de urbanidade e os respectivos procedimentos disciplinares.

CAPÍTULO IX DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES

Art. 29. São infrações disciplinares;

- I - exercer a profissão, quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício a não inscritos, proibidos ou impedidos;
- II - manter sociedade profissional fora das normas e preceitos estabelecidos nesta Lei;
- III - assinar matéria ou apresentar-se como responsável por publicação, jornal falado ou televisionado, sem ser o seu verdadeiro autor ou sem ter dado a sua contribuição efetiva e profissional;
- IV - violar, sem justa causa, segredo profissional;
- V - solicitar ou receber vantagem para divulgar ou deixar de divulgar informações de interesse público;
- VI - obstruir, direta ou indiretamente, a livre divulgação de informação ou aplicar censura ou autocensura;
- VII - divulgar fatos inverídicos, deixando de apurar com precisão os acontecimentos;

- VIII - aceitar oferta de trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial da categoria ou com os valores mínimos de honorários fixados pelo respectivo Conselho Regional;
- IX - submeter-se a diretrizes contrárias à divulgação correta da informação;
- X - frustrar a manifestação de opiniões divergentes ou impedir o livre debate;
- XI - concordar ou contribuir, profissionalmente, para a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual;
- XII - exercer cobertura jornalística pelo veículo em que trabalhe, junto a instituições públicas e privadas, onde seja funcionário, assessor ou empregado;
- XIII - deixar de pagar as contribuições, multas e preços de serviços devidos ao Conselho Regional, depois de regularmente notificado a fazê-lo;
- XIV - incidir em erros reiterados que evidenciem inépcia profissional;
- XV - manter conduta incompatível com o jornalismo, de acordo com as definições constantes do Código de Ética;
- XVI - fazer falsa prova de qualquer dos requisitos para inscrição no respectivo Conselho Regional;
- XVII - tornar-se moralmente inidôneo para o exercício do jornalismo;
- XVIII - praticar crime infamante ou hediondo;

Art. 30. As sanções disciplinares consistem em :

- I - advertência;
- II - multa;
- III - suspensão;
- IV - exclusão.

Parágrafo único. As sanções devem constar dos assentamentos do jornalista inscrito, após o trânsito em julgado da decisão.

Art. 31. A advertência é aplicável nos caso de;

- I - infrações definidas nos incisos, I, II, III, IV, V, VI, e VIII do art. 29;
- II - violação a preceito do Código de Ética e Disciplina;
- III - violação a preceito desta Lei, quando para a infração não se tenha estabelecido sanção mais grave.

Parágrafo único. A advertência pode ser aplicada por meio de ofício reservado, sem registro nos assentamentos do inscrito, quando apresente circunstância atenuante.

Art. 32. A multa, variável entre o mínimo correspondente ao valor de uma anuidade e o máximo de seu décuplo, é aplicável cumulativamente, com a censura ou suspensão, em havendo circunstâncias agravantes.

Art. 33. A suspensão é aplicável nos caso de;

- I - infrações definidas nos incisos IX, X, XII, XIII, XIV, XV e XVI do art. 29.
- II - reincidência em infração disciplinar;

§ 1º - A suspensão acarreta ao infrator a interdição do exercício profissional, em todo o território nacional, pelo prazo de trinta dias a doze meses, de acordo com os critérios de individualização previstos neste capítulo;

§ 2º - Na hipótese do inciso XIII, do art. 29, a suspensão perdura até que satisfaça integralmente a dívida.

§ 3º - Na hipótese do inciso XVI. do art. 29, a suspensão perdura até que o jornalista preste novas provas de habilitação.

Art. 34. A exclusão é aplicável nos casos de:

- I - aplicação, por três vezes, de suspensão;
- II - infrações definidas nos incisos VII, XI, XVII e XVIII do art. 29.

Parágrafo único. Para a aplicação da sanção disciplinar de exclusão é necessária a manifestação favorável de dois terços dos membros do Conselho Regional competente.

Art. 35. Na aplicação das sanções disciplinares são consideradas, para fins de atenuação, as seguintes circunstância, entre outras;

I - falta cometida na defesa de prerrogativa profissional;

II - ausência de punição disciplinar anterior;

III - exercício assíduo e proficiente de mandato ou cargo em qualquer órgão de representação profissional ou sindical da categoria;

IV - prestação de relevantes serviços ao jornalismo ou à causa pública.

Parágrafo único. Os antecedentes profissionais do inscrito, as atenuantes, o grau de culpa por ele revelada, as circunstâncias e as conseqüências da infração são considerados para o fim de decidir:

I - sobre a conveniência da aplicação cumulativa da multa e de outra sanção disciplinar;

II - sobre o tempo de suspensão e o valor da multa aplicáveis.

Art. 36. É permitido aos que tenham sofrido qualquer sanção disciplinar requerer, um ano após seu cumprimento, a reabilitação, em face de provas de bom comportamento.

Parágrafo único. Quando a sanção disciplinar resultar da prática de crime, o pedido de reabilitação depende também da correspondente reabilitação criminal.

Art. 37. Fica impedido de exercer qualquer mandato de representação em entidade profissional ou sindical o jornalista que estiver sob sanções disciplinares de suspensão ou exclusão.

Art. 38. A pretensão à punibilidade das infrações disciplinares prescreve em cinco anos, contados da data da constatação oficial do fato.

§ 1º - Aplica-se a prescrição a todo processo disciplinar paralisado por mais de três anos, pendente de despacho ou julgamento, devendo ser arquivado de ofício, ou a requerimento da parte interessada, sem prejuízo de serem apuradas as responsabilidades pela paralisação.

§ 2º - A prescrição interrompe-se:

I - pela instauração de processo disciplinar, pela notificação válida feita pelo Conselho Regional diretamente ao representado;

II - pela decisão condenatória recorrível de qualquer órgão julgador do Conselho Federal.

TITULO II

DO CONSELHO FEDERAL DE JORNALISMO

CAPITULO I

DOS FINS E DA ORGANIZAÇÃO

Art. 39. Ficam criados o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e os Conselhos Regionais de Jornalismo (CRJs), dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo, em seu conjunto, uma autarquia, destinados a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Jornalista, e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe.

Parágrafo único. Além do disposto neste artigo, o CFJ tem por atribuição pugnar pelo direito à informação livre e plural e pelo aperfeiçoamento do jornalismo.

Art. 40. O uso da Sigla CFJ é privativo do Conselho Federal de Jornalismo, assim como a sigla CRJ é de uso exclusivo dos Conselhos Regionais de Jornalismo.

Art. 41. São órgãos do CFJ:

I - o Conselho Federal (CFJ);

II - os Conselhos Regionais (CRJs); e

III - as Seções.

Parágrafo único. O Conselho Federal, com sede e foro no Distrito Federal, dotado de personalidade jurídica própria e jurisdição em todo o território nacional é o órgão supremo de fiscalização do jornalismo e de seu exercício em todo o território Nacional.

Art. 42. Compete ao CFJ fixar e cobrar de seus inscritos contribuições, preços por serviços e multas.

§ 1º - Constituem também rendas do CFJ doações, legados, rendas patrimoniais ou eventuais.

§ 2º - Constitui título executivo extrajudicial a certidão passada pela diretoria do Conselho Regional competente, relativa à crédito previsto neste artigo.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO FEDERAL

Art. 43. O Conselho Federal compõe-se da plenária de Conselheiros Federais integrantes de cada Conselho Regional.

Parágrafo único. Perde o mandato, automaticamente, o Conselheiro que faltar a três reuniões consecutivas, sem motivo justificado, não podendo ser reconduzido na mesma gestão.

Art. 44. O Conselho Federal tem sua estrutura e funcionamento definidos nesta Lei e no Regulamento Geral.

Parágrafo único. O presidente do Conselho tem apenas o voto de qualidade nas deliberações do Conselho.

Art. 45. Compete ao Conselho Federal;

I - Velar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização do jornalista;

II - representar em juízo ou fora dele, os interesses coletivos ou individuais relativos às prerrogativas da função dos jornalistas, ressalvadas as competências privativas dos Sindicatos representativos da categoria;

III - representar os jornalistas brasileiros nos órgãos e eventos internacionais de Jornalismo, exceto naqueles de natureza sindical;

IV - editar e alterar o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina, as Resoluções e os Provimentos que julgar necessários;

V - supervisionar a fiscalização do exercício profissional em todo o território nacional;

VI - colaborar com o aperfeiçoamento dos cursos de jornalismo e comunicação social, habilitação em jornalismo, opinando previamente nos pedidos apresentados aos órgãos competentes, para criação, reconhecimento ou credenciamento, antes de sua análise pelo Ministério da Educação e do Desporto.

VII - elaborar, em conjunto com os Conselhos Regionais, a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e os Sindicatos, as listas legalmente previstas para o preenchimento de cargos em quaisquer órgãos relativos à Comunicação Social, em que esteja prevista a participação de jornalistas, de âmbito nacional ou regional, vedada a participação de membros do Conselho e das Diretorias da FENAJ e dos Sindicatos;

VIII - autorizar, pela maioria absoluta dos Conselheiros, a oneração de bens imóveis;

IX - promover diligências, inquéritos ou verificações sobre o funcionamento dos Conselhos Regionais em todo o território Nacional e adotar medidas para ampliar a sua eficiência e regularidade;

X - intervir nos Conselhos Regionais em que constate grave violação a esta lei ou ao Regulamento Geral;

XI - cassar ou modificar, de ofício ou mediante representação, qualquer ato de órgão ou autoridade do CFJ contrário a esta lei, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e às Resoluções e aos Provimentos, ouvida a autoridade ou órgão em causa;

XII - reexaminar em grau de recurso, as decisões dos Conselhos Regionais, nos casos previstos nesta Lei e no Regulamento Geral;

XIII - instituir e emitir a carteira de jornalista, válida em todo o território nacional como prova de identidade, para todos os fins legais, bem como os respectivos símbolos privativos dos jornalistas;

XIV - resolver os casos omissos nesta Lei e demais normas pertinentes ao CFJ e ao exercício da profissão de jornalista.

XV - instituir e regulamentar procedimento que aufera a capacidade técnica dos jornalistas profissionais, como condição para a obtenção do registro profissional.

Parágrafo único. A intervenção referida no inciso X deste artigo depende de prévia aprovação de dois terços dos conselheiros federais, garantido o amplo direito de defesa ao Conselho Regional respectivo, nomeando-se diretoria provisória para o prazo que se fixar.

Art. 46. O Conselho Federal será integrado por um representante e um suplente de cada Conselho Regional de jornalismo, eleitos juntamente com a chapa do Conselho Regional.

§ 1º - O plenário do Conselho Federal elegerá entre seus integrantes uma Diretoria constituída por um presidente, um vice-presidente, um primeiro secretário, um segundo secretário e um tesoureiro e seus respectivos suplentes, composição a ser obedecida nas diretorias dos Conselhos Regionais e suas eventuais seções.

§ 2º - O presidente exercerá a representação nacional e internacional do Conselho Federal de Jornalismo, competindo-lhe convocar, presidir e representar o CFJ, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, além de promover a administração patrimonial e de pessoal, e assegurar a execução das decisões do Conselho Federal.

§ 3º - O Regulamento Geral definirá as atribuições dos membros da Diretoria e a ordem de substituição em caso de vacância, licença, falta ou impedimento.

CAPÍTULO III

DOS CONSELHOS REGIONAIS

Art. 47. Os Conselhos Regionais compõem-se dos:

I - conselheiros regionais em número de cinco efetivos e cinco suplentes;

II - dois delegados - um efetivo e um suplente - junto ao Conselho Federal;

Art. 48. Os atos de constituição dos Conselhos Regionais, expedidos pelo Conselho Federal, definirão suas áreas territoriais de atuação.

Art. 49. Os Conselhos Regionais exercerão, nas respectivas jurisdições, as competências e funções atribuídas ao Conselho Federal, no que lhes couber, observando-se as normas gerais estabelecidas nesta Lei, no Regulamento Geral, no Código de Ética e Disciplina, nas Resoluções e nos Provimentos.

§ 1º - Compete privativamente aos Conselhos Regionais:

I - editar seu Regimento Interno e Resoluções;

II - criar e regular o funcionamento das seções;

III - reexaminar, em grau de recurso, as decisões dos respectivos presidentes, Tribunal de Ética e Disciplina e das Seções;

IV - fiscalizar a aplicação da receita, deliberar sobre o balanço e as contas de suas diretorias e das seções;

V - fixar tabelas de honorários válidas nas respectivas bases territoriais ouvidos os Sindicatos de suas respectivas áreas de jurisdição;

VI - deliberar sobre os pedidos de inscrições no quadro de jornalistas;

VII - manter cadastro de jornalistas inscritos;

VIII - fixar, alterar e receber contribuições obrigatórias, preços de serviços e multas;
IX - participar da elaboração dos concursos públicos para a carreira de jornalista, nos casos legalmente previstos, no âmbito da respectiva jurisdição;
X - desempenhar outras atividades previstas no Regulamento Geral.

§ 2º - Os órgãos do poder público deverão remeter aos respectivos Conselhos Regionais, imediatamente após a publicação, cópia dos editais de concurso público ou quaisquer outros processos de seleção para a contratação de jornalistas.

§ 3º - Compete, ainda aos Conselhos Regionais notificar e autuar os cidadãos que estiverem exercendo sem habilitação legal funções jornalísticas.

CAPÍTULO IV DAS SEÇÕES

Art. 50. As Seções poderão ser criadas pelos respectivos Conselhos Regionais, abrangendo Regiões, Municípios ou frações destes, conforme os critérios estabelecidos na regulamentação desta lei.

§ 1º - As Seções serão administradas por um coletivo de cinco membros, com atribuições equivalentes às da Diretoria dos Conselhos Regionais.

§ 2º - As Seções exercerão as atribuições que lhes forem investidas pelo Conselho Regional aos quais se vinculem.

CAPÍTULO V DOS TRIBUNAIS DE ÉTICA E DISCIPLINA

Art. 51. Junto ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais funcionará um Tribunal de Ética e Disciplina, eleito pelos jornalistas a cada três anos e composto de sete conselheiros, sendo quatro jornalistas com exercício profissional igual ou superior a quinze anos e três representantes da sociedade civil, de ilibada conduta moral, indicados por suas respectivas entidades de classe, conforme previsto na regulamentação da presente Lei.

§ 1º - Os três membros do Tribunal de Ética e Disciplina representantes da sociedade civil, serão indicados em lista tríplice por entidades representativas de suas respectivas categorias e escolhidas pelos jornalistas, conforme previsto na regulamentação da presente Lei;

§ 2º - O Tribunal de Ética e Disciplina funcionará também como órgão consultivo da classe em questões deontológicas;

§ 3º - Cabe ao Tribunal de Ética e Disciplina, do Conselho Regional competente, julgar os processos disciplinares, instruídos pelas Seções ou por relatores do próprio Conselho, garantido amplo direito de defesa ao acusado;

§ 4º - A decisão condenatória deve ser imediatamente comunicada ao Conselho Regional onde o representado tenha inscrição principal, para constar dos respectivos assentamentos;

§ 5º - O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Regional onde o acusado tenha inscrição principal pode suspendê-lo previamente, em caso de repercussão prejudicial à dignidade do jornalismo, depois de ouvi-lo em sessão especial para o qual deve ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação;

§ 6º No caso do parágrafo anterior, o processo disciplinar deve ser concluído no prazo máximo de noventa dias.

CAPÍTULO VI DAS ELEIÇÕES E DOS MANDATOS

Art. 52. A eleição dos membros de todos os órgãos dos Conselhos Federal e Regionais realizar-se-á ao final de cada mandato, no mesmo dia fixado pelo Conselho Federal, mediante cédula única e votação direta e secreta dos jornalistas regularmente inscritos e quites com suas obrigações financeiras.

§ 1º - É obrigatório o voto de todos os jornalistas inscritos no CFJ, na forma e segundo critérios estabelecidos no Regulamento Geral.

§ 2º - Os candidatos devem atender as seguintes condições:

I - comprovar situação regular perante o Conselho Regional, inclusive com o pagamento de anuidades;

II - demonstrar que não ocupam cargo demissível ad nutum, na forma do regulamento;

III - não podem ter sido condenados por infração disciplinar, salvo reabilitação;

IV - exercer efetivamente a profissão há mais de cinco anos.

Art. 53. Consideram-se vencedoras das eleições para o Conselho Federal, para os Conselhos Regionais e para as Seções as chapas que obtiverem a maioria simples dos votos válidos.

§ 1º - As chapas para os Conselhos Regionais devem ser compostas com candidatos à Diretoria e a conselheiros regionais, representantes efetivos e suplentes ao Conselho Federal;

§ 2º - O Conselho Federal será automaticamente composto pelo conjunto dos representantes e suplentes eleitos juntamente com as Diretorias e os conselheiros dos Conselhos Regionais.

Art. 54. O prazo do mandato em qualquer órgão do CFJ, dos CRJs e das Seções é de três anos.

TÍTULO III

DO PROCESSO NO CFJ

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 55. Salvo disposições em contrário, aplicam-se subsidiariamente ao processo disciplinar as regras da legislação processual penal comum e, aos demais processos, as regras gerais do procedimento administrativo comum e da legislação processual civil, nessa ordem.

Art. 56. Todos os prazos necessários à manifestação de jornalistas, estagiários e terceiros, nos processos em geral do CFJ, são de quinze dias, inclusive para interposição de recursos.

§ 1º - Nos casos de comunicação por ofício reservado, ou notificação pessoal, o prazo se conta a partir do dia útil imediato ao da notificação do recebimento.

§ 2º - Nos casos de publicação na imprensa oficial do ato ou da decisão, o prazo inicia-se no primeiro dia útil seguinte ao da publicação.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 57. O poder de punir disciplinarmente os inscritos no CFJ compete exclusivamente ao Conselho Regional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração.

Art. 58. A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes pelo respectivo Conselho Regional, respondendo administrativamente os seus membros por eventual omissão.

Art. 59. O processo disciplinar pode ser instaurado de ofício ou mediante representação de qualquer autoridade, pessoa interessada, da Federação Nacional dos Jornalistas ou dos Sindicatos a ela filiados, nos termos do art. 74 desta lei.

§ 1º O processo disciplinar tramitará em sigilo, só tendo acesso às informações e documentos nele contidos as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente, respeitado o art. 7º

desta lei.

§ 2º Recebida a representação, o Presidente deve designar relator, a quem competirá presidir a instrução do processo e oferecer um parecer preliminar a ser submetido ao Tribunal de Ética e Disciplina.

§ 3º Ao representado será assegurado amplo direito de defesa, podendo acompanhar o processo em todos os termos, pessoalmente ou por procurador, oferecendo defesa prévia após ser notificado, razões finais após a instrução e defesa oral perante o Tribunal de Ética e Disciplina, por ocasião do julgamento, se o desejar.

§ 4º Após a defesa prévia, caso se convença do seu incabimento, o relator poderá requerer fundamentadamente o indeferimento da representação e conseqüente arquivamento, o que deverá ser decidido pelo Presidente do Conselho Regional.

§ 5º - O prazo para defesa prévia poderá ser prorrogado, uma única vez e pelo mesmo período, por motivo relevante, a juízo do relator.

§ 6º - Se o representado não for encontrado, ou for revel, o Presidente do Conselho ou da Seção deve designar-lhe defensor dativo.

§ 7º - É também permitida a revisão do processo disciplinar, por erro de julgamento ou por condenação baseada em falsa prova.

Art. 60 - O Código de Ética e Disciplina estabelecerá os critérios de admissibilidade da representação e os procedimentos disciplinares.

Art. 61. O Conselho Regional adotará as medidas administrativas e judiciais pertinentes, objetivando a que o jornalista suspenso ou excluído devolva os documentos de identificação que o identifica como profissional.

CAPÍTULO III DOS RECURSOS

Art. 62. Caberá recurso ao Conselho Federal de todas as decisões definitivas proferidas pelo Conselho Regional, quando não tenham sido unânimes ou sendo unânimes, contrariem esta Lei, decisão do Conselho Federal ou de Conselho Regional e, ainda, o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e as Resoluções dos Conselhos Federal e Regionais.

Parágrafo único. Além dos interessados, o Presidente do Conselho Regional é legitimado a interpor o recurso referido neste artigo.

Art. 63. Cabe recurso ao Conselho Regional de todas as decisões proferidas por seu Presidente, pelo Tribunal de Ética e Disciplina, ou pela diretoria da Seção.

Art. 64. Todos os recursos têm efeito suspensivo, exceto quando tratarem de eleições, de suspensão preventiva decidida pelo Tribunal de Ética e Disciplina, e de cancelamento de inscrição obtida com falsa prova.

Parágrafo único. O Regulamento Geral disciplinará o cabimento de recursos específicos, no âmbito de cada órgão julgador.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 65. A composição do primeiro Conselho Federal de Jornalismo contará com dez jornalistas profissionais efetivos e dez suplentes, bem como um representante do Ministério de Trabalho e Emprego.

§ 1º. O mandato do primeiro Conselho Federal de Jornalismo terá a duração mínima de um e máxima de dois anos, ou o tempo necessário para eleger um mínimo de cinco Conselhos

Regionais, caso este seja inferior;

§ 2º. Os jornalistas integrantes do primeiro Conselho Federal deverão estar exercendo a profissão há cinco anos ou mais, na data da sua posse, e serão escolhidos em reunião do Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Jornalistas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta Lei.

Art. 66. O Conselho Federal de Jornalismo, por deliberação de pelo menos dois terços dos conselheiros federais, editará o Regulamento Geral, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação da regulamentação desta Lei, devendo, dentre outras, explicitar, em conjunto com a Federação Nacional dos Jornalistas, as regras para o exercício do estágio previsto no art. 9º.

Art. 67. Aos servidores dos Conselhos Federal e Regionais, aplica-se o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 68. Os Conselhos Federal e Regionais devem promover, trienalmente, as respectivas Conferências Nacional e Regionais, em data não coincidente entre si e nem com o ano eleitoral e, periodicamente, reunião do colégio de presidentes a eles vinculados, com finalidade consultiva.

Art. 69. A primeira inscrição nos Conselhos Regionais dos jornalistas dos inscritos no Ministério do Trabalho na data da publicação desta Lei será confirmada após a realização de uma revisão de todos os registros existentes na data da publicação da presente Lei, a ser realizada por Comissão de oito membros instituída pelo Conselho Federal com pelo menos 50% de seus integrantes indicados pela FENAJ.

§ 1º. A revisão prevista neste artigo considerará exclusivamente a legislação em vigor até a data de entrada em vigor da presente Lei.

§ 2º. O prazo para a realização da revisão prevista neste artigo é de 180 (cento e oitenta), podendo haver uma prorrogação pelo próprio Conselho.

§ 3º. Até 180 dias após a revisão prevista neste artigo, os Conselhos Regionais convocarão, por edital, os jornalistas oficialmente inscritos para prestarem compromisso e juramento ético.

§ 4º. Os registros atualmente existentes dos jornalistas para cujas funções não se exige a graduação em curso superior, serão mantidos, após a revisão dos registros, nas condições em que foram deferidos.

Art. 70. Enquanto não for editado o Código de Ética e Disciplina, remanescerá em vigor, no que for compatível com a presente Lei, o atual Código de Ética e Disciplina do Jornalista, conforme Anexo Único.

Art. 71. A FENAJ e os Sindicatos a ela filiados têm legitimidade para fiscalizar e promover, perante o CFJ e os CRJs, o que julgarem de interesse dos jornalistas.

Art. 72. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 73. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto - Lei nº 972 de 17 de outubro de 1969 o Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979 a Lei nº 7.084, de 21 de dezembro de 1982, a Lei nº 7.360, de 10 de setembro de 1985 e o Decreto nº 91.902, de 11 de novembro de 1985.

Brasília, ano xxxx da Independência e da República.

Presidente da República

Anexo 2

Votado em Congresso Nacional dos Jornalistas, o código está em vigor desde 1987: O Código de Ética do Jornalista fixa as normas a que deverá subordinar-se a atuação do profissional, nas suas relações com a comunidade, com as fontes de informação, e entre jornalistas.

I - Do direito à informação

Art. 1º - O acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse.

Art. 2º - A divulgação de informação, precisa e correta, é dever dos meios de comunicação pública, independente da natureza de sua propriedade.

Art. 3º - A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo.

Art. 4º - A prestação de informações pelas instituições públicas, privadas e particulares, cujas atividades produzam efeito na vida em sociedade, é uma obrigação social.

Art. 5º - A obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação e a aplicação de censura ou autocensura são um delito contra a sociedade.

II - Da conduta profissional do jornalista

Art. 6o - O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social e de finalidade pública, subordinado ao presente Código de Ética.

Art. 7o - O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação.

Art. 8o - Sempre que considerar correto e necessário, o jornalista resguardará a origem e identidade das suas fontes de informação.

Art. 9o - É dever do jornalista:

- a) Divulgar todos os fatos que sejam de interesse público.
- b) Lutar pela liberdade de pensamento e expressão.
- c) Defender o livre exercício da profissão.
- d) Valorizar, honrar e dignificar a profissão.
- e) Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem.
- f) Combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação.
- g) Respeitar o direito à privacidade do cidadão.
- h) Prestigiar as entidades representativas e democráticas da categoria.

Art. 10. O jornalista não pode:

- a) Aceitar oferta de trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial da categoria ou com a tabela fixada por sua entidade de classe.
- b) Submeter-se a diretrizes contrárias à divulgação correta da informação.
- c) Frustrar a manifestação de opiniões divergentes ou impedir o livre debate.
- d) Concordar com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual.
- e) Exercer cobertura jornalística pelo órgão em que trabalha, em instituições públicas e privadas, onde seja funcionário, assessor ou empregado.

III - Da responsabilidade profissional do jornalista

Art. 11 - O jornalista é responsável por toda a informação que divulga, desde que seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros.

Art. 12 - Em todos os seus direitos e responsabilidades o jornalista terá apoio e respaldo das entidades representativas da categoria.

Art. 13 - O jornalista deve evitar a divulgação de fatos:

- a) Com interesse de favorecimento pessoal ou vantagens econômicas.
- b) De caráter mórbido e contrários aos valores humanos.

Art. 14. O jornalista deve:

- a) Ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas.
- b) Tratar com respeito a todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar.

Art. 15 - O jornalista deve permitir o direito de resposta às pessoas envolvidas ou mencionadas em sua matéria, quando ficar demonstrada a existência de equívocos ou incorreções.

Art. 16. O jornalista deve pugnar pelo exercício da soberania nacional, em seus aspectos político, econômico e social, e pela prevalência da vontade da maioria da sociedade, respeitados os direitos das minorias.

Art. 17 - O jornalista deve preservar a língua e a cultura nacionais.

IV - Aplicação do Código de Ética

Art. 18 - As transgressões ao presente Código de Ética serão apuradas e apreciadas pela Comissão de Ética.

Parágrafo 1º - A Comissão de Ética será eleita em Assembléia Geral da categoria, por voto secreto, especialmente convocada para este fim.

Parágrafo 2º - A Comissão de Ética terá cinco membros com mandato coincidente com o da diretoria do Sindicato.

Art. 19 - Os jornalistas que descumprirem o presente Código de Ética ficam sujeitos gradativamente às seguintes penalidades, a serem aplicadas pela Comissão de Ética:

- a) Aos associados do Sindicato, de observação, advertência, suspensão e exclusão do quadro social do Sindicato;

b) Aos não associados, de observação, advertência pública, impedimento temporário e impedimento definitivo de ingresso no quadro social do Sindicato;

Parágrafo único - As penas máximas (exclusão do quadro social, para os sindicalizados, e impedimento definitivo de ingresso no quadro social, para os não sindicalizados) só poderão ser aplicadas após prévio referendo da Assembléia Geral especialmente convocada para este fim.

Art. 20 - Por iniciativa de cidadão, jornalista ou não, ou instituição atingidos, poderá ser dirigida à Comissão de Ética para que seja apurada a existência de transgressão cometida por jornalista.

Art. 21 - Recebida a representação, a Comissão de Ética decidirá sua aceitação fundamental ou, se notadamente incabível, determinará seu arquivamento, tornando pública a decisão, se necessário.

Art. 22 - A publicação de penalidade deve ser precedida de prévia audiência do jornalista, objeto de representação, sob pena de nulidade.

Parágrafo 1o - A audiência deve ser convocada por escrito pela Comissão de Ética, mediante sistema que comprove o recebimento da respectiva notificação, e realizar-se-á no prazo de 10 dias a contar da data do vencimento do mesmo.

Parágrafo 2o - O jornalista poderá apresentar resposta escrita no prazo do parágrafo anterior, ou apresentar suas razões oralmente, no ato da audiência.

Parágrafo 3o - A não observância pelo jornalista dos prazos previstos neste artigo, implica a aceitação dos termos da representação.

Art. 23 - Havendo ou não resposta, a Comissão de Ética encaminhará sua decisão às partes envolvidas no prazo máximo de 10 dias, contados da data marcada para a audiência.

Art. 24 - Os jornalistas atingidos pelas penas de advertência e suspensão podem recorrer à Assembléia Geral no prazo máximo de 10 dias corridos a contar do recebimento da notificação.

Parágrafo único - Fica assegurado ao autor da representação o direito de recorrer à Assembléia Geral, no prazo máximo de 10 dias a contar do recebimento a notificação, caso não concorde com a decisão da Comissão de Ética.

Art. 25 - A notória intenção de prejudicar o jornalista, manifesta em caso de representação sem o necessário fundamento, será objeto de censura pública contra o seu autor.

Art. 26 - O presente Código de Ética entrará em vigor após a homologação em Assembléia Geral de Jornalistas, especialmente convocada para este fim.

Art. 27 - Qualquer modificação neste Código somente poderá ser feita em Congresso Nacional de Jornalistas mediante proposição subscrita no mínimo por 10 delegações representantes do Sindicato de Jornalistas.

Revistas

- Carta Capital
- Época
- Istoé
- Veja

Revista: Carta Capital
Data – 18 de agosto de 2004
Página – 24

SEU PAÍS | PODER E MÍDIA

EXCESSO DE PESO

Os problemas são antigos e imponentes, mas as soluções precisam mirar no alvo certo e ser refletidas com maior cuidado. POR LUIZ ALBERTO WEBER



QUEM, NA ÚLTIMA SEMANA, assistiu aos noticiários das tevês, ouviu as rádios ou leu jornais teve a impressão de que o governo Lula desencadeou uma operação orquestrada e autoritária contra os meios de comunicação e os produtores culturais do País. Apresentadas como peças de um mesmo quebra-cabeça, as propostas de uma nova lei do audiovisual e da criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) tentam tratar das relações entre o Estado e a mídia de maneiras diferentes.

No caso da Lei do Audiovisual, tirados os excessos já admitidos pelo Ministério da Cultura (*reportagem à pág. 28*), trata-se de uma tentativa de regulamentar o setor e corrigir distorções. Medidas que afetam interesses tanto de grandes grupos de televisão quanto de multinacionais ligadas a Hollywood.

Já a idéia do CFJ, encampada pelo Palácio do Planalto, integra um conjunto de ações nebulosas, com riscos de, caso aplicadas, tornarem-se pouco democráticas. Um pacote do qual fazem parte a intenção de impedir funcionários públicos de dar entrevistas e prestar informações à imprensa, idéia que renasceu na quinta-feira 12, e a tentativa de enterrar a CPI do Banestado por causa dos sucessivos vazamentos das apurações a jornalistas.

Acosados pelas denúncias contra os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb, e confrontado pelo trabalho da imprensa, o governo partiu para o ataque, mas apontou todas as suas baterias na direção dos profissionais do setor. O ministro de Comunicação e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, por exemplo, disparou em defesa da criação do CFJ: "Vocês (jornalistas) são profissionais que

sabem o limite da ação, sabem que a liberdade de imprensa é um valor definitivo na democracia, mas sabem também que numa sociedade nada é absoluto".

A idéia do conselho vem sendo discutida pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) há pelo menos uma década e sempre foi matéria controversa. Entre os muitos pontos de interrogação da proposta, é fácil destacar um: que autoridade um grupo de conselheiros, escolhidos sabe-se lá de que forma, teria para definir se um jornalista age de acordo com as normas éticas da profissão?

Mas há muitos outros pontos – e o governo não parece ter se dado conta dos problemas da proposta. Apesar da tentativa de definir o projeto como fruto de uma ampla discussão dos profissionais do setor, o fato é que a idéia não só foi encampada pelo Planalto como modificada nos

gabinetes comandados por José Dirceu. Segundo reportagem de *O Globo*, a Casa Civil fez mudanças que aumentariam o poder de punição do conselho.

Além do mal-estar, a informação de que a turma de Dirceu pretendia interferir no texto original de um palanque fácil para a oposição. O líder do partido na Câmara, José Carlos Aleluia (BA), condenou: "Utilizou-se uma proposta de jornalistas para fazer alterações que agravam o viés autoritário do Planalto".

Procurado por CartaCapital, Dirceu não quis comentar o papel da Casa Civil no resultado do projeto. Por meio de sua assessoria, disse que o assunto cabia ao Ministério do Trabalho. O ministro muito menos explicou por que o governo decidiu avançar contra os jornalistas, que no geral apenas cumprem ordens, do que



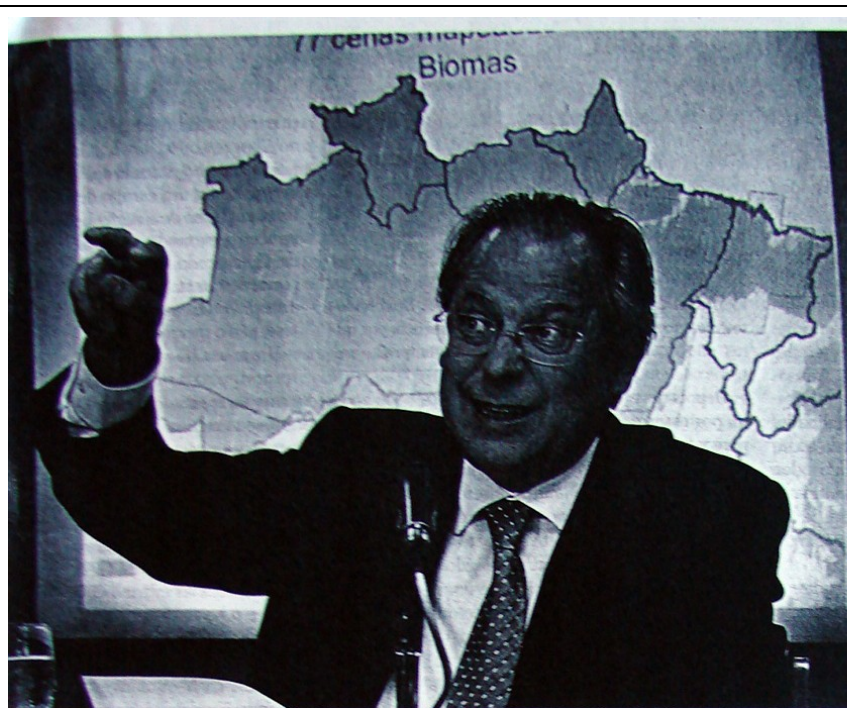
GUERRA. As desavenças entre Paes de Barros e Mentor conspiram contra a CPI

www.cartacapital.com.br

Revista: Carta Capital

Data – 18 de agosto de 2004

Página – 25



DIRCEU. Críticas ao denunciismo e interferência no projeto do Conselho

contra Meirelles e Casseb.

Criada para investigar a evasão de US\$ 30 bilhões, a CPI começou a roçar em poderosos com conexões partidárias e a incomodar governo e oposição. Patrocinada pelo Planalto – com o júbilo de PSDB e PFL – a operação abafa iniciada formalmente no gabinete 23 da líder do PT no Senado, Ideli Salvati, cogitou da incineração à devolução ao Banco Central e à Receita Federal dos documentos sigilosos obtidos pela CPI.

Registre-se ainda que setores do governo há muito travam uma disputa com o Ministério Público, apontado como detentor de poder excessivo e pouco responsável nas investigações. "São motivo de grave preocupação as propostas de fragili-

zação dos setores essenciais à vida democrática, como o MP e a imprensa", disse o presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, Cláudio Baldino Maciel.

A intervenção na CPI não é boa para a biografia de ninguém. Criada em junho do ano passado para investigar a remessa ilegal de divisas por meio de contas CC-5 (de não residentes, mas usadas por residentes) entre 1996 e 2001, aliás, fato primeiro publicado por *CartaCapital* anos atrás, a CPI Mista do Banestado já produziu cerca de mil caixas com documentos, colheu 200 depoimentos e pediu a quebra de 1,7 mil sigilos fiscais e bancários.

Levantamento realizado pelo jornal *Valor Econômico* mostrou, por exemplo, que a CPI aprovou a requisição ao BC de todos os contratos de câmbio realizados entre 1996 e 2002, além dos nomes de todos aqueles que compraram títulos públicos no mesmo período. Fora isso, a CPI deseja obter cópias de todos os processos e inquéritos que tramitam na Justiça Federal sobre lavagem de dinheiro.

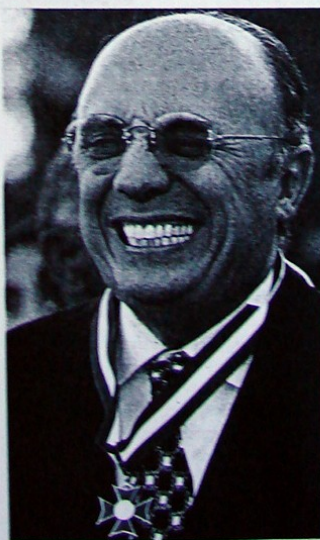
POR QUE ACUSAR OS PROFISSIONAIS DA IMPRENSA SE SÃO OS PATRÕES QUE MANDAM? QUANDO O ASSUNTO É O PODER DOS DONOS, FAZ-SE SILÊNCIO NA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

se mobilizar contra os verdadeiros problemas da mídia brasileira.

Não seria um esforço descomunal. No Congresso tramitam vários projetos que se propõem a controlar a concentração dos meios de comunicação e a regular o setor de audiovisual. Mas, quando o assunto é o poder dos donos, o silêncio na Esplanada dos Ministérios é tumular. Esquecem os petistas que sempre foram os patrões – e não os empregados – a trabalhar, no passado, pela manutenção do status quo, a ponto de, se necessário, agarrar-se a um fio desencapado (leia-se Fernando Collor nas eleições de 1989). E, no presente, a permanecer em absoluto alerta a qualquer sinal de uma "recaída" do presidente a idéias ou antigos ideais da esquerda.

Para piorar o clima, assistiu-se a um esforço concentrado da base governista, com aplausos e ajuda da oposição, para enterrar os trabalhos da CPI do Banestado, de onde vazaram as denúncias

www.cartacapital.com.br



HENRIQUE MEIRELLES. Rir do quê?

CARTACAPITAL, 18 DE AGOSTO DE 2004 25

Revista: Carta Capital
Data – 18 de agosto de 2004
Página – 26

SEU PAÍS | PODER E MÍDIA

Mas os documentos da hora são trechos extraídos do CD-ROM com 700 mil operações do MTB Bank, uma instituição bancária investigada nos Estados Unidos por lavagem de dinheiro e que foi casa de passagem de vários depósitos irregulares de doleiros brasileiros.

O problema é justamente esse: a CPI virou uma peneira. Como no início das investigações sobre as operações no Baneastado, os dados, em tese sob segredo, vazam aos borbotões. Às vezes, transações são levadas a público sem que se tenha a conclusão sobre a sua ilegalidade. O vazamento descontrolado, aliado ao fato de que agora a divulgação atinge todos os espectros políticos e uma quantidade razoável de banqueiros, lançou suspeitas sobre o funcionamento da comissão.

Os próprios integrantes da CPI ajudam a colocar mais lenha na fogueira. O tucano Antero Paes de Barros, presidente da comissão, e o petista José Mentor, relator, representantes de interesses diversos, travam uma batalha sem limites pelo controle da CPI. Na noite da quinta-feira 12, o clima entre os dois piorou. Segundo o *blog* do jornalista Ricardo Noblat, Mentor teria acusado Antero de promover uma

“investigação paralela”, sem conhecimento dos demais membros da CPI. O relator teria citado um fato concreto: o presidente da comissão pediu ao Banco Central a quebra do sigilo bancário de 220 pessoas sem ao menos identificá-las pelo nome. Antero reagiu: “Nas minhas costas não ficarão erros. Nem técnicos nem políticos”.

Depois de 14 meses de funcionamento, por esses e outros problemas, a CPI parece perder o foco e se embananar no meio de tantos documentos e de quebras de sigilo no atacado. Na última semana, banqueiros apontados no mercado como “corretos” recorreram à Justiça para tentar frear a farra das quebras de sigilo. O resultado é que gente que deveria ser ouvida não é chamada, enquanto personagens sobre os quais há provas pouco criteriosas viram manchete.

Não que se atribua ao banqueiro Daniel Dantas poderes sobrenaturais de comandar com exclusividade a dinâmica política, mas é certo que ele se beneficia dessa barafunda que mistura banqueiros com biografias distintas e que amea-



DANTAS. Envolvido até o pescoço, por que escapa sempre?

ça paralisar as investigações no Congresso Nacional.

Soluções no atacado que visem a criar um campo de força em torno do sistema financeiro, evitando quebras de sigilo a rodo, acabam por conceder atestado de bons antecedentes a quem, em tese, não o merece.

Uma lista divulgada pela imprensa com os nomes de 29 executivos do mercado financeiro que tiveram seus sigilos quebrados pela CPI tem um grande ausente – justamente o dono do Opportunity.

Trata-se de um fato pelo menos curioso, uma vez que nos registros magnéticos das movimentações financeiras ocorridas no MTB Bank (alvo da CPI) estão várias transferências entre o Opportunity Fund e o banco americano. Digno de nota é que deixar Dantas fora do foco é manter nas sombras o doleiro Silvio Roberto Amnspach – um investidor do Opportunity Fund e um dos operadores das contas do MTB. *CartaCapital* perguntou a Mentor, relator da CPI, sobre a situação de Dantas:

CartaCapital: Por que o senhor Daniel

TEMOS O DEVER DE INVESTIGAR

Qual é a lógica de afastar o Ministério Público da apuração de crimes? A sociedade precisa saber que, se apenas a Polícia atuar, poucos serão os casos concluídos em razoável espaço de tempo. POR NICOLAO DINO*

Está prestes a ser decidido, no Supremo Tribunal Federal, se o Ministério Público pode realizar investigações. O Ministério da Saúde remeteu à Procuradoria da República em São Luís (MA) informações sobre possível fraude contra o SUS. Lá, foram requisitados dados complementares ao Ministério da Saúde e a designação de médicos-auditores para realizar exame técnico de autorizações de internação hospitalar e prontuários. O relatório foi elaborado pelos médicos, apontando várias fraudes. Ante a possível partici-

pação de um deputado federal ligado à clínica, o material foi enviado ao procurador-geral da República. Foi proposta ação penal junto ao STF, onde foi levantada, pela defesa do parlamentar, a discussão que ora agita os meios político e jurídico.

O caso possui reflexos sociais importantes, pois interfere na justa preocupação dos cidadãos com a eficiência do Estado no combate à criminalidade. Vivenciamos grave crise na segurança pública. As organizações criminosas crescem, penetrando, até mesmo, no próprio aparelho estatal. A

violência nas cidades dificulta o exercício da liberdade de ir-e-vir, inibe investimentos e afeta a imagem do País.

Será razoável, nesse cenário, conceber a redução dos canais de investigação, deixando tudo nas mãos da Polícia, já tão assoberbada e carente de melhor estruturação e investimentos? Não é difícil chegar a uma solução coerente. A investigação não é um fim em si mesmo: ou resulta em ação penal proposta pelo Ministério Público ou enseja arquivamento, no caso de não haver crime. Sendo assim, qual a lógica em afastar o Ministério Público da



CASO. A decisão está nas mãos do STF

*Nicolao Dino é procurador-regional da República e presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República.

Revista: Carta Capital
Data – 25 de agosto de 2004
Página – 20

A SEMANA

DE 14 A 20 DE AGOSTO DE 2004

MINO CARTA

Munição de graça para o inimigo

Ao acusar os jornalistas de "covardes", o presidente da República faz a felicidade dos patrões

SE UMA PESQUISA FOSSE PROMOVIDA NAS REDAÇÕES PARA avaliar o grau de popularidade do Partido dos Trabalhadores, é provável que porcentagem elevada de jornalistas manifestaria sua fé petista, ou, pelo menos, sua simpatia pelo partido de Lula.

Houve, creio, tempos mais favoráveis ao PT, quando era oposição, mas não me surpreenderia a fidelidade da maioria dos meus colegas à crença de antanho. Já se a mesma pesquisa fosse realizada entre os patrões da mídia e seus apaniguados mais próximos, é óbvio prever a unanimidade. Contra.

Os donos da comunicação nativa continuam ancorados a uma irredutível desconfiança (ojeriza?, preconceito?) em relação a Lula e seu partido. São os mesmos que criaram o apocalíptico Collor e pretenderam transformar Fernando Henrique Cardoso no herói da estabilidade.

Ao definir como "covarde" a categoria dos jornalistas, em bloco, por não aderir à proposta de um Conselho Federal, o presidente da República erra por razões variadas, e não apenas por causa da generalização, condenável de saída. Mesmo porque o leva a agredir aqueles profissionais que, na qualidade de cidadãos, votaram nele e voltariam a votar.

Em primeiro lugar, a questão é da exclusiva alçada da corporação e ao governo compete simplesmente ficar fora do debate. Em segundo, da competência do governo é, em lugar de acusar os jornalistas e de cogitar limitações à sua ação em nome da ética, perdão, da Ética, estimular o Congresso a discutir uma lei destinada a definir o alcance patronal. Em nome da democracia.

CartaCapital insiste: o governo falha na mira, o problema é outro. Aspirações democráticas não se coadunam com a existência de empresas de comunicação que abarcam, indistintamente, todos os setores da mídia. Jornais, revistas, estações de rádio, canais de televisão, portais da internet, redes de telefonia, e o que mais surgir no caminho.

Quanto aos jornalistas, é preciso entender que o cidadão, eventualmente eleitor de Lula, como profissional cum-

pre as ordens de quem lhe paga o salário. Este fica na expectativa, sôfrega mas paciente, do escorregão do Lula na curva sebosa do erro, tático ou estratégico que seja. Até mesmo da frase apressada.

Lula oferece munição de graça aos seus verdadeiros inimigos, eventualmente dissimulados. Aos desastrados senhores da mídia, atolados na sua própria incompetência. Os quais, sublinhemos, não são jornalistas (às vezes são até políticos), embora amiúde se arroguem o direito de ser diretores de redação por determinação divina. Por imposição caída do céu.

Eis a principal razão para discordar, em princípio, da idéia de um Conselho Federal dos Jornalistas, similar a entidades que representam, orientam, fiscalizam profissões libe-

rais. A OAB, por exemplo. Assim como os patrões da mídia não são jornalistas, por mais que pretendam, os jornalistas não são profissionais liberais.

De todo modo, *CartaCapital* entende que a questão é prematura, enquanto o poder dos barões não for controlado.

Neste exato instante ocorre ao acima assinado a comparação com a Venezuela do presidente Chávez, protagonista de evento de importância capital para a América Latina, quintal do Império. A confirmação do

líder bolivariano na Presidência da República pela via do voto popular representa um extraordinário exemplo de resistência democrática, de certa maneira único na história do continente.

A mídia venezuelana esteve na ribalta do enredo, no papel de vilão, empenhada na armação do golpe de 2002, com a bênção do imperador. Conforme as tradições latino-americanas, aliás, pelas quais a diversidade é rara, quando não impossível, e a mídia não passa de um dos rostos do poder medieval. Antidemocrático por natureza. E golpista.

É possível que inúmeros jornalistas venezuelanos tenham votado pela permanência de Chávez, nem por isso deixaram de servir seus patrões ao tomar posição oposta no cumprimento do compromisso profissional. E todos foram derrotados, dentro da lei. ■



CHÁVEZ, O VITORIOSO, HOSTILIZADO PELA MÍDIA BEM MAIS QUE LULA

JUAN C. SOLORZANO

Revista: Carta Capital

Data – 8 de setembro de 2004

Página – 18

CartaCapital A Semana

DE 28 DE AGOSTO A 3 DE SETEMBRO DE 2004

MINO CARTA

A noite feliz e o teorema

Por que a festa de aniversário e a entrega do prêmio às Empresas Mais Admiradas no Brasil não foram o convívio pretendido pelo enésimo caubói da liberdade de imprensa

Na festa de aniversário de CartaCapital, o presidente Lula contou uma história inédita. Envolve o acima assinado. Eis o enredo, na fala do próprio presidente, diante do auditório apinhado.

“Quando fui cassado (pela primeira vez) em 1979 (...) o Mino me aparece no Sindicato dos Metalúrgicos, na verdade na Igreja Matriz de São Bernardo, e me oferece, para que os metalúrgicos pudessem continuar a produzir seus boletins com a marca de João Ferrador, herói de uma história em quadrinhos, me oferece uma máquina, moderníssima para o tempo, uma offset. E, graças àquela máquina, não somente recuperamos o sindicato, mas continuamos nele, para ser definitivamente cassados dois anos depois.”

Apresso-me em uma correção: não se tratava de uma offset, seria demais. A máquina era um mimeógrafo mesmo, novo em folha e de excelente qualidade, isto sim, e bem caro, embora sem risco para meu bolso escasso, resultava de achaque por mim praticado com êxito em relação a dois senhores graúdos, amigos sensíveis.

Conheceria Luiz Inácio da Silva, dito o Lula, dois anos antes, apresentado pelo colega Bernardo Lerer, e me agrada ter sido um dos primeiros jornalistas a perceber no líder sindical o carisma, a capacidade de liderança, o Q.I. elevado, o tino do negociador, a irresistível vocação política.

Afora as tentativas frustradas de luta armada, em São Bernardo, sob o comando de Lula, nasceu a primeira forma determinada e eficaz de resistência ao regime fardado. O qual enfrentava as greves com seus brucutus e o vôo rasante de helicópteros de guerra. Daquele movimento brotaram um novo sindicalismo, oposto à tradição pelega, o Partido dos Trabalhadores, a campanha das Diretas Já.

Como disse à platéia da Federação do Comércio, na noite de 30 de agosto, não tenho o dom divinatório dos profetas bíblicos, tampouco o de Raymundo Faoro, mestre e inspirador de todos nós, herói do nosso último testamento, falecido no ano passado. Mas se alguém me dissesse então, naquele tempo de resistência, que o operário ainda seria primeiro cidadão do País, não me deixaria invadir pelo espanto.

E se hoje Luiz Marinho, atual presidente da CUT, está à vontade no auditório da Federação do Comércio juntamente com os representantes de conspícua fatia do PIB nacional, também se deve à coragem dos resistentes de vinte e poucos anos atrás.

Amizade sólida e antiga me liga ao Lula. Às vezes, ao longo dos anos, até me pareceu que ele não me queria muito perto, e me afastei. Hoje me comove o seu reconhecimento, que só o afeto explica e justifica, na generosidade exagerada. Ganho mais um motivo de orgulho, sem esquecer que o jornalista, fiscal do poder, não se confunde com o indivíduo. E Lula sabe disso e entende como ninguém.

O governo tem sido alvo das críticas de CartaCapital várias vezes, sem histeria e sem histrionismo. Só para recordar temas de discordância: a política econômica (incluindo o Banco Central), transgênicos, salário mínimo, questão previdenciária, Abin. Etc. etc.

Nas últimas semanas, por exemplo, em relação à ventilada criação de um Conselho Federal dos Jornalistas. Na edição de 25 de agosto, escrevi: “Ao definir como covarde a categoria dos jornalistas, em bloco, por não aderir à proposta de um Conselho Federal, o presidente da República erra por razões variadas, e não apenas por causa da generalização, condenável de saída”.



LULA E MINO. Em junho de 1980 (o líder sindical saiu da prisão) e em 30 de agosto de 2004

18 CARTACAPITAL 8 DE SETEMBRO DE 2004

Revista: Época
Data – 16 de agosto de 2004
Página – 35

O risco autoritário

Projetos oficiais para controlar informação coincidem com queixas de “denuncismo” do próprio governo

Grande parte da cúpula do governo federal fez sua carreira política na luta contra a ditadura militar, mas essa imagem democrática vem sofrendo abalos. Primeiro foi o apoio às restrições do poder de investigação do Ministério Público. Nas últimas duas semanas, uma série de propostas e projetos ajudou a reforçar a impressão de que o governo petista fez a opção pelo controle da informação.

Apresentou um projeto que pretende controlar a produção audiovisual, abarcou outro, que prevê a criação de um Conselho Federal de Jornalismo, com o objetivo de “orientar, disciplinar e fiscalizar” a atividade jornalística, e tenta proibir servidores federais de dar informações sobre investigações. O governo parece flertar com o autoritarismo de Cuba, da China e da ex-União Soviética.

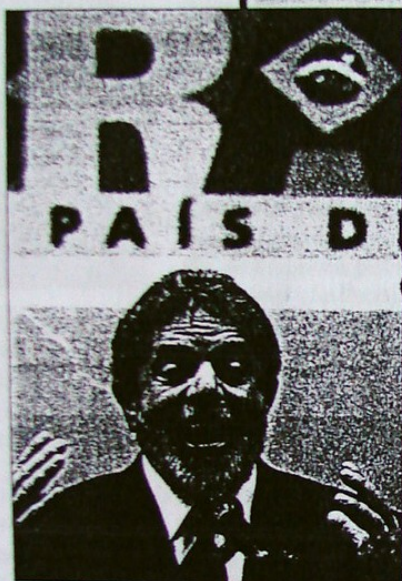
O projeto do conselho foi encaminhado pela Federação Nacional dos Jornalistas, entidade filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), por sua vez vinculada ao PT. Dentro do governo foi modificado pela Casa Civil. A nova versão dá espaço para

selho poderes autoritários de controle da imprensa. “O conselho, a mordaza para os servidores e o controle do Ministério Público são tentativas de fascismo”, afirma o senador Tasso Jereissati (PSDB). Os ministros José Dirceu, Luiz Gushiken e Ricardo Berzoini e a Fenaj defendem o projeto com o argumento de que o CFJ atuaria como os conselhos que controlam atividades de médicos e advogados. “Profissionais liberais têm escritórios próprios, por isso precisam de um órgão de controle. O jornalista trabalha em empresas. O controle é exercido por elas”, diz Cláudio Abramo, da Transparência Brasil.

Assim como o apoio à Lei da Mordaza surgiu quando o Ministério Público retomou investigações sobre a morte do prefeito de Santo André, Celso Daniel, o projeto do conselho de jornalismo e a idéia de proibir servidores de dar informações sobre investigações surgem no momento em que ministros e o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva queixam-se do “denuncismo” dos meios de comunicação, depois do vazamento de informações da CPI do Banestado que mancharam a reputação dos presidentes do BC, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb.

Reclamações contra a imprensa não são novidade. Em 1939, o ditador Getúlio Vargas alegou ameaças à “segurança nacional” para criar o Departamento de Imprensa e Propaganda. O órgão censurava jornais e fazia propaganda do regime. “Assim como o DIP, um conselho de imprensa pode servir como filtro para higienizar a informação. É uma máscara para velhas políticas autoritárias”, diz a historiadora Maria Luiz Tucci Carneiro, da Universidade de São Paulo. Além da imprensa, o governo federal também sofre desgaste com seu projeto para a Agência Nacional de Cinema e Audiovisual, acusado de ser nacionalista e dirigista. “A intenção é induzir os exibidores a abrir espaço para filmes de outras nacionalidades, não só americanos”, explica Sérgio Sá Leitão, assessor especial do ministério. ■

LEANDRO LOYOLA



AVISO Lula para repórteres: “Dou entrevista quando vocês aprovarem o Conselho”

uma tentativa de controle da imprensa. O texto foi bombardeado pela oposição no Congresso, por entidades representativas do Judiciário e pela Associação Brasileira de Imprensa. A Associação Nacional dos Editores de Revistas condenou em nota a iniciativa. “A Aner e seus associados não têm restrições à criação de um organismo que regulamente o exercício do jornalismo, mas se opõem com veemência a que se delegue a esse con-

Revista: Época
Data – 23 de agosto de 2004
Carta do Editor - Página – 18

CARTA DO EDITOR

Os covardes de Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolveu, na semana passada, provocar os jornalistas que estavam em seu encalço, chamando-os de "covardes". A razão, disse o presidente, foi a falta de apoio à criação do Conselho Federal de Jornalismo, um projeto que, segundo ele, sempre foi o desejo da categoria.

Dado Campanelli/AF



*Lula:
o presidente
quer o CFJ*

O que exatamente o presidente quis dizer com essa provocação?

Dado o histórico sindicalista do presidente, é provável que ele queira vender a idéia de que a rejeição ao CFJ é algo tramado pelos patrões. Ou seja, os jornalistas, especialmente os repórteres do Planalto, são coitadinhos amedrontados que precisam se colocar contra o conselho para manter os respectivos empregos.

Lula é inteligente demais para acreditar nessa conversa fiada. Esse discurso serve a seus interesses, mas é vazio. Os companheiros da Fenaj e da assessoria de imprensa do Planalto podem concordar com o presidente, mas o fato é que pouquíssimos jornalistas na ativa apóiam o conselho.

E não é por falta de coragem, não. Os verdadeiros covardes são aqueles que se escondem das denúncias e das notícias indigestas para o governo. São estes que estão a favor do projeto. Já os jornalistas de verdade, que se pautam pelas notícias, enxergam no CFJ uma ameaça à liberdade de imprensa.

Há quem defenda o conselho dizendo existir irresponsabilidade no jornalismo. Que erros são cometidos e nada acontece. Por acaso os conselhos regionais de medicina impedem que erros médicos ocorram? É claro que não. Os CRMs punem quem erra, é verdade, mas não previnem deslizes.

Enquanto não houver uma forma mais confiável de coibir abusos que o CFJ, é sempre bom lembrar que profissionais irresponsáveis são punidos pelo mercado. Não há espírito de corpo ou corporativismo que resista a uma grande besteira. Quem erra feio, salvo raríssimas exceções, vai parar na rua. Porque o leitor não gasta seu dinheiro para ser ludibriado – ele quer a verdade, queira ou não o governo.

ALUIZIO FALCÃO FILHO, DIRETOR DE REDAÇÃO

Revista: Época

Data – 30 de agosto de 2004

Carta do Editor - Página – 18

CARTA DO EDITOR

Mais sobre a liberdade de imprensa

O que seria da imprensa se, desde o início do ano, existisse o Conselho Federal de Jornalismo, dominado por membros ligados ao governo? No mês de fevereiro, por exemplo, com a eclosão do caso Waldomiro Diniz, ÉPOCA provavelmente seria objeto de análise do CFJ. Que interpretação o Conselho teria sobre o furo de reportagem da revista? Antes de qualquer resposta, é interessante recordar as primeiras manifestações de membros do governo, especialmente do Partido dos Trabalhadores, naquele dia.

Para quem não se lembra: ÉPOCA trazia na sexta-feira 13 uma reportagem mostrando os principais momentos do vídeo que flagrara o ex-assessor da Casa Civil pedindo propina e

contribuição de campanha. Durante o dia todo, o PT tentou minimizar a denúncia. Alguns dirigentes a qualificaram de requebrada. As evidências levantadas pela revista, contudo, revelaram-se mais fortes – e o escândalo ganhou corpo.

O governo, porém, poderia retaliar, orientando o CFJ a punir a revista ou seus profissionais de alguma forma. Por outro lado, poderia não ter acontecido nada: o Planalto simplesmente aceitaria os fatos. É o que se espera de um governo democrático.

A simples existência do CFJ, nos termos que constam do projeto atual, é uma espada colocada sobre a liberdade de imprensa. Diante da possibilidade de ter o registro profissional cassado, muitos jornalistas podem pensar duas vezes antes de escrever ou editar algum texto considerado ofensivo pelo governo. É isto o que desejamos para o Brasil? Com toda a certeza, não.

Como se estivesse num jogo de War, o governo tenta retirar a força de seus adversários (sim, o governo parece acreditar que a imprensa é um inimigo a ser batido) ou blindar suas peças mais poderosas – a recente “promoção” do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, à condição de ministro demonstra esse propósito.

Alguém poderia imaginar, na eleição de 2002, que o governo Lula enveredaria por esse caminho?

ALUIZIO FALCÃO FILHO, DIRETOR DE REDAÇÃO



Lula e Meirelles: imprensa sob pressão



Revista: Época
Data – 20 de setembro de 2004
Carta do Editor - Página – 18

CARTA DO EDITOR

Manipulações jornalísticas

Uma das piores acusações que se podem fazer a um jornalista é a de manipular informações. Ou seja, editar uma reportagem de maneira a favorecer idéias, pessoas ou posições políticas. Essa é uma preocupação constante dos jornalistas responsáveis, que se pautam pela isenção e pela imparcialidade.

Foto: Glaucio Dettmair/ÉPOCA



Gil: entrevista editada

Na semana passada, os brasileiros tiveram a oportunidade de testemunhar um exemplo grosseiro de manipulação, no qual uma jornalista distorceu as palavras de um entrevistado, enxertando declarações antigas e fora de contexto no artigo que foi apresentado ao público.

Não, não estamos falando de nenhum jornal ou revista. A manipulação foi publicada num site de notícias do governo e a vítima foi o ministro da Cultura, Gilberto

Gil. A edição fez Gil acusar os veículos de mídia de fascismo, ao defender a criação da Ancinav (Agência Nacional de Cinema e Audiovisual). O ministro reagiu prontamente e negou as declarações. A Secretaria de Comunicação da Presidência da República, responsável pelo site, assumiu o erro e pediu desculpas publicamente ao titular da pasta da Cultura.

O governo é um dos principais patrocinadores do projeto que cria o Conselho Federal de Jornalismo, idealizado supostamente para coibir abusos cometidos por profissionais da comunicação. Ao imaginar que os veículos de mídia precisam ser patrulhados por um conselho que se guiaria pelo anteprojeto enviado ao Congresso Nacional, o governo possivelmente acredita que, através do CFJ, vai punir excessos como a manipulação de informações.

Se é assim, deveria dar o exemplo. Durante quase toda a semana em que a edição infeliz da entrevista de Gil esteve na berlinda, o nome dos responsáveis pelo papelão foi omitido ("responsáveis", no plural, pois a jornalista em questão certamente não foi a única culpada). A Secom informou que tomaria "medidas administrativas" contra a autora do texto. O que se pode entender por "medidas administrativas"? Demissão? Suspensão? Bronca? Multa? Somente na quinta-feira decidiu-se mandar embora a jornalista. Se tal deslize ocorresse num veículo sério, a autora teria sido demitida no mesmo dia em que a manipulação fosse detectada.

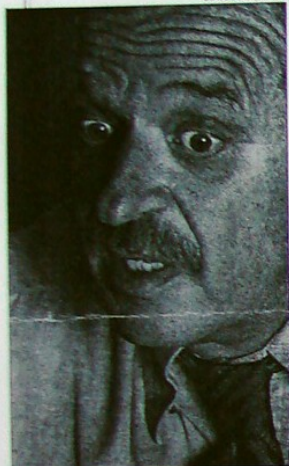
ALUIZIO FALCÃO FILHO, DIRETOR DE REDAÇÃO

Revista: Época
Data – 15 de novembro de 2004
Carta do Editor - Página – 18

CARTA DO EDITOR

Mais um Conselho

Em uma recente entrevista ao jornal *O Globo*, o ministro da Educação, Tarso Genro, falou sobre a criação de um Conselho Permanente de Democratização da Informação – idéia que defende em seu mais recente livro, *Esquerda em Processo*. Segundo ele, o conselho serviria



Tarso Genro: em defesa das correntes alijadas do debate político

para corrigir distorções que existem hoje nos meios de comunicação. “Já tivemos momentos no Brasil em que forças políticas foram alijadas do debate por não conseguirem fazer vazar sua opinião”, disse o ministro. Tarso Genro, é bom ressaltar, enfatizou ser contra qualquer tipo de controle sobre a opinião dos órgãos de imprensa ao defender o surgimento de mais uma instituição que siga de perto os passos dos veículos.

É impressionante como os integrantes do governo são fascinados por esse tema. Parece que a solução dos problemas do país, de uma hora para outra, passou a depender da fiscalização da atividade jornalística.

O ministro afirma que, no passado, algumas correntes políticas foram alijadas do debate – até por conta do título de seu

livro, entende-se que ele esteja se referindo aos pensamentos de esquerda. Segundo essa lógica, as idéias esquerdistas não são difundidas porque os donos da imprensa não deixam. E, por isso, essas idéias não ganham corpo para conquistar a sociedade.

Bem, o Partido dos Trabalhadores perdeu uma grande oportunidade de fazer isso numa das maiores vitrines de comunicação que existem no país, livres da censura de quem quer que seja – os programas eleitorais no rádio e na TV. Na campanha que o PT deflagrou pelo país em 2002, quase nenhuma bandeira esquerdista foi brandida. Pelo contrário. O partido garantiu a continuidade dos contratos, da livre iniciativa e do direito à propriedade. Também insinuava que a estabilidade econômica seria mantida através do modelo engendrado pelos oito anos de governo tucano. Como se vê pela taxa Selic, essa foi uma promessa mais que cumprida.

Por que um ideário esquerdista não pautou nenhum programa do PT em 2002 ou agora, em 2004? Porque os eleitores querem, cada vez mais, ouvir propostas pragmáticas para seus problemas, e não cair em discussões ideológicas. Isso é tão certo quanto o desejo da sociedade por uma liberdade de imprensa plena e eterna.

ALUIZIO FALCÃO FILHO, DIRETOR DE REDAÇÃO

Revista: Época
Data – 20 de dezembro de 2004
Carta do Editor - Página – 18

CARTA DO EDITOR

O fim do Conselho

Na quarta-feira, o Congresso Nacional arquivou definitivamente a proposta que criava o Conselho Federal de Jornalistas. Com isso, enterrou de vez uma das maiores ameaças à liberdade de imprensa criadas em tempos de democracia. Como era de esperar, os pais da idéia, basicamente a diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas, reagiram violentamente à derrota.

Gláucio Delmar/ÉPOCA



Lula: "Os sindicatos de jornalistas se descolaram muito da categoria"

Em nota oficial, a Fenaj diz que "os empresários da mídia devem se regozijar. Mais uma vez seus desejos são atendidos. Escondidos atrás de um inverossímil discurso de liberdade de imprensa, na verdade tiveram a mais medíocre das intenções: manter as condições salariais e de trabalho dos jornalistas nos níveis mais baixos possíveis para compensar suas cambaleantes taxas de lucros".

Ainda não se sabe, contudo, como é que um Conselho que teria a missão de controlar o conteúdo dos veículos poderia aumentar os salários de empresas privadas, como insinua a nota da Fenaj. Portanto, fica

difícil imaginar os donos de empresas de comunicação brigando com o CFJ para elevar suas taxas de rentabilidade.

A derrota do projeto mostra apenas que a sociedade repudia qualquer tentativa de cerceamento à liberdade e de controle de informações. Qualquer lembrança de censura, por mais longínqua que seja, deve ser rejeitada – e os parlamentares simplesmente se fiaram naquilo que a sociedade acredita.

O tropeço do Conselho reflete também a distância entre os jornalistas e seus sindicatos e federações. Em entrevista recente a *ÉPOCA*, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva analisou a questão. "Os sindicatos de jornalistas se descolaram muito da categoria. Isso aconteceu pela bobagem de tentarem se comparar aos sindicatos de metalúrgicos, tratando os associados como 'trabalhadores da comunicação', em detrimento de questões que dizem mais respeito à atividade específica dos jornalistas. Eu falo isso desde 1979", afirmou.

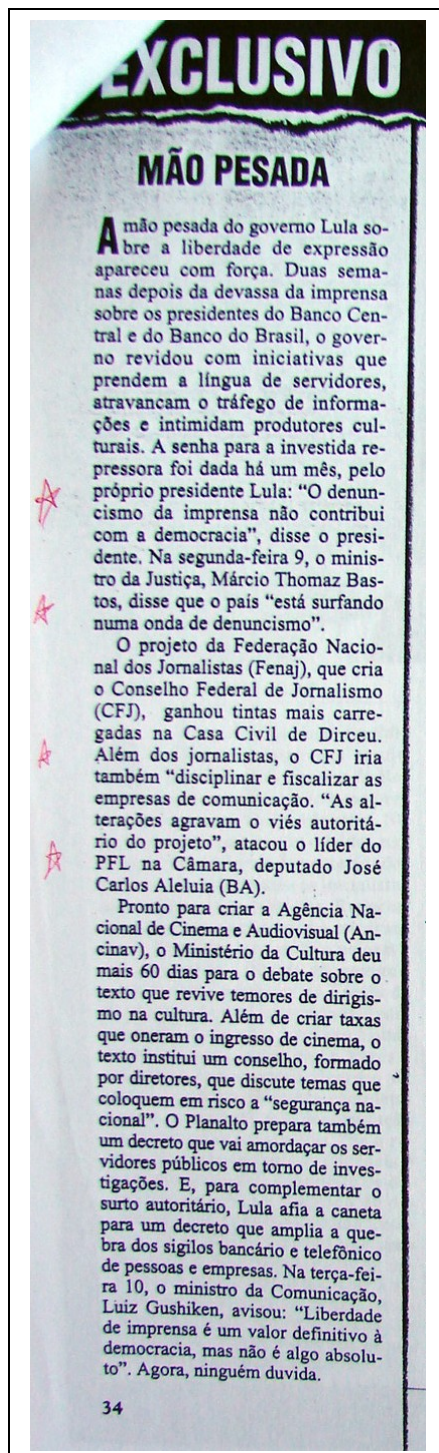
Lula é provavelmente a maior autoridade em sindicalismo do país, com ph.D. conquistado na prática. Sua análise em relação aos sindicatos de jornalistas não poderia ser mais oportuna.

ALUIZIO FALCÃO FILHO, DIRETOR DE REDAÇÃO

Revista: Istoé

Data – 18 de agosto de 2004

Trecho da matéria “A verdade aparece” - Página – 34



ENTREVISTA MUNIZ SODRÉ

“DIVERGIR É AJUDAR”

Doutor em comunicação e integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social diz que o governo não sabe ouvir críticas

FRANCISCO ALVES FILHO

A sequência de denúncias publicadas pela imprensa tendo como alvo altos figurões da República causou revolta no presidente Lula e em vários ministros. No lugar dos personagens envolvidos nas irregularidades, a ira das autoridades federais se voltou contra os jornalistas que revelam essas histórias. Reportagens desse tipo ganharam dos integrantes do Executivo um apelido pejorativo: denuncismo. Doutor em comunicação social e professor da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o baiano Muniz Sodré, 62 anos, autor de 26 livros e conhecido como crítico rigoroso da mídia brasileira, discorda completamente. A começar pela denominação escolhida pelos governistas. “Se o regime de quem ocupa a Presidência é o presidencialismo, o conjunto de denúncias deveria ser chamado de denuncialismo, e não denuncismo”, corrige. O professor acredita que uma das mais importantes funções da imprensa é justamente denunciar e revelar os bastidores do poder. Se as acusações estão surgindo com maior frequência, Muniz Sodré tem para o fato uma razão quase aritmética. “Efe-

tivamente, tem havido muitas denúncias. Mas isso acontece porque a corrupção se alastrou no espaço público, no serviço público”, avalia.

A opinião de Muniz Sodré tem importância reconhecida pelo governo. Ele integra o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – um grupo de 80 notáveis de várias áreas de atuação que discute os assuntos mais importantes do País e assessora o presidente da República. Na condição insuspeita de quem votou em Lula na última eleição, o mestre identifica na posição das autoridades federais um sinal de que o PT, ao chegar ao poder, tornou-se um partido de centro. “Falta saber se de centro-esquerda ou centro-direita”, ironiza. Nesta entrevista, o professor elogia ainda a reação do ex-deputado Ibsen Pinheiro, que, mesmo tendo sofrido bastante com um erro de imprensa, discorda de qualquer iniciativa de censura. “Eu o vejo como modelo de homem público, do ponto de vista ético.”

ISTOÉ – O sr. acha que o presidente Lula e alguns ministros têm razão ao reclamar de uma onda de denuncismo na imprensa brasileira?

Muniz Sodré – Uma das funções da imprensa é denunciar, mesmo que a pa-

lavra pareça feia ou pesada. A imprensa surge expandindo o artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que trata da valorização dos direitos civis. Principalmente, direito de desocultação. Ou seja: direito de tornar visível aquilo que o poder, o império, pretendia manter invisível. A grande expansão do prestígio do jornalismo se deve a essa desocultação. Assim, é possível conhecer os mecanismos de decisão e não mais haverá o segredo da antecâmara do palácio do rei. É um direito público reivindicar que nada fique oculto, que tudo se torne transparente. Há uma acusação de certo conluio do jornalismo com o Ministério Público. Se existe esse conluio, é uma coisa espúria. Mas, a rigor, a imprensa tem funções que cabem ao MP. E a principal delas é a de denunciar.

ISTOÉ – O presidente diz que esse “denuncismo” não dá ao Estado brasileiro sabedoria para tomar decisões. Reclama que são informações precipitadas, que achincalham as pessoas e depois não se prova nada e ninguém se desculpa por isso. A imprensa tem sido tão irresponsável?

Muniz Sodré – Efetivamente, tem havido muitas denúncias. Mas isso acontece porque a corrupção se alastrou no espaço público, no serviço público. Não

Revista: Istoé
Data – 25 de agosto de 2004
Entrevista - Página – 10

é uma falha da imprensa. Cabe ao denunciado dizer se aquilo é ou não verdade. Por outro lado, não creio que seja função da imprensa, nem no passado nem hoje, dar sabedoria ao governo, como quer o presidente. Ao contrário. A imprensa está aí para avaliar a sabedoria do governo. Cabe ao governo agir sabiamente e cabe ao jornalismo e ao povo avaliar. Se a imprensa está fazendo isso bem ou mal, é um outro problema. Acho que deve haver uma crítica à imprensa.

ISTOÉ – Não é surpreendente que os petistas, que antes levantavam tantas denúncias, agora reclamem delas?

Muniz Sodré – É natural, agora o PT é o poder. Há dez anos esteve aqui no Brasil o filósofo francês Alain Badiou. Participou de um debate no qual defendeu que, se algum dia o PT chegasse ao poder, não seria mais o PT. Queria dizer que um partido de esquerda que chega ao poder pelo voto vira centro. Na época, discordei. Dez anos depois, sou obrigado a bater na testa e reconhecer que Badiou tinha razão. Há uma antiga tese do alemão Carl Schmidt segundo a qual as democracias parlamentaristas do Ocidente e os parlamentos do Ocidente tendem à corrupção e ao centro. Ele não afirmou isso quanto a um país ou outro, e sim como lei geral da política. Eu acho que o PT não chegou ainda à corrupção, mas certamente chegou ao centro. O problema é saber se é centro-esquerda ou centro-direita.

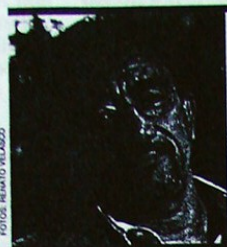
ISTOÉ – E o argumento de que certas revelações quebram a privacidade do cidadão que ocupa o cargo público?

Muniz Sodré – Se um sigilo fiscal for violado e exposto de maneira que infrinja a Constituição, é só usar a lei. Com a legislação existente no Brasil isso se resolve. Mas se o jornalismo abrir mão de revelação dos segredos do mando, dos segredos do poder, estará fadado à morte. Sou contra a violação da Constituição, mas se há uma lei que impede os desvelamentos dos segredos do Estado, é um dispositivo antimoderno. O jornalismo tem autoridade para, pelo menos, bater de frente com certos dispositivos constitucionais? Essa autoridade advém de um nível de credibilidade e de con-

senso social. Se existir isso, aí sim, ele pode. É preciso haver um consenso ao mesmo tempo social e profissional quanto, digamos, à função elevada do jornalismo. Assim, pode-se avaliar se o sigilo está sendo quebrado em nome do bem público.

ISTOÉ – O que achou da reação de Ibsen Pinheiro, que mesmo sendo vítima da imprensa repudia a censura?

guns artigos francamente autoritários é a intenção do projeto. Por que exatamente nesse momento criar um CFJ que é impeditivo, que é restritivo? O artigo que prevê a cassação do registro do jornalista é o pior de todos. No livro *Democracia na América* (Alexis de), Tocqueville diz que uma nova democracia pede uma forma nova de política. Eu me pergunto o seguinte: uma sociedade nova, com a mídia com a influência que tem, com o



“ Eu acho que o PT não chegou ainda à corrupção, mas certamente chegou ao centro. O problema é saber se é centro-esquerda ou centro-direita ”

Muniz Sodré – Nunca tive maiores simpatias ou antipatias por esse senhor, sou meio neutro em relação a ele. Não gosto do seu partido, o PMDB. Mas esta reação de rejeitar a censura, mesmo tendo sofrido com um erro da imprensa, me leva a vê-lo como modelo de homem público, do ponto de vista ético. A moral é particular, algo de foro íntimo, e a ética tem a ver com a comunidade. O discurso de Ibsen se sobrepõe ao da moral e ele foi ético ao rechaçar qualquer possibilidade de censura. Ele foi homem, no sentido tradicional que a palavra tem na Bahia. Já o fato de o erro não ter sido reparado se deve à mesquinha corporativista do jornalista, para quem é difícil consertar o erro. Ora, o erro é um momento necessário à verdade. A imprensa tem o direito de errar e o dever de se corrigir. Eu defendo a pressa da imprensa. Não se deve esperar, como quer o governo, que o jornalismo produza apenas notícias certinhas. A notícia não é o fato, mas apenas o indicio do fato. Só a continuidade do noticiário vai mostrar o que é certo e o que é errado, e o que estiver errado tem que ser corrigido. Apenas a arrogância do jornalista impede que ele se desdiga. A consciência ética sugere que ele repare o erro.

ISTOÉ – Como avalia a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo?

Muniz Sodré – Mais perigosa que al-

mercado, não pediria também um novo tipo de jornalismo? Esse jornalismo novo, para mim, pede mais liberdade. O prestígio do jornalismo no Ocidente foi conquistado graças à liberdade de expressão, liberdade de opinião. Certas questões poderiam ser resolvidas por uma espécie de British Council ou o Conselho alemão. Mas estes conselhos são dos jornalistas, não passam pelo Estado. Por que o projeto foi encaminhado ao governo? Acho que, em tempos de mais serenidade, um conselho no qual o jornalista pudesse discutir ética, relação com as empresas, relação da imprensa com o governo ou avaliar descaminhos éticos de cobertura é desejável. Mas uma proposta desse tipo não deveria nem de leve ser mostrada a ninguém de poder. Muito menos a Gabinete Civil.

ISTOÉ – Que tipo de conselho seria desejável?

Muniz Sodré – Acho que um conselho de jornalismo deveria nascer de um consenso não apenas entre profissionais e donos de imprensa, mas também de determinados grupos da sociedade civil, como OAB, ABI. Será que a ABI não poderia cumprir esse papel? É importante fortalecermos a sociedade civil. Houve um tempo em que a OAB e a ABI foram importantes para a sociedade brasileira. Se tiver a forma de um conselho, que conte com interlocutores de fora da classe jornalística mas que

Revista: Istoé
Data – 25 de agosto de 2004
Entrevista página – 11

não sejam do Estado. Esse é o defeito principal desse conselho: incluir o Estado nisso. Essa é uma questão de jornalistas e sociedade civil.

ISTOÉ – *A reação dos jornalistas à criação do CFJ é motivada pelo corporativismo?*

Muniz Sodré – A classe jornalística mostra forte corporativismo em determinados momentos. De maneira geral, o jornalista não aceita grandes análises nem grandes interferências no seu trabalho. No caso das objeções ao tal conselho de jornalismo, no entanto, avalio como uma defesa compreensível.

ISTOÉ – *Não é curioso que uma reação desse tipo venha de um governo mais à esquerda que o governo Fernando Henrique, que nunca esboçou nenhum cerceamento às críticas da imprensa?*

Muniz Sodré – Vem de muitos anos essa tradição da imprensa brasileira de derrubar autoridades. Um caso clássico é o editorial de inauguração do *Correio da Manhã*. Edmundo Bittencourt escreve: “Esse jornal nasceu não para fazer ministros, mas para derrubar ministros.” Essa é uma tarefa perfeita para o jornalismo. No governo Fernando Henrique, as denúncias pareciam repercutir mais. Talvez haja um problema de compreensão do governo Lula sobre qual é o significado da mídia. Coloco em dúvida a compreensão histórica do PT com rela-

lugares da mídia na sociedade brasileira hoje. Estar contra ou fazer crítica desencadeia da parte do PT uma fúria punitiva muito grande. A mesma fúria punitiva que se estendeu a políticos como Babá, Heloísa Helena. Uma raiva, um ódio como se não pudesse haver discordância. Isso é emoção partidária antiga, algo incompatível com democracia social que se busca hoje.

ISTOÉ – *O sr. acredita que essas denúncias podem estar atrapalhando o governo?*

Muniz Sodré – Eu avalio que divergir do governo é ajudá-lo nesse momento. E divergir duramente. Porque divergência para terminar com cerveja e pizza não é uma coisa real. É preciso um contraditório social e popular para esse governo, que não está havendo. Do ponto de vista da argumentação e da discussão, há um ambiente de deserto, no sentido que (Friedrich) Nietzsche dá. É a desolação, há um deserto de idéias, de argumentação, de criatividade. Então, hoje a indignação é pelo fato de ter havido a denúncia, e não pelo fato denunciado. O Henrique Meirelles (presidente do Banco Central) é denunciado, vem o governo e diz que ele está mais forte que antes das denúncias. É como em *Alice no País das Maravilhas*, em que o personagem diz: isso aqui é água. A rainha vem e diz que isso aqui é pedra. E, se você discordar, corto-lhe a cabeça. A rainha se vale da força para legitimar con-

tos, mas ainda tem o benefício de oferecer o controle do poder pela exposição. Isso é irrefreável. A sociedade vive da transparência, mesmo sem ideal ético. Meus dados estão na internet, o Imposto de Renda sabe tudo sobre você, tem os recursos digitais que revelam o perfil de qualquer internauta. Isso é a sociedade de transparência. O governo não pode se ocultar. Já no século XVIII existia o imperativo de tornar público os atos de governo, (Immanuel) Kant já falava disso. É nadar contra a história querendo botar biombos na frente disso. Acho que as entidades, os governos podem ter surtos autoritários. Há pessoas que não enlouquecem, mas têm surtos. Acredito que esse seja o caso.

ISTOÉ – *O projeto de criação da Ancinav pode ser creditado a esse surto autoritário?*

Muniz Sodré – O Estado não tem o direito nem o dever de meter a colher em nenhum roteiro de cinema, em nenhum programa de tevê. A menos que ele queira fazer danos definitivos à cultura. A cultura só tem sentido no espaço de liberdade. O governo não pode legislar sobre conteúdo, isso é stalinismo, dirigismo insuportável e intolerável. Mesmo com as boas intenções de “defender a cultura brasileira”. Sou radicalmente contra. Acho que é nadar contra maré da história se o governo quiser intervir. Não que às vezes não dê vontade. Eu ligo a tevê e

algumas vezes vejo a Luciana Gimenez, um programa que assisto com o mesmo fascínio com que vejo um acidente de trânsito. A diferença é que eu fixo o olhar. Outro dia vi ali uma moça vendendo a virgindade por R\$ 100 mil. Ela fingia escândalo. Na semana passada vi uma professora de posições sexuais de São Paulo que de-

monstrava o Kama Sutra. Isso parece liberdade, mas é o lixo televisivo. Em outros canais a mesma coisa. Ainda assim, sou contra qualquer intervenção do governo. Em matéria de cultura e de informação, o governo tem que ser afirmativo. Deveria afirmar uma rede pública de televisão com programação séria, confrontar com qualidade. O Ministério da Cultura não é lugar para regulamentação do entretenimento. ■

“Eu defendo a pressa da imprensa. Não se deve esperar, como quer o governo, que o jornalismo produza apenas notícias certinhas”



ção à mídia. Eles compreendem que esse termo representa assessoria de imprensa ou assessoria de marketing. A modernidade do PT está no marketing do Duda Mendonça ou do Nizan Guanaes. Com exceção da Marilena Chauí, que eu já vi escrever artigos interessantes sobre tevê e mídia, o assunto é inexistente em suas discussões. Só se pensa em economia e política. Me pergunto se o governo avalia corretamente a inserção e o

ceitos sem sentido. A decisão de dar a Meirelles o status de ministro, para ganhar foro privilegiado, é outra consequência desse pensamento.

ISTOÉ – *Qual a origem dessa reação?*

Muniz Sodré – Existe uma cultura política bolchevique, no pior sentido do termo. Acho que é anacrônica. Não há mais lugar para isso na contemporaneidade. A mídia pode ter todos os defei-

Revista: Istoé

Data – 25 de agosto de 2004

Páginas – 32 e 33

BRASIL
IMPRENSA

ERROS E DESE

A reportagem de capa da ISTOÉ 1819 provocou grande repercussão. A publicação da carta do jornalista Luis Costa Pinto, ex-editor da revista *Veja*, e o relato do ex-deputado Ibsen Pinheiro sobre o erro que ajudou a enterrar a sua carreira política causaram perplexidade. A *Veja*, onde há 11 anos foi publicado o erro, reagiu, num primeiro momento, com a mesma sensatez demonstrada por Ibsen, que disse a ISTOÉ: "O denunciamento tem cura, mas na imprensa censurada o denunciamento é eterno." Em clara crítica ao projeto do Conselho Federal de Jornalismo enviado pelo governo ao Congresso, a frase de Ibsen foi publicada na capa de ISTOÉ. *Veja*, depois de ter acesso à reportagem de ISTOÉ, publicou em sua matéria de capa o seguinte texto: "A imprensa erra, mas os erros acabam aparecendo quando não são corrigidos logo em seguida pela apuração correta dos fatos. *Veja* lamenta os enganos que cometeu nos casos de Alcení (Guerra), Eduardo Jorge e Ibsen Pinheiro." Um pedido de desculpas tardio, mas, de qualquer maneira, um ato de sensatez. Mas o exemplo de equilíbrio e bom senso do fim de semana criou lugar a uma histórica demonstração de descontrolo. Em sua versão online, que entrou no ar na terça-feira 17, *Veja* resolveu atacar ISTOÉ. Num texto em que não escondia sua falta de argumentos, o semanário da Abril não explica o inexplicável: por que *Veja* publicou uma informação errada, que havia sido detectada pelos seus próprios mecanismos de checagem ainda no prazo de fechamento e com

tempo hábil para correção? Errar, toda a imprensa mundial já errou. O assunto que mereceu capa de ISTOÉ é muito mais grave. Trata-se da discussão da manipulação de informações acerca das contas bancárias de um cidadão, mesmo sabendo que os dados apontados pela revista estavam errados.

Já na abertura da página da *Veja On Line* há uma tentativa de manipulação. É reproduzida uma chamada in-

mentou em suas contas pelo menos US\$ 1 milhão desde 1990." A segunda frase era legenda de foto no texto de ISTOÉ, e não parte do título, como *Veja* quer fazer acreditar. A reportagem de ISTOÉ não falava em depósitos de US\$ 881 mil na conta de Ibsen, informação comprovadamente falsa e repetida várias vezes por *Veja*. Pelo contrário, o texto de ISTOÉ foi cuidadoso com o ex-deputado: "A

SENSATEZ
Em sua edição de 18/8/2004, *Veja* pede desculpas aos leitores pelo que fez com Ibsen Pinheiro.

UM CASO PARA O CFI

... político, que acabou cassado pela CPI dos Anões do Orçamento. A imprensa erra, mas os erros acabam aparecendo quando não são corrigidos logo em seguida pela apuração correta dos fatos. *VEJA* lamenta os enganos que cometeu nos casos de Alcení, Eduardo Jorge e Ibsen Pinheiro.

tema de ISTOÉ para dar a impressão de que a revista cometeu na época uma capa igual à de *Veja*. Não é verdade. A capa de ISTOÉ naquela edição era sobre outro assunto. No mesmo texto de *Veja On Line*, foi feita uma montagem com o título de uma reportagem interna de ISTOÉ misturada à legenda de uma foto: "ISTOÉ de 1993. Até tu Ibsen – Ibsen movi-

CPI parece ter se enganado ao denunciar os depósitos e levantar a suspeita de que se tratava de repasses financeiros do pessoal da máfia do Orçamento."

"Na semana passada, ISTOÉ acusou *Veja* de ter feito exatamente a mesma coisa que ela fez", diz o site. Também não é verdade. *Veja* foi acusada pelo jornalista Luis Costa Pinto de ter

Em vez de atacar ISTOÉ, *Veja* deveria explicar a seus leitores

32

ISTOÉ 1820-15/08/2004

QUILÍBRIO

publicado informações comprovadamente falsas. Não há nenhuma acusação contra ISTOÉ, cuja reportagem de capa da semana passada falava exatamente do estrago produzido. Em sua última edição, ISTOÉ apenas reviu o fato. A informação falsa vazada pela CPI é que levou toda a imprensa ao erro, inclusive a legenda da foto de ISTOÉ. A diferença é que, como relatou Costa Pinto, *Veja* teve acesso aos

mil (informação que sabia ser errada). Na semana seguinte, em uma página com o título "Um milhão de dificuldades", *Veja* repassou a culpa pelo erro – que conhecia de antemão, conforme relatou Costa Pinto – para a CPI, como se não tivesse sido alertada para o seu desempenho em 100% dos depósitos atribuídos a Ibsen Pinheiro.

Veja também é tomada pela história quando desclassifica o jornalista Luis

Usado Soviética farta o que fez *Veja*: julgar, condenar e causar um profissional em tempo recorde.

O descontrolo também comprometeu a leitura. A calma permitida ver que tanto a capa de ISTOÉ como Ibsen Pinheiro como o editorial daquela edição são liberais contra o nefasto Conselho Federal de Jornalismo. Com um pouco mais de equilíbrio se perceberia que, já na capa, ISTOÉ fez questão de reproduzir a declaração de Ibsen e, ainda, que no editorial, na página 15, diz em bom português: "O apice da insensatez foi atingido com o envio ao Congresso de um projeto de Conselho Federal de Jornalismo. (...) O momento em que isso aconteceu mostra a intenção de tirar uma das funções básicas do jornalismo, que é o olhar o poder com lupa e relatar o que de errado encontra-se (...). O que rege o jornalismo é a Constituição do Brasil."

É uma pena que *Veja* perca o controle e abuse de impropriedades ao tentar cavalar delirantes teorias conspiratórias para tentar justificar, 11 anos depois, uma página inescrupulosa de sua história. A revista escreve em seu site: "Parece ser mais que uma simples coincidência o fato de a ISTOÉ ter dado uma capa em que procura desacreditar o bom jornalismo de *Veja* na mesma semana em que

procurava desacreditar o bom jornalismo de *Veja* na mesma semana em que *Veja* atacou a tentativa do governo de amedrontar a imprensa por meio da criação de um Conselho Federal de Jornalismo. A capa de *Istoé* que acusa *Veja* foi intensivamente comentada pelo advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, amigo íntimo do ministro José Dirceu e advogado do PT, conhecido nas franjas do poder (e também nas sombras) pelo apelido de Caca. No sábado em que as duas revistas chegaram às bancas, Caca não se conteve de alegria e chegou a ficar grito grito jornalista da própria *Veja*, para reagir-se pelo ataque perpetrado por *Istoé*. Alegria também compartilhada por seus seguidores."

Costa Pinto. Quem trabalhou durante sete anos em sua redação, conquistou vários prêmios – inclusive com a famosa entrevista de Pedro Collor que deu origem ao processo de renúncia do presidente Collor –, não poderia ser tratado por "Idiotas de imprensa multicionários, marqueteiros, consultores do PT e ex-jornalista". Nem um minúsculo Conselho Federal de Jornalismo da vilta

extração, reles as contas e mesmo assim publicou a capa contra Ibsen. Também não é verdade que *Veja* tenha se corrigido na edição seguinte, como diz o site. Em uma semana, dá a foto de Ibsen na capa – isto é o título interno de "Uma entrevista na lama" – e numa reportagem de seis páginas confirma em vários trechos que o ex-deputado havia recebido US\$ 881

res por que publicou informação que sabia estar errada

ISTOÉ 1820-15/08/2004

33

Revista: Istoé

Data – 18 de agosto de 2004

A SEMANA - Página – 24

► Respeito aos jornalistas e ao sigilo de fonte. Isso lá...

O jornal *The New York Times* entrou com uma ação na terça-feira 28 contra o secretário de Justiça dos EUA, John Ashcroft. O jornal quer impedir que Ashcroft obtenha os registros das ligações telefônicas entre jornalistas e suas fontes confidenciais. O *The New York Times* vale-se da Constituição de seu país. Não propõe a criação de um Conselho Federal de Jornalismo para regular tal matéria.

Revista: Istoé

Data – 18 de agosto de 2004

GANGORRA (em baixa) - Página – 23

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que assumiu uma posição favorável à criação do Conselho Federal de Jornalismo, mesmo sabendo que ele é inconstitucional: tromba com o artigo 5º da Constituição Brasileira, que garante a liberdade de pensamento e de expressão sem “censura ou licença”.

Revista: **Veja**

Data – 11 de agosto de 2004

Página – 49

Censores, uni-vos!!

Em meio às acusações de que a imprensa tem sido irresponsável na divulgação de denúncias sobre o presidente do Banco Central, o governo mandou um projeto ao Congresso Nacional propondo a criação de um Conselho Federal de Jornalismo. Pela proposta, a entidade ficaria encarregada de “orientar, disciplinar e fiscalizar” a imprensa. Apresentado assim, o projeto até parece corriqueiro e bem-intencionado, mas analisado com um pouco mais de atenção descobre-se que se trata de uma idéia duplamente espantosa. Primeiro, porque é autoritária, pois um conselho de jornalismo não terá outra função a não ser cercear a liberdade de imprensa. “Isso pode ser uma violação da ordem democrática definida pela Constituição Federal”, analisa Maurício Azêdo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa. Segundo, porque é uma idéia cubana, já que reafirma a impressão de que o governo acha que deve — e pode — comandar todos os processos da sociedade, sem enten-

der que o próprio mercado consumidor se encarrega de eliminar as publicações ruins e prestigiar as boas.

Em Cuba, o ditador Fidel Castro mandou fechar todos os jornais. Deixou circular apenas um, o *Granma*, órgão oficial do Partido Comunista. Seguindo-se seu pensamento rupestre, a decisão até que faz sentido. Fidel achava um desperdício de papel manter vários jornais para divulgar um mesmo fato. Ou seja: na cabeça do ditador cubano, não existem matizes, nuances, enfoques distintos, abordagens diversas, muito menos opiniões divergentes. É uma decisão lógica, portanto, deixar que circule apenas um jornal. Talvez o governo ganhasse em tempo, e sobretudo em transparência, se a proposta enviada ao Congresso decretasse o seguinte: de agora em diante, o Brasil se bastará com a leitura do *Em Questão*, informativo eletrônico distribuído pelo governo federal cujo conteúdo é tão eletrizante que ganhou o apelido de *Pravda*.



Fidel Castro, quando jovem: mais de um jornal é desperdício de papel

Revista: Veja

Data – 18 de agosto de 2004

Trecho da matéria de capa “O fantasma do autoritarismo”

Página – 44

delencar o seu e o outro

O “CACO” DA CASA CIVIL
José Dirceu:
 sua assessoria na Casa Civil incluiu o artigo que tornou o projeto ainda mais autoritário

A liberdade de imprensa é não apenas um bem absoluto da sociedade como está estabelecida na Constituição brasileira. Nenhuma atividade está livre de maus profissionais e de cometer abusos. A imprensa muito menos. Por sua natureza e pela particularidade de seu exercício, a imprensa está entre as que mais cometem erros e fazem julgamentos precipitados. Ela precisa mesmo estar sob constante vigilância. Ocorre que está, sempre. Cada vez que chega às bancas, os jornais e as revistas estão se submetendo a julgamento popular instantâneo. Para as reparações mais específicas, a Constituição prevê que os abusos da imprensa devem ser corrigidos por meio da Justiça, sem que exista necessidade de algum órgão superior para estabelecer limites à liberdade de expressão. É assim que as coisas funcionam nos países democráticos. Mas não nos arraiais do PT, como se observa neste trecho do artigo de Ricardo Kotscho: “O objetivo central da criação do CFJ — a exemplo do que há muito ocorre com advogados, médicos, economistas e outras categorias — é exatamente defender a dignidade e a ética exigidas no exercício da profissão, para garantir à sociedade a plenitude da liberdade de imprensa, e não a liberdade para alguns profissionais e algumas empresas divulgarem o que bem entendem a serviço dos seus interesses”.

Nada mais revelador. Em todas as profissões citadas pelo secretário de imprensa do PT, inclusive a de jornalistas, o que garante a qualidade do serviço prestado à comunidade é justamente o arbítrio individual dos profissionais e dos dirigentes das empresas onde eles trabalham. Os conselhos profissionais têm efeito secundário e muitas vezes nulo no comportamento ético e na prática cotidiana dos advogados, médicos, economistas e outras categorias profissionais. “Não existe ética coletiva. A ética é uma instância individual”, ensinava o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920). Não é preciso filosofar em alemão para saber isso. O próprio Lula fez sua carreira fazendo opções éticas individuais que mudaram sua vida e, com sua eleição a presidente, a do Brasil. Quando o Partido Comunista quis recrutar Lula para seus quadros nos anos 70, o jovem e idealista líder metalúrgico mandou os enviados de Moscou às favas. Lula achou as propos-

JOSE CARLOS ALELUIA,
DEPUTADO FEDERAL (PFL-BA)
 “A lógica que rege o PT é a de que quem venceu a eleição tem todo o poder. Não é assim na democracia. A quem venceu a eleição, todo o poder previsto na Constituição e nas leis.”

ROSEANA SARNEY,
SENADORA (PFL-MA)
 “A imprensa tem deficiências, como todas as áreas, mas não é com um projeto do governo que isso será resolvido. É o mesmo que defender o fechamento do Congresso porque há deputados incompetentes.”

ROBERTO DAMATTA,
ANTROPÓLOGO
 “O governo do PT tem o emblema de Janus, o deus bifronte da mitologia. Há um lado liberal e outro autoritário, que quer cada macaco em seu galho vigiado por um gorila. Revive a tática gorilista da ditadura.”

ROBERTO ROMANO,
FILOSÓFO
 “É o governo de um partido dominado por stalinistas que consideram a imprensa, a sociedade e a instituição meios de poder. Quem é stalinista por cinquenta anos não vira democrata ao chegar ao governo.”

SERGIO BERMUDEZ,
ADVOGADO
 “Essa agência é stalinista e esse conselho submete os jornalistas a uma espécie de censura prévia.”

44 18 de agosto, 2004 veja

revista: **Veja**

Data – 18 de agosto de 2004

Trecho da matéria de capa “O fantasma do autoritarismo”

Página – 48

UM CASO PARA O CFJ

Candidato a prefeito pelo PT em Cruzeiro do Oeste, no Paraná, José Carlos Becker de Oliveira, 26 anos, filho do ministro José Dirceu, construiu em sua cidade o que parece ser a república dos sonhos de integrantes do governo federal: aquela em que a imprensa só publica notícias que lhes são favoráveis. No início do ano, a *Folha de S.Paulo* noticiou que Zeca Dirceu, como prefere ser chamado agora que está em campanha, vinha usando da influência paterna para interceder, junto ao governo federal, pela liberação de recursos para a sua região. Desde então o filho do ministro-chefe da Casa Civil decidiu não só que não mais falaria à imprensa nacional como proibiu todos os integrantes de sua coligação, que reúne doze partidos, de fazê-lo.

Entrevistas do candidato, afirma sua assessoria de imprensa, só para o único jornal de Cruzeiro, o *Tribuna do Oeste*. Para entender tal deferência, basta dizer que, na semana passada, o título de um dos editoriais do semanário reproduzia, letra por letra, o slogan da campanha de Zeca: “Cruzeiro tem futuro”. E, para o caso de alguém ainda ter dúvidas sobre o entusiasmo com que a *Tribuna* encara a candidatura do petista, seu proprietário, Fernando Amaral, faz questão de deixar bem claro: “Meu jornal é a favor do Zeca. Credencial de filho de ministro vale muito mais do que a de deputado federal”, diz. Dos outros três candidatos à prefeitura de Cruzeiro do Oeste, com 19 000 habitantes, só um tem espaço na *Tribuna*: o atual prefeito, Yukio Tomi-

naga, do PPS — que o jornal, em letras garrafais, costuma chamar de “lelé da cuca”. Ah, sim: a assessoria de Zeca esclarece que o candidato também fala “ocasionalmente” com o *Umurama Ilustrado* (diário que circula na cidade vizinha e que, no início de agosto, publicou duas manchetes consecutivas informando que o ministro Dirceu visitava a região para lançar a candidatura do filho) e concede entrevistas à rádio local. Não por coincidência, a Rádio Difusora de Cruzeiro do Oeste tem como sócio Valter Rocha, candidato a vice-prefeito na chapa de Zeca, e seus estúdios funcionam como uma espécie de subsele do comitê de campanha: o programa de rádio do candidato a ser levado ao ar no horário gratuito, por exemplo, será gravado lá. Desse jeito, nem a Fenaj agüenta.

ZECA DIRCEU

Em Cruzeiro do Oeste, um editorial do jornal da cidade teve como título o slogan de campanha do filho de José Dirceu. Nem o CFJ agüentaria

Cynara Menezes,
de Cruzeiro do Oeste

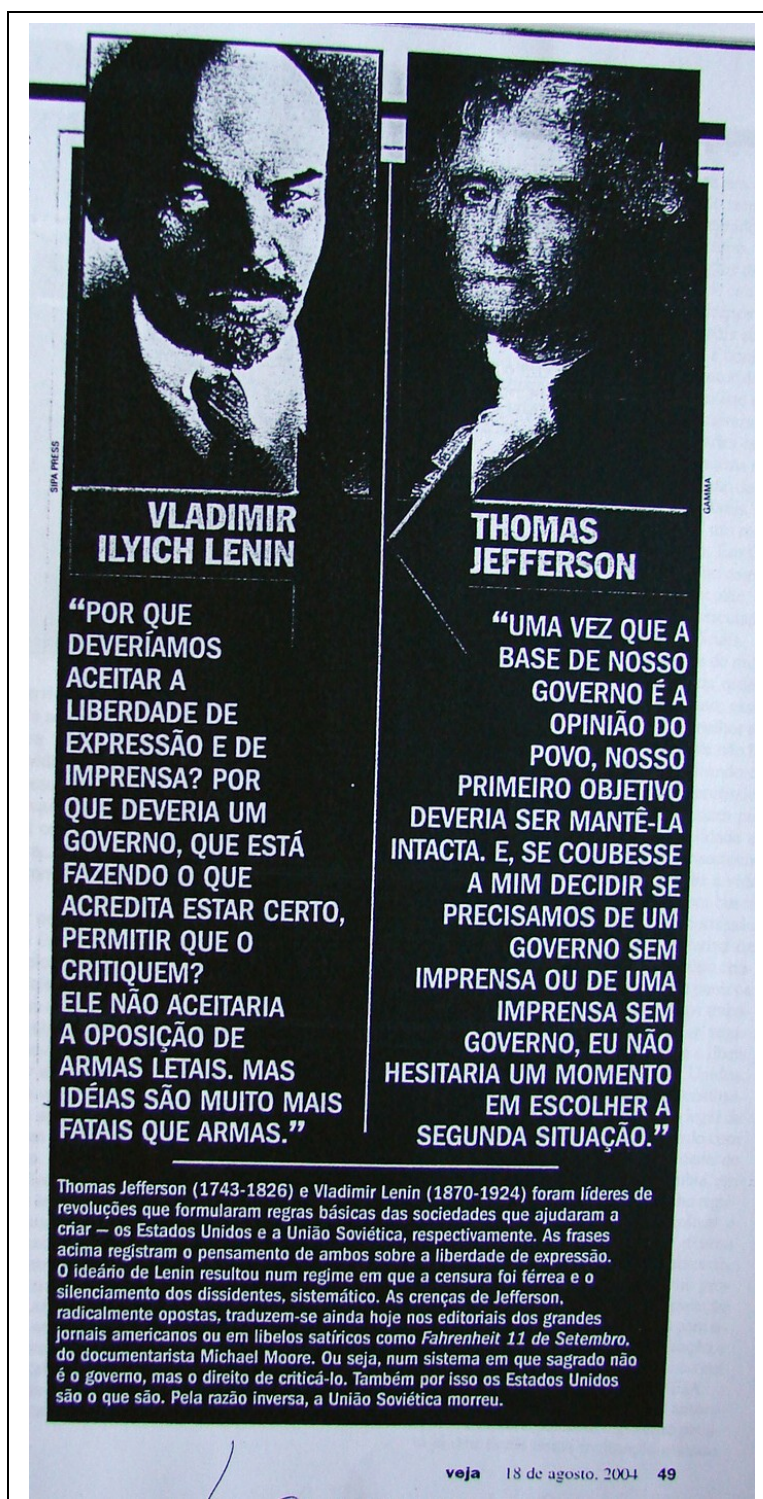
48 18 de agosto, 2004 veja

Revista: Veja

Data – 18 de agosto de 2004

Trecho da matéria de capa “O fantasma do autoritarismo”

Página – 49



VLADIMIR ILYICH LENIN

“POR QUE DEVERÍAMOS ACEITAR A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE IMPRENSA? POR QUE DEVERIA UM GOVERNO, QUE ESTÁ FAZENDO O QUE ACREDITA ESTAR CERTO, PERMITIR QUE O CRITIQUEM? ELE NÃO ACEITARIA A OPOSIÇÃO DE ARMAS LETAIS. MAS IDÉIAS SÃO MUITO MAIS FATAIS QUE ARMAS.”

THOMAS JEFFERSON

“UMA VEZ QUE A BASE DE NOSSO GOVERNO É A OPINIÃO DO POVO, NOSSO PRIMEIRO OBJETIVO DEVERIA SER MANTÊ-LA INTACTA. E, SE COUBESSE A MIM DECIDIR SE PRECISAMOS DE UM GOVERNO SEM IMPRENSA OU DE UMA IMPRENSA SEM GOVERNO, EU NÃO HESITARIA UM MOMENTO EM ESCOLHER A SEGUNDA SITUAÇÃO.”

Thomas Jefferson (1743-1826) e Vladimir Lenin (1870-1924) foram líderes de revoluções que formularam regras básicas das sociedades que ajudaram a criar — os Estados Unidos e a União Soviética, respectivamente. As frases acima registram o pensamento de ambos sobre a liberdade de expressão. O ideário de Lenin resultou num regime em que a censura foi férrea e o silenciamento dos dissidentes, sistemático. As crenças de Jefferson, radicalmente opostas, traduzem-se ainda hoje nos editoriais dos grandes jornais americanos ou em libelos satíricos como *Fahrenheit 11 de Setembro*, do documentarista Michael Moore. Ou seja, num sistema em que sagrado não é o governo, mas o direito de criticá-lo. Também por isso os Estados Unidos são o que são. Pela razão inversa, a União Soviética morreu.

veja 18 de agosto, 2004 49

Revista: Veja

Data – 18 de agosto de 2004

Trecho da matéria de capa “O fantasma do autoritarismo”

Página – 51

TALES ALVARENGA

Monopólio da virtude



Durante duas décadas, correntes internas do PT defenderam a conquista do poder para a extinção do modelo “burguês” de democracia. Era assim que eles se referiam, com desdém, às sociedades que respeitam as liberdades individuais e o sistema de livre mercado. Para muitos ideólogos do PT, a redenção final do Brasil viria com sua transformação numa grande Cuba, sem congresso, Justiça e imprensa independentes. Há facções instaladas no partido que continuam pensando assim.

Para vencer as eleições presidenciais de 2002, o PT renegou o passado revolucionário e apresentou-se como uma legenda reformista. Em áreas vitais, conseguiu agir contra sua herança ideológica, para desespero das facções radicais abrigadas na legenda. O PT amadureceu. O Brasil passou a dormir tranqüilo tendo no governo uma agremiação que no passado se embriagara com sonhos revolucionários.

Essa fase parecia ultrapassada. Nos últimos dias, descobriu-se que muitos dos batalhões liderados por Lula tiveram uma recaída. Deram sinais de que estão se deixando tentar outra vez — e perigosamente — pela perspectiva de que são os únicos depositários da virtude e do interesse nacional.

Num espaço de poucos dias, tentaram enquadrar a produção cultural do país com regras inventadas em Brasília. Procuraram, de maneira disfarçada, introduzir ameaça à liberdade de imprensa. Matreiramente, o governo apropriou-se de um projeto de aut mutilação profissional, preparado pela central sindical petista, que se denomina Fenaj — Federação Nacional dos Jornalistas. O projeto pretende criar uma comissão que examinará a conduta de jornalistas e empresas de comunicação, podendo cassar o registro de profissionais considerados inadequados. Como se tudo isso não bastasse, anunciaram que funcionários públicos que não sejam ministros ou chefes de departamentos não poderão mais dar informações sobre investigações internas em suas áreas.

Numa semana em que o governo parecia inebriado com a perspectiva de aumentar seu controle sobre a sociedade, tucanos e pefelistas apareceram com uma bomba. Acusaram setores do PT de ter usado informações sigilosas da CPI do Banestado para montar um dossiê contra adversários políticos e figuras de relevo social e econômico. O objetivo seria estimular a boa vontade dos investigados e bombardear concorrentes em campanhas eleitorais. Alguns petistas confirmaram que possuem esses dados — “um caminho deles”. E que poderão usá-los, se necessário. É estarrecedor. Nem mesmo a ditadura militar se dispôs a uma operação dessa envergadura para concentrar mais poder.

O relator da CPI do Banestado, o petista José Mentor, que tem fidelidade canina ao chefe da Casa Civil, José Dirceu, pediu acesso a 400 000 operações de câmbio registradas no Banco Central. Além disso, solicitou a quebra do sigilo bancário e fiscal de centenas de pessoas contra as quais não havia nenhum indício prévio de operações irregulares. Essa iniciativa, além de grotesca, é ilegal. Não se pode quebrar sigilo por ataque, muito menos sem apresentar previamente indicações de que o investigado fez algo errado. Chegou a hora de o partido chefiado por Lula e José Dirceu se convencer de que não é mais uma simples legenda. Tornou-se o governo de todos os brasileiros. Precisa deixar para trás o entulho salvacionista que acumulou enquanto treinava para conquistar a chefia da nação.

“O PT está se deixando tentar — perigosamente — pela perspectiva de que é o único depositário da virtude e do interesse nacional”

veja 18 de agosto, 2004 51

Revista: Veja

Data – 25 de agosto de 2004

Páginas – 34 e 35



Brasil

A PIADA QUE ASSI

Com gracejos sobre jornalistas e ditadores, Lula trata a liberdade e a democracia com desdém incompatível com a liturgia do cargo

André Petry

34 25 de agosto, 2004 veja

Com seu jeito folgazão e seu hábito de pilheriar com todos à volta, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi bastante graça na semana passada. Na segunda-feira, ao apertar no saguão do hotel onde estava hospedado em Santo Domingo, capital da República Dominicana, Lula dirigiu-se aos jornalistas que o aguardavam e lançou: "Vocês são um bando de covardes mesmo, hein?". Em seguida, explicou que a covardia resultava do fato de que não haviam defendido a criação do Conselho Federal de Jornalismo, autarquia que o governo quer inventar para fiscalizar os jo-

nalistas e o jornalismo. No dia seguinte, em nova investida no campo do humor, o presidente disse, durante uma comédia com seu colega da Costa Rica, que fizesse uma visita ao Gabão com o objetivo de "aprender como um presidente consegue ficar 37 anos no poder e ainda se candidatar à reeleição". O presidente do Gabão, Omar Bongo, com quem Lula desfilou em campo aberto pelas ruas de Libreville, assumiu o governo com a morte do titular, em 1967, e nunca mais saiu. Está entre os ditadores mais longevos do planeta. Quando um presidente faz piada, acólitos costumam esboçar-se em garga-

"Vocês são um bando de covardes mesmo, hein?"

O presidente Lula, na segunda-feira, em Santo Domingo, capital da República Dominicana, ao criticar os jornalistas por não defenderem a criação do Conselho Federal de Jornalismo

USTA

lhadas, menos pela graça, é claro, e mais pelo servilismo. Mas não é nada engraçado que Lula tenha expressado, mesmo que em tom de brincadeira, sua admiração pela longevidade de um ditador africano. Também não é engraçado que tenha chamado jornalistas de "bando de covardes". Primeiro porque sem os "covardes" ele jamais teria sido eleito. Segundo porque o presidente sabia que seus interlocutores não poderiam responder na mesma altura sem turvar o ambiente. Terceiro porque a questão em tela está longe de ser um problema de liberdade ou impetidez. Quarto, e mais importante, por-



Cena da campanha pelo petróleo há meio século: os petistas mostram ignorância em sociologia e geologia

que um presidente da República, em especial num país como o Brasil, não é só símbolo do Estado — é símbolo de um gigante. O Estado brasileiro é excessivamente forte e praticamente tem o comando da economia. Somando as estatais e os níveis federal, estadual e municipal de administração pública, o Estado brasileiro é o maior empregador do país e ainda amarra a atividade econômica privada com um império de país socialista.

"É assustador que o comandante de um Estado com tais dimensões tente ampliar ainda mais seus tentáculos sobre a vida nacional. O autoritarismo é ainda mais preocupante quando se sabe que no Brasil há uma dissociação histórica entre atividade econômica forte e liberdades civil e política", afirma o filósofo Denis Rosenfeld, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É preocupante constatar que o Estado brasileiro, além de tudo, da raparça, do engenho, do imposto, da força, ainda queira espartanar seu domínio sobre a imprensa, e sobre a cultura, através da proposta de criar uma agência nacional de cinema e audiovisual. Na semana passada, cineastas petistas pensaram em lançar uma campanha para defender a cultura nacional nas telas de cinema e televisão e bolaram o slogan "A arte é nossa", pândica da campanha "O petróleo é nosso", de meio século atrás. Ou seja: as es-

trelas petistas acham que petróleo e cultura merecem tratamento semelhante por parte do governo. Acham que uma dólina da natureza, matéria que se cria à revelia da mão do homem, é mais ou menos igual à produção cultural de um povo, sua criatividade, seu intelecto. Os petistas mostram ignorância, a um só tempo, os rudimentos da sociologia e da geologia.

A sátira do presidente sobre ditadura de um país africano também é uma brincadeira inadequada. "Tratar as declarações do presidente como brincadeira é uma maneira de não encarar o problema a sério. Não podemos esquecer que a democracia brasileira, a despeito de seus vinte anos, ainda é uma planta frágil", diz o filósofo Roberto Romano, da Unicamp. Afinal, nestas duas décadas, com uma taxa medíocre de crescimento econômico, o país não conseguiu superar a chaga da desigualdade social ou dar vida digna a todos os brasileiros, nem à maioria. Com um saldo precário, a realidade brasileira pode acabar contribuindo para senecer a descrença quanto à democracia e, por extensão, a crença em algum novo tipo de populismo autoritário. Em nome do futuro, é bom zelar, e o presidente deve ser o primeiro a fazê-lo, para que nada suceda novamente.

veja
ON-LINE
www.veja.com.br

Revista: Veja

Data – 25 de agosto de 2004

Páginas – 36 e 37



Jornal do Brasil

Matérias recolhidas na Biblioteca Pública Estadual do Rio de Janeiro

Jornal – Jornal do Brasil
Editoria – país
Página – A4
Data – 12 de agosto de 2004

A4 QUINTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 2004 • 2ª Edição

PAÍS

Câmara discute conselho

PFL ameaça obstruir votações se João Paulo Cunha levar a idéia adiante

PAULO DE TARSO LYRA E EDNA SIMÃO

BRASÍLIA – O projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo esquentou os debates entre governo e oposição ontem no plenário da Câmara. O PFL apresentou uma moção contra “a proposta de censura à imprensa” e cobrou do presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), a suspensão na tramitação da proposta. Caso contrário, os pefelistas vão obstruir todas as votações na Casa a partir de hoje. O líder do partido na Casa, José Carlos Aleluia (BA), fez um discurso contundente na tribuna:

– Espero que o presidente Lula não trilhe o mesmo caminho de Stalin e Hitler, dois dos maiores ditadores da história mundial – esbravejou o pefelista.

Aleluia deixou claro que o PFL é contra qualquer projeto que venha a limitar a liberdade da imprensa. O líder classificou a proposta de “flagrantemente inconstitucional”, e deu prazo até hoje para que João Paulo responda a questão de ordem:

– O presidente Lula é um democrata. Ou pelo menos fez campanha dizendo que era.

João Paulo prometeu responder hoje a questão de ordem apresentada por Aleluia. Garantiu que, se proceder, o pedido será aceito. Caso contrário, será arquivado. Ciente do debate espinhoso que se trava no Congresso, o presidente da Câmara voltou a sinalizar que agirá com cautela.

– Analisarei o pedido com muito cuidado, como o tema exige – comentou.

João Paulo decidiu, ontem, que o proje-



ALELUIA: “Espero que o presidente Lula não trilhe o mesmo caminho de Stalin e Hitler”

to de criação do Conselho de Jornalismo tramitará também pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, antes de ser examinado pela Comissão de Constituição e Justiça e pelo plenário da Casa.

O Conselho de Jornalismo está provocando discussões intensas no governo e no Legislativo. O ministro da Educação, Tarso Genro, lembrou que, como advogado, é subordinado às decisões da Ordem dos Advogados do Brasil. Acrescentou que os conselhos federais têm como intuito proteger a atividade profissional e não, atingir a liberdade de atuação destes profissionais.

Ex-líder do governo, o jornalista e depu-

tado Miro Teixeira (PPS-RJ) mostrou-se contrário ao conteúdo integral do projeto. Eximiu, no entanto, o Planalto de responsabilidade no episódio, lembrando que a proposta surgiu de um congresso organizado pela Federação Nacional dos Jornalistas:

– Omitir essa informação é um erro.

Para o líder da oposição, deputado Thomaz Nonô (PFL-AL), é desnecessário discutir a paternidade do projeto. Espera, apenas, que a iniciativa tenha o destino que merece: o lixo da história.

– Se a proposta é constitucional ou não, não sei. Mas tem um viés autoritário, travestido de autarquia – definiu.

Jornal – Jornal do Brasil

Editoria – país

Página – A2

Data – 13 de agosto de 2004

Conselho de Jornalismo leva João Paulo a criticar governo

Presidente da Câmara reclama de falta de diálogo. Para a oposição, projeto é censura

PAULO DE TARSO LYRA E
LUIZ QUEIROZ

BRASÍLIA – A criação do Conselho Federal de Jornalismo levou ontem ao Congresso mais um capítulo dos atritos entre o Planalto e o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP). Ao lembrar que iniciativa semelhante, proposta pelo deputado Celso Russomano (PP-SP), tramita na Casa há dois anos, João Paulo voltou a criticar o governo por “falta de diálogo” com o Parlamento.

– O erro do governo foi não ter dialogado com o Congresso, que diria o seguinte: “Não precisa mandar, já tem um projeto aqui. Peça para a Federação Nacional dos Jornalistas vir aqui discutir – argumentou.

O presidente da Câmara confirmou que o projeto do Executivo será anexado ao de Russomano, que terá preferência na tramitação.

João Paulo ainda não respondeu à questão de ordem apresentada pelo PFL, que ameaça obstruir as votações na Casa enquanto a Mesa Diretora da Câmara não rejeitar o projeto do conselho. O líder do PFL na Câmara, José Carlos Aleluia (BA), amparou-se no regimento interno da Casa, que autoriza a Mesa a rejeitar projetos do Executivo considerados inconstitucionais.

– Vou responder a questão de ordem oportunamente, mas já disse e repito: esse conselho não vai prosperar se tiver qualquer risco mínimo de censura ou cerceamento da liberdade de imprensa – garantiu o presidente da Câmara.

O deputado Celso Russoma-

no admite que ainda não analisou cuidadosamente a proposta do governo. Em seu texto, Russomano propõe a criação de uma Ordem dos Jornalistas Brasileiros (OJB), para tratar do exercício da profissão de jornalista. Não trata, contudo, da atividade jornalística, assunto que, segundo ele, deve ser discutido por conselhos subordinados à Ordem.

– Quem deve julgar quem pode ou não ser profissional de comunicação são os próprios jornalistas. Temos que reconhecer, contudo, a necessidade de separar o joio do trigo. Tem muita gente por aí que não merece ostentar o título de jornalista – defendeu Russomano.

A Executiva Nacional do PFL distribuiu nota ontem criticando a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav).

De acordo com a nota, lida pelo líder do partido no Senado, José Agripino (RN), o PFL vai se empenhar para derrubar no Congresso os dois projetos. Ao mesmo tempo, denuncia tais propostas como “formas declaradas de censura e cerceamento das liberdades de informação e criação artística”.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio, também criticou ontem a decisão do governo de alterar o Código de Ética do servidor público. Um decreto, segundo o senador, estaria pronto para garantir que apenas ministros e presidentes de órgãos públicos e estatais possam passar informações sobre investigações para a imprensa.



JOÃO PAULO CUNHA: “O erro do governo foi não ter dialogado”

O projeto de Russomano

O QUE É

- Cria a Ordem dos Jornalistas do Brasil, órgão público não-governamental
- O objetivo é selecionar, representar, disciplinar e defender os jornalistas
- As penas por infrações disciplinares serão definidas pelo Código de Ética a ser elaborado posteriormente

ATRIBUIÇÕES

- Só poderá exercer a profissão o jornalista que tiver sido aprovado em exame de ordem

- A jornada de trabalho será de oito horas diárias (não cinco, como hoje)

DIREITOS DOS JORNALISTAS

- Ingressar livremente, para colher informações, em qualquer lugar em que funcione repartição pública
- Somente ser preso em flagrante, por motivo do exercício da profissão, em caso de crime inafiançável
- Recusar-se a depor como testemunha sobre fato que constitua sigilo profissional

Jornal – Jornal do Brasil
Editoria – país
Página – A2
Data – 17 de agosto de 2004

Jobim: Ação judicial não impede abuso da imprensa

BRASÍLIA – O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, afirmou ontem que os mecanismos existentes atualmente para punir eventuais excessos cometidos pela imprensa, como as ações penais e de indenização, não têm sido eficientes. Jobim não quis comentar a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), elaborada pela Federação Nacional dos Jornalistas e encampada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alegando desconhecer o texto.

Defendeu, no entanto, a pro-

posta de que os próprios jornalistas devem capitanear um movimento destinado a melhorar a qualidade do trabalho da categoria. Jobim sugeriu a constituição de um “tribunal de ética”, composto só por profissionais da área e sem qualquer tipo de interferência do governo.

– É um problema que tem de ser enfrentado. Só não pode ter cerceamento – afirmou o presidente do Supremo.

Depois de participar do encerramento do 1º Diálogo Constitucional Brasil – Estados Unidos, Jobim declarou estar de “alma lavada” com a divulga-

ção pela *Istoé* de que a concorrente *Veja* publicou em 1993 informação incorreta sobre o então deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), mesmo sendo alertada sobre o erro antes de distribuir a revista. A reportagem abriu caminho para a cassação do mandato do parlamentar.

– Na época, defendi o Ibsen na Comissão de Constituição e Justiça e tomei um pau danado.

Indicado por Lula, o ministro do STF Joaquim Gomes Barbosa considerou dispensável a criação do Conselho e, ao contrário de Jobim, afirmou que os instrumentos legais em vigor

são eficientes para punir excessos cometidos pela imprensa. Dando nova interpretação à tese defendida pelo secretário de Comunicação Estratégica do governo, Luiz Gushiken, afirmou durante o seminário que no direito brasileiro a liberdade de expressão já não é absoluta.

– A liberdade de expressão não é irrestrita. Há limites que podem redundar, até mesmo, em condenação penal.

Prova disso, segundo ele, seria a decisão do STF de condenar o gaúcho Siegfried Ellwanger por editar livros com conteúdo anti-semita.

Jornal – Jornal do Brasil
Editoria – Fórum dos leitores
Página – A14
Data – 22 de agosto de 2004

FÓRUM DOS LEITORES

A14 DOMINGO, 22 DE AGOSTO DE 2004

JORNAL DO BRASIL

‘Bando de covardes’

Geraldo Almendra
 Rio de Janeiro

“Bando de covardes” foi a qualificação do presidente da República para os jornalistas que se opõem à proposta da criação do Conselho Federal de Jornalismo. Pior do que isso, é a defesa voluntária do presidente, assumida pelo senador José Sarney, desqualificando a ofensa aos profissionais da imprensa, assumindo que a declaração não passava de uma “incadeira, como se alguém ocupava o cargo de

presidente da República pudesse ter esse tipo de “deslize involuntário”. Teremos dias muito difíceis e obscuros pela frente, e a esperança de que o Congresso pudesse exercer um importante papel na defesa da democracia nesta grave crise política deflagrada pelo próprio governo parece se esvaír. O governo, com algumas atitudes bastante infelizes relatadas amplamente nos jornais, resolve, para minimizar a impressão de que estamos à beira de uma nova onda de

autoritarismo no país e às portas de um regime político antidemocrático, confundir de maneira atabalhoada a opinião pública, misturando mérito “administrativo” das medidas e ações totalitárias anunciadas com oportunismo de decisão política cujos interesses parecem inconfessáveis. Se o presidente define como covarde uma classe de formadores de opinião que o tratou com isenção e respeito durante sua campanha presidencial, e simplesmente não concorda com a criação

do CFJ e outras agressões à democracia, como estará qualificando o povo que o elegeu? Olho-me no espelho e fico amargurado com minha própria autocrítica por ter votado no presidente e pensando com que adjetivo ele estaria me avaliando neste momento como um dos seus milhões de eleitores. Não assumindo qualquer papel que querem me imputar, sei perfeitamente que qualquer quebra de expectativas dos agentes privados da economia, devido a uma crise política, vai pesar

duramente na imagem do desenvolvimento econômico sustentado que o governo tomou como a meta prioritária de sua gestão, para consolidar seu poder político e validar plenamente uma proposta do “Conselho Político do Príncipe” da reeleição presidencial. Como cidadão, entendo que dano irreparável não é qualquer abalo nas expectativas dos principais agentes econômicos, que somente se preocupam com a maximização de seus lucros e que não estão nem aí para o

sofrimento dos pobres e menos favorecidos, e que comprometem as ambições políticas do PT, e sim o que parece que estão tentando fazer com nossa democracia, com a liberdade de imprensa, com a justiça, com nossas liberdades individuais e com nossa cultura. Este dano para o nosso país, sim, será irreparável. Estamos sendo “convidados” a trilhar um caminho sem retorno em direção ao obscurantismo, e todas as suas consequências nefastas no futuro de nossa nação.

jornal – Jornal do Brasil
Editoria – Editorial
Página – A12
Data – 12 de agosto de 2004

IMPrensa

Obscura democracia

Antes seus defensores tivessem emitido alguns sinais de autocritica depois da intensa reação negativa. Nada disso. Embora acossado pela rejeição de amplos setores da sociedade, o antiquado, controverso e dissimulado projeto que cria o Conselho Federal de Jornalismo segue sob o guarda-chuva dos seus proponentes – a Federação Nacional dos Jornalistas – e de seus maiores entusiastas – os morubixabas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Sob a aparência bem-intencionada de “orientar, disciplinar e fiscalizar” o trabalho da imprensa, esconde-se um obscurantismo retrógrado e autoritário, incompatível com as conquistas democráticas vivenciadas pelo país nos últimos 20 anos. Na prática, afinal, a proposta põe em questão o direito universal da liberdade. Dá margem a que sejam retomadas nefastas intenções de controle do trânsito da informação. Presta uma homenagem nada edificante ao Estado Novo, tisnada com fragmentos do pensamento rupestre de Hugo Chávez e de Fidel Castro, ídolos de muitos petistas que ocupam os gabinetes do Palácio do Planalto.

A proposta tornou-se ainda mais obscura porque apresentada no momento em que o governo vem expondo o aborrecimento com o “denuncismo” que enxerga na imprensa. Reafirme-se: “denuncismo” é pecado a combater, praga que publicações sérias costumam eliminar. Excessos devem ser punidos não por um “Tribunal de Ética” instituído por conselhos protegidos pelo manto governamental, mas pela Justiça, quando acionada, e pelo julgamento sempre severo dos leitores.

A credibilidade da proposta esbarra ainda na estultice de oferecer ao Conselho a prerrogativa de decidir quem, afinal, pode ou não exercer a profissão nas redações. Quem não obedecer aos critérios estipulados pelos estrategistas da Fenaj obriga-se a mudar de carreira. Conduzida por uma entidade que não representa a totalidade dos jornalistas, tais propostas foram enviadas ao Congresso pelo governo com pedido de urgência. Alertado a tempo, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, já freou a tramitação. Cautela e debate, afinal, são essenciais à democracia. Sobretudo quando tentam garroteá-la ao sabor de conveniências inconfessáveis.

Jornal – Jornal do Brasil
Editoria – Opinião
Página – A12
Data – 12 de agosto de 2004



Jornal – Jornal do Brasil
Editoria – Opinião
Página – A15
Data – 15 de agosto de 2004

A deslealdade da Fenaj

LUIS COSTA PINTO
JORNALISTA

Se as boas intenções e o espírito público povoam a cabeça dos dirigentes da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que convenceram o governo a patrocinar o projeto de lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo, só resta um gesto digno aos caros companheiros que acreditam integrar o panteão de pais da pátria: "desconvencer" o Executivo e pedir para que o Palácio do Planalto retire o patrocínio oficial ao projeto.

A estratégia da Fenaj, que se vale do bom trânsito nos altos escalões da administração federal construído dentro das trincheiras sindicais, induziu o presidente Lula e o PT a erro. O projeto de lei atraiu a ira da oposição e ganhou, de graça e de súbito, uma penca de adversários ao desembarcar no Congresso sob a chancela oficial e em meio ao intenso tiroteio dos governistas contra a mídia em geral, em razão da publicação de

algumas reportagens tecnicamente falhas e jornalisticamente implicantemente contra o presidente do Banco Central (mas importantes porque nos fazem refletir sobre a conveniência de ter uma autoridade monetária a negociar com doleiros).

Digo que são idéias erradas, com padrinhos errados e que chegam ao Congresso em má hora.

Não advogo a favor da irresponsabilidade e, às vezes, da calhordice, que se esconde por trás de textos ora travestidos de "jornalísticos".

A imprensa erra, deliberadamente ou não, e jornalistas cometem injustiças – conscientes ou não do mal que semeiam ao acusar sem provas, alarmar sem base, editar textos com parcialidade e desistir de mediar debates e conflitos para assumir bandeiras.

O foro natural, justo e institucional para corrigir erros e exageros jornalísticos é a Justiça. Ela precisa ser mais ágil na punição dos crimes de imprensa e mais draconiana na

arbitragem de penas pecuniárias a quem usa os veículos de comunicação como artilharia desigual contra inimigos ou desafetos.

A Lei Eleitoral que está em vigor é um excelente exemplo que pode ajudar a orientar esse debate. Desde 1996, quando a maioria das atuais regras de campanhas eleitorais passou a vigorar, o direito de resposta de um candidato atingido por denúncias e calúnias é quase instantâneo. As penas pecuniárias também são altas e os julgamentos são ágeis. A partir de então, as empresas de comunicação têm feito razoáveis investimentos em períodos pré-eleitorais para fazer com que seus profissionais atuem com maior responsabilidade no trato com a notícia e na edição dos produtos jornalísticos. Fez-se, pois, um equilíbrio salutar.

Não é ainda o ideal. Só o tempo de estrada no tortuoso caminho rumo à solidez sem recuos do Estado Democrático de Direito nos fará chegar lá. Nos 18 meses de intervalo entre eleições municipais e eleições

gerais, grassa a irresponsabilidade e vicejam os ardis de quem teima em usar a imprensa para jogar sujo em veículos que não se dão ao respeito nem entenderam o papel que desempenham na sociedade. Antes de lutar pela exigência de um Conselho Federal de Jornalismo, que pelo projeto de lei enviado à Câmara, em seu artigo XV, propõe que burocratas sindicais entrincheirados em tal órgão determinem até os critérios para a assinatura de uma reportagem, não seria mais salutar todos juntos lutássemos para conferir agilidade e dureza à Justiça no trato dos crimes de imprensa?

A Fenaj buscou o caminho que cria mais rápido para atingir seu objetivo, a aprovação do Conselho. Por lealdade ao governo que lhe foi simpático, deveria agora pedir a retirada do projeto e reapresentá-lo, desta feita, patrocinado por um parlamentar que o adote. Isso é mais democrático, assegura o debate e não expõe o Planalto a ser réu em uma discussão na qual não deveria ter entrado.

Jornal – Jornal do Brasil
Editoria – Opinião
Página – A11
Data – 24 de agosto de 2004

Centralização e liberdade não combinam

PAULO MELO
 DEPUTADO ESTADUAL (PMDB)

Acuado por denúncias publicadas na imprensa, o governo federal achou por bem cerceá-la. Cumprindo estritamente a sua função, os jornalistas têm escarafunchado casos de corrupção e comportamentos suspeitos onde antes havia uma imagem de ética e moral inabaláveis. Muito a contragosto, alguns erros apontados foram corrigidos. Mas o volume foi crescendo, e alguma coisa precisava ser feita.

A opção prioritária foi tentar calar as denúncias. O governo tirou da manga duas cartadas: a criação do Conselho Federal de Jornalismo e as novas regras da Ancinav (Agência Nacional de Cinema e Audiovisual). Dessa forma, toda a mídia – jornais, TV aberta e TV paga, rádio, cinema e até conteúdos para internet e celulares – seria enquadrada, sob a desculpa de “disciplinar” as atividades.

Num setor em que a liberdade de expressão é peça vital, todo governo de tendências centralizadoras tenta criar mecanismos que lhe garantam

menos dores de cabeça. Estão frescas na memória muitas ocasiões em que a mídia brasileira levou trombadas das autoridades. O presidente e vários de seus ministros acham que a imprensa deveria seguir “agenda positiva”.

As leis que tratam do jornalismo em nosso país já abordam a habilitação para o exercício da profissão, prevêem punições para os maus profissionais e garantem a liberdade de imprensa. Há os que argumentam que elas são regras da época da ditadura. Só que o aparelho de censura estatal, naquele regime, era completado por uma cadeia de agentes que ligava o censor diretamente às forças de repressão, obrigando muitos bons profissionais a recorrer ao exílio.

Nos governos militares, o Estado se fazia presente nas redações, e obrigatoriamente tomava conhecimento do que era escrito antes da publicação.

Como vivemos tempos mais democráticos, o governo disfarça e joga a censura para o final do processo, com a ameaça de cassação do registro. Isso feito por um conselho ligado à sua

estrutura e que terá a contabilidade analisada pelo Tribunal de Contas da União.

A criação do CFJ é parenta direta da inspiração da Lei da Mordaca, proposta que visa a limitar o poder de investigação do Ministério Público, e da absurda intenção de definir quais servidores públicos podem falar com a imprensa.

As raízes do conselho estão próximas também da conduta do Estado Novo brasileiro. Com a esmagadora maioria da imprensa das capitais contra seu regime, Getúlio Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Como se tenta fazer agora, todos os jornalistas tiveram de se registrar no DIP e todos os meios de comunicação ficaram submetidos ao governo.

Já o texto que cria a Ancinav recupera a providência do realismo socialista, aquela que transformou todas as artes soviéticas em propaganda do regime, após a subida ao poder de Josef Stalin. É o mesmo regime adotado em Cuba, onde sabidamente não existe liberdade de expressão e há uma grande confusão, tanto na mídia quando no sistema educacional, entre as

definições de pátria, nação, Partido Comunista e governo. Por lá, tudo que seja considerado ofensivo ao presidente pode render ao jornalista ou produtor cultural uma pena de prisão. Por isso, constantemente as notícias que saem da ilha são sobre os avanços da medicina ou da alfabetização. Uma grande agenda positiva.

Talvez, para o nosso governo, os exemplos acima sejam modelos de comunicação, onde há “a fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe dos jornalistas”. Como se esse mandamento, incluído no texto que cria o conselho, não pudesse muito bem ser aplicado pelas instituições já existentes.

Aprimoramento é importante, mas ele não virá sem a liberdade. O que importa realmente, neste momento, é lembrar que não se passaram nem 20 anos do último regime que cerceou a expressão neste país. E esse é um período muito curto para que o bem mais precioso da democracia volte a ser ameaçado.

Paulo Melo é líder do PMDB na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Jornal – Jornal do Brasil
Editoria – Opinião
Página – A11
Data – 22 de agosto de 2004



Informação pública e democracia

**CARLOS ALBERTO RABAÇA
 E GUSTAVO BARBOSA**
 SOCIOLOGO E JORNALISTA

O chefe da Casa Civil, José Dirceu, afirmou que o governo não desistiria da criação do Conselho Federal de Jornalismo e classificou as reações à proposta como terrorismo e patrulhamento. Tal posicionamento merece algumas reflexões.

Os governos, nos regimes democráticos, têm o dever de informar os cidadãos, enquanto a estes se reconhece o direito de exigir informações das mais diversas fontes sobre tudo o que possa afetar a coisa pública. O jornalismo é um dos mais importantes canais para o exercício desse direito dos cidadãos e só pode ser plenamente exercido com liberdade de expressão, imune a surtos autoritários. O acesso às informações de interesse público, sem aparelhos fiscalizadores do Estado, é necessário para dar transparência e legitimidade aos interesses de grupos políticos, empresariais, religiosos e tantos outros. O maior interessado na livre informação é o cidadão – leitor, telespectador, ouvinte, internauta, eleitor –, de cuja decisão dependem

a permanência ou a mudança do quadro político, a repulsa ou a aceitação de manobras especulativas, a aprovação ou reprovação de propostas ou medidas governamentais.

A imprensa livre tem papel preponderante na mobilização da sociedade e no exercício crítico das ações do governo, o que inclui a capacidade de evitar, pela adequação e oportunidade de informações, o silêncio instigador de suspeitas ou o terror gerado pelas notícias falsas. Só beneficiará aos cidadãos a informação que possa ser questionada e confrontada com informações de outras fontes. Aquela que esclareça, oriente, reflita a verdade e amplie o universo de informações disponíveis. O alimento da liberdade é o contraditório, é a divergência, é o confronto das idéias. Conselheiros tutelados pelo Estado são limitadores da liberdade. Sua presença seria um entrave ao aperfeiçoamento democrático. Tal conselho seria um retrocesso histórico. Desnecessário e deletério.

A responsabilidade de corrigir eventuais abusos do mau jornalismo cabe à Justiça, que tem poderes concedidos pela Constituição para punir esses excessos, também

punidos pelo julgamento severo da opinião pública. Não por um tribunal instituído por um conselho protegido pelo manto governamental. Recentemente o presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, disse que seria bom se os jornalistas formassem um tribunal de ética, que “poderia ser uma autarquia, desde que tivesse autonomia”. A preocupação com respeito a certos padrões éticos de comportamento aplicáveis à imprensa não chega a ser novidade. Esses padrões são uma condição da própria atividade jornalística, um verdadeiro instrumento de trabalho, e não apenas uma questão de foro íntimo do jornalista. É extremamente saudável a sociedade cobrar condutas éticas – da imprensa, do governo, dos agentes econômicos etc. Se a democracia não tivesse outros méritos, bastaria este: o de possibilitar a convergência de valores éticos e o propósito de adesão a esses valores. No entanto, os códigos de ética revelam-se de baixa eficácia em contextos onde conveniências do jogo do poder promovem parcerias entre impunidade, autoritarismo e casuismo.

A construção da base ética de comportamento nas organizações é um programa que se desdobra em múltiplas etapas e nunca se encerra. Não existe uma fórmula acabada para levar uma instituição a modificar suas regras de comportamento. Quando o controle é feito pelo conjunto da sociedade, através dos grupos de pressão, as organizações jornalísticas percebem que exercer a ética faz parte de sua responsabilidade. A liberdade pela imprensa sempre foi irmanada com o aperfeiçoamento realístico das democracias. Isso acarreta limites consensuais que, se ultrapassados, ferem o que há de mais precioso na sociedade: o respeito à dignidade e aos direitos do outro.

O exercício da democracia exige coragem, ao contrário da covardia que fundamenta o autoritarismo. Diferentemente de profissões que lidam com objetos mensuráveis, a essência do trabalho jornalístico é exatamente a liberdade de informação. Fixar normas para relativizar oficialmente essa liberdade é atrelar a ética aos objetivos dos grupos que estiverem no poder.

*Carlos Alberto Rabaca é sociólogo,
 Gustavo Barbosa é jornalista*

Jornal – Jornal do Brasil
Editoria – Outras opiniões
Página – A11
Data – 11 de agosto de 2004

O DIP de Lula



VILLAS-BÔAS CORRÊA
 REPÓRTER POLÍTICO DO JB

Toda essa conversa dissimulada, marota e calhorda sobre a proposta do governo encaminhada ao Congresso, de criação do Conselho Federal de Jornalismo, com funções definidas em três verbos – “orientar, disciplinar e fiscalizar” –, em marcha batida na cadência da ditadura, despojada dos seus adereços e arrancada da máscara transparente, pretende simplesmente instituir a censura à imprensa.

Há algum tempo, nos trambolhões dos desacertos dos primeiros meses de aprendizado do presidente e da equipe, jejunos da indispensável experiência administrativa, aqui e acolá os sinais de irritação com as críticas mais áspers de jornais e revistas e as picadas de marimbondo de emissoras de rádio e televisões insinuam nas entrelinhas a necessidade de um severo esquema de vigilância dos abusos e a punição exemplar, para escarmento da categoria, dos atrevidos que não fazem justiça, com as loas que acariciam a alma, ao esforço sincero do presidente e dos que recrutou, com a generosidade do consolo aos derrotados, para compor o maior ministério de todos os tempos.

A indignação, remolda nos desabafos palacianos, soltou-se das algemas do constrangimento com a denúncia dos escândalos farejados em vários cantos e envolvendo os intocáveis da equipe econômica, que seguram a inflação e comemoram os sinais alentadores da retomada do desenvolvimento, escorada em índices, embora modestos, mas de significação indiscutível.

E é aí que a encruzilhada em

cima do mata-burro obriga à escolha entre a trilha apertada das convicções democráticas e a tentação da estrada pavimentada pelas facilidades do arbítrio. A perdição acena com engambelos da feitiçaria convincente. Desfila as justas queixas pela levandade das acusações jamais comprovadas e que expõem as pobrezinhas das vítimas à execração pública; aponta a ligeireza com que repórteres desprezam o sigilo protegido por lei e invadem a privacidade de cidadãos dignos. Contas bancárias, conversas telefônicas, cartas, documentos, recibos, gravações clandestinas alimentam a gana do denunciismo que zomba da lei, na segurança da impunidade.

A argumentação realmente impressiona com a lista de exemplos incontestáveis.

Mas a impunidade que grassa como erva daninha em terreno abandonado é um privilégio exclusivo dos jornalistas ou é a regra na bagunça da legislação caduca, corroída pela traça que abre os buracos da infinidade dos recursos, das apelações, das instâncias superpostas da caminhada sem fim dos processos que se arrastam na morosidade dos prazos da Justiça manietada, cúmplice compulsória das manobras de advogados, e impotente para deter a fuga em massa pela brecha das prescrições?

Paralisada pela indiferença oficial que acode às prioridades do seu interesse, a reforma judiciária não anda um passo na madraçaria parlamentar da semana brasileira de dois, três dias úteis, com o desconto dos recessos, das férias e das campanhas eleitorais.

Entra pelos olhos que uma faxina para valer no Poder Judiciário não interessa ao governo e sequer roça pela insensibilidade do Congresso. A impunidade complementa a imunidade parlamentar e protege as elites. Pobre mofa na cadeia, não tem dinheiro para as despesas com a sua defesa.

A lei penal enquadra os jornalistas que a infringem nos crimes de calúnia e injúria. Se é raridade de museu a condenação que trancafie o réu no xilindro, a responsabilidade pela preguiça da Justiça não é da imprensa.

Vamos, por uma vez, dar uma folga à hipocrisia e enfrentar a evidência dos fatos. O governo petista, na escalada da contradição, está se despedindo dos embaraços das culpas que castigam a consciência.

Nos meus 55 anos de militância na cobertura política passei pelo vexame de reincidentes períodos de censura. Nas suas diferentes modalidades, ditadas pelo maior ou menor caradurismo dos ditadores. Espasmos passageiros, como ataques de loucura em insanos cíclicos, nas várias crises que derrubaram presidentes e despacharam vices no exercício ilusório do poder, de Café Filho a Carlos Luz, em lances do mesmo transe.

O Estado Novo não corou as bochechas no vexame da ditadura ostensiva: oficializou a censura,

criando o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e confiando sua instalação à diligência do primeiro diretor, Lourival Fontes, que temperava o purgante ao gosto do freguês, distribuindo gorjetas aos que espichavam a mão no gesto de pedinte.

Fardada e cínica, a ditadura militar não suportou a liberdade vigiada da imprensa por muito tempo, mergulhando de cabeça na censura que rimava com tortura, na dupla que calava os gritos dos submetidos ao tratamento do DOI-Codi.

Nova temporada no carnaval petista passa de todos os limites. Com escusas pelo arremate pessoal, confesso o meu nojo pela impostura do Conselho Federal de Jornalismo, apelido descarado de novo modelito de censura, com as responsabilidades diluídas entre os que se prestarem ao papel de conselheiros da calhordice.

Não acredito que o governo empaque mais esta no Congresso. Com ou sem retoques. Afinal, os parlamentares devem à imprensa que cobre as suas atividades e emudece nas gazetas semanais a boa vontade de um noticiário benevolente com a orgia das mordomias.

No que me diz respeito, não voltarei ao assunto. A esta altura da vida, não tomarei conhecimento da censura ao jeito do olhar de Capitu, se ela vingar no lodo dos acertos suspeitos.

Será como se não existisse.

Villas-Bôas Corrêa (villasbc@uol.com.br) escreve nesta página às quartas e sextas-feiras

Jornal – Jornal do Brasil
Editoria – Opinião
Página – A11
Data – 23 de agosto de 2004

O imperador e o metalúrgico

JOSÉ CARLOS ALELUIA
 DEPUTADO FEDERAL (PFL-BA)

Quem conhece a trajetória da imprensa brasileira sabe que ela nasceu exilada, em junho de 1808, quando Hipólito José da Costa fundou, em Londres, o *Correio Braziliense*. Naquela época, o único jornal com permissão para circular era o diário oficial da coroa, a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Nesses quase 200 anos de jornalismo nacional, a imprensa foi censurada pelos primeiro e segundo presidentes republicanos, os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Este último fechou o *Jornal do Brasil* e mandou caçar seu redator-chefe, Rui Barbosa, "vivo ou morto".

Mas nem sempre foi assim, no começo. O Brasil já teve um imperador, D. Pedro II, capaz de tolerar jornalistas que o ridicularizavam nas páginas da *Revista Ilustrada* ou até mesmo quem o denunciava, como Raul Pompéia, que o acusou de pedofilia. O monarca, revela Lilian Schwarcz na biografia *As*

barbas do imperador, nutria grande respeito pela liberdade de imprensa.

Há 100 anos, quando surgiu a imprensa sindical, o poder público usou e abusou da força para censurá-la, mas ela sobreviveu clandestina.

A partir de 1930, nunca um governo foi tão duro com a imprensa e os jornalistas como o de Getúlio Vargas (1930-1945), que também estendeu sua mordida ao cinema e ao rádio. Vargas, líder de uma revolução pródiga em promessas de moralização e combate à fome e à miséria, controlou a imprensa com mão de ferro.

Fechou *O Estado de S. Paulo*, mandou seus donos ao exílio e depois o fez voltar a circular sob a tutela de interventores.

Nos seus primeiros 150 anos, a imprensa brasileira trabalhou em paz na monarquia, em breves períodos da República Velha e entre 1945 e 1964.

A partir daí voltou ao inferno da censura do governo militar, que pretendia transformar jornalistas em propagandistas da ditadura. Só após a anistia de

1979 é que a liberdade plena retornou às páginas, telinhas e microfones.

Lembro em poucas palavras a origem da nossa imprensa e sua luta constante para driblar os caçadores da sua liberdade porque mais uma vez os jornalistas brasileiros estão sendo ameaçados por um governo que, tendo deles se valido para chegar ao poder, hoje quer enquadrá-los e impedir o acesso à sua principal matéria-prima: a informação.

Ao mesmo tempo em que banca a criação de um conselho de jornalistas com o poder de polícia para cassar registros profissionais, o PT pretende proibir que funcionários públicos conversem com repórteres.

Ao invés da tolerância do Imperador Pedro II, Lula e o PT preferem o chicote de Floriano Peixoto e a censura de Vargas. Logo eles, que só chegaram ao poder porque havia imprensa livre. Por isso, não tem cabimento o presidente da República avançar o sinal e ofender jornalistas contrários à

proposta do conselho.

Talvez por ser metalúrgico, Lula acredite que jornalistas e operários mantêm relações sindicais semelhantes. Ledo engano.

Se conhecesse um pouco da história da imprensa brasileira, ele saberia que jornais e jornalistas herdaram anticorpos dos governos autoritários, tornando-se mestres na arte de resistir.

Rui Barbosa, Julio Mesquita Neto, Carlos Lacerda, Samuel Wainer, Cláudio Abramo e Barbosa Lima Sobrinho são alguns dos muitos exemplos dos últimos dois séculos.

Na sua rudeza de marechal da República Velha, Lula classificou de covardes aqueles que se opõem ao seu pacote de censura. Mas estes que ele chama de "covardes" foram os primeiros a ter coragem de dizer não, começando um novo movimento de resistência às inconveniências de governantes acomodados com a verdade.

José Carlos Aleluia é líder do PFL na Câmara

Jornal O Globo

Matérias recolhidas na Biblioteca Pública Estadual do Rio de Janeiro

Jornal – O Globo
 Editoria – O país
 Página – 16
 Data – 06 de agosto de 2004

Projeto cria o Conselho Federal de Jornalismo

A partir da aprovação da lei o jornalista terá de pagar à entidade para poder trabalhar

• **BRASÍLIA.** O governo enviou ao Congresso projeto de lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e os Conselhos Regionais de Jornalismo (CRJ), com a função de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista e da atividade de jornalismo. A criação destes conselhos é uma proposta da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e consta do programa da diretoria eleita no início de julho.

O texto diz que todo jornalista, para exercício da profissão, terá que se inscrever no Conselho Regional e passará a

ter uma carteira de identidade profissional, em que a exemplo da carteira de trabalho, "serão feitas anotações relativas à atividade do portador".

A partir da aprovação da lei o jornalista terá de pagar ao Conselho para poder trabalhar. De acordo com o artigo sexto do projeto é infração disciplinar "deixar de pagar aos conselhos as contribuições a que esteja obrigado". Para os jornalistas que se recusarem a pagar as taxas, o artigo sétimo prevê penas como advertência, multa, censura, suspensão ou cassação do registro profissional. ■

Jornal – O Globo
 Editoria – O país
 Página – 13
 Data – 07 de agosto de 2004

'Pode ser um passo para a tragédia da censura'

Ex-ministro petista, ABI e especialistas criticam proposta do governo de criação do Conselho Federal de Jornalismo

Giampaolo Braga
 • O projeto de lei que o governo Lula mandou ao Congresso para criar o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e os conselhos regionais, com a função de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão e da atividade de jornalismo, foi duramente criticado ontem pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e especialistas. Ministro da Educação no primeiro ano do governo Lula e senador do PT, Cristovam Buarque também protestou em seu blog: "Precisamos estar atentos, todos os brasileiros, ainda mais nós do PT e o próprio governo. Em nome de uma boa intenção, podemos estar dando o primeiro passo para a tragédia da censura". O presidente da ABI, Maurício Azêdo, questionou a necessidade de um órgão para fiscalizar a profissão: "Conselhos são naturais em profissões de caráter técnico".

projeto parte de uma premissa errada, de que o exercício do jornalismo é semelhante ao da medicina ou da engenharia. O jornalismo é uma atividade política, que não pode ser regulamentada pelo Estado", escreveu Dines. Ele considerou a criação do CFJ mais grave do que a tentativa de expulsão, pelo presidente Lula, do jornalista americano Larry Rohter, do "New York Times". "A proposta não vai passar e ainda deturpará esta máquina no governo. E logo um governo do PT", prevê. O jornalista protestou ainda: "Ao invés de buscar as simpatias de uma parcela dos jornalistas, sobretudo os hospedados nas assessorias de comunicação dos órgãos públicos, o governo deveria buscar as simpatias dos leitores. São eles os principais interessados numa imprensa sadia, livre dos malabarismos do marketing e dos espasmos sensacionalistas".



RICARDO BERZONI: para o ministro do Trabalho, o Conselho passaria a controlar a qualidade das informações e do trabalho dos jornalistas

Jornal – O Globo

Editoria – O país

Página – 13

Data – 07 de agosto de 2004 (continuação)

fiscalizar a profissão:

— Conselhos são naturais em profissões de caráter técnico, como medicina e química. Com o CFJ, vamos fazer como no tempo da ditadura, com uma comissão dizendo quem pode ou não ser jornalista. Isto é de uma violência inaudita.

Segundo Azêdo, a ABI apresentará ao Congresso as alterações que a associação julga necessárias no projeto.

O jornalista Alberto Dines, editor-responsável do site Observatório da Imprensa, vai ainda mais fundo nas críticas ao projeto do governo. No artigo "Contra o denunciismo, o peleguismo", Dines classificou de desastrosa a proposta de criação do conselho de jornalismo.

"A iniciativa é a mais inábil e atarantada já produzida na esfera da imprensa por algum governo desde a redemocratização em 1985", escreveu.

Para Dines, "jornalistas não precisam ser protegidos pelo Executivo; ao contrário, precisam libertar-se das amarras do poder político". Dines acredita que o governo Lula escolheu um mau momento para encaminhar o projeto ao Congresso.

"A oportunidade é desastrosa. No momento em que o governo é acossado por denúncias, não pode propor um negócio desses, que prevê punições para jornalistas. Além disso, o

pasmos sensacionalistas".

Fenaj: conselhos vão defender a sociedade

O petista Cristovam Buarque afirma que, embora a intenção possa ser defender o exercício da profissão de jornalista, ao longo do tempo a medida poderá, porém, "se transformar no controle da imprensa". E acrescenta: "Um projeto como este não deveria ser enviado ao Congresso sem um cuidadoso debate com toda a sociedade, especialmente com os deputados e senadores".

A criação do CFJ foi proposta pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Com a criação dos conselhos federal e regionais, os jornalistas passariam a pagar duas taxas, uma para o sindicato e outra para a nova entidade. O artigo sétimo prevê as penas para jornalistas que se recusarem a sustentar

financeiramente os conselhos: advertência, multa, censura, suspensão do exercício profissional até 30 dias e cassação do registro profissional. O projeto, porém, ainda tem de ser aprovado pelo Congresso.

No site da Fenaj, a presidente Beth Costa diz que a criação do CFJ "não é uma luta corporativa, pois os conselhos vão atuar em defesa da sociedade ao disciplinar e fiscalizar a prática do jornalismo". ■

ANJ analisa proposta

Entidade defende liberdade de expressão

• BRASÍLIA. O projeto que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Jornalismo ainda será analisado pela diretoria da Associação Nacional dos Jornais (ANJ). A proposta está sendo examinada pelo comitê de assuntos jurídicos da entidade. A Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) tem posição firmada contra leis restritivas, como a que exige o diploma de jornalista.

— A ANJ é contra toda norma que impeça a liberdade de expressão. Vamos examinar o projeto a partir desta visão — disse o diretor do Comitê Jurídico da ANJ, Tonet Camargo.

O ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, ao apresentar o projeto que cria o CFJ, sugeriu que ele passaria a controlar a qualidade das informações e do trabalho dos jornalistas. "A criação de um conselho para fiscalização do exercício da profissão de jornalista é, portanto, instrumento fundamental para a construção de uma comunicação social submetida ao interesse público e aos princípios da responsabilidade social", diz a exposição de motivos apresentada pelo ministro.

Jornal – O Globo
 Editoria – O país
 Página – 15
 Data – 10 de agosto de 2004

O PAÍS

Conselho e a polêmica

Márcio Thomaz Bastos defende e Sarney critica fiscalização da imprensa



THOMAZ BASTOS: para o ministro, é preciso reavaliar o papel da imprensa

BRASÍLIA E SÃO PAULO

Com novas declarações e divulgação de notas oficiais, tornou-se mais clara ontem a divisão entre os defensores e os detratores da criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), que teria as atribuições de disciplinar e fiscalizar a atividade da imprensa. Enquanto o governo, representado pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, defendeu a necessidade de um órgão de controle, parlamentares como o presidente do Senado, José Sarney, e representantes de entidades de classe como a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) saíram em defesa da liberdade de imprensa. Os magistrados enxergam um viés autoritário na proposta semelhante ao existente na Lei da Mordada, que busca o controle da atividade do Ministério Público Federal.

Fenaj vai manter apoio ao projeto

• O secretário-geral da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Celso Schröder, rebateu as críticas de que o CFJ teria sido proposto depois de negociação da entidade com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A Fenaj não pretende recusar o apoio dado ao governo para aprovar o projeto.

— É absurdo atribuir a origem do conselho ao governo do PT como se fosse uma barganha. Isso é má intenção — disse Schröder, lembrando que o debate em torno do assunto começou em 1996, durante congresso de jornalistas realizado em Porto Alegre.

Ele, no entanto, admite que a federação deverá ter papel executor sobre o conselho. O sindicalista faz questão de lembrar que o projeto para a criação do CFJ estava no Ministério do Trabalho desde o fim do governo Fernando Henrique.

Schröder criticou também a desinformação por parte de quem cam a entidade, que após a criação do conselho e que teria o respaldo de jornalistas ligados à federação.

— O conselho não vai contra o jornalista. Pensar assim é como se o Conselho Regional de Medicina responsabilizasse um médico pelas mazelas na saúde. O conselho servirá para fortalecer o exercício da função de jornalista — disse.

AMB divulga nota contra criação

• A AMB divulgou nota na qual condena a criação do Conselho Federal de Jornalismo. Para a entidade, o conselho não seria a instância mais indicada para fiscalizar a atividade jornalística. "Os abusos do mau jornalismo devem ser corrigidos por meio da Justiça, como prevê a Constituição, sem necessidade de qualquer órgão com poderes para cercar a liberdade de expressão e acarretar até perda de registro profissional", escreveu o presidente da entidade, Cláudio Roldino Maciel.

A nota compara a atitude do governo de apresentar o projeto à decisão de ressuscitar a Lei da Mordada, que tramita no Congresso e pretende impor regras para impedir procuradores da República de comentar publicamente investigações antes de serem concluídas. O documento da AMB também acusa o governo de tentar impedir que o Ministério Público investigue atos criminosos, em uma referência à ação que deverá ser julgada no próximo mês pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na qual os poderes de investigação da instituição são postos em xeque.

A AMB ainda insere na discussão a instituição do controle externo do Judiciário, que será exercido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme a reforma do Judiciário que está para ser votada pelo Senado em breve. A AMB considera que a criação do CFJ, a possível votação da Lei da Mordada e o questionamento do poder de investigação dos procuradores fazem parte de uma "mesma lógica autoritária" do governo.



JOSE SARNEY: o presidente do Senado é um dos críticos do projeto do governo

Congresso prega liberdade de imprensa

Parlamentares reagem à proposta de controle do jornalismo e oposição avisa que não dará seu apoio

Maria Lúcia e Isabel Braga

• BRASÍLIA. A iniciativa do governo de enviar ao Congresso o projeto que cria o Conselho Federal de Jornalismo, a proposta de "orientar, disciplinar e fiscalizar" o exercício da atividade no Brasil, foi criticada ontem por parlamentares da base e da oposição. Conscientes de que o projeto, classificado de autoritário, pode significar uma volta aos tempos de exceção e anular a imprensa, parlamentares fizeram discursos nos plenários da Câmara e do Senado. O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), criticou o teor do projeto.

— Como presidente do Congresso digo que a liberdade de imprensa deve ser respeitada sempre. Excessos todos cometemos. A imprensa pode cometê-los, mas até os excessos da imprensa o tempo corrige — disse.

O projeto pode tramitar sem passar pela Comissão de Comunicação da Câmara e do Senado, já que, segundo a Mesa da Câmara, trata apenas de regulamentação de uma profissão. Hoje, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PTSP), deve despachá-lo para a Comissão do Trabalho e, se aprovado, segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Os líderes do PFL avisaram que o partido se posicionará firmemente pela rejeição da proposta, costurada pela Casa Civil e pelo Ministério do Trabalho.

— Estou querendo voltar aos tempos de exceção. Queriam ou não, continuaram sendo os fiscais do governo junto com a imprensa. Aqueles que não acompanharam as sessões parlamentares, fiscalizam as ações do governo pela imprensa. O povo brasileiro não pode ficar à mercê de eventuais ditadores — discursou o vice-líder do PFL, Pauderney Avelino (AM).

O líder do PFL na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (BA), disse que o partido é a favor de que o setor se autorregule, de forma independente do governo.

— A imprensa existe para fiscalizar

o governo e não o governo para fiscalizar a imprensa — protestou Avelino, citando a proposta de autoritária. O presidente da Comissão do Trabalho, Tarcsio Zinzenhausen (PT-RS), defendeu a proposta, segundo ele, elaborada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, depois de ouvir das entidades ligadas ao setor jornalístico. Ele disse que hoje muitos devem temer um ministério, que pode ser de qualquer partido, sobre o fato de o projeto seguir direto para a Comissão de Trabalho, ele explicou que, se um membro da Comissão de Educação desejar, pode requisitar que seja arquivado aquela comissão antes de ir para a CCJ.

— Não creio que seja uma proposta autoritária. É salutar para a própria função do jornalista, que pode se proteger contra empregadores que adotam uma corrente de pensamento par-

ra fins particulares, apoiando essa ou aquela corrente pública — defendeu ele.

O deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) discorda. Ele alerta que o projeto veio num momento ruim. Primeiro porque é período pré-eleitoral. Segundo, porque vem como se fosse em continuidade de às críticas do presidente Lula, que reclamou do denuncismo da imprensa.

— Eu tenho restrições às regulamentações que já existem a algumas profissões. Então, antes de estender essa regulamentação para os jornalistas, isso tem que ser repensado. Sem dúvida, o caso da imprensa é mais grave, porque tem o componente político — disse Goldman.

Senador pemedebista lembra existência da ABI

O senador Ramez Tebet (PMDB-MG) disse ainda não conhecer o projeto, mas vê a ideia com preocupação.

— Por que esse conselho para fiscalizar jornalista agora? A princípio sou da tese de que já existem órgãos reguladores e fiscalizadores da imprensa, como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Não vejo necessidade da criação desse conselho. ■

Ministro da Justiça ataca o 'denuncismo'

Márcio Thomaz Bastos apóia criação de conselho para fiscalizar o trabalho da imprensa no país

Jaílton de Carvalho

• BRASÍLIA. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, criticou ontem a divulgação de acusações infundadas e classificou o movimento de uma "onda de denuncismo" que estaria infectando parte da imprensa brasileira. Para o ministro, é preciso evitar a difusão precipitada de determinadas notícias que não se destina a reputação de pessoas inocentes. Bastos também defendeu a criação do Conselho Federal de Jornalismo, proposta elaborada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e enviada ao Congresso pelo governo.

— Acho que realmente estamos surfando numa onda de denuncismo no Brasil. Denúncias que não têm aquela cautela da averiguação, que destroem reputações, que colocam dificuldades para as pessoas e colocam pessoas numa situação defensiva. É preciso pensar nisso com seriedade — afirmou Bastos depois de participar da abertura dos treinamentos da Força Nacional, na Academia Nacional de Polícia, em Brasília.

Segundo o ministro, é necessário pensar com seriedade sobre o denuncismo e reavaliar o papel da imprensa, da polícia e do Ministério Público numa sociedade em que a informação tem importância crucial. Bastos admite que o assunto é complexo e delicado, mas acha que não pode ser deixado de lado.

O ministro não citou qualquer caso específico. Mas, em conversas reservadas, tem se mostrado especialmente aborrecido com os ataques ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Para ele, Meirelles já se explicou, além do necessário e, ainda assim, continua sendo alvo de acusações infundadas.

— É claro que não se pensa em cobrir nenhuma dessas atividades

(imprensa, polícia e Ministério Público). O que é preciso hoje é um mínimo de sensatez, que não se jogue a reputação de pessoas no lixo — argumentou o ministro.

Bastos teve papel central no esvaziamento do falso escândalo do Dossie Cayman na campanha eleitoral de 1998. Na condição de advogado e amigo do então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva, cobrou a Bastos dissuadir o PT de divulgar o documento que trazia falsas acusações contra o então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Segundo o ministro, o jornalismo, como qualquer outra profissão, precisa de regulamentação.

— Sou a favor da discussão de um trabalho de aperfeiçoamento disso e da criação do Conselho, que, acredito, não seja qualquer instrumento de censura nem de sujeição da imprensa, mas sim um disciplinamento da profissão, como to-

das as profissões têm — afirmou Bastos.

Para o ministro, se a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e tantas outras profissões têm conselhos de regulamentação, não há motivos para que o jornalismo receba tratamento diferente. Segundo ele, eventuais exageros da proposta preparada pela Fenaj, a entidade mais representativa dos jornalistas brasileiros, podem ser corrigidos pelo Congresso. Bastos é o primeiro integrante do alto escalão federal a defender publicamente a criação do Conselho.

O projeto da Fenaj prevê a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e os conselhos regionais, com a função de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão e da atividade de jornalismo.

"É preciso um mínimo de sensatez, que não se jogue a reputação de pessoas no lixo"

MÁRCIO THOMAZ BASTOS
 Ministro da Justiça

Jornal – O Globo
 Editoria – O país
 Página –
 Data - 11 de agosto de 2004

Gushiken defende liberdade, mas faz ressalva

Para ministro, direito à expressão é um valor definitivo da democracia, mas não absoluto; Dirceu nega viés autoritário

Cristiane Jungblut

BRASILIA e RIO. Em meio à polêmica sobre o projeto que cria o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), o ministro da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, afirmou ontem que a liberdade de imprensa é um valor definitivo na democracia, mas ressaltou que nada é absoluto em uma sociedade. Para o ministro, cabe aos próprios jornalistas debaterem o assunto.

— Vocês são profissionais que sabem os limites da ação, sabem que a liberdade de imprensa é um valor definitivo na democracia, mas sabem também que numa sociedade nada é absoluto — afirmou o ministro, que participou ontem, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da solenidade de recepção aos novos recrutas das Forças Armadas.

Gushiken disse acreditar que a imprensa brasileira vive em total liberdade de expressão. Ele acrescentou que podem ocorrer deslizes e até fabricação de notícias, e argumentou que até por isso é importante que a categoria discuta a necessidade ou não de mecanismos como o Conselho Federal de Jornalismo.

Dirceu: projeto pode ser mudado



AO LADO do general Albuquerque, comandante do Exército, em solenidade do programa Soldado Cidadão, o ministro Gushiken dá entrevista: "Numa sociedade nada é absoluto"

Jornal – O Globo
 Editoria – O país
 Página – 10
 Data - 12 de agosto de 2004

Casa Civil tornou mais duro projeto da Fenaj

Proposta da federação dos jornalistas foi alterada para dar mais poder de punição a conselho de jornalismo

Gerson Camaretti

BRASILIA. A Casa Civil fez alterações no projeto de lei que prevê a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), modificando a proposta original enviada ao governo pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). O texto final do governo também alterou o anteprojeto do Ministério do Trabalho, dando ao conselho novas atribuições. Pelo novo texto, o CFJ passaria a disciplinar e fiscalizar também a atividade jornalística: orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista e da atividade de comunicação.

A alteração foi feita no artigo 1º do projeto que cria o CFJ. Na versão original enviada à Casa Civil, o conselho federal e os conselhos regionais tinham "atribuição de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista, e, além disso, pela fidel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional".

Já ao texto que saiu da Casa Civil para o Congresso foi acrescentada a tarefa de fiscalizar também a atividade jornalística: "orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista e da atividade de comunicação".

Com isso, o governo ampliou a intenção original de regulamentar a profissão.

— A Casa Civil acabou utilizando uma proposta de jornalistas para fazer alterações que agravam o viés autoritário do projeto. Isso deixa evidente a iniciativa do Planalto em exceder e burlar o que se pretendia originalmente — criticou o líder do PFL na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (BA).

Há mais duas alterações: no artigo 2º, que trata da competência do CFJ, o governo acrescenta a expressão "atividade de jornalismo" no parágrafo XIII ("...resolver os casos omissos nesta lei e nas demais normas pertinentes ao CFJ, assim como aqueles relativos ao exercício da profissão de jornalista e da atividade de jornalismo").

No artigo 3º, que trata da competência dos conselhos regionais, no inciso IV, esse mesmo acréscimo é feito ("exercer a fiscalização do exercício da profissão de jornalista e da atividade de jornalismo").

A assessoria de imprensa da Casa Civil informou que a subchefe de Ação Governamental, ao receber projetos de lei, faz análise para ajustar a redação e a correção do texto. Em relação a esse caso, analisou a Casa Civil e do Ministério do Trabalho concluiu que o texto precisava ser mais claro. Por isso, houve a alteração para melhorar técnica e redacionalmente o texto.

Outro ponto contestado no Congresso é a exposição de motivos assinada pelo ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, e enviada ao presidente Lula no dia 27 de maio. Em sua argumentação, Berzoini escreveu que "a criação de um conselho para fiscalização do exercício da profissão de jornalista é, portanto, instrumento fundamental para a construção de uma comunicação social submetida ao interesse público e aos princípios da responsabilidade social". Berzoini, porém, evita a política: — O debate democrático tem de ser assegurado. A bola está agora com o Congresso — disse Berzoini.

► NO GLOBO ONLINE: Conheça o projeto que cria o Conselho Federal de Jornalismo. www.globo.com.br/pais

Jornal – O Globo
 Editoria – O país
 Página – 10 (continuação)
 Data - 12 de agosto de 2004

Conselho seria censura, diz associação

Comunicado da SIP
pede a Lula que retire
projeto do Congresso

Toni Marques

• A Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) divulgou comunicado contra o projeto de lei que estabelece o Conselho Federal de Jornalismo. O comunicado pede ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que retire do Congresso a proposta porque se trata de "ataque sério à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa no Brasil".

O projeto de lei, afirma o comunicado, "procura impor controles à imprensa e estabelece sanções duras pelo não-cumprimento".

Para o diretor do Comitê sobre Liberdade de Imprensa e Informação, o jornalista dominicano Rafael Molina, o projeto é censura e "é uma clara tentativa de controle à notícia e de punir jornalistas". Molina divulgou o pedido público, "chamando o presidente a re-

considerar sua posição e retirar a medida". Para ele, se o projeto virar lei, "estabelecerá um precedente sério para a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa ao se estabelecerem padrões de como a notícia deve ser manejada".

Molina citou, no comunicado, a Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, "cuja primeira cláusula afirma que 'a liberdade de expressão, em todas as suas formas e manifestações, é um direito fundamental e inalienável, inerente a todas as pessoas. É também um requisito indispensável para a existência de uma sociedade democrática'."

Unesco: tendência é auto-regulamentação

O diretor executivo da SIP, Julio Muñoz, defende a auto-regulamentação:

- Não existe instituição similar nas Américas — disse Muñoz, ontem, por telefone, da sede da SIP, em Miami. —
- Acredito que não deva existir controle sobre a imprensa.
- Segundo um estudioso do tema, o professor Claude-Jean Bertrand, do Instituto Francês de Imprensa, na Universidade Paris 2, embora os conselhos ouçam queixas do público, não têm poder de punição. Ele diz que a maioria dos conselhos não funciona simplesmente porque o público não toma conhecimento deles. E avaliação de conselhos é publicada em veículos setoriais que o leitor comum ignora.

— Esta é uma notícia terrível — disse Bertrand, por e-mail — porque não apenas fere a mídia brasileira, como fere também o conceito de conselho de imprensa. — O conselho tem de ser independente.

O Brasil, se aprovada a lei, será dos poucos países latino-americanos a dispor de conselho, ao lado de Peru e Chile. De acordo com estudo publicado pela Unesco sobre conselhos de imprensa, a tendência em países em desenvolvimento e do Terceiro Mundo é a auto-regulamentação. ■

Jornal – O Globo
 Editoria – O país
 Página – 5
 Data – 14 de agosto de 2004

Governistas discutem retirada do projeto do CFJ

'Se vocês começarem a defender o conselho da imprensa, eu dou (entrevista)', brincou o presidente Lula, sorrindo

Isabel Braga, Luiza Damé e Eliane Oliveira*

• **BRASILIA e ASSUNÇÃO.** Ao chegar ontem à capital paraguaia para reunião sobre o Mercosul, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recorreu ao projeto que prevê a criação do Conselho Federal de Jornalismo, que tem provocado polêmica, para evitar entrevistas.

— Se vocês começarem a defender o conselho de imprensa, eu dou (entrevista) — disse o presidente, sorrindo.

Diante das críticas e do desgaste provocado pela proposta do CFJ, o governo já estudou e articula com a Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) a retirada do projeto de lei que cria os conselhos federal e regional de jornalismo, com a função de fiscalizar o exercício da profissão e a atividade. A articulação está sob a coordenação da Casa Civil, com participação do Ministério do Trabalho e do Emprego. Para evitar desgaste político, a retirada seria "a pedido" da Fenaj.

Presidente da Câmara defende a retirada

A estratégia foi sugerida por setores do governo que consideram que o envio ao Congresso foi inoportuno. A Fenaj resiste, argumentando que, por se tratar da criação de uma autarquia, o projeto de lei tem que ser iniciativa do Poder Executivo.

O argumento do governo é que o projeto tem por fundamento a proteção da sociedade e, portanto, deve ter origem nela. Dessa forma, o caminho para criação dos conselhos seria a proposta do deputado Celso Russomano (PP-

SP), que está na Câmara.

Um dos articuladores para a retirada da proposta, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), ligou para o ministro José Dirceu (Casa Civil) aconselhando a retirada. O líder do governo na Câmara, Professor Luizinho (PT-SP), também defende a tese de que não é uma briga do governo.

"Debate é sobre ética da profissão, diz vice da Fenaj"

O vice-presidente da Fenaj, Fred Ghedini, garantiu ontem à tarde que não havia recebido comunicação de que a proposta seria retirada. Em defesa da permanência da proposta no Congresso, ele usa o mesmo argumento do governo para defender a retirada. Para Ghedini, mesmo não sendo assunto que diga respeito ao Executivo, é importante que a proposta seja mantida por ser um tema que interessa à sociedade.

— Só pedimos ao governo que eviasse porque este é o procedimento para a criação de uma autarquia. Este é um tema da sociedade e já pedimos ao governo que libere sua base para o debate e o voto desta matéria. É preciso acabar com a ideia de que este é um debate entre oposição e governo, um debate partidário. É um debate sobre o código de ética da profissão — disse Ghedini.

* Ensiado especial

► **NO GLOBO ONLINE:** Confira o projeto que cria o Conselho Federal de Jornalismo
www.globo.com.br/pais



JOSÉ THOMAZ Nonô (à esquerda) e Sérgio Murillo de Andrade, da Fenaj, no debate sobre o Conselho Federal de Jornalismo: controvérsia

Fenaj diz ser responsável pela proposta

'Não tem uma vírgula que não seja de nossa responsabilidade'

• **BRASILIA.** O presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Sérgio Murillo de Andrade, assumiu em nome da entidade a responsabilidade pelo projeto que cria o Conselho Federal de Jornalismo enviado pelo Executivo ao Congresso. Num debate na TV Câmara, ele afirmou que o primeiro secretário da Fenaj, Aloísio Lopes, acompanhou as negociações com o

governo, e que não houve alteração por parte da Casa Civil.

— Não tem uma vírgula que não seja de nossa responsabilidade. Em conversa com técnicos, fomos limpando. Somos responsáveis pelas virtudes e pelos equívocos.

Andrade negou que o projeto pretendia controlar o conteúdo jornalístico. Segundo ele, se der margem a esta interpretação, o

texto está no lugar adequado (o Congresso) e pode ser mudado: — Somos pela liberdade de imprensa. Queremos um instrumento que zele pela ética. O princípio da liberdade é sagrado, mas a responsabilidade pelo que se escreve também.

Filado ao PT desde 1982, assim como o vice-presidente e o primeiro-secretário da Fenaj, Andrade disse que a entidade

não é vinculada a partido. Ele concordou com a afirmação do ministro Luiz Gushken (Comunicação de Governo) de que a liberdade de imprensa não é um valor absoluto.

— Em nenhum lugar do mundo existe isso, de liberdade absoluta de imprensa. O valor da liberdade de imprensa é correspondente à responsabilidade pelo que se escreve. ■

Jornal – O Globo
 Editoria – O país
 Página – 11
 Data – 17 de agosto de 2004

Jobim defende 'tribunal de ética' para jornalistas

Presidente do STF sai em defesa da liberdade de imprensa e diz que a própria categoria deveria criar mecanismo

• **BRASILIA.** O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, disse ontem que são insatisfatórios os mecanismos de compensação para vítimas de eventuais equívocos da imprensa. O ministro disse que, muitas vezes, a sentença é dada anos após a publicação do fato.

— O tempo político é diferente do tempo de tramitação da ação — disse Jobim, após uma palestra no Supremo.

Jobim defendeu a liberdade de imprensa e afirmou que se ela saudável se a própria categoria criasse uma espécie de

tribunal de ética para julgar os jornalistas. O ministro não quis, no entanto, falar sobre a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) proposta pelo governo. Jobim afirmou que ainda não tinha lido o projeto de lei.

"Há diversas possibilidades de controlar os excessos"

Um outro ministro do STF, Joaquim Barbosa, questionou ontem a utilidade do conselho. Ao fim de uma palestra proferida no STF, o ministro argumentou que já existe a possibilidade de punição contra pessoas que cometem excessos relacionados à liberdade de expressão.

Barbosa lembrou que crimes de opinião estão sujeitos a pagamento de danos morais e materiais, além de condenação à prisão. Perguntado se o conselho seria dispensável, o ministro concordou, embora tenha acrescentado que não conhece a proposta detalhadamente.

— Há no nosso direito diversas possibilidades de controlar, coibir os excessos da liberdade de expressão. Para que restrição mais rigorosa do que condenar criminalmente alguém por excessos? — ponderou.

Durante sua palestra, Barbosa afirmou que há duas opções para se debater a liberda-

de de expressão: a americana, segundo a qual a liberdade é absoluta, e a europeia, que impõe limites a essa liberdade. Segundo o ministro, o Brasil costuma seguir a segunda posição. Barbosa citou o caso do gaúcho Siegfried Ellwanger. Após ter publicado livros com conteúdo anti-semita, o editor foi condenado a dois anos de prisão por racismo pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Ele conseguiu converter a pena em prestação de serviços sociais. No ano passado, o Supremo manteve a condenação por oito votos a três.

O professor de direito da Universidade do Texas David Rabban também criticou a proposta do governo de criação do CFJ. Para o acadêmico, a liberdade de imprensa é um pilar vital para a garantia da democracia.

— Do meu ponto de vista, é muito importante que cidadãos e jornalistas tenham liberdade para criticar o governo. É melhor arriscar e escrever artigos liberais do que restringir demais. Os jornais têm utilidade vital na manutenção da democracia. Jornalismo é uma profissão que não pode ser exercida sem liberdade de ex-

pressão. Como se diz na Suprema Corte americana, a liberdade de expressão precisa de espaço para respirar — disse Rabban.

Jair Kriskche, presidente do Movimento Justiça e Direitos Humanos — uma das entidades mais respeitadas na área de direitos humanos em todo o Mercosul — condenou ontem a proposta do Conselho Federal de Jornalismo.

— A invenção do conselho é uma forma de condicionar jornalistas a serem amigos do rei. Isso põe em risco não só o jornalista, mas a própria democracia — advertiu Kriskche. ■

Integrantes do

Jornal – O Globo
 Editoria – O país
 Página – 15
 Data – 18 de agosto de 2004

Até líder do PT condena Lula por chamar de covarde jornalista que não apóia CFJ

Fenaj também reage: 'Não se trata de covardia, mas de desinformação'

Adriana Vasconcelos
 e Carolina Brígido

• **BRASÍLIA.** Ao chamar de covardes os jornalistas que não apóiam a criação do Conselho Federal de Jornalismo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acabou reacendendo a polêmica sobre o tema no Congresso Nacional. O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), não perdoou o deslize:

— O presidente parecia estar atacado por algum Exu ao chamar os jornalistas que são contra o Conselho Federal de Jornalismo de covardes.

O líder do PFL, senador Agripino Maia (RN), também condenou as declarações de Lula:

— Acho que o presidente Lula está sob o efeito Chávez (presidente da Venezuela, Hugo Chávez).

Ideli Salvatti: "Achei lamentável a generalização"

Sem argumentos para defender o presidente, o líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), limitou-se a lamentar o episódio.

— Achei lamentável a generalização. Aliás, generalização nunca é saudável. Pelo que conheço do presidente Lula, estou convencida de que ele vai se corrigir — disse Ideli.

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), tentou suavizar as declarações do presidente da República:

— Acho que foi uma brincadeira que ele fez. Um gesto que não pode ser interpretado como agressivo.

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azêdo, também preferiu encerrar o comentário de

Lula como brincadeira. Para Azêdo, que reafirmou suas críticas ao Conselho, a fala do presidente é característica da relação amistosa que ele mantém com a imprensa.

— O presidente falou em tom de brincadeira, o que mostra a relação de respeito e cooperação que ele tem com os jornalistas desde os tempos em que era dirigente sindical.

Já os presidentes da Federação Nacional dos Jornalistas

(Fenaj), Sérgio Murilo de Andrade, e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, criticaram Lula.

— O presidente Lula fez um desserviço à nação e aos jornalistas — disse Busato.

O presidente da Fenaj disse que não achou o comentário adequado.

— Não se trata de covardia, mas de desinformação. Boa parte dos jornalistas desconhece o projeto de lei. Tenho a impres-

são que o presidente falou isso em tom de brincadeira, mas não acho adequado esse tipo de comentário — afirmou Andrade.

Os comentários de Busato e de Andrade foram feitos durante a sessão plenária de ontem do Conselho Federal da OAB que discutiu a criação do CFJ. Os debates que definirão a posição da OAB sobre o assunto foram adiados para que a ordem ouça a Fenaj e a ABI, que é contra a proposta. ■

Genoino diz que foi um desabafo de sindicalista

'É mais isso do que posição do governo'

• **SÃO PAULO.** Sem esconder o incômodo com a polêmica em torno do projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo, o presidente nacional do PT, José Genoino, defendeu ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, anteontem, chamou de "bando de covardes" os jornalistas contrários ao conselho.

— Lula está fazendo um desabafo do seu lado sindicalista e classista. É mais isso do que uma posição do governo — disse Genoino.

O presidente do PT reiterou o pedido para que o governo retire seu apoio político ao projeto e deixe a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), autora da proposta, negociar diretamente com o Congresso. Embora tenha cumprido à risca o papel de defensor de Lula, Genoino admitiu que não é um entusiasta do CFJ.

— Eu não vou sair por aí defendendo o conselho porque me baseio no princípio da auto-regulamentação — afirmou o presidente do PT.

Genoino defendeu a criação de uma comissão especial na Câmara onde jornalistas, sindicalistas, empresários do setor de comunicação e representantes da sociedade civil discutam a viabilidade e o formato do CFJ. (Ricardo Galhardo)

OPINIÃO

FARO É APRENDIZADO

• O PRESIDENTE do PT, José Genoino, demonstra sensibilidade política ao aconselhar o governo a retirar do Congresso a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo.

DIANTE DAS críticas generalizadas à idéia, principalmente das próprias redações, o faro de Genoino aconselha uma óbvia batida em retirada.

COM O episódio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve ter aprendido a diferença entre os metalúrgicos do ABC e os jornalistas: não são heróis, nem covardes, nem melhores, nem piores; apenas são profissões e profissionais diferentes.

Editoria – O país

Página – 15 (continuação)

Data – 18 de agosto de 2004

Repórteres Sem Fronteiras pede a retirada do projeto

Para entidade, proposta de criação do conselho põe em risco a liberdade de imprensa no Brasil

• A organização Repórteres Sem Fronteiras divulgou ontem um comunicado informando que pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para retirar do Congresso Nacional o projeto de lei que institui o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e os conselhos regionais de jornalismo no Brasil.

— Não questionamos as boas intenções dos profissionais que deram origem ao projeto com o objetivo de aprimorar a qualidade do jornalismo. No entanto, esse projeto põe em risco a liberdade de imprensa — disse Robert Ménard, secretário-geral da organização, que também criticou o projeto por tornar obrigatório aos jornalistas a inscrição nos conselhos.

“Este dispositivo é contrário à Declaração de Princípios sobre a Liberdade de Expressão, adotada em outubro de 2000 pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que estipula claramente que a afiliação obrigatória a uma associação profissional ou a exigência de títulos ou diplomas para o exercício da atividade jornalística constituem uma restrição ilegítima à liberdade de expressão”, afirmou a orga-

“Além disso, não cabe ao Estado garantir o respeito da ética por parte da imprensa. Esse tipo de prerrogativa poderia servir de instrumento para fazer pressão sobre as mídias que exercem uma função de contra poder nas sociedades democrática. Naturalmente, os jornalistas devem responder pelo que escrevem, mas, para isso, já existem leis sobre a difamação. Não há necessidade de novas leis”, afirmou o secretário-geral da organização.

Uma das atribuições do CFJ é fiscalizar jornalistas

O comunicado da organização Repórteres Sem Fronteiras lembrou que, no último dia 5 de agosto, o Diário Oficial anunciou que o presidente Lula havia encaminhado ao Congresso projeto de lei sobre a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e de Conselhos Regionais de Jornalismo (CRJ). Essas entidades têm como atribuição “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina” por parte dos jornalistas. O projeto de lei foi elaborado com base em

Jornal – O Globo
 Editoria – O país
 Página – 04
 Data – 21 de agosto de 2004

Associação de Jornais critica propostas de conselho de jornalistas e Ancinav

Ministro do Trabalho diz que governo não retirará projeto enviado ao Congresso

Roberto Stuckert Filho

• **BRÁSILIA** Em meio às comemorações pelos 25 anos da Associação Nacional de Jornais (ANJ), o presidente da entidade, Francisco Mesquita Neto, criticou o projeto de lei enviado pelo governo ao Congresso que cria o Conselho de Jornalismo e a proposta que institui a Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav). Segundo Mesquita Neto, as duas iniciativas traduzem uma "perigosa tendência" do Executivo de adotar idéias "centralizadoras e dirigistas" na produção intelectual.

Mesquita Neto denunciou pressões, ameaças e violências contra jornais e jornalistas.

— Conselhos de jornalismo, na prática, são tribunais espúrios e corporativistas, com poderes para impedir jornalistas de exercer sua profissão e para suspender veículos de comunicação — disse Mesquita Neto, na reunião da ANJ, anteontem em São Paulo.

Segundo Mesquita Neto, a proposta da Ancinav inclui dispositivos que pretendem regular e fiscalizar a linha editorial e a programação das emissoras de rádio e televisão.

Berzoini reage a críticas ao conselho de jornalismo

Em Brasília, o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, disse ontem que o governo não pretende retirar o projeto de lei que cria os conselhos federal e regionais de jornalismo, enviado ao Congresso há 15 dias. Berzoini afirmou que o projeto foi apresentado por sugestão da



BERZOINI: "Não vejo qualquer movimento no sentido da retirada"

Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) e que caberá ao Congresso aprová-lo, modificá-lo ou rejeitá-lo.

Segundo Berzoini, a função do Ministério do Trabalho se esgotou no momento em que a proposta foi enviada à Casa Civil. O comando político do processo, disse, é do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que em reunião da coordenação política, anteontem no Palácio do Planalto, afirmou que o governo não vai retirar a proposta.

— Temos total sintonia com a opinião do presidente. Não vejo qualquer movimento no

sentido da retirada até porque é um projeto de lei. O Congresso tem a prerrogativa de debater, modificá-lo, de aprová-lo ou não — disse o ministro.

Berzoini respondeu às críticas de setores da imprensa, do meio jurídico e do Congresso de que o projeto é antidemocrático e atenta contra a liberdade de informação.

— Defendo a mais ampla liberdade de expressão. Inclusive a liberdade para que categorias profissionais possam discutir quais são os procedimentos éticos no exercício da sua profissão — disse o ministro. ■

OPINIÃO

CONFUSÃO SINDICAL

• O PRESIDENTE da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, defende a criação do Conselho Federal de Jornalismo por temer a pressão do "patrão" sobre os jornalistas. "Muitas vezes o patrão fala: quero uma matéria assim e a matéria vem." Para Marinho, o conselho será um antídoto contra isso.

O SINDICALISTA demonstra ter familiaridade com a profissão ao usar um termo do jargão das redações, "matéria", para designar reportagem. Mas o conhecimento dele do jornalismo pára aí.

AO CONTRÁRIO do que acha Marinho, nas redações modernas "patrões" e "trabalhadores" compartilham responsabilidades.

O JORNALISMO nada tem a ver com linhas de montagem industriais — com todo o respeito às linhas de montagem industriais e aos metalúrgicos. Mas como tem sido dito ultimamente no PT, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

ornal – O Globo
 Editoria – O país
 Página – 15
 Data – 22 de agosto de 2004

Alencar discorda de crítica de Lula a jornalistas

Vice diz que não considera que falta de apoio ao Conselho de Jornalismo seja covardia, como disse presidente

• MOGI DAS CRUZES (SP) e RIO. O vice-presidente José Alencar (PL), disse ontem que não concorda com a crítica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que no começo da semana chamou os jornalistas de covardes por não apoiarem o projeto de criação do Conselho Federal dos Jornalistas. O vice-presidente afirmou também que o conselho só poderia existir com o apoio dos profissionais da imprensa.

— Não penso como o presidente Lula, mas ele respeita o jornalismo. Se esse conselho for criado, que seja pela vontade dos jornalistas — disse Alencar, em Mogi das Cruzes.

Perguntado se o conselho, ao lado de propostas como a de restrição do acesso ao Sistema Integrado de Administração não representam uma ameaça à liberdade e à democracia, Alencar desconvenceu:

— Isso precisa ser discutido com tranquilidade.

Políticos e artistas divididos sobre agência e conselho

A iniciativa de patrocinar a criação do conselho e propor uma agência para controlar a produção audiovisual e de cinema do governo federal provocou um grande debate sobre a liberdade de expressão dividiu

políticos e artistas. Alguns viram traços de autoritarismo e censura — impressão reforçada pela intenção de limitar o acesso da imprensa a servidores. Outros, apenas incompetência. O deputado Paulo Delgado (PT-MG) diz que o governo deve admitir e corrigir os excessos do exercício do poder:

— Ter o poder democrático para fazer não legitima decisão errada ou lhe confere credibilidade. Nosso governo tem de reconhecer isso.

Ex-petista, o ex-deputado Milton Temer rejeita a tese de autoritarismo e atribui a polêmica ao "mandonismo sindicalista":

— Lula sempre trabalhou assim, impondo a posição da maioria em detrimento da da minoria. Mas autoritarismo foi o que a ditadura militar fez.

Para Elisabeth Sussekind, ex-secretária Nacional de Justiça, falta assessoria competente:

— Não sei se se trata de uma onda de autoritarismo ou se é o estilo de algumas autoridades do PT, que, às vezes, esquecem-se da Constituição e emitem opiniões sem respaldo. Trata-se da falta de técnicos gabaritados.

Já o historiador José Murilo de Carvalho não tem dúvidas de que o governo vive um surto autoritário e erra na política:

— O governo parece gostar de se sabotar. Quando a economia começa a lhe render dividendos de popularidade, os comissários atacam de censores.

O compositor Nei Lopes devolve a pergunta aos críticos:

— Será que o governo vive mesmo uma onda de autoritarismo? Jornalismo, uso antidemocrático dos meios de comunicação, cinema, colonização cultural, ditadura, democracia... É tudo tão relativo!

Ex-ministro das Comunicações, o deputado Miro Teixeira (PPS-RJ) vê erros de condução e diz que as propostas não passam pelo Congresso.

— Se passarem, derrubamos no Supremo Tribunal Federal.

O escritor Fernando Moraes discorda e defende mais discussão sobre limites da imprensa.

— A despeito de eu não admitir que alguém venha dizer o que cada um de nós deve escrever, deve haver debate. É prematuro e injusto transformar o governo em stalinista.

O advogado Saulo Ramos, ex-consultor geral da República, é irônico:

— As propostas não chegam a configurar uma onda de autoritarismo porque são de uma indigência intelectual e jurídica de dar dó. ■

Jornal – O Globo
 Editoria – O país
 Página – 11
 Data – 07 de setembro de 2004

Governo compra nova briga com Larry Rohter

'New York Times' publica reportagem do correspondente sobre o Conselho Federal de Jornalismo e Planalto reage

Luiza Damé

• BRASÍLIA. O governo brasileiro comprou nova briga com o correspondente do "New York Times" no Brasil, Larry Rohter, jornalista que em maio escreveu reportagem sobre o suposto hábito do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de consumir bebida alcoólica. Em carta dirigida ao jornal, ontem, o secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, Ricardo Kotscho, rebate nova reportagem de Rohter, desta vez sobre o projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo

(CFJ) e a proposta de limitar as entrevistas de servidores públicos a respeito de investigações do governo.

Secretário diz que Rohter não ouviu ninguém

Na carta, Kotscho diz que Rohter "parece não ter ouvido ninguém" para escrever a reportagem sobre o Conselho, "como é habitual em seus despatches", numa referência a trabalhos anteriores do correspondente do tradicional jornal americano.

Segundo a carta, o jornalista limitou-se a reproduzir declarações de pessoas que se

opõem ao projeto, já publicadas anteriormente pela imprensa brasileira. O secretário de Imprensa afirma ainda que o projeto do Conselho de Jornalismo não é um plano do presidente Lula, como afirmou Rohter na reportagem, mas um projeto de lei elaborado pelo Ministério do Trabalho a pedido da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) e encaminhado ao Congresso pelo governo por exigências legais.

O jornalista, segundo afirma a nota do Planalto, omite o fato de que o pedido formal para criação do Conselho de Jornalismo foi feito em audiência

pública da Fenaj com Lula, em abril deste ano. Na carta, o governo reclama que Rohter não citou a Fenaj nem ouviu dirigentes da entidade.

A criação da autarquia provocou reações contrárias de setores da imprensa brasileira, de entidades da sociedade civil, como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e do Congresso, que consideraram a proposta uma ameaça à liberdade de informação.

Na reportagem Rohter também fala da proposta do governo de limitar as entrevistas de servidores públicos sobre investigações em curso, proi-

bindo-os de falar com repórteres. Diz a carta do Planalto que as propostas relativas ao aprimoramento do combate à lavagem de dinheiro ainda estão em discussão no governo federal, sem que haja uma posição final ou proposta para o Congresso.

Rohter quase foi expulso do país em maio

A carta ao "New York Times" — traduzida para o inglês — foi divulgada ontem pela Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência. Em maio deste ano, ao reagir à reportagem de Rohter so-

bre suposto problema de Lula com bebidas alcoólicas, o governo brasileiro chegou a cancelar o visto do jornalista, impedindo-o de permanecer no país. O jornalista não foi expulso porque estava fora do país e só retornou depois que o governo recuou da decisão ao receber carta de Rohter. Na carta o jornalista pediu reconsideração do cancelamento do visto, argumentando que não tivera a intenção de ofender o presidente brasileiro. Mas o jornalista não pediu explicitamente desculpas ao governo brasileiro. ■

Jornal – O Globo
Editoria – O país

Página – 9

Data – 14 de setembro de 2004

Especialistas debatem relação imprensa-governo

Criação do Conselho Federal de Jornalismo provoca polêmica em congresso da Associação Nacional de Jornais

Audari Antunes Barbosa

• SÃO PAULO. Um debate sobre a mídia e o governo durante o 5º Congresso Brasileiro de Jornais, promovido pela Associação Nacional de Jornais (ANJ), acabou se transformando também numa discussão sobre a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo. Eugênio Bucci, presidente da Rábiobrás, afirmou que não há hoje no país qualquer ameaça à liberdade de imprensa.

— Não há, em momento algum, qualquer ameaça à imprensa no Brasil — disse.

O editorialista José Nêumanne Pinto, do "Jornal da Tarde" de São Paulo, mostrou ter opinião contrária e disse que o jornalista tem a obrigação de ser hostil:

— Existe uma incompatibilidade entre autoridade e imprensa. A imprensa tem a obrigação de ser hostil com a autoridade.

— Não posso concordar com esta conotação beligerante que se quer dar ao debate. O jornalista como mediador do debate público deve lidar com idéias antagônicas com cordialidade, com o dever da urbanidade. A independência

não precisa ser mostrada aos berros — contestou Bucci.

O articulista Luiz Garcia, do GLOBO, defendeu o direito de a sociedade ser informada e a atuação do jornalista sem a pretensão de ser agente político.

— O jornalista deve ser agente a serviço da sociedade. É melhor estar à sombra da sociedade do que à sombra do Estado — afirmou Garcia.

Para Nêumanne, prevalece no governo Lula um velho preconceito da esquerda brasileira, de que não existe liberdade de imprensa, mas de empresa. Ele disse que por isso o presi-

dente Lula chegou a chamar jornalistas de covardes, já que não defenderam o projeto de criação do Conselho Nacional de Jornalismo.

— A Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) não é representativa dos jornalistas. Não tem autoridades, apenas sindicalistas da CUT. Portanto, paus-mandados do governo — atacou Nêumanne Pinto.

Bucci disse que o projeto de criação do conselho de jornalismo, proposto pela Fenaj e enviado pelo governo ao Congresso, deve ser discutido pelos parlamentares.

Na abertura do congresso

da ANJ, o colunista do GLOBO e da TV Globo Arnaldo Jabor classificou de ataque à democracia limitações à liberdade de imprensa no Brasil e nos EUA. Durante o debate sobre "A importância do jornal e da liberdade de imprensa como instrumento na construção da cidadania e da comunidade", Jabor criticou os neoconservadores americanos, que implantam o medo como forma de controlar a sociedade.

— Em nome da liberdade eles suprimem a própria liberdade. Não se debate crise de valores. O debate na última eleição se limitou, com o per-

dão da palavra, a se Bill Clinton tinha comido ou não a Mônica Lewinsky — ironizou.

Na sua avaliação o governo Lula está rachado entre os sensatos e os que ainda defendem a ruptura.

— Há muito petista no governo que de dia é neoliberal e de noite é leninista. Metade do governo não quer a multiplicidade, quer o único. Querem evitar que a sociedade, os jornais, defendam o país deste desejo de controle, de fiscalização — disse.

Ele elogiou, porém, Lula por ter adotado o "caminho sensato" para a macroeconomia. ■

Jornal – O Globo
Editoria – O país

Página – 15

Data – 15 de setembro de 2004

Lula, na ANJ, diz que censura não voltará

Em discurso, presidente afirma que 'a melhor receita para o vigor do jornalismo é, sem dúvida, a liberdade'

Soraya Aggege

• SÃO PAULO. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem, durante a solenidade de posse da nova diretoria da Associação Nacional de Jornais (ANJ), que a censura não voltará a ser aplicada no país, nem mesmo "de forma dissimulada". Ele disse que, como governante, não fica incomodado quando lê críticas sérias ao governo nos jornais. O discurso de Lula foi em resposta às críticas da ANJ em relação ao projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ). Mas o presidente não fez referência alguma ao Conselho.

— A melhor receita para o vigor do jornalismo é, sem dúvida, a liberdade. Claro que, como cidadão, posso às vezes sofrer intimamente ao presenciar uma injustiça cometida por um erro qualquer de imprensa. Mas, na condição de governante, não me incomodo quando leio uma crítica séria ao governo numa página de jornal. O que me incomodava, e muito, era viver sob um regime no qual o governo se dedicava a censurar artigos de jornal. Isso não voltará a acontecer. E muito menos voltará a acontecer de forma dissimulada. Não se depender da minha vontade — discursou Lula, in-

terrompido por aplausos.

Na solenidade, Lula e seu ministro da Secretaria de Comunicação, Luiz Gushiken, ouviram críticas às ameaças que o governo tem feito à liberdade de imprensa e mesmo ao Ministério Público e à liberdade de informação, com o projeto de mordaça para o funcionalismo. No discurso, Lula disse que sua presença era uma homenagem à

imprensa, que ajudou a reconquistar a democracia.

— Só com a plena liberdade de imprensa o direito à informação pode ser atendido. Ao vir aqui, reiterei este compromisso, que é o compromisso de uma vida inteira — disse Lula.

O presidente frisou que entre os valores supremos do jornalismo está a independência, citando o primeiro artigo do

Código de Ética da ANJ.

— Sem a necessária independência, os jornais estariam entregues a um amontoado de interesses menores, interesses partidários, religiosos, familiares ou econômicos, que distorcem e mais que isso, estragam a informação que deve buscar, antes de tudo, a objetividade — disse, antes de fazer votos de que a independência dos jornais

fique a cada dia "mais robusta".

De acordo com o presidente, quanto mais os jornais forem livres, significa que mais cidadãos estão participando dos debates de interesse público. Segundo ele, a imprensa erra, mas o governo e as pessoas em geral também cometem erros.

— Há problemas nos jornais? Claro que há. Há erros, distorções? Sem dúvida. Mas há pro-

blemas, erros e distorções no governo, assim como em todas as atividades humanas.

Lula ressaltou ainda que quanto mais liberdade maior é a necessidade de responsabilidade, de modo que a afirmação incluía não só a imprensa mas também empresários, trabalhadores e o próprio governo.

Presidente do STF sugere auto-regulamentação

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, sugeriu a auto-regulamentação dos veículos de comunicação como forma de compatibilizar a liberdade de expressão com o direito dos cidadãos à intimidade, à honra, à imagem e à vida privada. Ele propôs a objetividade como critério para evitar o controle externo.

— Os órgãos da mídia devem buscar por meio de seus próprios organismos o que estou chamando de objetividade jornalística. Ou seja, quanto mais próximo for essa objetividade de dez, melhor. Quanto mais distante de dez e mais próxima de zero essa objetividade vai provocar o surgimento de órgãos fora do setor para tentar regulamentar. A auto-regulamentação é o caminho para a redução da degradação da objetividade jornalística — disse Jobim. ■

Críticas ao CFJ, à Ancinav e à Lei da Mordaça

'Temos convicção de que o governo e o Congresso não serão representantes destas idéias'

• SÃO PAULO. A solenidade de posse da diretoria da Associação Nacional de Jornais (ANJ) virou palco de críticas severas ao governo federal, na presença do presidente Lula. Os dirigentes da entidade condenaram a tentativa de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e também a redação da Lei da Mordaça para o Ministério Público, o projeto da Agência Nacional de Cinema e do Audiovisual e o decreto que impede os servidores de darem informações.

Francisco Mesquita Neto, do Grupo Estado, que transmitiu o cargo de presidente da ANJ para Nelson Sirotsky, do jornal "Zero Hora", abriu a solenidade com críticas severas:

— Apesar das garantias conquistadas na Constituição de 88, da liberdade de imprensa, ainda há ameaças e violências contra jornais e jornalistas. Entre essas iniciativas se inclui o projeto de lei encaminhado ao Congresso prevendo a criação do Conselho Federal de Jornalismo — disse.

Sirotsky citou exemplos de reportagens e iniciativas

dos jornais que ajudaram a democracia.

— A ANJ se coloca contrária à criação do Conselho Federal de Jornalismo. Temos convicção de que seu governo e o Congresso não serão os representantes desta idéia — disse Sirotsky, defendendo a auto-regulamentação do jornalismo.

O vice-presidente das Organizações Globo, João Roberto Marinho, empossado ontem um dos vice-presidentes da ANJ, homenageou Paulo Cabral de Araújo, a quem entregou o primeiro título de sócio honorário da entidade:

— É um justo reconhecimento a um homem que dedicou sua vida profissional à comunicação social e que teve atuação decisiva para que nossa associação alcançasse o prestígio e a importância que tem no país e na mídia internacional.

Entre os seres humanos, há os que acreditam no controle e os que acreditam na liberdade. Mesmo hoje, com a democracia, o dragão da escuridão continua vivo e ora reaparece aqui e ali — criticou Paulo Cabral de Araújo.

Jornal – O Globo

Editoria – O país

Página – 12

Data – 16 de setembro de 2004

ANJ espera arquivamento do projeto do CFJ

'A vinda do presidente Lula ao congresso repõe as coisas em seus lugares', afirma Sirotsky

Adauri Antunes Barbosa

• SÃO PAULO. O novo presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Nelson Sirotsky, considerou ontem muito importante o compromisso público assumido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a favor da liberdade de expressão e contra qualquer tipo de censura. Ele referia-se ao discurso feito por Lula anteontem à noite no encerramento do 5º Congresso Nacional dos Jornais.

— A vinda do presidente ao

congresso repõe as coisas em seus lugares. O presidente é um democrata, um liberal. Ele reiterou seus propósitos democratas e seu compromisso intransigente com a liberdade de expressão. Ele disse: "Não aceitaremos qualquer tipo de censura, nem de forma dissimulada". Ele disse também que, assim como a imprensa erra, indiretamente reconhece o erro de ter encaminhado um projeto (de criação do Conselho Federal de Jornalismo) sem discussão prévia.

Para Sirotsky, depois do que Lula falou na ANJ, o debate sobre a criação do CFJ ficou secundário:

— O destino deste projeto é o arquivamento. Do meu ponto de vista, a preocupação com o significado do conselho federal como ameaça à liberdade de expressão terminou com a vinda do presidente — disse Sirotsky.

Sirotsky disse que não vê problema na tramitação do projeto, já que, para ele, seu destino está traçado.

— Da forma como foi encaminhado, este projeto é inconstitucional. Ele fere o artigo 220 da Constituição, que expressa o direito do cidadão à liberdade de expressão e de informação — concluiu.

"Essa rediscussão não pode ser temida por ninguém"

De acordo com o Sirotsky, os empresários não temem a discussão e nem estão reagindo ao CFJ por regulamentar a profissão de jornalista.

— Essa rediscussão da regu-

lamentação do jornalista não pode ser temida por ninguém. Precisamos encontrar os fóruns adequados para fazer uma discussão serena.

No encerramento do Congresso, a ANJ divulgou os "Dez Mandamentos dos Jornais do Brasil". Elaborado por profissionais de veículos filiados à ANJ, os mandamentos orientam os jornais a obter melhores resultados nas suas várias áreas de trabalho, com o objetivo de melhorar a qualidade do produto. ■

Os dez mandamentos

• O que os jornais devem seguir:

- 1. Integrar o Intermeios, sistema do qual participam apenas 40 dos cerca de 500 diários do país.
- 2. Adotar o IVC. Só 70 jornais diários assinam o serviço do Instituto Verificador de Circulação.
- 3. Assinar pesquisas de mídia para entender melhor o público leitor.
- 4. Implantar tabelas simples de preços para facilitar o entendimento pelos anunciantes.

- 5. Explorar melhor o calendário promocional.
- 6. Ser obcecado por novos leitores e por circulação.
- 7. Valorizar relações comerciais de longo prazo. Anunciantes regulares podem ter melhores condições.
- 8. Construir sinergias, integração entre as áreas comercial, de circulação e editorial para a conquista de novos anunciantes.
- 9. Desenvolver novos anunciantes para conquistar mais clientes.
- 10. Formar o leitor do futuro.

CFJ volta a ser criticado em debate no Senado

Adriana Vasconcelos

• BRASILIA. Num debate promovido pela Comissão de Educação do Senado, o projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) foi alvo de novas críticas. Os presidentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azedo, e da Abert, José Inácio Pizani, e o vice-presidente da Associação dos Editores de Revistas (Aner), Murilo de Aragão, disseram que o CFJ é uma tentativa de cercear a liberdade de imprensa.

Mesmo os defensores do projeto, como o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Sérgio Murilo de Andrade, e o presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, Aloizio Lopes, admitem alterações na proposta.

O representante da OAB Hermann Assis Baeta falou so-

bre a possibilidade de se corrigir expressões contidas no texto, mas observou que a criação do conselho não constituiria absurdo. Poucos senadores participaram do debate.

O presidente da ABI deixou clara a posição "radicalmente contrária" da entidade à criação do conselho:

— Este projeto está palminhado de várias inconstitucionalidades, além de conceder poderes quase imperiais ao Conselho Federal de Jornalismo — afirmou Azedo.

Mesmo admitindo alguns abusos por parte de empresas de comunicação e de jornalistas, o presidente da Abert disse que não aceita restrição à liberdade de imprensa.

— Não existe espaço na sociedade brasileira para que pensem em qualquer tipo de controle. Isso nos arrepiaria. ■

Jornal — O Globo

Editoria — O país

Página — 15

Data — 11 de dezembro de 2004

Relator pede derrubada do Conselho de Jornalismo

Governo e oposição negociaram acordo que deve enterrar de vez proposta de criar órgão para regular atividade

• BRASÍLIA. A Câmara dos Deputados deverá rejeitar, na próxima semana, o projeto que cria o Conselho Federal de Jornalismo. A rejeição da proposta enviada ao Congresso pelo Executivo a pedido da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) foi negociada entre o governo e a oposição em troca da liberação da pauta de votações na Câmara.

O deputado Nelson Proença (PPS-RS), relator do projeto na

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, já apresentou seu parecer a favor da rejeição. Os líderes vão apresentar um pedido de votação em urgência da proposta, para que ela seja debatida e votada no plenário, depois da votação da Lei de Falências, primeiro item da pauta.

Proença fez o relatório com base tanto na proposta da Fenaj quanto no projeto de autoria do

deputado Celso Russomano (PP-SP) que cria a Ordem dos Jornalistas do Brasil. O relator argumenta que a profissão de jornalista já está regulamentada por um decreto de 1969 e que os crimes de imprensa, como os que atentam contra a honra, estão previstos na Lei de Imprensa e são julgados pela Justiça.

Para o relator, não é cabível aplicar aos jornalistas normas de conduta e ética aplicadas a

outras profissões como médico ou engenheiro. Segundo Proença, o compromisso do jornalista "é com a denúncia, com a apuração dos fatos que surjam no subsolo da sociedade, nas engrenagens do Estado, nos corredores sinuosos do poder".

Numa crítica ao texto de Russomano, que estabelece regras sobre como jornalistas devem se vestir, o relatório ironiza: "O jornalista tem a liberdade de

questionar, agredir, comportar-se mal, vestir-se mal, romper com as normas, se isto trouxer, aos olhos da opinião pública, a garantia de que não há segredos que não possam ser desmascarados, de que a imprensa investiga, confirma e divulga, de forma independente, os desvios de conduta a que os poderosos estão sujeitos. Perigosos são o bom-mocismo, o respeito exacerbado às normas, o temor

diante da autoridade".

O relator disse que, muitas vezes, ele e outros políticos se irritam com os questionamentos de jornalistas, mas que esse é um preço menor a ser pago em nome da liberdade de imprensa.

— A atividade de jornalismo tem que ser completamente desregulamentada. É o melhor para a categoria, a liberdade de imprensa e o Brasil. ■

OPINIÃO

JURISPRUDÊNCIA

• O PARECER do deputado Nelson Proença sobre a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo atende a todos os requisitos de um bom texto jornalístico.

NO RELATÓRIO do projeto de lei de instituição do CFJ, Proença consegue ser objetivo, claro e conciso na rejeição à idéia do conselho.

USA ARGUMENTOS irrefutáveis: o conselho é ocioso como órgão regulador da profissão porque já existe lei para

tal; é descabido na tentativa de estabelecer normas e um código de ética para o jornalista porque a imprensa depende da liberdade para funcionar na plenitude — além de o jornalista já responder à legislação específica. Por tudo isso, o CFJ é uma ameaça à sociedade.

APROVADO, COMO precisa ser, o texto do relatório merece ser lembrado toda a vez que se tentar cercar a imprensa sob o disfarce de normas regulatórias.

Jornal – O Globo

Editoria – O país

Página – 13

Data – 16 de dezembro de 2004

Câmara rejeita projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo

Líder do PT, porém, propõe que se tente aprovar outra proposta ano que vem

• BRASÍLIA. A Câmara dos Deputados rejeitou ontem, em votação simbólica, o projeto do Executivo que previa a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) com o objetivo de controlar e disciplinar a atividade jornalística. O relator do projeto, Nelson Proença (PPS-RS), recomendou que o projeto fosse rejeitado pelo plenário argumentando que a tentativa de regulamentação, proposta pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e endossada pelo governo Lu-

la, resultaria em restrições à atividade jornalística.

— Essas propostas são recorrentes. Volta e meia retorna ao debate a idéia de regulamentar, restringir, coibir. Alguém já disse que o preço da liberdade é a eterna vigilância e isso vale para este caso — disse Proença.

Havia acordo de líderes para rejeitar projeto

Já havia sido feito um acordo entre líderes governistas e da oposição para rejeitar o

projeto e desobstruir a pauta de votações da Câmara. O líder do PT, Arlindo Chinaglia (PT-SP), ao anunciar o apoio do governo à rejeição do projeto, assumiu compromisso de reapresentar o tema na pauta da Câmara após o recesso, no ano que vem. Chinaglia afirmou que, apesar de concordar com a rejeição em atendimento ao acordo, vai pedir que o Executivo envie no próximo ano um projeto propondo simplesmente a criação do conselho. Todo o

debate sobre atribuições e composição, disse, se daria no Congresso.

— Nós da bancada do PT achamos muito importante que se crie um conselho de jornalistas. Temos a noção exata que o projeto do Executivo acabou contaminado por um debate que não houve, que esta Casa não fez e que quem acabou fazendo foi a imprensa — disse o líder.

A Federação Nacional dos Jornalistas divulgou nota criticando a rejeição da proposta. ■

Petista e comunista insistem na proposta

Apesar do acordo de líderes, dois deputados ainda defenderam a criação do Conselho

• BRASÍLIA. Mesmo com o acordo de líderes para rejeitar a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), houve polêmica em plenário. O projeto foi defendido pelos deputados Paulo Pimenta (PT-RS) e Daniel Almeida (PCdoB-BA). Diante dos discursos contrários à criação do Conselho, Paulo Pimenta reagiu:

— Sou jornalista por formação. A meu ver, seria desrespeitoso para a categoria dos jornalistas que esta Casa, ao rejeitar esse projeto, vendesse para a opinião pública a idéia de que aqui está sendo enterada mais uma tentativa de se restabelecer a censura, a Lei da Mordada.

Já os deputados Darcísio Perondi (PMDB-RS) e Fernando Gabeira (sem partido-RJ) criticaram a proposta argumentando que o país precisa de mais liberdade para a atividade jornalística.

— Não posso entender como esse Conselho formado de burocratas vai me orientar. Isso não tem sentido. O pior é que a constituição do Conselho é feita de tal maneira que a primeira direção seria a que está aí, a da Fenaj, composta de pessoas ligadas ao PT — disse Gabeira, acrescentando:

— Durante quatro anos teria a presença majoritária de jornalistas filiados ao partido do governo. ■

CUIDANDO DE SUA EMPRESA DE JANEIRO A JANEIRO!!!
Consultas, Exames e Cirurgias
Atendimento domiciliar de urgência/emergência
PREÇOS ESPECIAIS PARA PLANO EMPRESA E MICRO EMPRESA A PARTIR DE 3 TITULARES
riosauê
2213-3113

Unimed Rio
LIGUE AGORA PARA O MELHOR PLANO DE SAÚDE DO MERCADO
Carência REDUZIDA de 0 a 58 anos mesmo sem plano anterior
Fale direto com a Unimed-Rio de 08 às 20h
A partir de **71,24**
0800-282-5522

Carência Zero Para consultas na rede própria
Propriedade de Saúde do Rio
Tabela de valores:
idosos 40,73 39 a 43 anos 72,24
idosos 44,00 44 a 48 anos 104,08
idosos 52,03 49 a 53 anos 130,48
idosos 60,15 54 a 58 anos 167,01
idosos 70,90 >= 59 anos 244,37
Custo com desconto e co-participação
0800-709-9797

Jornal – O Globo
 Editoria – Opinião

Página – 07

Data – 13 de agosto de 2004

LUIZ GARCIA

Novas visitas à redação

O projeto que cria o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) deveria — até como homenagem às desejadas virtudes de nosso estilo profissional — ter texto simples, direto e objetivo.

Mas quem o escreveu — ou quem, na Casa Civil, reescreveu certos trechos — preferiu esbanjar generalizações nas quais o tom enfático não esconde a ausência de explicações objetivas sobre o que se pretende atingir; principalmente, sobre como chegar lá. Isso permite a cada um entender o que bem quiser. Se algo entender.

Por exemplo, o conselho e suas filiais estaduais deverão orientar, disciplinar e fiscalizar "o exercício da profissão de jornalista e da atividade de jornalismo".

Esse conjunto de expressões chega muito perto de significar que a nova autarquia — um braço do Estado — terá poderes perigosamente próximos do controle sobre tudo aquilo que os meios de comunicação levarão à sociedade. Inclusive sobre o que ocorre nos salões e desvãos do mesmo Estado a que serve a dita autarquia.

Pior, prevê-se um controle *a priori*, com atitudes e formas de tratamento preestabelecidas. Não há outra forma de entender o verbo "orientar". Valer, não é essa a intenção, nem da Federação Nacional dos Jornalistas, mãe da criança, nem de Lula, pai adotivo. Pode ser apenas problema de mau texto mesmo. Oremos.

Adiante, o CFJ ganha o poder de criar um código de ética e disciplina, a que todos os jornalistas do país estarão submetidos. Esse documento regulará os deveres do jornalista com a comunidade, as suas relações com os outros jornalistas e ainda um enigmático "dever geral de urbanidade".

Num trecho de humor negro, afirma-se que o jornalista, ao obedecer a todas as essas normas, deverá manter "independência em qualquer circunstância". Vai ser um bocado complicada essa independência obrigatória.

Pior, o projeto ignora princípio elementar do jornalismo. É com certeza indispensável uma permanente preocupação ética; mas isso nem de longe sugere uma padronização de comportamentos e decisões. Exemplo elementar: seria ético divulgar sem qualquer apuração complementar uma informação não oficial de fonte policial? A única resposta firme e enfática a essa pergunta é: Depende.

Depende do lugar, da polícia do lugar, da fonte em questão e do que o jornalista sabe sobre sua forma de agir. E boa comunicação social terá a comunidade em que os diferentes veículos tenham respostas honestamente diferentes a esse tipo de pergunta. Todos, por exemplo, somos a favor da denúncia a serviço do interesse público, e contra o denunciante contratado por interesses desonestos. Apenas não há como defini-los com precisão num texto de lei. Não se conhece melhor maneira de tratar o assunto do que cada um seguir sua consciência — e aguardar o julgamento da opinião pública.

Mais do que um código pasteurizante, o que serve ao leitor é uma permanente e obsessiva preocupação ética nos meios de comunicação — sem a menor obrigação de uniformizar a informação.

O fato é que não há códigos ou leis que cubram todas as alternativas, todas as escolhas, todas as nuances de tratamento de um assunto. A única alternativa para o futuro CFJ será designar um representante da autarquia para cada redação, incumbido de examinar, caso a caso, "a fidel observância dos princípios de ética e disciplina da classe".

Não acredito que haja um só membro da Fenaj que se preste a um papel desses. Lembrará muito outro tipo de visitantes que, em tempos passados mas não esquecidos, decidiam o que seria ou não seria publicado.



Jornal – O Globo
 Editoria – Opinião

Página – 07

Data – 14 de agosto de 2004

ZUENIR VENTURA

Se não bastasse a Justiça

Os profissionais responsáveis pela criação do Conselho Federal dos Jornalistas e os que o defendem alegam que a proposta partiu de entidades que representam a própria categoria e não do presidente da República, que apenas a teria endossado, e isso por si só já garantiria a legitimidade da iniciativa. Assim, as reações à idéia deveriam ser atribuídas aos que não leram o projeto ou aos que, tendo-o lido, adotam o "discurso dos patrões", defendendo o "controle da informação pelos donos da mídia", nas palavras de uma diretora da Fenaj. O CFJ estaria vindo apenas para regulamentar o exercício da profissão, tornando-a mais ética e responsável.

Se era assim, fica ainda mais difícil explicar como se permitiu sem protesto que a Casa Civil se apropriasse do texto original para impor-lhe modificações que alteram a proposta e ampliam as atribuições do Conselho, dando-lhe poderes de patrulhar toda a "atividade do jornalismo". A verdade é que não se trata de acaso, mas de um sintoma a mais dessa mania de perseguição e ânsia punitiva que vem atacando o governo. Lula e alguns de seus ministros já manifestaram abertamente sua intolerância em relação à imprensa.

Na visão oficial, o país está diante de um jornalismo sem controle e impune. Surfa na onda do denunciismo, comete de-

satinos, faz o que quer e nada lhe acontece. O governo não considera nem o fato de que os possíveis desvios, injustiças e exageros de que ele tanto se queixa são criticados na própria imprensa, que não é unânime e solidária, mas um organismo diverso e competitivo, em que cada veículo tem suas próprias opiniões. E em cada cabeça de jornalista uma sentença.

Outro equívoco é a crença de que o jornalismo está acima de qualquer suspeita e que nem a lei nos atinge quando extrapolamos. No ano passado, a revista "Consultor Jurídico" realizou uma pesquisa e descobriu que, numa amostragem de 2.783 jornalistas e empresas, havia contra eles 3.342 ações judiciais. Se fossem condenados em todas as ações, a maioria por danos morais, de desfecho rápido, teriam de desembolsar R\$ 65 milhões, considerando R\$ 20 mil como valor médio arbitrado pela Justiça para as indenizações, algumas superiores a R\$ 1 milhão.

Como visar o bolso é um recurso eficaz para inibir abusos, pode-se dizer que, ao contrário do que se pensa, não falta punição. Talvez haja até demais, como admitem membros do Judiciário, preocupados com o que pode estar virando indústria.

É hora de lembrar a lição de D. Pedro II: "Os males da imprensa curam-se com a própria imprensa."



Data – 17 de agosto de 2004

LUIZ GARCIA
O dia seguinte

Digamos, por provável hipótese, que caminha para o lixo a tentativa de criação do Conselho Federal de Jornalismo. O Plano é a favor do projeto, por ver na autarquia um antídoto ao denunciismo (que, por sinal, não tem defensores na imprensa honesta). Mas é difícil acreditar que um governo que até hoje não moveu uma palha para limpar da legislação brasileira a nódoa humilhante representada pela Lei de Imprensa editada no regime militar (governo Costa e Silva) considere-se no direito (ou dever?) de acrescentar novas correntes às algemas em vigor.

Na verdade, o projeto do CFJ é algo parecido com uma proposta de impor restrições ao comércio honesto como forma de acabar com os camelôs que vendem produtos falsificados. Nada contra o combate aos desonestos: tanto há donos de empresas jornalísticas mal-intencionados quanto profissionais indignos de exercer a profissão. Mas a proposta encampada pelo governo não peca pelas intenções, e sim pela falta de eficácia dos mecanismos. Podem apostar: não vai adiante. Está distante da realidade do jornalismo brasileiro.

Mas é preciso reconhecer: veio à superfície um problema que não desaparecerá com o naufrágio do projeto. Ou seja, o fato de que abusos são cometidos em nome da liberdade de informação. Por profissionais e patrões. Graças a Nossa Senhora da Pena, nossa padroeira, os grandes pecadores não são a maioria. Longe disso, mas o problema existe.

Enfrentar o problema talvez exija começar pela discussão do que é liberdade de imprensa. Proponho que seja um conceito falso. O que deveria existir — e constituir a base de qualquer conceituação do ofício — seria o direito da sociedade à informação. E o dever da imprensa de atender a esse direito. Resumindo: nós, jornalistas, não temos a liberdade, mas o dever de informar.

E a liberdade de ação dos meios de comunicação só se justifica na medida em que funciona como instrumento do indispensável direito da sociedade de ser informada — para com esse insumo decidir seus caminhos.

O jornalista não é Robin Hood. E não precisa de códigos ou regulamentos particulares (que, a propósito, não existem nas chamadas democracias sofisticadas). Nossos excessos podem ser perfeitamente enquadrados nos códigos Civil e Penal. A calúnia, a difamação ou a injúria não são diferentes se cometidas pelo cidadão ou pelo veículo de comunicação. O mesmo vale para a chantagem e para a falsificação, por exagero ou deslavada mentira, do produto vendido à sociedade. De resto, os meios de comunicação têm, independentemente das leis, um controle severo: o da opinião pública. Ela compra, assiste ou ouve o que lhe interessa e lhe serve. E de boba não tem nada: pode ser enganada por algum tempo mas no fim das contas compra, vê ou ouve o que serve aos seus interesses pessoais e ao exercício da cidadania. Não seria má idéia se os meios de comunicação tomassem a iniciativa de botar a boca no trombone contra o denunciismo, a acusação mal fundamentada, a denúncia amparada apenas na rivalidade política, ou na irresponsabilidade (maldosa ou incompetente) da autoridade.

Alguns podem temer que o público ache que somos todos farinha do mesmo saco. É um risco que facilmente se evita: basta que um comportamento ético impecável seja o principal instrumento da campanha.



Jornal – O Globo
Editoria – Opinião
Data – 19 de agosto de 2004

Página – 07

VERISSIMO
Com que roupa

Não acho totalmente ruins esses projetos para disciplinar jornalistas. Gostei principalmente da idéia de definir critérios para os trajes a serem usados no exercício da profissão. Poucas coisas afetam o funcionamento de uma redação como o comprimento das saias usadas por certas jornalistas, por exemplo. Esta é uma área em que algum tipo de padronização é obviamente necessária. Caberia ao Conselho, ou à Ordem, ou ao que quer que seja que vá nos disciplinar, estabelecer limites máximos e mínimos para as saias desde que ficasse claro não haver qualquer intenção de controlar o conteúdo.

Não imagino como seria um traje adequado para cronistas. Talvez algo na linha do blazer azul, camisa aberta ao peito em tom pastel, calças cinzas e sapatos tipo mocassim. Algo, enfim, para distingui-los das categorias inferiores. Para as moças, blazers também, mas com um cachecol cuja cor variaria de acordo com o assunto de que tratam (rosa-shocking para a política, verde debênture para a economia etc.).

A regulamentação dos trajes para cronistas enfrentaria alguns problemas práticos na aplicação, como o que fazer com as meias coloridas do Zuenir. Proibi-las simplesmente seria um

inaceitável cerceamento da liberdade de expressão dos pés do cronista. Tornar o uso de meias coloridas iguais às do Zuenir obrigatório para todos os cronistas só aumentaria os protestos contra a escalada do autoritarismo tipo soviético neste governo. Hoje só meias como as do Zuenir para todos, amanhã só o "Pravda". A solução seria um dispositivo especial da nova lei que isentasse as meias do Zuenir do artigo que trata das nossas vestes. O que se esperaria dos responsáveis pelos projetos para disciplinar jornalistas é que tivessem a sensibilidade e o bom senso de rever este item. Peio menos este.

O "Washington Post" seguiu o exemplo do "New York Times" e se desculpou com seus leitores por ter dado crédito e espaço na primeira página às justificativas mentirosas oficiais para ir matar crianças no Iraque enquanto enterrava as dúvidas e os eventuais desmentidos nas páginas de serviço. A imprensa americana não é disciplinada mas suas publicações mais respeitáveis recorrem ao orgulho profissional e ao remorso, mesmo que tardio, para se manterem respeitáveis. O hábito da retratação ainda não pegou na imprensa brasileira.



Jornal – O Globo

Editoria – Opinião

Página – 07

Data – 21 de agosto de 2004

OUTRA OPINIÃO

Chega de histeria

AZIZ FILHO

A criação de um órgão integrado por profissionais de imprensa para regular o exercício do jornalismo, hoje atribuição do Ministério do Trabalho, é debatida pelos jornalistas brasileiros há uma década. A exemplo da OAB e de dezenas de conselhos, o órgão também zelaria pelo cumprimento do Código de Ética, uma reação da própria categoria às práticas que constroem os profissionais sérios e desacreditam a imprensa como olhos e ouvidos da sociedade. Direitos públicos como a liberdade de imprensa são tão constitucionais como os direitos individuais. Nem por isso a OAB ameaça os direitos do cidadão ao regular o exercício do direito e fiscalizar a ética dos advogados.

Em todo o Brasil, dezenas de milhares de jornalistas enfrentam um mercado sem regulação, sujeitando-se a condições indignas ou violentando sua consciência com medo do desemprego. Não têm a quem recorrer. O Estado não tem agilidade, independência nem conhecimento de causa para dar conta do recado. O que o conselho faz é exatamente tirar essa função das mãos do governo — e não o contrário, como alardeia a histeria da mídia.

O projeto do conselho foi encaminhado pela Fenaj em 2002 ao governo Fernando Henrique porque só o Executivo pode propor a

criação de uma autarquia para assumir encargos que eram seus. O conselho, portanto, nada tem a ver com a suposta “escalada autoritária” do governo Lula ou com as ações para calar o Ministério Público e os funcionários da União. Os jornalistas abominam expedientes como esses, que ferem a liberdade de informação. Por isso é preciso, em um amplo debate, separar alhos e bugalhos, sem o rolo compressor do pensamento único da mídia ou de políticos oportunistas.

Um amplo
debate
separará
alhos de
bugalhos

Qualquer alteração no projeto para excluir expressões que sugiram a hipótese de cerceamento é bem-vinda. A liberdade de imprensa é o princípio mais sagrado do Código de Ética que o conselho tem a função de fazer valer. O que não é justo é tirar dos jornalistas o direito que toda profissão tem de regular seu ofício e ze-

lar por sua ética. A imprensa não pode tudo, nem o mercado. Empresários e profissionais que não usam a mídia com objetivos escusos não têm motivos para temer um conselho regulador formado por jornalistas. Muito menos a sociedade, que teria um motivo a mais para confiar na imprensa livre, regida por princípios éticos e não pela lei da selva ou pela conveniência dos detentores da informação.

AZIZ FILHO é presidente eleito do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro.

Jornal – O Globo
 Editorial pág 6
 Data – 10 de agosto de 2004

OPINIÃO

O único juiz

O governo Lula propôs ao Congresso a criação do Conselho Federal de Jornalismo e um número indeterminado de conselhos regionais, definidos como “autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público”. As atribuições desses organismos paraestatais não poderiam ser mais amplas: orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão e da atividade de jornalismo, além de zelar “pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe”.

O projeto é antiga proposta da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, encampada com entusiasmo pelo presidente da República: o anteprojeto submetido pela Fenaj tramitou pela Casa Civil com invejável velocidade. Não foram ouvidos órgãos como a ABI — no mínimo, um desrespeito à história da entidade — nem representantes das empresas jornalísticas. A auto-suficiência poderá ser corrigida no Congresso. Mas o Executivo poderia se poupar de uma peculiar demonstração de açodamento e ignorância.

Faltou quem explicasse ao Palácio do Planalto que a imprensa só é realmente livre quando seu

comportamento ético se submete a apenas dois tribunais — as instâncias do Judiciário, quando acionadas, e o julgamento permanente e sempre severo da opinião pública.

É difícil entender a decisão de se entregar a uma organização, por mais virtuosas que sejam suas intenções, a prerrogativa de moldar e definir a atividade jornalística no país inteiro. E isso sem qualquer

aferição do peso real de sua representatividade.

Os parâmetros éticos do jornalismo são altamente subjetivos. O mesmo fato pode ter abordagens diferentes, ambas éticas — e a sociedade tem direito a conhecer as duas. Qualquer código imposto por lei a todas as redações produzirá um jornalismo homogeneizado, padronizado pela

timidez. E incapaz de oferecer à opinião pública aquela que talvez seja a sua maior contribuição para a preservação da democracia: o direito de escolher entre diferentes visões da realidade, entre diferentes critérios de avaliações dos fatos, entre diferentes formas de servir ao interesse público.

O único juiz legítimo da imprensa é a opinião pública. Nenhuma autarquia pode tomar o seu lugar.

O único juiz
 legítimo da
 imprensa é a
 opinião
 pública

Jornal – O Globo
 Editorial pág 6
 Data – 13 de agosto de 2004

OPINIÃO

Censura

Anunciado pelo governo o envio ao Congresso do projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo, inspirado numa proposta da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), estabeleceu-se um debate em que algumas intervenções de autoridades de Brasília têm ajudado a desvendar o verdadeiro caráter da iniciativa. Uma dessas intervenções partiu do secretário de Comunicação e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, o mesmo que em uma reunião com jornalistas em Brasília causou constrangimentos ao defender um viés mais positivo para o noticiário sobre as ações governamentais.

Pois nesse debate, o secretário, ao justificar o conselho, argumentou com a tese de que “nada é absoluto”, nem mesmo a liberdade de imprensa. E assim Gushiken repetiu um conhecido cacoete de todo aquele dono do poder interessado em controlar as redações. Voltamos no tempo, à era dos generais do regime de 64, quando a liberdade de informação e de expressão também recebia qualificações. Naquele duro período, o termo em voga era o da “liberdade com responsabilidade.” O problema é que cabia ao

governo ditatorial definir se a notícia ou o profissional eram ou não “responsáveis”.

Em plena democracia, a idéia do conselho significa uma meia-volta na História para colocar na imprensa, novamente, a mordada. Não mais a dos censores da Polícia Federal, mas de um organismo paraestatal constituído para fiscalizar os jornalistas e — pela última versão do projeto — o próprio

jornalismo, ou seja, as empresas de comunicação. Ao se tentar fiscalizar uma atividade muito diferente da engenharia, da medicina e da advocacia, apenas se cria um instrumento de censura. Sutil, mas nem por isso pouco eficaz, por ter o poder de cassar carreiras.

Ao contrário de profissões em que erros e acertos são mensurá-

veis, o jornalismo é envolto em subjetividade. O que não significa que o erro e o acerto da imprensa não sejam evidentes. E para o erro existe a Justiça como arma de defesa da sociedade. O resto é acessório. Como esse conselho, a ser tripulado por comissários ligados a esta ou àquela corrente política e ideológica, algo muito diferente do pluralismo cultivado no cotidiano da moderna imprensa brasileira.

A liberdade de
 imprensa e
 expressão
 não pode ser
 adjetivada

Jornal – O Globo
Editorial pág 6
Data – 21 de agosto de 2004

TEMA EM DISCUSSÃO: *Jornalismo*

NOSSA OPINIÃO

Risco histórico

As críticas unânimes feitas na imprensa, por colunas e editoriais, à proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) parecem ter surpreendido o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

De conhecida formação sindical, Lula se acostumou a tratar as reivindicações encaminhadas por órgãos de representação classista como se todas fossem legítimas. Ao receber da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) a sugestão de criação do CFJ, é muito provável que o presidente tenha considerado a idéia como de toda a categoria.

Foi um erro, pois a presença e o peso que os sindicatos têm entre os metalúrgicos, por exemplo — para citar a categoria em que Lula militou — são diferentes do caso dos jornalistas.

A estrutura sindical do país, oriunda de uma visão corporati-

vista da sociedade, e de inspiração fascista, coloca sob suspeição das redações, e de qualquer pólo de trabalho intelectual, toda proposta de criação de organismos que tenham ingerência, a menor que seja, na elaboração de produtos editoriais ou culturais.

Jornalismo não rima com esquemas estatais ou paraestatais de controle profissional. Mais ainda no Brasil, onde a imprensa e o jornalista têm sido vítimas históricas de arbitrariedades do Estado. No caso do conselho, o perigo é ainda maior, por ele poder servir de instrumento legal de coerção de profissionais, a partir de conceitos ideológicos e subjetivos. Seria instituído um sistema de controle da imprensa, como se estivessemos em regime de exceção, mas com tinturas de legalidade. Desde a ditadura militar, a liberdade de expressão não corre tanto risco.

Jornal

Folha de S. Paulo

Matérias recolhidas via internet

FOLHA **opinião**

06 de agosto de 2004

ELIANE CANTANHÊDE

O caldo entornou

BRASÍLIA - O governo Lula, sinceramente, poderia dormir sem mais essa: a denúncia feita ontem pelo site da revista "Veja" de que o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, enviou dinheiro para doleiros que são investigados no país.

Em favor de Meirelles, diga-se que ele tem como justificar a origem do dinheiro, que nem é tanto (pouco mais de US\$ 50 mil). Ou seja, ninguém suspeita que esteja envolvido em tramóias e desvios. Mas a questão é outra: ele está sendo obrigado, dia sim, dia não, a dar explicações sobre procedimentos pregressos. Nada edificante para um presidente do BC.

Alguém pode dizer que demitir Meirelles seria hipocrisia, porque "todo rico faz isso", mas o presidente do BC no governo do PT não tem o direito de sair por aí fazendo o que "todo mundo faz". É mau exemplo. Deixar isso pra lá é estimular o erro, a impunidade. Um "liberou geral".

O comando do governo se diz satisfeito com a nota de Meirelles e continua decidido a mantê-lo, como a Cássio Casseb (BB) e a quem mais vier. Para não transformar uma crise ética numa crise política maior.

Para azar do governo, ou até por falta de "simancol", a denúncia contra Meirelles saiu no mesmo dia da notícia de que Lula encaminhou ao Congresso um projeto de lei criando o Conselho Federal de Jornalismo. Uma espécie de poder para punir jornalistas que extrapolem suas funções e, por exemplo, façam denúncias irresponsáveis, sem provas.

Há muito o que discutir sobre o mérito de uma medida assim sob o ponto de vista da imprensa e de fora da imprensa, mas o que não dá para entender é a oportunidade, ou o oportunismo. O PT empenhar-se em criar um conselho para punir jornalistas nos governos Sarney, Collor, Itamar e FHC teria credibilidade.

Mas criá-lo justamente agora que os jornalistas divulgam denúncias contra Meirelles, contra Casseb e contra o uso do Banco do Brasil para favorecer o PT? Não será um conselho de jornalismo, mas, sim, um conselho do PT contra os jornalistas.

FOLHA **brasil**

06 de agosto de 2004

Presidente da ABI se diz contra criação de órgão

DA REPORTAGEM LOCAL

O presidente da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), Maurício Azêdo, afirmou ontem temer que a criação do CFJ (Conselho Federal de Jornalismo) represente "uma violação da ordem democrática definida pela Constituição Federal".

"Vamos examinar a questão muito atentos ao teor punitivo", disse ele, que levará a projeto de lei para ser analisado pelos diretores da ABI.

Para Azêdo, o governo se equivoca porque trata os jornalistas como profissionais liberais: "Conselhos federais são feitos para fiscalizar profissionais liberais. Não é o caso dos jornalistas, que, a meu ver, continuam sendo assalariados".

O vice-presidente da ABI, Milton Temer, também reprova a criação do CFJ. Para ele, a fiscalização do exercício do jornalismo já é feita pelas comissões de ética da ABI, da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) e dos sindicatos. "Isso é uma burocratização que não tem que existir", afirmou.

A Fenaj defende o CFJ argumentando que a fiscalização do exercício do jornalismo não é feita de maneira satisfatória pelo Ministério do Trabalho. Em abril, representantes da federação se reuniram com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e cobraram que o projeto, então recém-elaborado, fosse logo enviado ao Congresso Nacional. O presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, Tales Castelo Branco, afirmou que é favorável à criação do CFJ desde que ele cuide da ética no jornalismo e seja um órgão independente.

"Como o conselho vai ter poderes de sancionar jornalistas, é preciso concentrar absoluta independência. Para ser independente, precisa ser comandado exclusivamente por jornalistas, sem vinculação com nenhum órgão do governo, como o Ministério do Trabalho", afirmou.

Projeto do governo prevê a criação do Conselho Federal de Jornalismo, cuja função seria "orientar e disciplinar" a profissão

Lula quer conselho para fiscalizar jornalismo

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou ao Congresso projeto de lei que prevê a criação do CFJ (Conselho Federal de Jornalismo) e suas respectivas seções estaduais. O conselho terá poderes, segundo a proposta do governo, para "orientar, disciplinar e fiscalizar" o exercício da profissão e a atividade de jornalismo -inclusive com poderes de punir jornalistas.

O texto do projeto foi publicado ontem no "Diário Oficial" da União. Elaborado pelo Ministério do Trabalho, o texto passou pelo crivo jurídico da Casa Civil e ainda tem de ser aprovado pela Câmara e pelo Senado, antes de ser sancionado pelo presidente da República.

Outra função do CFJ, ainda segundo o texto, será a de "zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe" e "colaborar com o aperfeiçoamento dos cursos de jornalismo e comunicação social com habilitação em jornalismo".

A proposta é polêmica por sugerir algum tipo de controle numa atividade em que a liberdade de expressão é a base. Além disso, insere-se num contexto de dificuldades de relacionamento entre o governo Lula e a imprensa.

Em diversos episódios desde o começo de seu mandato, Lula e alguns ministros criticaram a atuação da imprensa.

"Notícia é aquilo que nós não queremos que seja publicado, o resto é publicidade", disse Lula no ano passado.

O chefe da Secretaria de Comunicação de Governo, Luiz Gushiken, já se queixou do que considera "negativismo" do noticiário.

Neste ano, um jornalista norte-americano, Larry Rohter, teve seu visto revogado por ter escrito uma reportagem no "New York Times" na qual abordava supostos abusos alcoólicos de Lula. A decisão do governo foi revista após a repercussão negativa do episódio. Além disso, nas reuniões de cúpula do governo, são constantes as desaprovações à conduta de jornalistas e de órgãos de imprensa.

Para exercer a profissão, diz o projeto, o jornalista deverá estar inscrito num conselho regional de jornalismo.

Durante 90 dias, a contar da posse da primeira composição do CFJ, a emissão da carteira profissional de jornalista permanecerá sob a responsabilidade da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais). Não há menção à obrigatoriedade do diploma de jornalista, hoje contestada judicialmente.

Em ofício enviado ao presidente Lula, no qual expõe os motivos para a criação do CFJ, o ministro Ricardo Berzoini (Trabalho) afirma que "atualmente não há nenhuma instituição com competência legal para normalizar, fiscalizar e punir as condutas inadequadas dos jornalistas". O CFJ, segundo ele, ocuparia tal espaço.

"O conselho poderá inclusive proteger, de forma indireta, o próprio jornalista, hoje sujeito a demissão sumária caso se recuse a seguir ordens superiores, mesmo as antiéticas ou destinadas a produzir reportagens falsas ou parciais", afirma o ministro Berzoini.

Segundo o texto do projeto, a primeira composição do conselho será provisória, contando com dez jornalistas profissionais efetivos e dez suplentes -todos indicados pelo conselho de representantes da Fenaj. Ele tomará posse em até 60 dias após a publicação da lei no "Diário Oficial".

O texto afirma que o mandato dos conselheiros provisórios "terá a duração necessária" para organizar a eleição de cinco conselhos regionais. Caso ultrapasse dois anos, a Fenaj poderá indicar nova composição para "ultimar a eleição dos cinco conselhos regionais". Caberá ao próprio CFJ "editar e alterar o seu regimento".

As contas do CFJ terão de ser entregues anualmente ao TCU (Tribunal de Contas União).

Para ministro do Trabalho, denúncias irresponsáveis afetam "negativamente" o país; governo não irá interferir, afirma

Conselho vai coibir excessos, diz Berzoini

LEONARDO SOUZA

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, declarou ontem que o Conselho Federal de Jornalismo vai permitir que a própria categoria estabeleça "mecanismos de controle ético", uma vez que as denúncias irresponsáveis afetam "negativamente o país, a economia, o clima social", gerando "instabilidade". Para exemplificar, o ministro citou recentes acusações contra o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. "Ontem [anteontem], por exemplo, em cima de uma notícia que, aparentemente, foi precipitada, porque não propiciou o contraditório antes de ser divulgada, nós tivemos uma variação na Bolsa que chegou a quase 5%", disse ele, referindo-se à reportagem veiculada na internet pela revista "Veja", na quinta-feira, segundo a qual o presidente do Banco Central teria feito operações financeiras irregulares no exterior.

O governo federal encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei elaborado pelo Ministério do Trabalho que prevê a criação do conselho federal e de seções estaduais. O conselho teria poderes até mesmo para cassar o registro profissional de jornalistas. Leia a seguir trechos da entrevista:

★ **Folha - De quem foi a idéia no governo de criar o conselho?**

Ricardo Berzoini - Esse projeto está parado no Ministério do Trabalho há uns dez anos. Recentemente [há cerca de três meses], no Dia do Jornalista, a Fenaj [Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais] pediu que nós dêssemos uma resposta objetiva [sobre a criação ou não do conselho].

Nós avaliamos que havia razões para criar, pela natureza da função do jornalista, pela importância social [...] de ser o mediador das informações do Estado para a opinião pública e, ao mesmo tempo, porque é uma atividade que, se exercida de maneira irresponsável, pode produzir danos extremamente graves para empresas, para pessoas, para o país. Nossa preocupação é ter a própria categoria estabelecendo mecanismos de controle ético e de debates sobre a natureza da profissão.

★ **Folha - A decisão de criar esse conselho vem depois do caso Larry Rohter [jornalista americano que chegou a ter seu visto revogado pelo governo] e, agora, da afirmação do ministro José Dirceu de que as acusações contra Cássio Casseb [presidente do Banco do Brasil] e Meirelles beiram o denunciismo.**

Berzoini - Não tem nenhuma relação entre uma coisa e outra. Nós só atendemos à federação nacional de uma categoria.

★ **Folha - O conselho poderia disciplinar, coibir matérias caracterizadas como simples denunciismo?**

Berzoini - Quem vai determinar como o conselho vai funcionar, qual será o critério ético para tomar qualquer tipo de medida será a própria categoria. Portanto o governo não irá interferir. Obviamente, quando falamos de denunciismo, não estamos falando só da imprensa, estamos falando do jogo político. Nós entendemos que é preciso garantir toda a liberdade de expressão, de opinião e de comunicação. Agora, também chamamos a atenção para que, se houver irresponsabilidade em denúncias, obviamente isso pode afetar negativamente o país, a economia, o clima social do país, porque isso cria instabilidade.

Ontem [anteontem], por exemplo, em cima de uma notícia [contra Meirelles] que, aparentemente, foi precipitada, porque não propiciou o contraditório antes de ser divulgada, nós tivemos uma variação na Bolsa que chegou a quase 5%. Uma notícia que não havia, no meu entendimento, elementos suficientes para caracterizar irregularidade de uma pessoa que morou no exterior [...]. O nosso governo não tem nada contra a prática livre de denúncias. Ao contrário, achamos que é forma de exercer a democracia. Mas é preciso, ao mesmo tempo, ter responsabilidade.

★ **Folha - Pelo texto do projeto, o conselho terá poderes para "orientar, disciplinar e fiscalizar" o exercício da profissão. Haveria algum tipo de punição aos jornalistas?**

Berzoini - O texto é claro. Como todo conselho profissional, como o de medicina, pode determinar uma advertência e até a cassação de registro profissional. É um tratamento típico de conselho profissional.

★ **Folha - Um médico, para exercer a profissão, tem de ter graduação. O conselho de medicina só pode cassar seu registro porque o médico tem um registro. Como o conselho de jornalismo cassaria o registro de um profissional que não tem graduação?**

Berzoini - Ai você entra num outro campo que não está na órbita do projeto. Hoje, no Brasil, o ordenamento legal

vigente obriga o diploma. Se tem alguém exercendo sem ter, em tese, está exercendo ilegalmente a profissão. Eu tendo mais a ser favorável a não exigir o diploma do que exigir.

FOLHA **opinião**

08 de agosto de 2004

editorial

A MÃO SINISTRA

Em um clássico do cinema, dirigido pelo cineasta norte-americano Stanley Kubrick, o ator Peter Sellers interpreta o memorável doutor Strangelove, numa corrosiva sátira ao militarismo anticomunista norte-americano dos tempos da Guerra Fria. Ele vive às voltas com seu braço mecânico, que insiste em se erguer inadvertidamente em saudação fascista, acentuando as tendências ideológicas da personagem. Também partidos de esquerda, mesmo convertidos às regras do convívio democrático, parecem às vezes ser vítimas do tique revelador de Strangelove: quando não se espera, eis que erguem o braço e deixam entrever os traços de suas surradas concepções autoritárias e centralizadoras.

Nesta semana, dois fatos restabeleceram as ligações entre o governo petista e alguns conhecidos cacoetes stalinistas: o texto de uma lei para criar a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) e a proposta, encaminhada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso, com vista a instituir o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ).

Nos dois projetos, temos a mão sinistra do estatismo e do dirigismo procurando regulamentar, controlar e domesticar a livre expressão do pensamento. No caso do CFJ, a justificativa apresentada pelo ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, fala por si: "Não há nenhuma instituição com competência legal para normatizar, fiscalizar e punir condutas inadequadas dos jornalistas". O ministro, talvez inspirado no exemplo do líder cubano Fidel Castro, que ocupa lugar proeminente na galeria dos heróis petistas, não deixa dúvida sobre o que se pretende: independentemente de já existir legislação específica, cria-se uma instância de "fiscalização" ligada ao governo federal, que terá enorme potencial de ser instrumentalizada para coagir profissionais da imprensa.

A idéia, que foi lamentavelmente sugerida pela própria Federação Nacional dos Jornalistas, ganha contornos ainda mais alarmantes ao se recordar que o governo recentemente pretendeu expulsar do país um correspondente do jornal "The New York Times", além de solicitar, por intermédio do ministro Luiz Gushiken, da Secretaria de Comunicação, que a imprensa fosse menos "negativista". Não satisfeito, o mesmo Gushiken afirmou anteontem que o CFJ irá "proteger a sociedade".

No mesmo sentido vai o projeto da Ancinav, segundo o qual o Estado arvora-se em ente todo-poderoso no planejamento, regulamentação, fiscalização e administração das atividades cinematográficas e audiovisuais, tratando de submetê-las a valores éticos e a finalidades "relevantes" que serão, afinal, definidas por quem detém o poder político.

É fato que a legislação sobre cinema merece aperfeiçoamentos, notadamente no que tange às regras do incentivo fiscal, por demais concessivas e consideradas por muitos ineficazes para estimular a formação de investidores privados. Bem diferente é trilhar o caminho do intervencionismo e procurar colocar sob o jugo do poder central a própria "responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação".

Felizmente, as veementes reações da sociedade parecem ter, nesse caso, surtido algum efeito. O Ministério da Cultura viu-se compelido a ampliar o debate e rever o texto. Quanto ao infame Conselho Federal de Jornalismo, é de esperar que seja rechaçado pelo Legislativo.

FOLHA **opinião**

10 de agosto de 2004

TENDÊNCIAS/DEBATES

Ao debate, caros colegas

RICARDO KOTSCHO

Em abril deste ano, pela primeira vez na nossa história, a direção nacional da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) e os presidentes dos sindicatos estaduais foram recebidos, no Palácio do Planalto, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Os representantes da categoria reivindicaram ao presidente, durante a audiência, o envio ao Congresso de um projeto de lei que estava parado havia mais de uma década no Ministério do Trabalho, criando o Conselho Federal e os conselhos regionais de Jornalismo.

Apenas quatro meses após o encontro, ouvidos os representantes sindicais democraticamente eleitos em todo o país, na última quarta-feira o presidente Lula assinou o projeto de lei, que foi publicado pelo "Diário Oficial" no dia seguinte. Por coincidência, nesse mesmo dia, foi aberto o 31º Congresso Nacional dos Jornalistas, em João Pessoa, na Paraíba. A decisão do presidente foi aclamada pelos 500 jornalistas presentes. Eu estava lá, representando o presidente Lula, e fiquei emocionado com a reação dos meus colegas, que viram atendida uma aspiração longamente acalentada pela categoria.

Nenhum grande jornal brasileiro noticiou o fato no dia seguinte, já que a imprensa não costuma cobrir a imprensa, ainda mais quando o acontecido se dá em João Pessoa, longe do eixo Brasília-Rio-São Paulo. Só dois dias depois alguns jornais tocaram no assunto, para atacar o projeto, como se fosse uma iniciativa do governo para cercar a atividade dos jornalistas.

Pois é exatamente o contrário: o objetivo central da criação do CFJ -a exemplo do que há muito ocorre com advogados, médicos, economistas e outras categorias- é exatamente defender a dignidade e a ética exigidas no exercício da profissão, para garantir à sociedade a plenitude da liberdade de imprensa, e não a liberdade para alguns profissionais e algumas empresas divulgarem o que bem entendem a serviço dos seus interesses.

O governo não terá nenhuma ingerência nesse assunto: trata-se de uma iniciativa dos próprios jornalistas, que indicarão livremente os integrantes do conselho e zelarão pelo cumprimento das normas de conduta estabelecidas no projeto, que agora vai à discussão no Congresso Nacional. O debate está só começando, mas alguns colegas em cargos de chefia ou donos de colunas já saíram atacando o projeto sem se dar ao trabalho de analisá-lo com cuidado, sem ouvir ninguém para saber as razões que levaram o governo a encaminhar o projeto ao Congresso Nacional.

"Uma espécie de poder para punir jornalistas que extrapolem as suas funções e, por exemplo, façam denúncias irresponsáveis, sem provas", escreveu Eliane Cantanhêde, por exemplo, para definir as atribuições do conselho. E é correto fazer "denúncias irresponsáveis, sem provas", como tanto tem ocorrido, sem que os próprios jornalistas se preocupem com o aviltamento da sua profissão, em criar instrumentos para que a informação seja um bem comum, e não uma arma poderosa nas mãos de profissionais sem ética e sem nenhum compromisso com a sociedade?

-pergunto.

A desinformação sobre os reais objetivos do conselho levou o leitor Keko Ribeiro ("Jornalismo orientado", "Painel do Leitor", pág. A2, 7/8) a pedir minha opinião sobre o assunto e a escrever: "Kotscho, que sempre se pautou pela ética e pela postura digna de defender a liberdade de imprensa no Brasil, deve, salvo engano, estar muito incomodado com essa questão". Pois é, Keko, resolvi escrever este artigo justamente por isso: para dizer que não só defendo há muitos anos a criação do Conselho Federal de Jornalismo, como tenho certeza de que ele será um instrumento valioso para a defesa da ética e da liberdade de imprensa no exercício da nossa profissão.

Como aconteceu com o caro leitor, vários colegas que respeito fizeram, a meu ver, juízos precipitados ao projeto por desconhecimento dos fatos.

Convido-os, como a todos os colegas jornalistas, a participarem do debate que agora se inicia no Congresso Nacional, em defesa não só da nossa profissão, mas do direito que toda a sociedade tem à informação. Se nós sempre estimulamos debates sobre todos os assuntos, por que não aproveitamos agora essa oportunidade para discutir a própria imprensa e, quem sabe, chegarmos a um consenso sobre as regras do jogo que devem existir e ser respeitadas em qualquer campo da atividade humana?

Só o fato de abrir o debate já justifica o projeto. O resultado final vai depender não só dos congressistas, mas do empenho de cada um de nós.

Ricardo Kotscho, 56, jornalista, é secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência da República. Foi vice-presidente da Fenaj, diretor do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa.

FOLHA **opinião**

11 de agosto de 2004

CLÓVIS ROSSI

Pobre argumento

SÃO PAULO - O argumento mais repetido em defesa do tal CFJ (Conselho Federal de Jornalismo) diz que existem conselhos similares para advogados, médicos e outros profissionais e, portanto, deve haver também para jornalistas. Pena que nenhum dos que usam o argumento parou para examinar se os conselhos similares ao CFJ produziram bons efeitos.

Não é preciso muita esperteza para perceber que os resultados não são bons, para dizer o menos. No caso dos advogados, basta lembrar que a grande maioria dos formados não passa no Exame da Ordem, o que significa que as escolas estão despejando no mercado profissionais com imenso déficit de formação.

Pior ainda: alguém aí é capaz de dizer que a administração de justiça no Brasil é minimamente eficiente, elogiável, louvável? Ou, posto de outra forma, a existência de um conselho semelhante ao proposto CFJ nem chegou perto de defender a sociedade no seu direito à justiça.

No caso dos médicos, já está entrando em debate a criação de um exame similar ao feito pela Ordem dos Advogados do Brasil, o que evidencia que há desconfiâncias também em relação à qualidade da formação desses profissionais.

E, de novo, é escandalosamente óbvio que o direito à saúde não é exatamente uma característica do Brasil. Ou, posto de outra forma, a sociedade não está sendo defendida pelo fato de existir um conselho que supervisiona os médicos. Seria preciso um grau de presunção fenomenal para supor que, no caso do jornalismo, o CFJ faria o que os conselhos das outras profissões não fizeram ou, no mínimo, não puderam evitar.

Tanto quanto o direito à saúde ou à justiça, o direito a uma informação veraz só será alcançado se e quando a própria sociedade for vigorosamente atrás de cada um deles.

Estruturas burocrático-corporativas podem até ter a melhor das intenções, mas os fatos provam que não defendem nem os profissionais nem a sociedade.

FOLHA **brasil**

11 de agosto de 2004

Governo muda texto para poder fiscalizar veículos

DA REPORTAGEM LOCAL

Alterações introduzidas pelo governo federal na proposta de criação do CFJ (Conselho Federal de Jornalismo), apresentada ao Ministério do Trabalho e Emprego pela Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), incluem a fiscalização dos veículos de comunicação entre as atribuições do órgão a ser constituído. A proposta original tratava do exercício da profissão.

Na proposta inicial, o artigo 1º previa, entre as atribuições do CFJ, "orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista". No anteprojeto elaborado pela equipe do ministro Ricardo Berzoini houve acréscimo, fixando como atribuição do CFJ e dos conselhos regionais "orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista e da atividade de jornalismo".

A comparação dos textos está no site "Observatório da Imprensa". Em artigo sob o título "A "canetada" que o governo não explicou", o jornalista Mauricio Tuffani afirma que a modificação "deixa evidente a intenção do governo de extrapolar a pretendida regulamentação profissional". Ele alega que as mudanças não foram explicadas na exposição de motivos do anteprojeto.

Acréscimo semelhante também aparece nos artigos 2º e 3º, que tratam, respectivamente, da competência do conselho federal para resolver casos omissos na lei e da competência dos conselhos regionais.

A Fenaj informa que as alterações foram feitas a pedido da entidade. "Houve um enxugamento do texto. Houve discussões internas no Conselho de Representantes", diz Aloisio Lopes, 1º secretário da Fenaj.

"Muita coisa já estava na legislação profissional. Na maioria dos conselhos, há a expressão que prevê a fiscalização da atividade profissional. É para deixar claro que se vai fiscalizar o exercício da profissão dentro do jornal, dentro da assessoria de imprensa". "É para que se entenda que nós vamos ter acesso às empresas e até solicitar documentos que

demonstrem a regularidade do exercício da profissão. Essa fiscalização se refere ao cumprimento da legislação profissional. Se a empresa tem mais ou menos empregados, não está em questão." "É claro que esse projeto pode ser mudado. A proposta não está fechada", diz. **(FREDERICO VASCONCELOS)**

FOLHA **opinião**

12 de agosto de 2004

OTAVIO FRIAS FILHO

Imprensa livre

Parece óbvia a motivação do governo ao pretender a criação de um Conselho Federal de Jornalismo. Depois da divulgação do caso Waldomiro e de outros episódios escandalosos ou suspeitos, veio uma escalada: a tentativa de expulsar o correspondente Larry Rohter, as "lições" do ministro Gushiken sobre como a imprensa deveria cobrir o governo e agora o projeto voltado a "orientar e disciplinar" (sic) a atividade jornalística.

Tudo isso é parte de um movimento cujo objetivo é emperrar o sistema de freios e contrapesos que está no cerne da democracia, mas incomoda qualquer governo. Daí os esforços para intimidar a Justiça, enquadrar o Ministério Público e, agora, "disciplinar" a imprensa por meio da Federação Nacional dos Jornalistas -entidade sindical legítima, mas com inabalável histórico de atrelamento ao PT.

Muitas pessoas se perguntam, porém, e com razão: se advogados, médicos e engenheiros estão submetidos a conselhos semelhantes, por que não os jornalistas? Estes também não cometem erros graves e não há, em seu meio, profissionais irresponsáveis e ineptos? Claro que sim. Mas a regulamentação da imprensa oferece riscos e dificuldades que não existem no caso de outras profissões.

Há pouca divergência entre médicos sobre como operar um coração, entre engenheiros sobre como construir uma ponte. São atividades de natureza técnica. No jornalismo, essa divergência é constante e maior. Existem muitas maneiras de relatar um fato, inúmeras interpretações a seu respeito. E nenhum critério seguro para definir qual delas é a melhor. O melhor serviço prestado pelo jornalismo é divulgar a riqueza desse contraditório.

A outra peculiaridade do jornalismo é que nenhum governo tem interesse em tutelar advogados, veterinários ou paleontólogos, mas todo governo está vivamente interessado em tutelar jornalistas se lhe for dada a chance. Melhor ainda se puder fazê-lo com a mão do gato, por meio de um entidade títere, de modo a se eximir do desgaste de censurar diretamente a imprensa.

Os conselhos profissionais são descendentes remotos das guildas da Idade Média, uma época em que as corporações se regulavam porque o Estado não estava organizado a ponto de fazê-lo por meio da legislação. O prestígio desses colegiados só voltou a crescer na época do fascismo, quando eles se multiplicaram já então como braços do Estado autoritário.

Entidades como a OAB prestaram valiosos serviços à categoria dos advogados e ao país. Nem por isso toda regulamentação corporativa é boa, nem democrática. Além da legislação em vigor -que pune calúnia, injúria e difamação e estabelece reparações para quem é prejudicado por notícia falsa-, a livre competição entre os meios, a adoção de ouvidores independentes (como o ombudsman deste jornal) e outras formas de auto-regulamentação seriam caminho mais seguro.

Se o Congresso Nacional quiser entregar mais poder ao governo do PT, que ao menos limite as sanções que o conselho poderia aplicar a reprimendas "morais", sem força para cassar o direito de críticos e desafetos de exercer a profissão. Ficaria opinião contra opinião, e não demoraria para as sanções serem exibidas como atestado de independência e integridade pelos que as recebessem...

Otávio Frias Filho escreve às quintas-feiras nesta coluna.

ombudsman

15 de agosto de 2004

Governos e jornalistas

MARCELO BERABA

Era para ser uma semana de louros para o governo Lula. Todos os indicadores econômicos e eleitorais foram favoráveis. Inflação sob controle, produção industrial em alta, recordes na exportação, Marta Suplicy e vários candidatos petistas bem posicionados para as eleições municipais. Reflexo das boas novas na economia, a avaliação da administração, que vinha em queda, melhorou.

Era para ser uma semana de celebrações, mas o governo não teve tempo de levantar a cabeça da trincheira. O tiroteio, que havia começado uma semana antes com as denúncias contra os presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil, prosseguiu com o embate com a oposição dentro da CPI do Banestado e com a reação forte, nos meios de comunicação, a duas propostas encampadas pelo Planalto: a criação da Agência Nacional do Cinema e a do Audiovisual e do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ).

Na quarta-feira, nova proposta polêmica entrou na linha de tiro: o governo quer proibir que funcionários públicos responsáveis por investigações passem informações para a imprensa.

Não pretendo analisar, hoje, a política de informação do governo, embora esse conjunto de iniciativas e várias declarações de ministros indiquem uma tendência a restringir a ação da imprensa e a "discipliná-la". Vou me ater à proposta do Conselho de Jornalismo, elaborada e aprovada pela Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), modificada pela Casa Civil da Presidência da República e encaminhada na quinta-feira, dia 5, ao Congresso, pelo ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, em nome do presidente Lula.

Bombardeio

Em primeiro lugar, deve ser dito que a proposta foi bombardeada na imprensa, inclusive nesta Folha. O noticiário foi predominantemente contrário ao projeto de lei que cria o conselho.

A Folha foi quem deu mais destaque à iniciativa e associou-a imediatamente a uma tentativa do governo de controle da imprensa. O jornal lembrou que a proposta se inseria num contexto de "dificuldades de relacionamento entre o governo Lula e a imprensa", o que não está de todo errado. Mas, ao carimbá-lo como chapa-branca, o jornal omitiu uma informação relevante: o texto tinha sido gerado nos sindicatos profissionais.

Levantamento que fiz até sexta-feira mostra que há uma aparente busca de imparcialidade do jornal: contei, ao longo da semana, 15 opiniões favoráveis ao CFJ dentro das reportagens publicadas e 14 contrárias. Mas é um equilíbrio apenas numérico, porque as opiniões desfavoráveis tiveram mais destaque ao longo da semana e foram repetidas diversas vezes. No mesmo período, foram publicados seis artigos de opinião, apenas um de apoio ao conselho, assinado por Ricardo Kotscho, secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência.

O jornal publicou um editorial condenando o CFJ já no domingo ("A mão sinistra"). Foram editadas 12 cartas de leitores sobre o assunto: cinco a favor do conselho e sete contra.

Esse desequilíbrio não permitiu que a proposta fosse debatida com mais profundidade.

O pecado original

Agora, o projeto.

Segundo a Fenaj, não havia outro caminho para apresentar o projeto se não por intermédio da Presidência da República, porque a criação de autarquias é atribuição do Executivo. Mas, o fato de o governo ter assumido o projeto como seu tornou-o patrono e mexeu em um dos pressupostos sagrados do jornalismo, que é a independência em relação aos poderes públicos.

Ao buscar o apoio oficial do governo petista, e ao permitir que o projeto fosse por ele modificado, apresentado e defendido, a Fenaj cometeu um erro tático que pode ter resultado num erro estratégico. E legitimou a cantilena de pitos que os ministros e o presidente se acostumaram a passar nos repórteres.

A Fenaj tinha outros caminhos para apresentar esse projeto sem que fosse necessário associá-lo ao governo? É possível que sim. Nenhum deles garantiria uma tramitação sem contestações. Mas o caminho que escolheu partidizou a discussão e a contaminou. O debate deixou de ser sobre os pontos do conselho para se fixar nas intenções do governo petista.

Controle público

De qualquer modo, teve o mérito de abrir uma discussão importante na sociedade e entre os jornalistas. Sou contra o projeto porque ele vem associado ao governo; porque tem como principal preocupação punir os jornalistas que estão na linha de frente das redações; porque, para o tipo de punição que pretende impingir, a sociedade já tem instrumentos e os utiliza rotineiramente. E porque ignora as contradições que se estabeleceram no seio da profissão.

Um exemplo dessas contradições está nesta semana nos jornais. Na quarta-feira, o governo anunciou que pretende baixar um decreto regulamentando o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. O objetivo declarado é impedir que funcionários dêem informações para a imprensa. Um jornalista que trabalha para o governo federal estará sujeito ao código dos servidores ou ao código do CFJ?

Aliás, qual será o código de ética do CFJ? É o que já existe, o da Fenaj, ou um novo, a ser criado? Por quem? E os assessores de imprensa de empresas privadas, a que código responderão?

Estão todos, jornalistas e assessores, na mesma profissão, mas temos ofícios distintos e, se os dois lados os praticam com honestidade, conflitantes. Como serão julgados?

O debate está aberto e interessa ao leitor porque diz respeito ao direito de informação. Esse projeto é uma tentativa de pensar uma profissão cada vez mais enfraquecida num ambiente de comunicação cada vez mais complexo e fora de controle.

É uma ilusão as empresas jornalísticas e os jornalistas imaginarem que as pressões sobre a imprensa vêm apenas dos governos. Há um movimento cada vez maior na sociedade por informação de qualidade, por pluralidade de enfoques, idéias e opiniões, por equilíbrio nas coberturas jornalísticas. E essa demanda não está sendo atendida.

FOLHAbrasil

17 de agosto de 2004

Na posse, presidente da República Dominicana faz discurso contra censura Para Lula, jornalista que não defende conselho é "covarde"

EDUARDO SCOLESE - ENVIADO ESPECIAL A SANTO DOMINGO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva rotulou ontem, em Santo Domingo (República Dominicana), de "um bando de covardes" os jornalistas que não defendem o projeto de lei enviado pelo governo no início do mês ao Congresso que prevê a criação do CFJ (Conselho Federal de Jornalismo) e suas seções estaduais. Para ele, falta "coragem" à categoria.

"Vocês são um bando de covardes mesmo, hein? Vocês não tiveram coragem de defender o Conselho Nacional de Jornalista", afirmou o presidente, ontem à noite, no saguão de entrada do hotel em que está hospedado.

No momento em que deixava o local para ir a um jantar oferecido pelo novo presidente do país, Leonel Antonio Fernandez Reyna, Lula foi em direção a cerca de dez jornalistas brasileiros, que aguardavam sua saída do hotel. Nem chegou a ser questionado, indo direto ao assunto.

Primeiro, chamou todos de "covardes". Em seguida, questionado por uma repórter se os jornalistas teriam de defender o projeto, Lula afirmou: "É lógico. Cadê a posição classista de vocês? (...) Não é uma coisa boa pra vocês? Não é uma reivindicação histórica de vocês? Vocês não eram nem nascidos e já se reivindicava isso".

A Folha, então, o indagou se o projeto é de interesse dos jornalistas ou do governo. Lula respondeu, antes de ser cercado por seguranças e deixar o local: "Pra nós não. Pro governo o que importa é fazer as coisas que a categoria entender que é boa para ela".

Na última sexta-feira, em visita ao Paraguai, Lula afirmou que somente falaria com os jornalistas que o aguardavam caso eles se posicionassem a favor da criação do CFJ. "Se vocês começarem a defender o conselho de imprensa, eu

dou [entrevista]."

Ontem pela manhã, na cerimônia de posse de Leonel Reyna no governo da República Dominicana, Lula ouviu seu colega defender a liberdade de imprensa.

"Os cidadãos não devem se sentir intimidados e perseguidos pelo poder, e a imprensa não deve ser censurada", afirmou Reyna, em discurso no Congresso do país, diante de oito chefes de Estado da América do Sul, do Caribe e da América Central.

Segundo o projeto de lei do governo, o Conselho Federal de Jornalismo irá, entre outras coisas, "orientar, disciplinar e fiscalizar" o exercício da profissão e a atividade de jornalismo.

O governo afirma que o envio do projeto ao Congresso não visa encontrar formas legais para controlar a ação dos jornalistas, e sim atender a uma antiga reivindicação da própria categoria. O projeto original é da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas).

Abusos da mídia não são inibidos, diz Jobim

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Nelson Jobim, disse ontem que os instrumentos atuais para punir abusos da imprensa "não têm resolvido o problema". Ele evitou comentar diretamente a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo, mas defendeu a liberdade de expressão. "Se o conselho é bom ou não, não opino. O que não pode é ter qualquer tipo de cerceamento da liberdade de imprensa", afirmou. "O bom seria se a categoria formasse uma espécie de tribunal de ética, que teria autonomia."

Os mecanismos existentes para coibir excessos são indenização por danos morais, movida contra a empresa de comunicação e o jornalista, e condenação criminal.

Em uma linha divergente, o ministro do STF Joaquim Barbosa disse que esses dois tipos de ação são suficientes para controlar os abusos e por isso considerou dispensável a criação do conselho neste momento.

Tanto Jobim quanto Barbosa destacaram que desconhecem o teor do projeto defendido pela Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) e enviado ao Congresso pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

(SILVANA DE FREITAS)

É "desatino" tirar projeto, diz Fenaj

RANIER BRAGON

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - A direção da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) afirmou ontem que não cometerá "o desatino" de pedir ao governo a retirada do projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo, em tramitação no Congresso.

"Não vamos cometer esse desatino de pedir a retirada do projeto do Congresso. Se precisa de mais discussão, essa discussão tem que ser feita na Câmara, no Senado", disse o presidente da entidade, Sérgio Murillo de Andrade.

As críticas à proposta de criação do conselho levaram o governo, que avaliara estar se desgastando por uma proposta que não era sua, a iniciar na semana passada uma articulação para retirar do Congresso o projeto enviado por executivo no dia 5.

Como a proposta foi encampada pelo Palácio do Planalto a pedido da Fenaj, autora do texto, a idéia era convencer a própria entidade a pedir ao governo a retirada do projeto. "Não partirá da Fenaj nenhum pedido desse tipo. Como ficarão as coisas se todo projeto polêmico for retirado do Congresso?", disse Aloísio Lopes, primeiro-secretário da Fenaj.

Os dois dirigentes negaram terem sido procurados pelo governo para negociar a retirada. Segundo o presidente da entidade, o último contato com o governo foi na sexta-feira, com Ricardo Kotscho, secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência: "A posição que temos do governo é que o projeto não será retirado".

Os dois dirigentes estavam ontem em Brasília e pretendem passar a semana conversando com políticos e entidades. Também como forma de pressão, os sindicatos estaduais filiados à federação criarão comitês de apoio à proposta de criação do Conselho. Na quarta, os sindicatos de Minas Gerais e Bahia devem lançar os comitês. No sábado, seria a vez do Rio de Janeiro.

Alteração

O presidente da Fenaj disse também ontem que a entidade aceita alterações no texto, desde que sejam mantidos quatro pilares do conselho: reger o acesso à profissão, fiscalizar o exercício da profissão, zelar pelo cumprimento do código de ética e promover o aperfeiçoamento da formação acadêmica para jornalistas.

"Querem tirar o 'orientar', tiramos; querem tirar a 'atividade jornalística', tiramos. Esses pontos são negociáveis", afirmou Murillo de Andrade.

O projeto de lei prevê que o conselho terá como objetivo, entre outras coisas, "orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista e da atividade de jornalismo". O texto gerou interpretações de que há objetivos de controle sobre a linha editorial das empresas de comunicação.

FOLHA **opinião**

19 de agosto de 2004
EDITORIAL

LULA DESCONTRAÍDO

Num momento de "descontração", como foi classificado por sua assessoria de imprensa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Santo Domingo, capital da República Dominicana, declarou que um dos motivos de sua viagem ao Gabão foi "aprender como um presidente consegue ficar 37 anos no poder". Depois das dificuldades do primeiro ano de mandato, o quadro de recuperação econômica vai permitindo ao presidente, segundo suas próprias palavras, "sorrir um pouco" -e, ao que parece, se manifestar de forma mais relaxada.

Lula já havia, pouco antes, também a título de "brincadeira", chamado de "covardes" os jornalistas que não defendem o projeto do famigerado Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), encaminhado pelo Planalto ao Congresso Nacional.

Compreende-se que o presidente se sinta aliviado com os recentes resultados da economia e que se permita, em determinadas ocasiões, imprimir um tom menos circunspecto à sua abundante retórica. É recomendável, no entanto, um pouco de cautela: mesmo ao fazer blagues, é o presidente da República quem fala, com o peso e a responsabilidade inerentes ao cargo.

Sem perder de vista que a referência ao Gabão, como interpretou o senador José Sarney, foi um "chiste", não deixa de ser sintomático que Lula tenha escolhido o infeliz exemplo da ditadura africana para manifestar o desejo de ser reeleito -tema que vai sendo introduzido na cena política precocemente, ainda na primeira metade do mandato presidencial.

Quanto à frase aos jornalistas, foi de uma inoportunidade a toda prova. Serviu apenas para realçar o antigo vezo do sindicalista provocador, em tudo inadequado a um presidente da República. Até mesmo defensores do projeto repudiaram a declaração.

Esperemos que o presidente Lula aproveite bem seus momentos de descontração, mas que procure poupar o país de gracejos de gosto e efeitos duvidosos.

FOLHA **opinião**

19 de agosto de 2004

TENDÊNCIAS/DEBATES

Stálin não morreu

JOSÉ CARLOS ALELUIA

De todos os muitos estragos que o presidente Lula e o PT vêm fazendo na consciência deste país, nenhum é tão grave como a tentativa atual de calar a imprensa. A era petista tem sido cirurgicamente eficaz no processo de corrosão da esperança dos brasileiros. Começou com um súbito ataque de amnésia em relação às promessas que elegeram Lula, transitou pelos escândalos de Waldomiro Diniz, pela aquisição da nova "espaçonave" presidencial e desembarcou nos financiamentos do Banco do Brasil para o PT. Um pacote de sustos, um espetáculo de incoerência.

Mas nada disso tudo soa tão sombrio como o esforço que o governo vem fazendo para silenciar as críticas da imprensa e bloquear sua liberdade. Já havia um precedente muito ruim nessa área: a tentativa de expulsão do jornalista americano que escreveu sobre o consumo de bebidas alcoólicas pelo presidente. Artigo, aliás, que teve uma consequência benéfica -de lá para cá, nunca mais o presidente apareceu nas fotos com um copo na mão. Deixou de dar o mau exemplo que vinha dando.

Agora, o golpe é mais forte: o governo propõe a criação de um Conselho Federal de Jornalismo, destinado a "orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista e a atividade jornalística". O conselho teria competência para estabelecer um "código de ética" que iria prever as punições para condutas que fossem julgadas

inadequadas, com penas que poderiam chegar à censura e até a cassação do registro profissional. Tudo no melhor rigor stalinista. O conselho de fato assumiria o controle da atividade de imprensa -uma atividade que tem como insumo essencial a liberdade de expressão e de informação, assegurada pela Constituição do Brasil.

O presidente e alguns de seus principais ministros têm dito, com frequência, que as críticas da imprensa e da oposição, especialmente as denúncias de escândalos no governo, são futricas irresponsáveis. E, mais, que os autores dos reparos à sua administração estão "fazendo figa" e "urucubaca" para o governo não dar certo, que a crítica significa torcer contra o governo e contra o país. Nenhum governo, em tempos de democracia, aplicou tal garrote nos jornalistas. Só mesmo em períodos de escancarado autoritarismo se ousou chegar a esse grau de intimidação.

O que de mais parecido ocorreu no país foi o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, da era Vargas, que controlava com mão de ferro a produção audiovisual, os jornais e os jornalistas. Curiosamente, o PT andou propondo a mudança do nome da ala Felinto Müller, do Senado, com a justificativa de que o ex-senador chefiou a polícia da ditadura do Estado Novo.

Se vingar a proposta de ressurreição do DIP, na pele do Conselho de Jornalismo, talvez o novo nome da ala Felinto Müller, para fazer jus ao atual patrono, devesse ser Luiz Inácio Lula da Silva, ou ainda, quem sabe, ministro José Dirceu. Afinal, em Brasília muita gente recita o refrão "Stálin não morreu, encarnou no Zé Dirceu".

O Brasil não precisa de nenhum Conselho Federal de Jornalismo. Primeiro porque já temos a ABI, instituição que sempre lutou contra qualquer tipo de censura e restrição à liberdade de opinião. Segundo, o Brasil está equipado com leis capazes de punir quaisquer excessos praticados pelos meios de comunicação.

O jornalismo investigativo foi uma das melhores conquistas da democracia que se instalou no país, com o fim do regime militar. Por causa dessa ação livre da imprensa, um presidente da República foi mandado embora para casa e o Congresso cassou parlamentares corruptos. Graças ao mesmo jornalismo investigativo, que é um exemplar fruto da liberdade de imprensa, o Brasil ficou sabendo do carrossel de escândalos da era PT.

Todos os governos brasileiros, em épocas de democracia, receberam críticas, algumas muito pesadas, e, justiça seja feita, muitas vezes graças ao espírito investigativo e à combatividade do PT. Mas o PT e o presidente da República passaram a entender que o seu governo não pode ser criticado. Se a oposição faz oposição, é urucubaca. Se a imprensa denuncia, é futrica irresponsável. Logo, mordaça nela.

A democracia é o regime da tolerância, do debate, do conflito de opiniões e pontos de vista. Não é tentando calar a imprensa e colocando uma coleira na produção audiovisual que vamos aperfeiçoar nossa democracia; muito menos ignorando a Justiça e a Constituição, que garantem à imprensa a voz livre, matéria-prima básica do seu exercício e da consciência democrática do país. **José Carlos Aleluia**, 56, deputado federal pelo PFL-BA, é o líder do partido na Câmara.

FOLHAcotidiano

21 de agosto de 2004

LETRAS JURÍDICAS

Jornalismo e autarquias são contraditórios

WALTER CENEVIVA

COLUNISTA DA FOLHA

A primeira resposta aos críticos da criação dos conselhos federal (CFJ) e regionais de jornalismo (CRJ), constante de projeto encaminhado pelo governo federal ao Congresso, é a de que eles, além de terem apoio da Federação Nacional de Jornalistas, não trazem novidade alguma. Afinal, os advogados, os médicos e os engenheiros -para ficar em três profissões tradicionais-, afirmam os governistas, têm seus conselhos há muitos anos. São organismos operantes e úteis, como congregadores de seus inscritos, sem cuja inscrição prévia não podem exercer suas profissões. O Conselho da Ordem dos Advogados tem até especial distinção constitucional em vários dispositivos e a profissão deles é considerada essencial para a Justiça.

O argumento, sustentado com base no exemplo de outros conselhos, é defeituoso, ao menos por dois motivos. Os conselhos de jornalismo imaginados pelo governo federal serão, nos termos do artigo 1º do projeto "autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público com autonomia administrativa e financeira". A comunicação social e o trabalho jornalístico têm dignidade constitucional específica, que impede até a ameaça de cerceamento de sua atividade (Constituição, artigos 5º, inciso IX, 220 e 221). Os conselhos da OAB não são autarquias, embora os de outras profissões o sejam. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público interno fiscalizadas pelo Estado. São organismos vinculados à máquina estatal. A autonomia administrativa e financeira, prevista no projeto, é um jogo de

palavras. Nem mesmo o Judiciário, que é Poder (com P maiúsculo) constitucional e tem autonomia administrativa e financeira, consegue exercê-la à plenitude. A autarquia é submetida aos preceitos da administração pública, previstos no artigo 37 da Constituição. Por isso o artigo 12 do projeto impõe aos presidentes do CFJ e dos CRJs a prestação de contas ao Tribunal de Contas da União, sendo os conselhos destinados a nascerem dependentes da administração, sem liberdade plena.

O projeto distingue 17 competências para o conselho federal, no artigo 2º, a serem limitadas pelo poder dominante, quando isso lhe convenha. Os dois primeiros incisos do artigo 2º merecem referência especial. Atribuem competência ao conselho federal para "zelar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização do jornalista" (inciso I) e para "representar em juízo ou fora dele os interesses coletivos ou individuais relativos às prerrogativas da função dos jornalistas, ressalvadas as competências privativas dos sindicatos representativos da categoria" (inciso II). Se o próprio conselho não terá independência plena, como poderá zelar pela independência do jornalista?

Apesar da ressalva constante do inciso II quanto aos sindicatos, é evidente que haverá conflito dos conselhos com o cumprimento da função sindical, o que é ruim do ponto de vista da operatividade. Três alterações essenciais, porém, tornariam os conselhos viáveis. A primeira consistiria em excluir sua vinculação autárquica à administração pública. A segunda seria estabelecer normas estruturais e de funcionamento na própria lei votada pelo Congresso e não deixá-las, como está no projeto, para regulamentação posterior. A terceira poderia ser representada por normas de um conselho de ética apto a equilibrar a liberdade jornalística e os direitos individuais. Seria um primeiro avanço no rumo da aceitação.

FOLHAbrasil
28 de agosto de 2004

PAINEL
CONTRAPONTO

Um, dois, três... gravando

É costume de Márcio Thomaz Bastos receber os jornalistas credenciados na Justiça para conversas informais.

Assunto nunca falta, graças à razoável quantidade de problemas que passam pelo ministério.

Eles vão desde as operações da PF até iniciativas do governo consideradas autoritárias, como a tentativa de impedir funcionários públicos de falar sobre investigações e o projeto do Conselho Federal de Jornalismo.

Na quarta-feira passada, encerrado o bate-papo com o ministro, os jornalistas seguiram conversando com alguns de seus assessores. O tema, caro à categoria profissional, era o CFJ. Em meio a acalorada discussão, um dos repórteres perguntou ao chefe-de-gabinete, Cláudio Alencar, qual era afinal a posição do ministério sobre o conselho. Resposta rápida:

-Com o gravador ligado, ninguém aqui é a favor!

FOLHAopinião
05 de setembro de 2004
EDITORIAL

A REDAÇÃO DO PODER

Na prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2004, pela primeira vez na história recente, o governo orientou o conteúdo político de uma atividade escolar. O Ministério da Educação nega, mas a evidência é contundente.

No momento em que o governo patrocina o polêmico projeto do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e Lula e seus ministros denunciam o "denuncismo", os jovens estudantes foram solicitados a dissertar sobre o tema "Como garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação?". O suporte para a redação era constituído por uma charge, na qual a TV transfigura-se em lata de lixo, um extrato de texto sobre os programas sensacionalistas, dois extratos favoráveis à auto-regulamentação da mídia e os incisos do artigo 5º da Constituição que proíbem a censura e asseguram a proteção à vida privada e imagem das pessoas.

Nada sobre o valor da liberdade de imprensa na democracia, a importância da fiscalização do governo pela mídia ou a função histórica desempenhada pelos jornalistas na denúncia de episódios de corrupção no poder público. Nenhuma novidade: uma receita de bolo que, com certeza, gerou milhares de redações semelhantes entre si e involuntariamente parecidas com o discurso emanado do Planalto. O Enem é a única prova de abrangência nacional aplicada diretamente pelo Ministério da Educação aos alunos do último ano do ensino médio. A maior parte das universidades públicas usa os resultados do Enem na pontuação dos candidatos dos seus exames vestibulares. Por razões óbvias, as escolas públicas e particulares o tomam como referência na estruturação de conteúdos e métodos de ensino. Quando a redação do Enem torna-se uma convocação para que os estudantes reproduzam como papagaios as palavras do presidente da República, professores de todo o país registram o recado. As instruções contidas na prova do Enem comandam a redação de uma dissertação baseada "nas idéias presentes nos textos acima", ou seja, na charge e nos extratos cuidadosamente selecionados para gerar um fim político definido.

Qual seria a avaliação atribuída a um candidato que optasse por distinguir os programas sensacionalistas de TV das denúncias de corrupção governamental estampadas na mídia e por mostrar os perigos à liberdade de imprensa inerentes ao projeto do CFJ?

Os regimes autoritários sempre almejavam controlar as idéias veiculadas na escola e promover entre as crianças e jovens os "valores patrióticos", ou seja, para todos os efeitos práticos, os seus próprios valores e ideologias. Na democracia, o governo tem o dever de promover a educação pública, mas, igualmente, o de respeitar a autonomia pedagógica do processo de ensino. O governo não se confunde com o educador e não pode entrar na sala de aula. A transgressão desse imperativo ético e político pelo Enem configura um perigoso precedente.

FOLHA **opinião**

08 de setembro de 2004

CLÓVIS ROSSI

Cores, amores e categorias

SÃO PAULO - É incompleta a informação do secretário de Imprensa da Presidência, Ricardo Kotscho, segundo quem o projeto do Conselho Federal de Jornalismo é uma "reivindicação desta categoria profissional" (a dos jornalistas), conforme a nota que Kotscho emitiu para rebater texto do jornal "The New York Times".

A ABI (Associação Brasileira de Imprensa) também representa os jornalistas, mas é contra o projeto. E a ABI tem mais história que a Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), que lançou a idéia. Não é demérito da Fenaj, mas fato da vida.

Tanto é assim que, quando precisou, o PT (e demais forças de oposição ao governo Fernando Collor) recorreu à ABI para liderar o movimento pelo impeachment.

Vê-se, pois, que o projeto do CFJ não é "da categoria", mas de parte dela apenas.

Aliás, seria curioso saber por que o governo "comprou" esse projeto, de apenas parte de uma categoria, quando, pouco antes, se opôs ferozmente a um aumento maior do salário mínimo, este, sim, proposto por TODO o movimento sindical.

Está igualmente imprecisa a avaliação de Luís Nassif de que a onda verde-e-amarela nas praias italianas neste verão seria decorrência do fato de que o Brasil é "o país mais amado do mundo".

A onda verde-e-amarela na Europa vem de alguns meses, mas está determinada por um modismo de cores que se revezam ciclicamente nas lojas, de acordo com a criatividade (ou falta dela) dos desenhistas.

Enquete pessoal, feita nos cinco meses que passei na Europa neste ano, mostra que a maior parte dos que usam verde-e-amarelo nem sabe que são as cores do Brasil.

Claro que há (sempre houve) carinho pelo país tropical, mesmo desconhecendo-o, porque, afinal, nunca fez mal a ninguém (a não ser a seus próprios filhos e aos paraguaios no século retrasado).

A onda atual tem muito mais a ver com cor do que com amor ao Brasil. É bom do mesmo jeito, mas não convém perder a perspectiva

Jornalistas se opõem ao CFJ, revela consulta

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Uma consulta feita pelo Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal entre filiados de 8 e 10 de setembro envolvendo um grupo de 410 profissionais, mostrou que 56% deles são contrários à criação do Conselho Federal de Jornalismo, 37% são favoráveis e 7% não opinaram.

Os jornalistas responderam a mais duas perguntas: 62% não crêem que o CFJ irá garantir qualidade na informação, contra 29%; e 48% acham que ele não poderá inibir o exercício da atividade por profissionais não habilitados, contra 42%.

A entidade fez enquete na internet de 26 de agosto a 13 de setembro, e o resultado foi similar. Dos 304 entrevistados, 54,6% são contrários à existência do CFJ, enquanto 45,3% ficaram a favor.

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deputado Maurício Rands (PT-PE), em debate na Ordem dos Advogados do Brasil, criticou o envio do projeto, afirmou que este não é "o melhor momento" para a iniciativa e admitiu o risco de o CFJ restringir a liberdade de expressão.

No debate, o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Sérgio Murilo de Andrade, disse que o CFJ é uma reivindicação antiga dos sindicatos. O presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Maurício Azedo, criticou o projeto. Já o diretor-executivo da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, o jornalista da **Folha** Fernando Rodrigues, questionou a representatividade dos sindicatos.

Nelson Sirotsky, novo presidente da entidade, afirma que Congresso deve arquivar projeto que cria conselho Para ANJ, discurso de Lula esvazia CFJ e risco de censura

DA REPORTAGEM LOCAL - O novo presidente da ANJ (Associação Nacional dos Jornais), Nelson Sirotsky, encerrou ontem o 5º Congresso Brasileiro de Jornais afirmando que a proposta de criação do CFJ (Conselho Federal de Jornalismo) assume "uma dimensão secundária" após a realização do congresso.

Sirotsky, diretor-presidente do grupo RBS, que publica o jornal "Zero Hora", substituiu Francisco Mesquita Neto, presidente do conselho de administração do jornal "O Estado de S. Paulo".

Para o presidente da ANJ, as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na terça-feira, durante a cerimônia de posse da nova diretoria da ANJ, sinalizam para o "fim de qualquer idéia que possa representar a volta da censura, mesmo de maneira dissimulada". Ele disse que tem "a convicção de que esse projeto será um projeto arquivado nos próximos dias pelo Congresso".

Na terça-feira, o presidente Lula ouviu críticas ao projeto de criação do conselho do próprio Sirotsky e de ex-dirigentes da ANJ. Durante seu discurso, no entanto, o presidente, que fez defesa enfática da liberdade de imprensa no Brasil, não mencionou nenhuma vez o projeto de criação do CFJ.

O projeto foi apresentado ao governo, por meio do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), pela Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas). O governo federal, no entanto, o alterou. O artigo 1º previa, entre as atribuições do CFJ, "orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista". O anteprojeto elaborado pela equipe do ministro Ricardo Berzoini (MTE) fixa como atribuição do CFJ e dos conselhos regionais "orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista e da atividade de jornalismo".

O projeto foi entregue ao Congresso no início de agosto. Após a repercussão negativa que seguiu-se à apresentação, cogitou-se, no governo, a possibilidade de a Fenaj solicitar ao Executivo a retirada do projeto do Congresso, para evitar um desgaste que parte do governo considerava desnecessária. A direção da Fenaj, na época, classificou a possibilidade de retirada como um "desatino".

O ministro José Dirceu (Casa Civil) negou a intenção do governo de voltar atrás, argumentando que o projeto deveria ser debatido no Congresso. "O projeto agora é uma questão do Congresso, das empresas jornalísticas e dos jornalistas", disse Dirceu em meados de agosto.

Encerramento

Ontem, na sessão de encerramento do 5º Congresso Brasileiro de Jornais, Örjan Ölsen, diretor-executivo do Ipsos

Opinion, apresentou o projeto de pesquisa que deve ser levado adiante pela ANJ para mensurar o papel dos jornais na construção da cidadania.

FOLHAilustrada

01 de outubro de 2004

MÔNICA BERGAMO

CHAPINHA

Depois do Conselho Federal de Jornalismo... o Conselho Federal dos Cabeleireiros e Barbeiros. O projeto foi apresentado na Câmara pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). O objetivo é "orientar, normatizar e fiscalizar o exercício dessas profissões". Se a lei for aprovada, só os profissionais federados -pagadores de anuidades- serão autorizados a fazer barba, cabelo e bigode. "Estou atendendo à solicitação dos próprios profissionais do ramo", diz Sá. "Mas, se houver muita divergência, eu retiro o projeto."

FOLHAbrasil

20 de outubro de 2004

MÍDIA

Projeto enviado pelo governo ao Congresso é criticado

OAB propõe aperfeiçoamento do Conselho Federal de Jornalismo

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) fechou posição a favor da criação do CFJ (Conselho Federal de Jornalismo), mas decidiu propor medidas de aperfeiçoamento do projeto de lei que o governo enviou ao Congresso instituindo o órgão, inclusive a sua desvinculação do poder público.

Houve 22 votos pela criação do conselho e dois contrários, em reunião realizada ontem em Brasília. O relator da matéria, Sérgio Frazão do Couto, do Pará, afirmou não vislumbrar, na iniciativa do governo, "nenhum atentado às liberdades constitucionais de pensamento, opinião e informação jornalística".

Ele disse, entretanto, que além de regulamentar a profissão de jornalista, o projeto deverá assegurar a liberdade de imprensa como valor fundamental. Para ele, o conselho não poderá ser uma autarquia nem prestar contas ao Tribunal de Contas da União.

Em 14 de setembro último, a OAB promoveu um debate sobre o tema na sede da entidade, em Brasília, e convidou defensores e críticos da proposta.

No debate, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deputado Maurício Rands (PT-PE), criticou o governo por ter enviado o projeto ao Congresso, porque ele acredita que este não é "o melhor momento" para a iniciativa.

Estavam presentes dirigentes da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo).

O tema não é consenso entre os advogados. O ex-presidente da OAB Rubens Apprato, que antecedeu o atual titular, Roberto Busato, já se manifestou contra a criação do conselho.

O Conselho Federal de Jornalismo, segundo o projeto, teria a atribuição de "orientar, disciplinar e fiscalizar" o exercício da profissão e a atividade jornalística. O governo afirma que o envio ao Congresso não visa encontrar formas legais para controlar a ação dos jornalistas, mas sim atender a uma antiga reivindicação da própria categoria.

FOLHA **opinião**

09 de novembro de 2004

TENDÊNCIAS/DEBATES

A inconstitucionalidade do CFJ

IVES GANDRA MARTINS e RUBENS APPROBATO MACHADO

Apesar de o Conselho Federal da OAB, por parcela de seus conselheiros, ter se manifestado favorável à criação do Conselho Federal de Jornalismo, ponderável corrente de ex-conselheiros e ex-presidentes nacionais e seccionais são contrários à pretendida instituição. Os signatários deste curto artigo foram presidentes do Instituto dos Advogados de São Paulo, conselheiros da seccional de São Paulo -um deles é nato dos conselhos seccional e federal, por também ter sido presidente da seccional e do conselho federal- e, em face de quase 50 anos de exercício da advocacia, vêm a público manifestar sua oposição à criação do CFJ.

O primeiro dos signatários foi titular de direito constitucional da Universidade Mackenzie e comentou a Constituição Federal, juntamente com o saudoso jurista Celso Bastos, tendo o capítulo da comunicação social, nos referidos comentários, ficado sob sua responsabilidade ("Comentários à Constituição Federal", volume 8, pág. 872 e seguintes, ed. Saraiva). O segundo, ex-presidente do conselho federal, manifestou-se contrário em audiência pública anterior à referida sessão da entidade.

A questão é constitucional, exclusivamente, não admitindo a Lei Maior nenhum controle à livre manifestação de pensamento. Além disso, já há, nos direitos civil, penal e processual, os meios necessários para atalhar abusos perpetrados pela imprensa, inclusive para responsabilização por danos morais ou patrimoniais.

É inadequada a pretendida assemelhação de um tal conselho à OAB. É que a advocacia, atividade essencial à administração da Justiça, a teor do que estabelece o art. 133 da CF, só pode ser exercida por quem tenha preparo técnico para tanto, condição que é constatada pelo órgão de classe que confere a respectiva habilitação. A prática dos operadores de direito -como dos da engenharia ou da medicina-, além de exigir qualificação técnica e estudos especializados que só uma faculdade de direito pode proporcionar, demanda ainda exame de aptidão aplicado pelo órgão de classe.

No jornalismo não. Embora hoje existam excelentes faculdades que qualificam as pessoas para a prática do jornalismo, tal atividade insere-se no campo da cultura literária, esportiva, política e sociológica, estando mais próxima da literatura, em que, não obstante o preparo propiciado pela faculdade de letras, a inspiração e o talento prescindem de autorização de um órgão controlador da profissão. Um Conselho Federal de Jornalismo seria tão esdrúxulo quanto criar, por exemplo, um Conselho Federal da Poesia para fiscalizar os poetas, como acontecia na antiga União Soviética, e condicionar sua pena às exigências burocráticas e ideológicas dos dirigentes do órgão controlador.

Os próprios subscritores deste artigo, por não serem jornalistas formados ou registrados, poderiam vir a ser proibidos de manifestar livremente suas idéias e pensamentos, como fazem, nos dias atuais, em artigos que são publicados em diversos órgãos de comunicação social.

Para evitar tal contra-senso é que reza o art. 220 da Constituição Federal: "A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição".

Em face do que dispõe o art. 220 da CF -a) não há possibilidade de nenhuma restrição à livre manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação sob qualquer forma, processo ou veículo, observado o disposto na Lei Maior; e b) a Constituição não prevê a criação de um conselho para controlar a atividade de jornalismo-, parece-nos de fantástica inconstitucionalidade a iniciativa.

Trata-se, ademais, de instrumento perigoso, bastando lembrar a manifestação, em artigo para jornal de grande circulação no país, do eminente presidente do PT, José Genoino, segundo a qual o órgão destinar-se-ia a estabelecer um equilíbrio de forças entre a imprensa e jornalistas -que têm veículo próprio de manifestação- e a sociedade -diga-se governo-, que passaria a controlá-los através do referido conselho.

Temos a certeza de que a liberdade de imprensa -pela qual não se manifestam apenas jornalistas, mas também formadores de opinião, intelectuais, dirigentes de classe, empresários e trabalhadores, além de profissionais liberais,

em artigos de livre expressão- não pode ser cerceada por entidade que nada tem de semelhante à OAB. Um bacharel não inscrito na OAB não pode advogar. Pela Constituição Federal, qualquer cidadão pode expressar pela imprensa sua opinião, em seções específicas, como a de cartas dos leitores, ou mesmo em artigos, sem ser jornalista. Esse simples fato demonstra que o controle exercido pela OAB é necessário e imprescindível, enquanto aquele que se pretende seja exercido pelo Conselho Federal de Jornalismo não só é desnecessário, mas inconstitucional, pois impõe uma restrição que a Constituição, no seu art. 220, não permite.

Essa é razão pela qual esperam, os signatários deste, que o Congresso Nacional fulmine, desde a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, tão absurdo projeto de controle da manifestação do pensamento.

Ives Gandra da Silva Martins, 68, advogado tributarista, é professor emérito das universidades Mackenzie e UniFMU e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Rubens Approbato Machado**, 71, advogado, é presidente da Comissão de Estudos da Legislação Desportiva da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Foi presidente do Conselho Federal da Ordem.

FOLHA **opinião**

12 de novembro de 2004

painel do leitor

Jornalismo

"A **Folha** está de parabéns pela publicação do artigo "A inconstitucionalidade do CFJ", "Tendências/Debates", 9/11), dos eminentes juristas Ives Gandra Martins e Rubens Approbato machado. Realmente, carece de constitucionalidade a instituição de um Conselho Federal de Jornalismo. Trata-se, na verdade, de mais um ataque governamental à democracia. Alguns governantes vêm tentando insistentemente enfraquecer todas as forças e instituições que contrastam com seus poderes: lei da mordaça e supressão do poderes investigatórios do Ministério Público são outros exemplos. O STF foi convocado recentemente a optar pela democracia ou pela impunidade quando deveria julgar a possibilidade de investigação do MP -na ocasião adiou o julgamento. Agora, o Congresso será convocado a escolher: democracia e liberdade de expressão ou totalitarismo e despotismo. Espero que o Congresso realmente represente a vontade daqueles que o elegeram e repudie o aludido projeto de lei."

Matheus Rodrigues Marques, estudante de direito na Universidade de Taubaté (Caçapava, SP)

06 de dezembro de 2004 **FOLHA **brasil****

Painel

Dias contados

Liquidada a fatura das MPs, João Paulo Cunha diz que a Câmara votará as leis de Falência e de Biossegurança e o Conselho Federal de Jornalismo, que, segundo o presidente da Casa, será enterrado definitivamente em acordo já fechado pelos líderes.

MÍDIA

Câmara derruba proposta que criava Conselho Federal de Jornalismo em votação simbólica; Fenaj protesta contra decisão

Deputados rejeitam projeto que criaria CFJ

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Pouco mais de quatro meses após ser enviado pelo governo ao Congresso, o projeto de lei que criaria o CFJ (Conselho Federal de Jornalismo) foi rejeitado ontem pela Câmara dos Deputados. Apesar disso, o PT disse que vai pedir ao Palácio do Planalto que envie nova proposta em 2005.

Alvo de várias críticas, o projeto foi rejeitado em votação simbólica (sem registro nominal dos votos), já que havia acordo para sua derrubada. "Isso aqui não é uma votação, é uma cerimônia de réquiem", resumiu o deputado federal Chico Alencar (PT-RJ).

A proposta de criação do conselho foi encampada pelo governo com base em texto da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), que até o último momento tentou impedir a sua rejeição.

A principal crítica ao projeto é que ele representaria uma tentativa de controle da atividade jornalística. Um dos objetivos do conselho era "orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista". A Fenaj, cujos principais diretores são filiados ao PT, disse posteriormente que aceitava a retirada da expressão.

O fato é que há muito tempo o governo não fazia nenhum esforço para manter o projeto. Como o PFL exigiu sua rejeição como forma de entrar em acordo para realizar outras votações, o Planalto logo consentiu. O relator do projeto, Nelson Proença (PPS-RS), pediu a rejeição da proposta: "A atividade jornalística é intrinsecamente agressiva aos interesses de quem tem as suas mazelas expostas por matéria publicada. Mas isso é socialmente legítimo, saudável e essencial à democracia".

"Nós, da bancada do PT, achamos muito importante a criação de um conselho de jornalismo. (...) Sabemos do acordo entre os partidos para o sepultamento do projeto, mas vamos sugerir ao Executivo que envie outra proposta de conselho no ano que vem", afirmou Arlindo Chinaglia (SP), líder da bancada do PT. Segundo ele, o novo projeto só autorizaria a criação do conselho. Os outros detalhes seriam formulados após debate com a categoria.

No início da noite, a Fenaj divulgou nota dizendo que "patrões, Parlamento e governo" se uniram para enterrar o projeto: "O projeto que propõe o Conselho Federal dos Jornalistas está morto. A esperança de milhares de jornalistas e a expectativa de segmentos sociais importantes foram enterradas pelos coveiros tradicionais da democracia e da organização da sociedade, aliados a inusitados novos cúmplices". Segundo a Fenaj, o governo abandonou o projeto, mas isso não impedirá que ela continue lutando pela criação do conselho. **(RANIER BRAGON)**

19 de dezembro de 2004

Painel

TIROTEIO

Do deputado federal Chico Alencar (PT-RJ) sobre o colega Celso Russomanno (PP-SP), que lamentou o sepultamento de projeto seu similar ao do Conselho Federal de Jornalismo sob a alegação de que a imprensa precisa ser fiscalizada:

-Quem precisa de fiscalização somos nós, que temos mandatos temporários e às vezes confundimos o interesse públicos com os interesses privados.

Jornal

O Estado de S. Paulo

Matérias recolhidas via internet

GERAL

6 de Agosto de 2004

O ESTADO DE S. PAULO**Projeto propõe Conselho Federal de Jornalismo**

Projeto de lei enviado por Lula ao Congresso visa a fiscalizar o exercício da profissão

TÂNIA MONTEIRO e JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou ontem ao Congresso projeto de lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e os Conselhos Regionais de Jornalismo (CRJs) com o objetivo de fiscalizar o exercício da profissão de jornalista. Na exposição de motivos que acompanha o projeto, o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, lembra que hoje não há nenhuma instituição competente para normatizar, fiscalizar e punir as condutas inadequadas dos jornalistas.

As punições previstas para os jornalistas que cometerem irregularidades poderão ser advertência, multa, censura, suspensão do registro profissional, por até 30 dias e, cassação definitiva do registro profissional. O projeto não trata especificamente da polêmica sobre o diploma de jornalista. Diz apenas, em seu artigo 4.º, que todo jornalista, para exercício da profissão, deverá inscrever-se no CRJ da região de seu domicílio, atendendo às condições estabelecidas pela legislação. A lei prevê que o jornalista tenha diploma para exercer a profissão. O projeto cita que caberá aos conselhos "orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalismo e a atividade de jornalismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem assim pugnar pelo direito à livre informação plural e pelo aperfeiçoamento do jornalismo".

A Associação Nacional de Jornais (ANJ) não quis fazer comentários sobre o projeto. Informou apenas que aguardará estudos de seu setor jurídico. A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) comemorou o envio da mensagem ao Congresso. E promete que, a partir de hoje, o projeto de lei poderá ser consultado em seu site (www.fenaj.org.br). Entre as atribuições dos conselhos está a fixação de normas sobre a obrigatoriedade de indicação do jornalista responsável por material de conteúdo jornalístico publicado ou veiculado em qualquer meio de comunicação. Para defender a proposta, que já foi derrubada no passado no Congresso, o ministro Berzoini realça "o papel fundamental que os meios de comunicação adquiriram na sociedade moderna, a forma como influenciam condutas, comportamentos, informam e formam opinião, conferindo grande responsabilidade ao exercício da função de jornalista". Afirmar que "a sociedade tem o direito à informação prestada com qualidade, correção e precisão, baseada em apuração ética dos fatos". Destaca, porém, que "informações inverídicas e mal apuradas podem promover linchamento moral, destruir vidas, provocar falências, entre outros sérios danos às instituições e às pessoas, danos inclusive sob o prisma da saúde, do bem-estar físico e psíquico".

NACIONAL

7 de Agosto de 2004

O ESTADO DE S. PAULO**Jornalistas condenam projeto de conselho federal**

Plano que tenta controlar a atividade é criticado por políticos e profissionais

CARLOS MARCHI

Uma ampla condenação de profissionais e lideranças da imprensa desabou sobre o projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo, que o governo enviou ao Congresso esta semana, e que contém uma série de normas que são apontadas como tentativa de controle da imprensa. "A idéia é pelega e estadonovista", disse o jornalista Alberto Dines, diretor do Observatório da Imprensa. "É de teor repressivo", afirmou o jornalista Maurício Azedo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). "É extremamente perigoso", destacou o jornalista Audálio Dantas, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

O líder do PFL na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (BA), qualificou o projeto como "uma mordaca da mídia". Segundo ele, o projeto "é inaceitável, é um ato arbitrário, um viés absolutista". Ele disse que a oposição vai lutar para rejeitar o projeto. "Já querem amordaçar o Ministério Público e agora, sem conseguir controlar os meios de

comunicação, o governo quer punir os jornalistas. Mordaza na mídia, não", rechaçou. O líder do governo na Câmara, deputado Professor Luizinho (PT-SP), não quis se comprometer com o projeto: disse que, se houver algo errado com ele, o Congresso fará mudanças.

Poder - O projeto só recebe o apoio incondicional da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). A presidenta da Fenaj, jornalista Beth Costa, que o projeto é "uma forma de luta, porque a distribuição da informação no Brasil não é plural, porque o modelo permite a concentração nas mãos de grupos econômicos, como não ocorre em nenhum outro país". Beth admitiu, no entanto, que o projeto concentra o controle do futuro Conselho nas mãos do grupo que hoje domina a Fenaj - e que é ostensivamente ligado ao PT - já que todos os 10 integrantes da comissão provisória que assumiria o Conselho seriam indicados pelo Conselho de Representantes da Fenaj.

Controle - O jornalista Ali Kamel, embora ressaltando que falava como profissional, e não como Diretor de Jornalismo da Rede Globo de Televisão, disse ser "absolutamente contra o projeto". Para ele, "jornalismo não pode ser exercido sob nenhuma forma de pressão e esse Conselho seria uma forma de pressão sobre a atividade jornalística". Já o professor de Ética Jornalística Carlos Alberto di Franco, acha que o projeto "é uma clara tentativa de controle da imprensa". Ele afirmou que os jornalistas "não podem estar submetidos a formas de punição controladas pelo governo".

Quase todos os jornalistas ouvidos pelo Estado defenderam que não faz sentido criar um conselho federal para jornalistas, uma profissão que trabalha com a apreensão de fatos e idéias, que são transmitidos à população. "O projeto tem um certo sentido de imitação", constata o presidente da ABI, jornalista Maurício Azedo, observando que a criação do CFJ se espelha de forma simplista nas outras profissões liberais.

"Conselhos existem para profissões liberais e jornalista, em geral, é assalariado", disse Azedo. Ele também percebeu que o projeto prevê a fiscalização da profissão, mas não regula essa fiscalização.

NACIONAL

O ESTADO DE S. PAULO

8 de agosto de 2004

Dirceu defende controle sobre imprensa e MP

Ministro da Casa Civil afirma que vazamento de informações leva a Estado de arbítrio

CHRISTIANE SAMARCO - Enviada especial

BELO HORIZONTE - O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, defendeu ontem a adoção de mecanismos de controle sobre a atuação da imprensa, dos parlamentares e do Ministério Público. O argumento é o combate ao vazamento de informações protegidas por sigilo legal. "O que não pode no País, seja imprensa, parlamentares e promotores, é vazar informações sigilosas de empresas ou pessoas físicas", afirmou o ministro, sem fazer distinção entre o que é a violação de segredo de Justiça e a divulgação da informação vazada, um direito constitucional da imprensa.

Além da lei da mordaza, que pune com maior rigor as violações de dados protegidos por sigilo legal, o governo, segundo Dirceu, prepara legislação para definir a responsabilidade de quem faz escutas telefônicas. "Não pode pegar o adversário político, nem divulgá-lo na imprensa ou na internet. Se não, seremos o estado do arbítrio."

Em visita de campanha a uma favela em companhia do candidato do PT à prefeitura, Fernando Pimentel, Dirceu disse que o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, deve explicações à sociedade sobre as acusações veiculadas na imprensa, mas não pode haver pré-julgamento.

Ele usou também como exemplo um caso que costuma evitar: o do seu ex-assessor, Waldomiro Diniz, afastado por denúncias de corrupção. "O juiz considerou inepta a denúncia e mandou a polícia refazer o inquérito. Quem fez a denúncia? O Ministério Público!"

Críticas - O secretário de Imprensa da Presidência da República, jornalista Ricardo Kotscho, disse ontem que o governo não quer impor a criação do Conselho Federal de Jornalismo aos jornalistas. Ele aceita críticas ao projeto e disse que, ao enviá-lo ao Congresso, o governo convocou um debate. "O texto não é definitivo", disse.

A imprensa do projeto petista de poder

Depois de ter ameaçado revogar o visto de um jornalista norte-americano só porque publicou no New York Times uma reportagem desfavorável ao presidente Lula, o governo petista voltou a reagir de forma antidemocrática ao que classifica como "fritricas" da imprensa, ou seja, as denúncias contra membros do governo, como José Dirceu no caso Waldomiro e, agora, Henrique Meirelles. Desta vez, a pretexto de "zelar pela fiel observância dos princípios da ética", propõe a criação de um Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), atribuindo-lhe a prerrogativa de "orientar, disciplinar e fiscalizar" o exercício da profissão de jornalista e a atividade jornalística no País.

Elaborado com discrição pelo Ministério do Trabalho e pela Casa Civil, o que já é uma atitude suspeita, dada a importância dessa matéria para a plenitude do regime democrático, o projeto enviado ao Congresso é marcado pelo seu viés centralizador e burocratizante. Entre as competências que esse Conselho terá, todas apresentadas de modo preocupantemente vago, uma é "definir as condições para a inscrição, cancelamento e suspensão da inscrição dos jornalistas, bem como revisão dos registros existentes" e "deliberar" sobre os pedidos apresentados pelos jornalistas (art. 2.º, inciso XVI e art. 3.º, inciso 7). Na prática, isso significa que o CFJ definirá quem estará habilitado a exercer a profissão.

Outras competências são as de editar um "Código de Ética", estabelecer procedimentos disciplinares e "supervisionar a fiscalização" da atividade jornalística (art. 2.º, incisos III, IV e V), podendo punir as condutas que julgar inadequadas com sanções que vão de uma simples advertência à "censura" e até à cassação do registro profissional (art. 7.º). E, como o Conselho também terá a incumbência de emitir a carteira de trabalho para quem quiser atuar nos meios de comunicação, na prática ele poderá deter o controle absoluto de uma atividade em cuja essência estão as liberdades de expressão e de informação asseguradas pela Constituição no capítulo relativo aos direitos fundamentais.

É justamente esse o maior perigo do projeto. Só a ditadura militar ousou tanto na tentativa de intimidar jornalistas e calar a imprensa. A diferença está na forma utilizada. Enquanto os generais recorriam à truculência, o governo do PT optou pela sutileza retórica, valendo-se de um projeto que confunde deliberadamente a auto-regulação de profissionais liberais, da qual a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é o exemplo mais conhecido, com a tutela de profissionais assalariados.

Além disso, ao recorrer a um sem-número de lugares-comuns, abusando do conceito de ética sem em momento algum defini-lo, o projeto dá ao CFJ o poder de fazer o que quiser, em nome da "valorização" do jornalismo. A própria exposição de motivos assinada pelo ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, evidencia esse risco. "A sociedade tem o direito à informação prestada com qualidade, correção e precisão, baseada em apuração ética dos fatos", diz o texto.

Diante de tanta vagueza, como classificar as reportagens sobre os achaques do ex-braço direito do ministro José Dirceu, Waldomiro Diniz, e sobre os expedientes aos quais o sr. Delúbio Soares recorre para reforçar o caixa do PT? Na lógica moralista e punitiva dessa exposição de motivos, esse noticiário seria "ético" ou "antiético"?

Ainda em matéria de ética, o projeto também peca por carecer daquilo que quer cobrar da imprensa livre. Em princípio, o CNJ seria um órgão representativo dos jornalistas e por eles dirigido. Mas, enquanto jornais, revistas, rádios e tevês privadas vêm diminuindo o tamanho de suas redações, por razões de sobrevivência econômica, o governo inaugurou a Rádio Nacional e vem ampliando o quadro da Radiobrás e planejando uma TV Pública internacional. Em que medida essas duas situações opostas não podem desequilibrar a representatividade do tal Conselho? Até que ponto um órgão dominado por jornalistas do setor público e a serviço de um partido político não teria, na atribuição de "disciplinar" o jornalismo, pretexto para interferir nas empresas privadas de comunicação? Por tudo isso, e mais a ominosa "coincidência" de ter sido divulgado no mesmo dia em que veio à luz o projeto do Audiovisual, o melhor a se fazer com esse projeto do governo, de viés stalinista, com seus jornais sem redações e sua imprensa alimentada pelas sinopses aprovadas pelos ditadores de plantão, é jogá-lo no lixo, impedindo assim mais um perigoso avanço do Projeto de Poder do PT.

CADERNO 2

10 de agosto de 2004

O ESTADO DE S. PAULO**Para trás, não!**

César Giobbi

Regina Duarte quase foi linchada pela imprensa e patrulhas quando participou da campanha de José Serra à Presidência dizendo que tinha medo.

Pois é, agora a mesma imprensa esbraveja diante da ameaça da criação deste Conselho Federal de Jornalismo para nos fiscalizar. Regina tinha razão. Dá medo mesmo, só de pensar no que o governo Lula tem tentado fazer com as liberdades nacionais. De várias maneiras, sutis ou não, tem conseguido aparelhar a estrutura pública em todos os níveis da administração, nacionalizar o que estava privatizado, diminuir o poder dos Estados, cortar as asas do Ministério Público, controlar a informação, a Cultura, as comunicações e a internet. Se insistir neste projeto e tiver sucesso, vai ter poder central total. Coisa que caiu da moda, mesmo nos lugares mais atrasados do planeta, com o Muro de Berlim. Como lembrou Jabor, sobrou a Albânia, como inspiração para essa turma que ainda pensa como no fim do século 19.

O pior é que, depois de Sarney, Itamar e FHC, três democratas, ficamos mal acostumados. Agora sabemos o que é ser um cidadão com plenos direitos e não queremos retrocessos. Portanto, é a vez do Congresso. Nós cidadãos só podemos reclamar, esfernear, e nos vingarmos nas urnas...

NACIONAL

11 de agosto de 2004

O ESTADO DE S. PAULO**Cercear jornalista fere Constituição, diz presidente do STJ**

Para presidente do STJ, qualquer tentativa de cerceamento "não merece nem discussão"

GILSE GUEDES e DENISE MADUEÑO

BRASÍLIA - O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Edson Vidigal, disse ontem que qualquer tentativa de "cercear" a atividade do jornalista é inconstitucional. Ao comentar a criação do Conselho Federal de Jornalismo, após solenidade no quartel-general do Exército para o lançamento de um programa do governo, Vidigal frisou que desconhece o teor da proposta encaminhada ao Congresso, mas observou: "Qualquer tentativa nesse sentido esbarra na Constituição, que assegura não só o direito da sociedade à informação como o direito da imprensa em buscar através de suas fontes as informações e repassá-las à sociedade. Eu sou a favor da Constituição."

"Eu não li o projeto. Portanto não posso dizer se sou contra ou a favor. Mas o que está escrito na Constituição é o que vale, é o que se impõe. Qualquer tentativa que possa configurar o cerceamento, quer na busca da informação, quer no repasse das informações à sociedade, é inconstitucional, não há por que ser considerado, não merece nem discussão", afirmou Vidigal, que já exerceu a profissão de jornalista.

Segundo o presidente do STJ, a Constituição "tutela valores em defesa da cidadania, como o da honra, o da privacidade". "Mas também tutela valores em favor da sociedade. É um direito da sociedade ser bem informada."

"Eu prefiro dizer como Thomaz Jefferson. Se eu tiver de escolher entre um governo com a imprensa que me censure, que me critique, que me ataque, e um governo sem nenhuma imprensa, eu prefiro esse governo com a imprensa que me censure e até me ataque", declarou.

Câmara - O presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), disse que a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo só será votada na Câmara depois de muito debate e negociação. Segundo ele, o conselho não vai ser aprovado com urgência e só após muita discussão será levado ao plenário. Ele disse que o projeto do governo foi anexado a uma proposta já existente na Câmara, do deputado Celso Russomanno (PP-SP), e afirmou que não será um projeto para cercear a liberdade do profissional.

"Se tiver isso de ferir a liberdade de imprensa, de ser uma censura, não vai prosperar na Câmara", disse João Paulo.

Segundo ele, é uma preocupação da Câmara a regulamentação do exercício das profissões, o que inclui a dos jornalistas.

Ex-presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e ainda um de seus integrantes, o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) acha pouco provável que a proposta possa ser aprovada na comissão, por seu teor polêmico. Greenhalgh afirma que é contra qualquer tipo de proposta que signifique restrição do trabalho da imprensa. Mas avalia que o governo pode não estar sendo tratado de maneira adequada na questão, uma vez que teria apenas atendido uma proposta da Fenaj, que representa a categoria.

(fim) FENAJ/CONSELHO JOÃO DOMINGOS BRASÍLIA - Formada na sua maioria por jornalistas filiados ao PT, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) mandou ontem dois emissários à Câmara dos Deputados para defender o polêmico projeto do governo que cria o Conselho Federal de Jornalismo e os conselhos regionais.

Afirmaram que os conselhos são necessários, porque vão fiscalizar a atividade dos jornalistas, para evitar distorções nas notícias.

Disseram-se também injustiçados. "Fizemos um levantamento da repercussão da criação do Conselho. Nos primeiros dias foram 60 notícias contrárias e somente uma a favor", disse Fred Ghedini, vice-presidente da Fenaj.

Ghedini é também presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

É filado ao PT. "Fui um dos fundadores do partido". Aloisio Lopes, primeiro-secretário da entidade, outro integrantes da diretoria que foi à Câmara fazer a defesa do projeto, é presidente do Sindicato de Belo Horizonte e também filiado ao PT. Na mesma situação encontra-se a maioria dos mais de 30 dirigentes da Fenaj, que tomaram posse no final da semana passada, durante congresso da federação, na Paraíba.

Os dois insistiram o tempo todo que o projeto que cria os conselhos de jornalistas começou a ser debatido há pelo menos 20 anos e que não é uma iniciativa do atual governo. "Pedimos ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que apresentasse o projeto; fizemos o mesmo durante uma audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 7 de abril", disse Aloisio Lopes. "O presidente afirmou que defenderia a criação dos conselhos não só por ser o presidente da República, mas também como cidadão", completou Ghedini.

Eles afirmaram que a proposta foi enviada pelo Executivo porque, por criar uma nova autarquia e cargos para ela, constitucionalmente a iniciativa tem que partir do governo federal. Procuraram desvincular suas atividades jornalísticas com a partidária. "Não tem nada a ver. No Sindicato de São Paulo temos gente do PMDB e do PSDB", disse Ghedini.

"Não fazemos distinção entre petistas e pefelistas". Mas a diretoria da Fenaj não tem ninguém do PFL.

Além do mais, foi o PT quem montou a estrutura para receber os dois dirigentes da Fenaj. Eles foram assistidos por funcionários da liderança na Câmara. Aloisio Lopes irritou-se quando lhe foi perguntada a sua filiação partidária.

"Falo por mim. Quem quiser saber a dos outros que os procure de um a um". Ghedini foi advertido pelo servidor petista de que revelar sua filiação poderia trazer problemas. Eles respondeu: "Mas se explorarem isso será uma sacanagem".

EDITORIAIS

11 de agosto de 2004

[O ESTADO DE S. PAULO](#)

Governo mostra a sua face autoritária

Esperava-se que a rejeição manifestada por amplos setores da sociedade ao ominoso projeto do governo que propõe a criação de um Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) suscitasse algum tipo de reflexão e autocritica dentro do governo. Não foi o que aconteceu. Os jornais de ontem registraram um forte recrudescimento da ofensiva autoritária das autoridades. O governo, aberto e sensato na condução da política econômica, está mostrando a face ditatorial do seu projeto de poder. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, disse ontem que o País vive uma onda de denunciismo, ao justificar a idéia da criação do CFJ para disciplinar a atuação dos jornalistas. "Acredito que o conselho não será instrumento de censura ou de sujeição da imprensa, mas de disciplinamento da profissão, como ocorre com os advogados e outras categorias." Em primeiro lugar, o ministro "acreditar" é prova de que não pode garantir que não haverá censura. Quanto ao disciplinamento da profissão, o conceito, sem dúvida esdrúxulo, procura equiparar o trabalho dos jornalistas ao ofício de profissionais liberais, o que os jornalistas não são. Além disso, o jornalismo, como deveria saber o ministro, é serviço público e pré-requisito de uma sociedade democrática. Não há pessoas nem sociedades livres sem liberdade de expressão e de imprensa. O exercício desta não é uma concessão das autoridades, é um direito inalienável da sociedade. Reclama, por isso, a ausência de amarras e regulamentações estabelecidas por aqueles que, freqüentemente, estão no foco de investigações legítimas e necessárias. São, portanto, parte interessada no amordaçamento da mídia. Talvez seja esse interesse dos governantes que tenha inspirado ao ministro o outro argumento que usou para justificar o injustificável. Propondo que se "discuta com seriedade a tarefa de disciplinar as responsabilidades inerentes à comunicação", Thomaz Bastos disse que "é preciso pensar o papel do Ministério Público, da polícia e da imprensa". O ministro, mais uma vez, confunde atribuições e mistura papéis. São bem distintas e conhecidas as missões das três instituições. O papel social da imprensa é claro: informar e formar opinião através da livre discussão de todas as opiniões. A polícia colhe provas. O Ministério Público - cujo poder de investigação o governo está contestando - investiga e apresenta a denúncia e, finalmente, o Judiciário sentencia. Não se exija da imprensa o absurdo de só informar a respeito de assuntos já decididos e transitados em julgado. Os meios de comunicação, com responsabilidade e ética, têm o dever de levantar questões relevantes para o interesse público e apontar indícios consistentes de irregularidades que lesem o interesse público. Eventuais excessos podem ser corrigidos pela legislação vigente. Como bem lembrou nota da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), divulgada

nos jornais de ontem, "os abusos do mau jornalismo devem ser corrigidos através da Justiça, como prevê a Constituição, sem necessidade de qualquer órgão com poderes para cercear a liberdade de expressão e acarretar até perda de registro profissional".

A AMB considera que a criação do CFJ, a possível votação da Lei da Mordaza e o questionamento do poder de investigação dos procuradores fazem parte da "mesma lógica autoritária".

O jornalista Ricardo Kotscho, secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, em artigo publicado no jornal Folha de S.Paulo de ontem, faz coro com o ministro da Justiça. Segundo Kotscho, "o objetivo central da criação do CFJ - a exemplo do que há muito ocorre com advogados, médicos, economistas e outras categorias - é exatamente defender a dignidade e a ética exigidas no exercício da profissão, para garantir à sociedade a plenitude da liberdade de imprensa, e não a liberdade para alguns profissionais e algumas empresas divulgarem o que bem entendem a serviço dos seus interesses." (sic!) (grifo nosso). Num emblemático exercício de prejulgamento, Ricardo Kotscho desenvolve um raciocínio que leva à conclusão de que a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), "inspiradora" do projeto de amordaçamento da imprensa e formada por um monolítico bloco ideológico de colorido petista, está do lado do bem. Já as empresas de comunicação e os jornalistas que, honradamente, ganham a vida no exaustivo trabalho de produzir um jornal todos os dias do ano estão, a priori, do lado do mal.

O Brasil está revivendo o espetáculo de mentiras e sofismas que pronunciaram, décadas atrás, o advento de ditaduras de direita e esquerda.

ESPAÇO ABERTO

11 de agosto de 2004

[O ESTADO DE S. PAULO](#)

Desprezo pela democracia

JOSÉ NÊUMANNE

Será que há um ponto comum entre o passeio em carro aberto (um vistoso Rolls Royce) do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o ditador do Gabão, Omar Bongo, pelas ruas de Libreville; a escolha de Cuba para sediar as férias do chefe da Casa Civil, José Dirceu; o apoio do PT ao presidente da Venezuela, Hugo Chávez; e a criação do Conselho Nacional de Jornalismo e da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav) em anteprojetos a serem apreciados no Congresso? Esse ponto seria o despreço (ou até o desprezo) que a cúpula petista nutre pela democracia "formal burguesa", que se vê obrigada a tolerar, mas não resiste à tentação de tentar extinguir, aproveitando-se das próprias falhas? Não foi isso que o "paizinho" Stalin ensinou?

Haverá, por acaso, algum brasileiro bobo ou gabonês gabola o suficiente para imaginar que se justifique por mero interesse negocial o semblante nada contrafeito (ao contrário, bastante à vontade) de nosso líder, um milionário em votos, ao lado do tirano, de 68 anos, no poder há 37, à custa do sangue dos adversários e dos minguados recursos de sua nação? Afinal, somando a riqueza do Gabão com as de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, países incluídos no mesmo périplo presidencial, chega-se à quantia de US\$ 8 bilhões, o equivalente ao PIB boliviano. E, assim como a Bolívia, o Gabão teve sua dívida com o Brasil magnanimamente perdoada por Lula, que, ao fazê-lo, pensou ser generoso com o povo miserável do país visitado, mas terminou favorecendo a elite corrupta que explora os pobres e malversa as finanças públicas de lá.

Omar Bongo chefia um regime longo, mas nisso perde do cubano Fidel Castro, em cujas barbas encanecidas o poderoso chefe da Casa Civil verteu, faz pouco, lágrimas nostálgicas do tempo em que foi treinado para servir, na inteligência, à causa da exportação da revolução socialista tropical. A beleza das praias da ilha as justifica como cenário ideal para as férias do insigne "manda-chuva". Mas, no comando dos negócios públicos de Cuba ao longo de 44 anos, o ídolo dele não tem dado os melhores exemplos de tolerância e espírito democrático.

O PT de Lula e José Dirceu também acaba de anunciar o apoio formal à manutenção de outra flor de seu orquidário latino-americano: o venezuelano Hugo Chávez. Eleito pelo povo e tendo jurado uma Constituição por ele próprio preparada, este pode ser um bom amigo do PT. Mas será o caso de se imiscuir nos negócios de um parceiro vizinho com problemas?

Esses três exemplos de desastrada intervenção externa do governo federal e do PT (aos quais se acrescente a inusitada troca de três dos quatro juizes brasileiros na Corte de Justiça Internacional de Haia) são, contudo, de pequena monta, se comparados com os dois anteprojetos que a cúpula petista quer levar o Congresso Nacional a aprovar. Embora seja útil aqui citá-los, pois eles servem para reforçar o argumento de que talvez não sejam erros pontuais, mas, sim, parte de um movimento coerente e orquestrado num rumo pré-fixado.

O Conselho Nacional de Jornalismo é uma idéia de matar Hitler, Stalin, Mussolini, Getúlio Vargas, Perón e outros tiranos de inveja. Em vez de censurar, em vez de prender, em vez de calar os críticos recalcitrantes dessa marcha para o socialismo pelas brechas da democracia, o governo do PT encontrou um meio suave (mas definitivo) de puni-los: cassar-lhes o registro profissional no Ministério do Trabalho e negar-lhes o direito de exercer a profissão.

A Agência Nacional de Cinema e Audiovisual nasceu do tortuoso raciocínio do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, o condestável do Itamaraty que substituiu nossos juizes em Haia: sendo o cinema americano culpado pela alienação do povo daqui, cabe ao Estado brasileiro coibir sua ação nefasta.

Ao mostrengo burocrático petista será dada, entre outras tarefas, a de vigiar o conteúdo dos produtos exibidos pela televisão e punir os faltosos com a supressão de sua concessão precária pública. Elementar, não? E tais atentados contra a liberdade de expressão ainda renderiam um bom dinheirinho para a Receita Federal. Pois, em campanha aberta para afugentar o público do cinema, o governo também pretende taxar os ingressos, já caros, em 10%, numa evidência ululante de que o populismo pode ser, de fato, impopular, antipático e "antipovo".

Isso é grave, muito grave. Mas mais triste é perceber que, enquanto o PT assalta, ao estilo MST, espaços democráticos, a oposição deixa de lado os exemplos aqui dados de desprezo pela democracia para se dedicar a domar pulgas em caixas de fósforos, tentando vender à platéia do Circo Brasil a idéia de que estas seriam elefantes amestrados. Com suas denúncias contra Henrique Meirelles, PFL e PSDB tentam negar a calvície do ovo. E, ao perseguirem Cássio Casseb, fazem o jogo das facções petistas anti-Palocci, não por esperteza, mas por mera burrice.

José Nêumanne, jornalista e escritor, é editorialista do Jornal da Tarde

NACIONAL

13 de agosto de 2004

O ESTADO DE S. PAULO

Mordação em servidor é rejeitada até pelo governo

Ministro da Justiça e presidente do PT, além de presidente do STJ, descartam o projeto

VANNILDO MENDES e CLARISSA THOMÉ

O projeto que proíbe servidores públicos de dar informações sobre investigações à imprensa, anunciado na quarta-feira, foi recebido com críticas e rejeitado dentro do próprio governo. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, atacou a iniciativa. "Nada de mordação", disse ele em Brasília, durante o lançamento do Sistema de Acompanhamento do Legislativo.

"Eu tenho compromisso de uma vida inteira com a liberdade de imprensa e não aceito a carapuça de censor nem de inimigo da liberdade de informação", completou.

Bastos ressaltou que o projeto não está aprovado no âmbito do governo e que não apoiará nada que implique em censura. "A liberdade de imprensa é um valor muito importante. Sem ela, a História do Brasil teria sido diferente, para pior".

No Rio, o presidente do PT, José Genoino, também deixou clara sua divergência: "O servidor público, diante das questões que ele sinta que são irregulares, que ferem a constituição, não pode ser proibido de falar", advertiu. "Nós temos que discutir melhor essa questão. A posição do PT é muito clara: temos que democratizar ao máximo a sociedade e a relação do Estado com a sociedade", acrescentou Genoino, que participou de passeata na campanha do candidato petista Jorge Bittar à prefeitura da cidade.

A proposta também foi refutada pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edson Vidigal, para quem a restrição é redundante.

"Ainda há uma certa dificuldade, em setores da vida pública, para entender o alcance do que seja estado de direito democrático", afirmou Vidigal. "Os princípios que norteiam a ordem pública estão no Artigo 37 da Constituição, entre os quais é claro o da publicidade, que há que ser lido como princípio da transparência", acrescentou.

O servidor público que lida com informações - esclareceu - já está submetido a controle pelo Código Penal, no crime tipificado como violação do sigilo funcional. "Essa norma tem mais de 50 anos. Tudo o mais é desnecessário".

Desobediência - Ao refutar a idéia, no Rio, Genoino pregou o que chamou de "desobediência devida". Quando deputado, ele tinha um projeto em que utilizava essa expressão, para definir normas de ação do servidor. "Se se tratar de assuntos que ferem padrões de transparência e ética, qualquer servidor pode falar." Era um contraponto à "obediência devida", princípio criado por militares argentinos, no tempo da ditadura, para justificar atos de violência. O presidente do PT aproveitou a entrevista para definir também o âmbito de discussões sobre um eventual Conselho Federal de Jornalismo. "Esse não é um assunto de partido ou governo", observou. "Os jornalistas que se reúnam, façam uma espécie de referendo, decidam se querem ou não o conselho".

'Autoritário' - Especialistas em direito constitucional ouvidos pelo Estado também reprovaram o conteúdo do decreto.

"Amedronta o servidor e tem um propósito autoritário", afirma o professor da USP Sérgio Resende de Barros.

"Numa análise inicial, esse decreto viola a Constituição no que se refere à liberdade de expressão e informação", diz o professor da PUC André Tavares. Especialista em direito administrativo, o advogado Marco Antonio Innocenti

sustenta: "Se o servidor divulga informação sigilosa, já está violando uma norma, mas se não for sigilosa, ele não pode ter seu direito de informar censurado." (Colaborou Conrado Corsalette)

EDITORIAIS

13 de agosto de 2004

[O ESTADO DE S. PAULO](#)

A ofensiva do governo contra a democracia

Já não pode subsistir a menor dúvida de que o governo Lula está decidido a submeter a sociedade ao controle arbitrário do Estado, reduzindo a democracia a um cenário de cartolina atrás do qual o PT fará o que julgar necessário, sem contestação efetiva, para se manter no poder até onde a vista alcança. Como se o Brasil fosse um país de idiotas, incapazes de perceber o encadeamento sinistro das ações do Planalto, os arquitetos da destruição do regime de liberdades tratam de aplastar com o maior descaramento as franquias constitucionais asseguradas aos brasileiros - entre elas o direito à privacidade e o direito à informação. Enquanto a sociedade não se mobiliza para detê-lo através do Congresso e do Judiciário, nada parece inibir esse avanço, minuciosamente planejado, rumo ao domínio sobre setores cada vez mais amplos da sociedade, para instituir uma versão mal disfarçada dos regimes centralizadores em que a vontade do governo na prática prevalece sobre a lei. Depois dos projetos de criação do Conselho Federal de Jornalismo e da Ancinav, vieram a público, ontem, mais duas manifestações desse processo totalizante. O presidente Lula poderá assinar em breve um decreto que permitirá, sem autorizações adicionais da Justiça, disseminar pelo Executivo informações sobre pessoas físicas e jurídicas cujo sigilo fiscal, bancário e telefônico for quebrado atendendo a pedidos específicos da polícia ou do Ministério Público, em inquéritos sobre ilícitos penais, financeiros ou administrativos. Assim se ampliará o Banco de Dados formado na CPI por ordem do mentor do seu relator. Um segundo decreto, por sua vez, proibirá que qualquer funcionário público transmita à imprensa informações sobre investigações em curso no âmbito do governo federal. E as poucas autoridades que tiverem licença para fazê-lo deverão se certificar previamente de que tais informações não foram - nem poderão vir a ser - classificadas como sigilosas.

Difícil dizer qual dos decretos, cujas minutas estão prontas ou sujeitas apenas a ajustes, representa desconsideração mais grave pelos fundamentos jurídicos da ordem democrática. No primeiro caso, o do compartilhamento de informações, a pretexto de aumentar a eficácia do combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, todo órgão federal com poder de investigação, entre eles a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), terá a faculdade de requisitar dados compilados mediante quebra de sigilo, que estejam sob a guarda de outra repartição similar. Ou seja, o que uma delas obteve graças a uma decisão judicial poderá circular pelos canais da burocracia por mero ato administrativo, aumentando exponencialmente os riscos de vazamento ou uso impróprio das informações confidenciais. Como era de esperar, os defensores da iniciativa garantem que esse trânsito estará submetido a regras estritas de procedimento.

O órgão que solicitar os dados terá de justificar o pedido - restrito a casos de pessoas e empresas suspeitas de crimes ou ilícitos administrativos - e assumir a responsabilidade pela preservação do sigilo. Mas sabe-se muito bem como a flexibilização do sigilo pode servir a propósitos avessos ao bem comum, mesmo em estruturas administrativas que não tenham sido aparelhadas pelo partido dominante - como acontece no atual governo. Economizar as idas à Justiça em situações que envolvem a privacidade alheia escancara as portas para o desmando e a ampliação da vigilância política do Estado sobre os cidadãos.

Já as portas para a ampliação da vigilância dos cidadãos sobre o governo que eles elegeram para governar o Estado o governo quer fechá-las. A mordaza que quer impor aos servidores federais - que sabem muito bem como as coisas funcionam - é outra operação para tolher o trabalho da imprensa. Se quiser apurar a quantas anda uma investigação interna, a mídia dependerá da boa vontade de um punhado de hierarcas: ministros e outros titulares de cargos de confiança na cúpula da administração direta e indireta, os seus prepostos "especialmente designados" ou as assessorias de imprensa (que nada dirão sem ordem superior). Os demais, se transgredirem a norma concebida para atarraxar o processo de centralização em marcha, ficarão sujeitos a processo administrativo por infringir o Código de Ética do serviço público. Em suma, o governo trata de se fechar à mesma sociedade que gostaria de bisbilhotar sem restrições.

Defendendo a reeleição do presidente Lula, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, disse que "temos de avançar na consolidação da democracia tão interrompida e ainda tão frágil". No ritmo em que vão os avanços antidemocráticos do governo, se a "consolidação da democracia" (do PT) não for novamente interrompida, desta vez pelo Congresso e pelo Judiciário, talvez o presidente nem precise disputar o segundo mandato nas urnas.

NACIONAL

25 de agosto de 2004

[O ESTADO DE S. PAULO](#)

'Conselho é um perigo', diz Mesquita

Ao inaugurar biblioteca com nome de seu pai, Júlio Cesar Mesquita critica projeto da Fenaj

MAURO MUG

O jornalista Júlio César de Mesquita criticou ontem a intenção do governo de criar o Conselho Federal de Jornalismo. "Esse projeto é um perigo", disse ele ao participar da inauguração da biblioteca e da sala de leitura do Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha, que leva o nome de seu pai, o jornalista Júlio de Mesquita Neto. "Se o Congresso o aprovar, será a volta da época negra dos governos militares e da censura", comentou ele.

De acordo com Mesquita, o governo não pode fixar regras para os jornalistas.

"Não deve haver pessoas ou governos que ditem regras de como uma reportagem deve ser escrita e publicada, pois a imprensa toma conta e vigia aqueles que estão no poder", disse. "Quando a imprensa for tutelada pelo governo ela deixará de ter liberdade."

Ele lembrou um fato que aconteceu quando seu pai foi chamado para depor num Inquérito Policial Militar, durante o regime militar. "Ao ser perguntado se era ele o diretor responsável pelo jornal O Estado, meu pai respondeu que não." O funcionário público insistiu, afirmando que o nome de Júlio de Mesquita Neto constava do expediente do jornal como diretor responsável.

"Não sou eu", repetiu meu pai. O diretor responsável é o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. É ele que decide o que o jornal vai publicar."

Leitura - Mesquita, que participa do Conselho de Administração do jornal O Estado de S. Paulo, disse ainda que, além de lutar pela liberdade de imprensa, uma das preocupações de seu pai era que os filhos lessem muito. "Ao ler jornais, as pessoas ficam bem informadas sobre o destino de seu País e a leitura dos livros aprimora a escrita e a cultura", afirmou.

A biblioteca e a sala de leitura fazem parte do Projeto Leia Comigo, desenvolvido pelo governo do Estado. O Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha foi o quarto a ter sua biblioteca, também instalada em mais 13 conjuntos habitacionais de baixa renda. "A leitura desperta a cidadania das pessoas, faz com que elas saibam diferenciar uma verdade de uma mentira", disse a secretária estadual de Educação Cláudia Costin.

Para a diretora técnica do hospital Aglae Neri Gambirasio, "a biblioteca no hospital tem o objetivo de tornar mais agradável possível a estadia dos pacientes e dos funcionários." A Secretaria da Cultura doou 600 livros e os funcionários mais 200.

Da cerimônia participaram ainda a viúva de Júlio Neto, dona Zulu Cerqueira César de Mesquita, e o coordenador de Saúde da Grande São Paulo, Ricardo Tardelli, representando o secretário da Saúde.

ESPAÇO ABERTO

28 de agosto de 2004

O ESTADO DE S. PAULO

Viés autoritário de quem?

JOSÉ GENOINO

OPT e o governo continuam sendo alvos de um furioso ataque vindo de setores da oposição e de alguns colonistas políticos. O mote agora consiste em que ambos - PT e governo - estariam tomados por uma intencionalidade autoritária orientada contra jornalistas, contra o Ministério Público e em favor do dirigismo estatal. A liberdade e a democracia estariam em perigo. O governo não teria apreço por esses valores e o ovo da serpente estaria prestes a gerar o perigo do autoritarismo.

É curioso notar que alguns dos porta-estandartes da "liberdade de imprensa" e da "democracia" nunca souberam e não sabem o que é a censura de fato, o que é a falta de liberdade política de fato e o que é regime autoritário de fato. À época do regime militar, alguns desses novos arautos da democracia estavam justamente contra ela, beneficiando-se ou silenciando à sombra do autoritarismo.

Então, o problema que tem de ser posto, antes de tudo, é o da legitimidade moral do discurso. É fácil, agora, no gozo pleno das liberdades, acusar um governo democrático de autoritário. O difícil era acusar um governo autoritário de autoritário. Nós, do PT, juntamente com muitos democratas que estão em outros partidos, o fizemos. A liberdade de imprensa e a liberdade política de que todos gozam nos dias de hoje são frutos de nossas lutas. Não queremos nada por isso além de reconhecimento e respeito. Mas quando nós, não de forma exclusiva, claro, falamos de liberdade e democracia, temos a legitimidade moral do discurso. Legitimidade que nos foi conferida pela história de uma conquista e pela nossa luta. Legitimidade que falta a muitos dos que nos atacam.

O segundo problema implicado nas acusações é o problema da verdade. É insustentável e até risível o argumento de que o governo tenha uma intencionalidade autoritária ou uma prática em tal sentido. Nenhum outro governo do período republicano foi tão democrático como está sendo o governo Lula. O governo estabeleceu um inédito diálogo social que abrange todos os grupos - do MST aos empresários de todos os setores. Demandas são ouvidas, sugestões são acatadas e soluções são encaminhadas. Não há dirigismo em nenhum setor ou atividade. Não há dirigismo na economia, setor no qual mais se temia que um governo do PT viesse a adotar uma postura estatizante. O atual governo é o que mais promoveu e vem promovendo o diálogo institucional com governadores e prefeitos, com o Congresso e com o Judiciário. Consensos para impasses federativos são construídos, pendências são negociadas e conflitos são dirimidos.

O que se vê é que a realidade desmente as acusações e que há uma inverdade nelas. O que há é a tentativa de construção de uma realidade falsa por meio de um discurso sinuoso, revestido de brilho e de compromisso cerimonioso com valores que não estão em jogo e que não estão ameaçados. Discurso luminoso na aparência, mas nebuloso na essência, porque o vendaval de adjetivos que vitupera contra o PT e o governo acoberta interesses que não se revelam.

O PT e o governo podem ter cometido e deverão continuar cometendo alguns erros aqui, outros acolá. Isso é natural aos seres humanos e na atividade política. Mas esses erros em momento algum representaram uma ameaça à democracia e à liberdade. Erros dessa natureza, questões mal postas ou afirmações irrefletidas sempre são passíveis de retificação pelo debate público. E nisso a crítica tem um papel relevante e legítimo. O debate público cumpre a alta função de processar esclarecimentos, entendimentos e posições de conteúdo. Daí que o debate público é imprescindível à democracia e constitutivo dela.

O que não cumpre papel relevante nem se legitima é a acusação infundada, o discurso fabricado, que muitas vezes tenta até mesmo criminalizar relações políticas legítimas. Esses expedientes, sim, são constitutivos de um método que afronta a democracia, pois neles não estão em jogo conteúdos. Estão em jogo apenas a adjetivação vazia, que se nega a discutir o mérito das questões postas e das iniciativas encaminhadas. É a forma autoritária de desconstituir o adversário e não reconhecê-lo como interlocutor legítimo. É a forma que nega a essência da democracia, porque esta implica, antes de tudo, a controvérsia plural de idéias.

É isso que está sendo feito em torno das propostas da criação da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav) e do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ). Boa parte dos críticos não debateu o mérito das propostas. Eles partiram para a acusação e a adjetivação, simplesmente. E deram o assunto por encerrado nos termos das suas presunções: eles são os democratas e o governo e o PT são os autoritários. Nem sequer refletiram sobre a necessidade de democratizar o acesso aos fundos públicos de incentivo à cultura. Reside justamente aí a nebulosidade das críticas adjetivadas, porque elas escondem os interesses efetivos que representam.

No caso do Conselho Federal de Jornalismo, o governo apenas encaminhou uma petição da categoria dos jornalistas. Acredito que fosse melhor não tê-lo feito. O caminho mais correto consistia em que a Federação Nacional dos Jornalistas encaminhasse sua demanda diretamente ao Congresso. Mas o que está claro é que não houve nenhuma imposição, nenhuma urdidura por parte do governo. O que mais se viu em torno dessa proposta não foi o debate público do seu mérito e dos procedimentos, mas as adjetivações de "bolchevismo", "autoritarismo", "chavismo", "dirigismo", etc. Comparou-se o CFJ brasileiro com um conselho similar que existe em Cuba. Ninguém se lembrou de que na França democrática também existe um conselho regulamentado em lei, conhecido como Comissão da Carta dos Jornalistas. São esse discurso adjetivado, essa falta de respeito com a História, essa ausência de conteúdo que atentam contra o debate público democrático.

José Genoíno é presidente do PT

NACIONAL

29 de agosto de 2004

[O ESTADO DE S. PAULO](#)

Edson Vidigal, do STJ, defende imprensa livre

"Não deveria haver nem lei de imprensa. Quando o presidente Lula chamou os jornalista de covardes, ele deveria estar brincando com os coleguinhas dele dentro do avião dele", comentou o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Edson Vidigal. Ele disse que liberdade de imprensa não tem que estar sujeita a nada, numa crítica à intenção do governo de criar o Conselho Federal de Jornalismo para controlar a atuação dos jornalistas.

NACIONAL

31 de agosto de 2004

[O ESTADO DE S. PAULO](#)

Redação sobre imprensa no Enem cria polêmica

RENATA CAFARDO

A polêmica recente sobre o projeto que cria o Conselho Federal de Jornalismo levantou suspeitas sobre uma eventual interferência do governo federal no tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), realizado pelo Ministério da Educação (MEC), anteontem. Os cerca de 1,5 milhão de jovens que participaram da prova no País tiveram de dissertar sobre a liberdade de informação e os abusos cometidos por meios de comunicação.

"Foi uma pesquisa gratuita com uma faixa de cidadãos que têm uma opinião crítica", disse o presidente da Comissão de Educação do Senado, senador Osmar Dias (PDT-PR). Para ele, o governo poderia usar as informações como um respaldo ao conselho. "Nada é coincidência neste governo", afirma o deputado Lobbe Neto (PSDB-SP), vice-presidente da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude. "Pode ser uma forma de induzir o jovem a concordar que tem muito abuso na imprensa."

A proposta de redação incluía textos do jornalista e presidente da Radiobrás, Eugênio Bucci, de entidades independentes que analisam a imprensa e artigos da Constituição sobre liberdade de expressão e direito à privacidade. Eliezer Pacheco, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, responsável pela prova no MEC, nega qualquer interferência. Ele explica que os assuntos são propostos por uma banca e os coordenadores optaram pelo tema no dia 5 de julho, antes da polêmica do conselho. "Foi coincidência."

Lula volta a acusar imprensa de denunciismo

Presidente faz defesa indireta da criação do Conselho Federal de Jornalismo

MARIANA CAETANO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a atacar a imprensa e criticou ontem o "denunciismo" que "muitas vezes" prevalece sobre a notícia. De modo indireto, ele defendeu a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ). "É uma boa política não ter a preocupação na disputa eminentemente de mercado. É preciso pensar na qualidade da informação que o povo brasileiro recebe. Sobre tudo num momento em que muitas vezes o denunciismo pelo denunciismo tem prevalência sobre a notícia e a informação", afirmou o presidente, durante a comemoração dos 10 anos da revista Carta Capital e entrega do prêmio "As empresas mais admiradas no Brasil em 2003".

Ele praticamente respondeu às declarações do governador Geraldo Alckmin (PSDB), que deixou claro ser contrário à criação do CFJ, autarquia encarregada de "orientar, disciplinar e fiscalizar" a atividade jornalística. "Uma boa imprensa é a sociedade conversando consigo própria", afirmou o governador no discurso que precedeu o do presidente.

Pacto - Lula criticou a imprensa ao dirigir-se a Mino Carta, responsável pela revista. Teceu elogios e destacou que o jornalista passou por vários veículos e resistiu a pressões de chefes para contrariar sua "dignidade". Segundo ele, há no Brasil um "verdadeiro pacto de mediocridade" que sobrevive "sempre que uma pessoa se destaca numa atividade". Para Lula, esse pacto "não deixa o mais inteligente crescer ou evoluir". E provocou: "Na política isso existe muito."

Ao comentar a entrega do prêmio a 40 empresas - segundo pesquisa do instituto InterScience, em parceria com a revista - Lula ressaltou que a iniciativa é simbólica num momento em que o País "está carecendo de bons exemplos" e coloca a "autoestima de seu povo como instrumento para que as coisas dêem mais certo."

O presidente lembrou que os empregados das empresas premiadas contribuíram para o sucesso e o reconhecimento de todas elas. Lembrou a participação de várias das empresas presentes em programas sociais, mas repetiu o apelo: "O Estado sozinho não será capaz de resgatar a dívida social acumulada deste país. Ou encontramos um jeito de envolver o conjunto da sociedade brasileira como cúmplice de uma boa política para que encontremos as saídas, ou o Estado, sozinho, não dará conta." Na plateia, importantes empresários e oito ministros. (Mais sobre o dia de Lula em São Paulo na página B3)

Novo ataque à imprensa

Pela segunda vez em dois meses, o presidente Lula investiu anteontem contra o "denuncismo" da mídia. Em julho, na posse do novo diretor da Agência Brasileira de Investigação (Abin), ele dissera que "o denunciismo não contribui com (sic) a democracia. Muitas vezes figuras são difamadas pela imprensa por informações precipitadas, com o nome achincalhado pelos quatro cantos do País. Depois, não se prova nada e ninguém pede desculpa pelo estrago que foi feito à imagem da pessoa, à imagem da família e à imagem do Estado brasileiro".

E ensinou: "Uma denúncia só pode se tornar pública quando estiver embasada em fatos verdadeiros (sic) e totalmente comprovados, senão isso passa a ser difamação." Houve quem saudasse tais palavras como um tardio mea-culpa do líder máximo da agremiação política brasileira que, na oposição, fez do denunciismo uma rotina, plantando sistematicamente na imprensa informações falsas, com a intenção de achincalhar colaboradores do então presidente Fernando Henrique, como o secretário Eduardo Jorge Caldas Pereira, para desestabilizar o seu governo - algumas vezes mobilizando para isso procuradores com carteirinha do partido.

Logo se percebeu, porém, que o otimismo não tinha razão de ser. O presidente Lula não havia pedido desculpas coisa nenhuma pelas difamações a que os seus companheiros se entregaram no passado com voracidade sem precedentes e das quais não deram mostras de arrependimento, nem mesmo em privado, junto às suas vítimas - entre as quais vários presidentes do Banco Central. O puxão de orelhas visava a desqualificar de antemão perante a opinião pública o noticiário de fatos presentes que desagrada à nova elite no poder. Mais do que isso, visava a intimidar a imprensa. O intuito ficou claro por declarações do ministro da Comunicação do Governo, Luiz Gushiken, e pela decisão de encampar o amordaçador projeto da Fenaj criando o Conselho Federal de Jornalismo. Sábado, em artigo neste jornal, o presidente do PT, José Genoíno, escreveu que "o governo apenas encaminhou uma petição da categoria dos jornalistas" (admitindo que teria sido melhor não fazê-lo). Na realidade, fez mais do que isso. A Casa Civil acrescentou ao texto original expressões nitidamente destinadas a apertar ainda mais o garrote sobre a imprensa. Agora, numa solenidade, mais uma vez encarnado no papel de professor de ética jornalística, Lula aconselhou a mídia a não se preocupar com o que chamou "disputa eminentemente de mercado" e, em vez disso, "pensar na qualidade da informação que o povo brasileiro recebe, sobretudo num momento em que muitas vezes o denunciismo pelo denunciismo tem prevalência sobre a notícia e a informação". O comentário mais caridoso que se pode fazer a respeito, tomando as palavras do presidente ao pé da letra, é que ele não sabe do que está falando.

A imprensa séria, pelo menos, disputa mercado exatamente com a arma da qualidade da informação. Jornais, revistas e emissoras que se dão ao respeito procuram ser éticos não apenas por uma concepção do que seja a responsabilidade jornalística, mas também por saber que o seu êxito comercial depende de sua credibilidade - e esta, do exercício profissional ético. O mercado, que cedo ou tarde pune "o denunciismo pelo denunciismo", não ameaça a imprensa independente. A oligopolização sem freios do setor, sim.

Um governo com pretensões de calar a crítica, mais ainda.

No citado artigo do presidente do PT, se lê que "a liberdade de imprensa e a liberdade política de que todos gozam nos dias de hoje são frutos de nossas lutas, juntamente com muitos democratas que estão em outros partidos".

Quando Lula volta a atacar a mídia, é oportuno lembrar que da resistência ao regime militar, a que alude Genoíno, participaram democratas e "democratas".

Estes, muitos dos quais ajudariam a criar ou se filiariam ao PT, desejavam derrubar uma ditadura para erguer outra, usando como ferramenta a reconstrução democrática.

Tanto não tinham os petistas, em geral, compromissos com a "democracia burguesa" que a bancada do partido na Constituinte, liderada por Lula, se recusou a assinar a Carta de 1988. Naturalmente, o PT de hoje não é o de duas décadas atrás. Em face das provas cabais da barbárie do "socialismo real", no mundo inteiro, e o Brasil não foi exceção, a grande maioria dos socialistas sinceros se converteu à democracia. Lula, justiça se lhe faça, nunca rezou pela cartilha totalitária.

Mas, diante do que tem dito da imprensa, fica-se com a impressão de que ou ele descobriu tardiamente uma vocação de censor ou está dando ouvidos demais àqueles seus companheiros que nunca abjuraram das idéias liberticidas.

Aqueles que durante a ditadura se exilaram em Cuba, e até hoje é lá que passam suas férias.

'NYTimes': revolta contra projeto para controlar imprensa

Texto é assinado pelo jornalista que quase foi expulso do País, após reportagem sobre Lula

O jornal The New York Times ressaltou, na edição de ontem, a dura reação contra os projetos do governo para a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e da Agência Nacional de Cinema e do Audiovisual (Ancinav). O texto é assinado por Larry Rohter, correspondente no Brasil, que por pouco não foi expulso do País após publicar reportagem sobre o consumo de bebidas alcoólicas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "As organizações noticiosas que seriam afetadas consideram isso a mais grave ameaça à liberdade de expressão desde o fim da ditadura militar há 20 anos", disse Rohter.

Segundo o NY Times, a tentativa de regulamentar "a tempestuosa imprensa do Brasil" desencadeou uma montanha de críticas. A reportagem - intitulada "Proposta de controlar a imprensa causa ainda mais revolta" - informa que o conselho teria por lema "orientar, disciplinar e monitorar" jornalistas. "As punições pela violações das normas ou regulamentos variariam desde multas à cassação do registro oficial de jornalista, o que na teoria impediria o transgressor de exercer a profissão", ressaltou.

O jornal nova-iorquino lembrou que a repercussão negativa foi além dos veículos de comunicação, espalhando-se também por entidades de defesa dos direitos humanos e associações que representam advogados e juízes. "Numa manifestação típica, a Associação Nacional dos Magistrados acusou o governo de sucumbir à lógica autoritária e disse que o Brasil não tem necessidade de qualquer órgão com poderes para restringir a liberdade de expressão."

Na reportagem, Rohter destacou que o projeto da Ancinav também foi saraivado de críticas, sobretudo pelas redes de televisão e diretores de cinema. A reportagem acrescenta que, "depois de prometer reformular os artigos que cheiram a autoritarismo", o ministro da Cultura, Gilberto Gil, concordou em abrandar a linguagem da proposta sobre cinema, TV e rádio.

Agenda positiva - Rohter informou, porém, que não há pretensão do governo de retirar o projeto do CFJ. E cita recente declaração do ministro Luiz Gushiken, da Secretaria de Comunicação de Governo: "Numa sociedade, nenhum direito é absoluto."

A reportagem lembra que, numa reunião pública com proponentes do conselho, em abril, Gushiken disse que a mídia noticiosa brasileira deve adotar uma "agenda positiva" e evitar "explorar contradições que fomentem a discórdia e o conflito de egos".

De acordo com o jornal, figuras do primeiro escalão do governo têm caracterizado os clamores contra a legislação como exemplo do abuso da mídia. E registra uma declaração do ministro da Casa Civil, José Dirceu, sobre a resistência ao conselho de jornalismo: "Eles estão tentando restringir o debate no grito, ganhar fazendo barulho e isso é autoritarismo".

NACIONAL

12 de setembro de 2004

O ESTADO DE S. PAULO

'O PT tem, no seu DNA, uma vertente autoritária'

Para Sérgio Abranches, teste do partido é saber perder e passar o poder a um adversário

CARLOS MARCHI e SILVIO BRESSAN

O PT carrega no seu DNA uma "personalidade autoritária", que já se manifestou no governo Lula, com a proposta de criação da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav) e do Conselho Federal de Jornalistas (CFJ), além da reação dos governistas a qualquer crítica. Essa "vertente autoritária" torna imprevisível a reação do partido a uma eventual derrota nas eleições de outubro. A avaliação é do cientista político Sérgio Abranches, professor de Risco Político no programa de pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). "Eles (os petistas) não têm experiência de alternância. Ainda não sofreram uma derrota significativa e não tiveram de entregar o cargo para o adversário", observa Abranches. "A dúvida é se o PT saberá, numa situação concreta, se comportar bem."

Por enquanto, avalia o cientista, o que existe são táticas semelhantes, como as recentes declarações da prefeita Marta Suplicy (PT) de que haveria uma crise política no País, caso a oposição vencesse as eleições em São Paulo.

"Está repetindo o (José) Serra, que usou na campanha presidencial o medo, que era mais ou menos generalizado, de Lula ganhar a eleição", compara Abranches. Para ele, a chamada estratégia do medo não é antiética e faz parte do jogo político, mas em geral não dá resultado. "É uma estratégia ruim, porque o eleitor escolhe por razões mais substantivas." A seguir, a entrevista:

Estado - A nacionalização do debate ajuda ou prejudica?

Sérgio Abranches - Não acho que a nacionalização do debate seja um fato claro. Em São Paulo, pelas características específicas de Serra ou pelas reações de Marta (Suplicy), a campanha está tomando uma certa tonalidade nacional. Mas, quando a gente olha para os perfis dos dois, sob a ótica do que eleitor está pensando, dá para notar que o paulistano considera que eles são os únicos capazes de administrar São Paulo com um mínimo de confiabilidade.

Estado - Essa independência também vale para os governadores, como os de São Paulo, Minas e Pernambuco, que têm bons índices de aprovação?

Abranches - Recentemente fiz uma comparação de pesquisas de popularidade do presidente, de governadores e prefeitos de algumas capitais com os desempenhos de seus candidatos. Não existe padrão. Há governadores muito populares - como Jarbas Vasconcelos, de Pernambuco - que apóiam um candidato que vai mal. Não existe relação direta entre a popularidade do presidente ou do governador e o desempenho do candidato a prefeito.

Estado - Mas um candidato a prefeito ganha ou perde falando mal do presidente ou do governador?

Abranches - No caso, vale menos a idéia da estadualização ou da federalização da eleição e mais a expectativa do eleitor de que o candidato respeite a sua jurisdição e não se meta com a jurisdição do outro. Como se dissessem: "Você está aqui para disputar a prefeitura e não para discutir com o governador ou o presidente." Essa é mais uma razão pela qual a gente deve confiar no eleitor brasileiro. Ele sabe mais a respeito da importância do seu voto do que se presume.

Estado - De que forma as eleições municipais influirão nas eleições presidenciais e estaduais em 2006?

Abranches - As eleições municipais não terão efeito relevante nas eleições de 2006. Vejo as pessoas dizerem: "2006 está sendo disputada agora." As eleições de 2006 vão ser disputadas em 2006, até porque a eleição para presidente da República é muito influenciada pelo estado da economia nos seis meses anteriores à eleição.

Estado - Mas não haverá impacto nos partidos?

Abranches - A eleição municipal terá, sim, impacto na correlação de forças imediata, porque determina, em larga medida, a redução ou a ampliação da capacidade de governança do presidente da República. Se o PT perder algumas capitais importantes, como São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, evidentemente os adversários vão usar isso contra o governo federal. O uso da derrota é mais duradouro que o uso da vitória. Vai haver manipulação do resultado. E a extensão disso vai depender muito dos resultados concretos das eleições. Mas é muito difícil que qualquer um dos quatro grandes partidos - PT, PSDB, PFL e PMDB - saia totalmente destruído das eleições.

Estado - A estratégia do medo é um artifício válido ou é antiético?

Abranches - Antiético não é. Nos Estados Unidos, (John) Kerry está fazendo isso com (George) Bush e Bush está fazendo isso com Kerry. Na competição eleitoral, só é ilegítimo o golpe baixo. A chamada estratégia do medo é um argumento político.

Estado - No caso de São Paulo é uma tática válida?

Abranches - O principal problema é que é uma espécie de ameaça no vazio, porque Marta está ameaçando com uma crise federal que não tem cabimento ou está ameaçando com atos de terrorismo político se perder. Aí é mais complicado. E está repetindo o Serra, que usou na campanha presidencial o medo, que era mais ou menos generalizado, de que Lula, tomando o poder, provocasse uma crise cambial de largas proporções. Na época, isso foi desmentido, não colou e na campanha do Serra não deu resultado. É legítimo, faz parte da vida.

Estado - O senhor então acha legítimo repetir o que Serra fez?

Abranches - Acho, mas no caso de Serra havia até um certo fundamento. Havia uma dúvida no ar a respeito da possibilidade de o mercado reagir muito mal à eleição de Lula e produzir uma crise cambial. No caso da ameaça de Marta, é um alerta mais no vazio. Parece mais uma certa expressão de nervosismo, porque ela certamente imaginou que teria um favoritismo mais acentuado nessa fase da campanha.

Estado - Em geral, a estratégia do medo funciona?

Abranches - Em geral, é uma estratégia ruim, porque o eleitor, na verdade, acaba escolhendo por razões muito mais substantivas. Ela funciona em momentos muito específicos, diante de questões muito

específicas. Por exemplo, na Espanha, nas últimas eleições, houve claramente uma reação a um ato de terrorismo (atentado na Estação Atocha, em Madri, que matou 191 pessoas, em março). Tem de ser muito concreto. Nesse momento, nos EUA, pelo que as pesquisas andam indicando, está funcionando. Bush conseguiu criar uma dúvida na cabeça dos americanos a respeito da capacidade de Kerry defender o país de um ataque terrorista. E parece que colocou menos a do Kerry: "Cuidado, que ele vai nos levar à uma guerra em que vamos perder muitas vidas."

Estado - O candidato Serra tem dito que o PT tem problemas com a alternância de poder. Até que ponto isso é verdadeiro?

Abranches - É difícil dizer porque o PT nunca teve um processo de alternância no poder. Quando (Luiza) Erundina deixou a Prefeitura de São Paulo (1992), ela não podia se recandidatar. Daí para a frente não houve nenhum petista que estivesse ocupando um cargo importante e tivesse perdido a eleição, entregando o cargo ao adversário. Eles não têm essa experiência de alternância. É uma experiência nova para o PT. No momento, existe uma dúvida: se o PT saberá, numa situação concreta, se comportar bem ou não.

Estado - O senhor está dizendo que o PT tem um gene autoritário?

Abranches - O PT tem, numa parte do seu DNA, uma vertente muito autoritária, uma coisa do vigiar e punir, intervencionista. Eles são muito centralizadores. Isso tem se manifestado no caso do Conselho Federal de Jornalismo, no projeto da Ancinav, na questão do marco regulatório, na interferência na distribuição de verbas para a Cultura, na reação que eles têm toda vez que a imprensa ou alguém faz alguma crítica ao governo. Eles têm o que os sociólogos caracterizam como "uma personalidade autoritária".

Existem muitas pessoas com formação autoritária no partido, o que gera uma certa personalidade autoritária coletiva. Não sabemos ainda como a Marta reagiria em São Paulo ou como Lula reagiria se tivesse de entregar a Presidência, em 2006, a um adversário. A novidade seria ser derrotado para o PSDB em São Paulo. Com a extinção do malufismo, o PSDB passou a ter em São Paulo uma chance que nunca teve. Desde a eleição de Jânio, a Prefeitura de São Paulo oscila entre o populismo de direita, tipo Jânio (Quadros) ou (Paulo) Maluf, e o PT.

Estado - Mas o PT nasceu com a abertura democrática...

Abranches - Sem dúvida, o DNA do PT também carrega a consciência de que o partido é fruto da democracia. Embora os dirigentes não tenham se formado nos canais da democracia - eles se formaram nos canais corporativistas ou na reação à ditadura, atuando na clandestinidade - o partido prosperou depois da abertura política e das eleições livres. Tem uma parte do PT que reconhece o valor da democracia.

Estado - Segundo algumas pesquisas, o PT tem uma liderança clara em cinco das 26 capitais brasileiras. O partido está pagando o preço de ser governo?

Abranches - Até agora não vi nenhuma evidência que me convencesse de que esta eleição tem uma dinâmica diferente das disputas municipais anteriores.

Essa dinâmica é basicamente local. O PT não está pagando o preço de ser governo, porque o eleitor não está com o governo federal na cabeça.

ANJ alerta para 'atentados à liberdade'

Segundo Francisco Mesquita Neto, conselhos de jornalismo serão tribunais corporativos

EVANILDO DA SILVEIRA

O presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e do Conselho de Administração do Estado, Francisco Mesquita Neto, alertou ontem sobre "a crescente escalada de propostas, partidas do Poder Executivo, que embutem verdadeiros atentados à liberdade de expressão". Ao abrir o 5.º Congresso Brasileiro de Jornais, que vai até amanhã, no Hotel Jaraguá, ele criticou essas iniciativas, principalmente o projeto de lei que prevê a criação de órgãos de fiscalização e punição da imprensa, incluindo o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ).

Para Francisco Mesquita, esses conselhos constituirão, na verdade, "tribunais corporativos com poderes suficientes até para impedir jornalistas de exercer a sua profissão e para suspender veículos de comunicação".

Segundo o presidente da ANJ, o projeto, repudiado por todos os que desempenham verdadeiramente funções jornalísticas, já nasce carecendo de legitimidade. "Apesar dos repetidos apelos para que fosse retirado e abandonado, o governo insiste em mantê-lo na agenda parlamentar", destacou.

Outros exemplos de ameaças à liberdade de expressão, de acordo com Francisco Mesquita, são a proposta de regulamentação do setor audiovisual (Ancinav) e o ressurgimento do interesse pela Lei da Mordaza, que impede autoridades envolvidas em investigações de prestarem informações. Ele citou, ainda, o decreto que impede todos os funcionários públicos, exceção feita aos ministros e às suas assessorias de imprensa, de transmitirem informações aos veículos de comunicação, quando envolvidos em qualquer tipo de investigação.

O presidente da ANJ - que deixará o cargo, após dois mandatos consecutivos - reiterou os compromissos da associação com a liberdade de imprensa e com seu código de ética, "inspirado pela independência, pelo livre exercício da profissão, pela busca permanente da verdade dos fatos de interesse público e pela defesa dos direitos do ser humano e dos valores democráticos". E destacou: "Não cederemos nessa luta."

Judiciário - O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargador Cláudio Baldino Maciel, também falou no congresso, condenando a criação do CFJ. "Não consigo entender a criação desse conselho, com a função de punir, penalizar, proibir", disse.

"O conselho tem um caráter limitador de atividades que contém um grau de independência muito grande."

Maciel ressaltou, também, que o Poder Judiciário e a imprensa ainda têm alguns problemas de comunicação. "O Judiciário se comunica mal e pouco", reconheceu. "Temos sérios problemas de linguagem, que é hermética, formal." A diferença de ritmo entre o Judiciário e a imprensa é outro fator que atrapalha o diálogo, segundo Maciel: "É da essência do jornalismo o ritmo trepidante, diário. Já a natureza do Judiciário é necessariamente lenta, reflexiva."

O último palestrante da manhã, o cineasta e comentarista Arnaldo Jabor, criticou duramente o governo federal, principalmente a ala que ele chama de bolchevista. "Esse governo é esquizofrênico", disse. "De dia é neoliberal e de noite é leninista. Essa ala bolchevista tem um tumor inoperável no cérebro, que é a tomada do poder em São Petersburgo em 1917. É uma metade ideológica que quer controlar a sociedade, acha que o Estado deve dirigir, fiscalizar a sociedade e os jornais. Eles têm medo da multiplicidade dela, que tem muitas cabeças", comentou. Jabor avalia que o jornalismo precisa ser repensado, "mas não pelos pelegos da Fenaj (a Federação nacional dos Jornalistas, autora do projeto do CFJ)". E completou: "Só a sociedade pode se defender desses ataques de quem quer controlá-la. Para eles, o perigo mora na liberdade."

Liberdade - A primeira palestrante da manhã, Jan Schaffer, diretora-executiva do Instituto de Jornalismo Interativo da Universidade de Maryland, falou sobre a importância do jornal e da liberdade de imprensa como instrumento na construção da cidadania e da comunidade.

Ex-diretora responsável pelo Pew Center for Civic Journalism, que criou 120 projetos jornalísticos voltados à cidadania nos Estados Unidos, ela centrou sua palestra no tema do jornalismo cívico.

ESPAÇO ABERTO

3 de outubro de 2004

O ESTADO DE S. PAULO

Unidos para 'nos fazer a cabeça'

FERNÃO LARA MESQUITA

Existe uma forma democrática de se interferir indiretamente no comportamento e nos conteúdos da mídia sem tentar controlar o que se escreve ou quem escreve, cujo efeito é garantir, juntamente com a plena liberdade de expressão, a pluralidade dos discursos políticos em circulação, o que é essencial à boa saúde da democracia. E isso se faz estimulando-se a diversidade dos títulos e das plataformas eletrônicas mediante a proibição da "propriedade cruzada" desses meios e a limitação da penetração máxima de cada um deles numa mesma praça, como acontece, por exemplo, nos Estados Unidos, onde essa preciosa conquista da cidadania também está sob ameaça do governo Bush.

É uma lei simples e objetiva: proíbe-se que um mesmo grupo seja proprietário de jornais e televisões num mesmo mercado; nenhuma empresa pode ter canais de TV que atinjam mais do que 35% da audiência nacional; uma mesma empresa só pode ter dois canais num mesmo mercado se forem de audiência pequena e se houver pelo menos mais oito canais disputando aquela praça; limita-se, por vários meios, a propriedade cruzada de diversas estações de rádio.

No Brasil ocorre o contrário. O nascimento da mídia eletrônica coincidiu com o período de autoritarismo político e foi instrumento dele. E nunca mais se livrou do "pecado original" da intimidade com o poder. As redes de televisão brasileiras foram montadas com base no princípio da afiliação de TVs regionais. No governo Sarney, tendo como ministro das Comunicações Antonio Carlos Magalhães, as afiliadas regionais das três redes existentes foram distribuídas, em troca do prolongamento do mandato do presidente, às famílias dos grandes chefes políticos das diferentes regiões do País que começavam a perder força eleitoral com os ventos da democratização. Essas famílias controlam hoje um quarto das

emissoras comerciais de televisão do País: 60 de um total de 250. A Rede Globo tem 21 afiliadas pertencentes a "coronéis eletrônicos" com mandatos executivos ou legislativos, o SBT tem 17, a Bandeirantes tem 9. Através do privilégio na obtenção de concessões, da promoção cruzada dos meios assim obtidos - TVs, redes de rádios e jornais -, do dumping e, especialmente, da distribuição de verbas públicas de publicidade para seus próprios veículos (50% vai para as matrizes), eles reduziram os concorrentes ao estado de inanição e se tornaram as únicas vozes sonantes em suas regiões eleitorais. Nestas, ou são incensados como "benfeitores do povo" ou - no caso de envolvimento flagrante em alguma falcatura impossível de ignorar - são mostrados como vítimas de complôs políticos. Confiam tanto nessas máquinas eleitorais que, sob ameaça séria de punição por corrupção, costumam renunciar antes do impeachment para concorrer a nova eleição. Retribuem esse inestimável privilégio aos donos das redes às quais são afiliados legislando como eles querem sobre seu universo compartilhado de negócios...

Isso logo criou celeuma, dividindo o Congresso entre os políticos "com" e os "sem" rede de comunicações própria. Para reequilibrar as oportunidades nos momentos de disputa eleitoral, foi criada, então, a drástica "legislação de consolação" (eleitoral) para os políticos sem mídia própria. Só a imprensa escrita, acessível aos exíguos 15% da população que escapa do "analfabetismo funcional", permaneceu livre no Brasil. Essas seções sazonais de humilhação a que somos submetidos - os "programas eleitorais gratuitos", os "debates sem debate", as "entrevistas sem perguntas" e o mais que impede o verdadeiro trabalho jornalístico e reduz à mais pura falsificação mercadológica tudo e todos quantos disputam eleições no País - são o resultado prático do pacto não explícito de "convivência pacífica" que se deu entre os "sem" e os "com" mídia própria no Congresso.

A incorporação dos grupos ideológicos de esquerda a esse consórcio se deu de forma indireta e precedeu a chegada dos demais. Teórico comunista italiano, Antonio Gramsci desenvolveu a tese amplamente experimentada no Brasil de que, mais que tomar fisicamente o poder pela revolução, o importante é "conquistar a hegemonia cultural da Nação apossando-se da máquina de difusão ideológica da burguesia". Uma das moedas de troca usadas na negociação com a oposição esquerdista para a compra de um lugar ao sol na Nova Republica foram as concessões feitas pelos grupos privados de mídia que tinham servido a ditadura às novas forças políticas em ascensão, no uso de suas redes de comunicações. Partindo de uma posição já bastante forte tanto nas redações quanto nas artes cênicas, tradicionais redutos da resistência ao regime militar, esses grupos, na nova situação, rapidamente chegaram a posições de hegemonia na operação dos vetores eletrônicos desses dois produtos cruciais da "pauta ideológica da burguesia".

As novelas - especialmente - têm sido a plataforma de onde se difunde para cada brasileiro e brasileira, desde que nasce, um trabalho de "amaciamento moral" por meio de um "menu" político e comportamental que é quase um manual de promoção das diversas formas de transgressão dos antigamente ditos "valores da família" e de ridicularização das bases da "democracia burguesa". Misturados a enredos onde, em meio às mais sórdidas perfídias, invariavelmente tratadas como comportamentos corriqueiros e "normais" que não seria politicamente correto criticar nem muito menos reprimir, os personagens representando cada agente dos velhos esquemas da luta de classes aparecem estereotipados, para o bem ou para o mal, segundo a sua classificação nas antigas cartilhas marxistas. Somado ao trabalho de filtragem de noticiários e ao que é feito nas escolas, outro dos focos do esforço "gramsciano" de conquista de uma "hegemonia cultural", preparam-se os corações e mentes tanto para o grau de libertinagem que por aqui se tolera quanto para a longevidade de certos discursos e mitos mortos em todo o resto do planeta, que tanto intrigam todos quantos, de fora, tentam entender o Brasil. O brasileiro, portanto, tem memória sim. Quando "vota mal" não é só por falta de alternativa, mas porque essa memória é permanentemente submetida a uma "lavagem" à qual é impossível ficar indiferente. O bloqueio regulatório que dificulta a diversidade da mídia e facilita os conchavos e o jogo de falsificação acima descritos interessa - ainda que por razões diferentes - a todos os membros do consórcio, até aqui multiideológico, que produziu essa situação e dela se beneficia. O que o PT quer com seus projetos censórios da Ancinav e do Conselho Federal de Jornalismo, proposto pela Federação Nacional de Jornalistas, é ter esse mesmo brasileiro avivado e, agora, próximo só da sua sardinha.

Fernão Lara Mesquita é jornalista

EDITORIAIS

7 de novembro de 2004

[O ESTADO DE S. PAULO](#)

'Esquerda em progresso'

A s circunstâncias políticas e o exercício concreto - não teórico - do poder muitas vezes fazem o pensamento das pessoas públicas tornar-se meio camuflado, ou desconectado de uma realidade administrativa ou funcional mais visível para a opinião pública. É bom, por isso, quando existe a possibilidade de esse pensamento ser conhecido, mesmo que por meio de um modesto livro, pois assim se pode descobrir a linha de força original, motriz, que gera as ações de um político e administrador público - presumindo-se, é claro, que exista um mínimo de coerência entre o que se pensa e como se age no espaço público-político.

Fazemos estas considerações a propósito do livro *Esquerda em Progresso* (Ed. Vozes), do ministro da Educação Tarso Genro, analisado pelo jornalista Josias de Souza, em artigo publicado domingo passado na Folha de S.Paulo. Com o objetivo meio pretensioso de traçar rumos para a "nova esquerda", o autor só faz vir à tona um certo ranço retrógrado -

porque meio stalinista - da "velha" esquerda, especialmente no que tange ao projeto de controle dos meios de comunicação e de cerceamento à liberdade de imprensa. Antes disso, porém, Tarso Genro faz crítica enérgica ao "processo de globalização financeira" que, "ditado pelos EUA", provocou "uma ampliação desmesurada do sistema financeiro internacional, alienado da produção", culpa o "tucanato" por ter dado rápida efetividade ao "projeto político do grande capital" - ou à vitória do "neoliberalismo" -, mas, curiosamente, se esqueceu de dividir tais culpas com seu próprio partido, o PT, que, já há quase dois anos no poder, tem demonstrado fidelidade exagerada ao FMI e à política econômica "malanista", que nem o próprio governo FHC, em seus dois mandatos, ousou praticar.

Em seu pequeno livro, o ministro propõe uma "reengenharia institucional nos diversos níveis da federação", com inovações radicais, do tipo: "Uma estrutura parlamentar unicameral", a adoção do recall (que é a cassação de mandatos por meio de voto popular), a "confirmação" anual, via votação, do mandato do presidente da República, a "exacerbação da consulta, do referendo, do plebiscito e de outras formas de participação" - o que implicaria a substituição da democracia representativa por uma "democracia direta".

Mas é no campo da Comunicação que aparecem as maiores pérolas autoritárias - para não dizer fascistóides - do pensamento de um ministro que tem sob sua responsabilidade um setor vital para o futuro do País, como é o da Educação. Considerando que para satisfazer à necessidade do "controle democrático do Estado" é preciso travar um ataque frontal ao "monopólio das comunicações", uma vez que a "manipulação da informação", como diz, "tem sido fundamental para a implantação do projeto neoliberal", o ministro da Educação propõe "desconstituir" o poder da mídia. Para tanto, recomenda a criação de "uma estrutura estatal de caráter político-administrativo" para regular a "liberdade de informação e de opinião, hoje totalmente comprometidas pela verdadeira ocupação que as elites fizeram dos meios de comunicação mais potentes e incidentes sobre a vida cotidiana".

E o autor chega a pormenores do *modus faciendi* da extinção da liberdade de imprensa - pois é simplesmente nisso que consiste sua proposta: haveria "um conselho permanente de democratização da informação, formado por representantes designados pelos três poderes e pelos partidos políticos, mas cuja composição majoritária seria formada por membros eleitos nos Estados"; a esse conselho caberia "regrar e vigiar a aplicação de regras que permitam liberdade de informação, livre trânsito de opiniões, obstrução de qualquer monopólio na área, bem como a elevação dos padrões éticos e culturais dos meios de comunicação".

Ora, as regras que "permitem" a liberdade de informação e o livre trânsito de opiniões são as mesmas que proíbem, taxativamente, qualquer lei que venha, de alguma forma, a cerceá-los - e estas regras estão claramente expostas nos artigos 5.º, IX, e 220, @ 1.º da Constituição. A Carta expressa a ojeriza que a sociedade brasileira nutre em relação à censura - e há razões históricas para tanto. O projeto ditatorial - embora apenas teórico, por enquanto - é preocupante não apenas por ser do ministro incumbido de comandar a Educação no País, mas, também, por ser o terceiro do gênero no governo petista, depois dos bem concretos projetos do Conselho Federal de Jornalismo e da Anvisa.

NACIONAL

9 de Dezembro de 2004

[O ESTADO DE S. PAULO](#)

Acordo prevê enterro do CFJ

Projeto que cria Conselho de Jornalismo será derrubado semana que vem

Eugênia Lopes

BRASÍLIA - Um acordo patrocinado pelo presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), com os líderes dos partidos aliados e de oposição prevê a derrubada do projeto de lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e os Conselhos Regionais de Jornalismo (CRJs). Enviada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início de agosto, a proposta tem por objetivo fiscalizar o exercício da profissão de jornalista, mas foi mal recebida no Congresso tanto por governistas quanto por oposicionistas.

Pelo acordo firmado com os parlamentares, o projeto será votado e rejeitado na Câmara, logo depois que for apreciada a nova Lei de Falências e seis medidas provisórias que estão trancando a pauta da Casa. "O Palácio do Planalto viu que não tem jeito e concordou com a derrubada da proposta", disse ontem o líder do governo na Câmara, Professor Luizinho (PT-SP).

A rejeição ao conselho foi a condição imposta pelos parlamentares para destrancar a pauta. Mas, desde o início, quando a proposta foi enviada ao Congresso, João Paulo se posicionou contra o CFJ. O PFL e o PSDB também exigiram a inclusão do projeto na pauta da Câmara para que pudesse ser derrubado o mais rápido possível.

Com isso, os oposicionistas quiseram ter a garantia de que a proposta será enterrada de vez, sem chances de ser posta em votação no futuro. A idéia era derrubar o projeto ontem à noite. Mas as votações emperraram na apreciação da MP que dá isenção de PIS/Confins. A sessão acabou caindo por falta de quórum e as votações só deverão ser retomadas na semana que vem.

PUNIÇÕES

Na exposição de motivos que acompanha o projeto do Conselho Federal de Jornalismo, o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, diz que hoje não há nenhuma instituição competente para normatizar, fiscalizar e punir as condutas

inadequadas dos jornalistas. O projeto prevê punições para os jornalistas que cometerem irregularidades - as penas podem ser advertência, multa, censura, suspensão do registro profissional e cassação definitiva do registro. O projeto estabelece que caberá aos conselhos "orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalismo e a atividade de jornalismo".

NACIONAL

16 de Dezembro de 2004

O ESTADO DE S. PAULO

Câmara barra conselho de jornalismo

Derrubada da proposta fez parte de acordo entre o presidente da Câmara e os líderes dos partidos para desobstruir a pauta de votação

Eugênia Lopes

BRASÍLIA - A Câmara rejeitou ontem, em votação simbólica, a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e dos Conselhos Regionais de Jornalismo (CRJs), propostos no projeto de lei enviado ao Congresso pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em agosto. A derrubada da proposta fez parte de acordo fechado, há cerca de um mês, entre o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), e os líderes dos partidos aliados e de oposição para desobstruir a pauta de votação do plenário da Casa. Somente o PC do B defendeu o projeto, que tinha por objetivo fiscalizar o exercício da profissão de jornalista. O PT ficou dividido, mas manteve o acordo de rejeitar a criação do Conselho.

"É muito importante que se crie o Conselho Federal de Jornalismo. É uma reivindicação antiga da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), mas o projeto acabou contaminado por um debate feito pela imprensa", disse o líder do PT, deputado Arlindo Chinaglia (SP). "A bancada do PT sabe do acordo para desobstruir a pauta de votação. Vamos solicitar ao Poder Executivo que envie um outro projeto sobre o assunto no início do ano que vem. Mas que seja um projeto apenas para a criação do Conselho, com o seu detalhamento sendo discutido aqui no Legislativo com todas as entidades interessadas", completou o petista.

Em seu parecer, o deputado Nelson Proença (PPS-RS) argumentou que a Constituição garante a ampla liberdade de expressão e de imprensa. "Não é admissível, portanto, que se imponham regras que possam, de qualquer modo, limitar essa liberdade ou criar constrangimentos ao seu exercício por meio de medidas administrativas", observou Proença. Em sua avaliação é "incabível" aplicar à profissão de jornalista os mesmos princípios éticos de outras profissões. "A ética do jornalista vai na contramão da ética de outras profissões. Seu compromisso é com a denúncia, com a apuração dos fatos que surjam no subsolo da sociedade, nas engrenagens do Estado, nos sinuosos corredores do poder", disse o relator. Para ele, "o jornalista tem obrigação ética de revelar o que possa prejudicar outrem, até mesmo um colega de profissão, se o fizer em favor da sociedade". "Tem o direito de preservar o sigilo de suas fontes, se isto for relevante à obtenção da informação. Tem liberdade de questionar, agredir, comportar-se mal, vestir-se mal, romper com as normas, se isto trouxer aos olhos da opinião pública, a garantia de que não há segredos que não possam ser desmascarados, de que a imprensa investiga, confirma e divulga, de forma independente, os desvios de conduta a que os poderosos estão sujeitos", afirmou Proença, no parecer que propôs a rejeição do projeto.

Momentos antes de os deputados aprovarem em votação simbólica a derrubada do projeto, o deputado Celso Russomanno (PP-SP) ameaçou pedir verificação de quorum para que a sessão caísse e a proposta não fosse rejeitada. Russomanno ficou irritado porque o seu projeto que propõe a criação do Conselho foi rejeitado junto com a proposta do governo.

"Vale a pena criar mecanismos para a atividade jornalística", defendeu Russomanno, que atendeu aos apelos das lideranças partidárias e acabou não impedindo a votação do projeto.

O acordo firmado entre o presidente João Paulo e os líderes partidários previa a rejeição da criação do Conselho Federal de Jornalismo, logo depois da votação da Lei de Falências, aprovada anteontem à noite. "O Palácio do Planalto viu que não tem jeito e concordou com a derrubada da proposta", admitiu o líder do governo na Câmara, deputado Professor Luizinho (PT-SP).

Para criar o Conselho Federal de Jornalismo, o governo argumentou que atualmente não há nenhuma instituição competente para normatizar, fiscalizar e punir as condutas inadequadas dos jornalistas. O projeto previa punições para os profissionais que cometessem irregularidades, que poderiam ser advertência, multa, censura, suspensão do registro profissional por até 30 dias e cassação definitiva do registro profissional

EDITORIAIS

O ESTADO DE S. PAULO

17 de dezembro de 2004

Liberdade assegurada

Por acordo de lideranças, a Câmara dos Deputados rejeitou em votação simbólica o projeto do Executivo que previa a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ). Preparado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), ele foi encampado pelo presidente da República, cujos assessores não o advertiram em tempo para o grave equívoco político que estava cometendo. Ao tomar consciência disso mais tarde, Lula, sensatamente, não moveu um dedo para viabilizar sua aprovação. Pelo contrário, autorizou a própria bancada governista a tomar posição contra o projeto, o que acabou selando a sorte dessa que foi uma das mais desastrosas iniciativas dos setores mais radicais de seu próprio partido.

Deste modo, quatro meses após ter sido apresentado sob a justificativa de "orientar, controlar e disciplinar o exercício da profissão de jornalista", o que deixaria a liberdade de imprensa, assegurada pela Constituição, nas mãos de algumas dezenas de burocratas nomeados pelo PT para cargos de confiança na administração pública, a proposta de criação do CFJ voltou ao lugar de onde jamais deveria ter saído. Ou seja, o limbo da história.

Por isso, das poucas críticas a essa oportuna decisão da Câmara, a mais dura partiu da Fenaj, a entidade que representa os interesses corporativos desses burocratas. "A esperança de milhares de jornalistas e a expectativa de segmentos sociais importantes foram enterradas pelos coveiros tradicionais da democracia e da organização da sociedade, aliados a inusitados novos cúmplices", afirmou a diretoria da Fenaj, depois de acusar o Executivo de ter se aliado aos "patrões" do setor de comunicações.

Na realidade, como há muito tempo já existe entre nós uma legislação específica disciplinando a conduta ética dos jornalistas, impondo-lhes severas sanções penais e pecuniárias nos casos de injúria e difamação, o tal conselho proposto pela Fenaj era um órgão desnecessário e ocioso para o que diz respeito aos crimes de imprensa. "A ética do jornalista vai na contramão da ética de outras profissões. Seu compromisso é com a denúncia, com a apuração dos fatos que surjam no subsolo da sociedade, nas engrenagens do Estado e nos sinuosos corredores do poder", disse o relator, Nelson Proença (PPS-RS), ao propor a derrubada do projeto. "A atividade jornalística é intrinsecamente agressiva aos interesses de quem tem suas mazelas expostas por matéria publicada. Mas isso é socialmente legítimo, saudável e essencial à democracia", concluiu.

Cercear o cumprimento desse compromisso do jornalista era o verdadeiro objetivo do projeto. Aliás, a má-fé da iniciativa da Fenaj era tanta que, se a criação do CFJ fosse aprovada, a primeira diretoria da autarquia, em vez de ser escolhida democraticamente por todos os profissionais de imprensa do País, seria indicada por essa federação sindical, cuja representatividade fora do jornalismo chapa-branca é igual a zero.

Era justamente esse o maior perigo do projeto. Nos países democráticos, a imprensa livre é constituída pela iniciativa privada. Por isso, se do ponto de vista editorial os veículos de comunicação têm ampla liberdade para definir suas posições políticas, do ponto de vista empresarial as atividades jornalísticas envolvem enormes responsabilidades financeiras e comerciais, como a conquista de anunciantes, a obtenção de receitas por meio da prestação de serviços e o pagamento de salários, de fornecedores e de impostos. Nesse universo, portanto, quem não tiver credibilidade não sobreviverá.

Com seu projeto, o que a Fenaj queria era interferir indiretamente na gestão dos veículos de comunicação, substituindo a independência editorial pela autocensura e pela propaganda oficial. Ou seja, jornais, revistas e emissores continuariam tendo obrigações empresariais, mas perderiam a liberdade de traçar suas políticas editoriais.

Felizmente, esse risco de manipulação dos jornais, uma prática comum aos regimes ditatoriais, foi afastado com a rejeição sumária do CFJ pela Câmara. Infelizmente, tudo indica que a luta que se iniciará brevemente no Congresso contra o mesmo tipo de cerceamento da liberdade de expressão na área da comunicação audiovisual - o projeto Ancinav - não será vencida com tanta facilidade.